

O novo perfil eleitoral do Brasil

Como pensa e como vota o brasileiro



Organização
Carlos Siqueira

Autores
Paulo Bracarense
Sinoel Batista
Eros Nascimento
Adriana Silva
Matheus Cabús

O novo perfil eleitoral do Brasil

Como pensa e como vota o brasileiro

Organização
Carlos Siqueira

Autores
Paulo Bracarense
Sinoel Batista
Eros Nascimento
Adriana Silva
Matheus Cabús

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

O novo perfil eleitoral do Brasil : como pensa e
como vota o brasileiro / Paulo Bracarense ...
[et al.] ; organização Carlos Siqueira. --
Brasília, DF : Quanta Consultoria, Projeto e
Editora, 2026.

Vários colaboradores.
Bibliografia.

Outros autores: Sinoel Batista, Eros Nascimento,
Adriana Silva, Matheus Cabús
ISBN 978-85-63234-45-2

1. Eleitores - Brasil 2. Eleições - Brasil
3. Partidos políticos - Brasil 4. Pesquisas
5. Política - Aspectos sociais 6. Sociologia política
I. Bracarense, Paulo. II. Batista, Sinoel.
III. Nascimento, Eros. IV. Silva, Adriana.
V. Cabús, Matheus. VI. Siqueira, Carlos.

26-363125.1

CDD-306.2

Índices para catálogo sistemático:

1. Sociologia política 306.2

Camila Aparecida Rodrigues - Bibliotecária CRB -
SP-010133/O



Rua Doutor Clóvis de Oliveira, 166 - Vila Progredior
CEP: 05616-130 São Paulo - SP
Telefone: +55 11 3385-0400

www.qcp.com.br

Ficha Técnica

PUBLICAÇÃO

Fundação João Mangabeira

EXECUÇÃO DA PESQUISA

Quanta Consultoria, Projetos e Editora Ltda.

ORGANIZAÇÃO

Carlos Siqueira

AUTORES

Paulo Bracarense

Sinoel Batista

Eros Nascimento

Adriana Silva

Matheus Cabús

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

QCP Consultoria – Núcleo Editorial

EQUIPE DA PESQUISA

Estudo “Como pensa e vota o Brasileiro”

Curadoria FJM

Prof. Dr. Paulo Afonso Bracarense Costa

Coordenação

MSc. Sinoel Batista

Profa. Dra. Tamara Ilinksky Crantschaninov

Sistematização de Resultados e Apoio à Coordenação

Profa. Dra. Adriana Silva

Prof. Dr. Brauner Geraldo Cruz Junior

Prof. Dr. Eros Nascimento

Prof. Dr. João Guilherme R. Machado
Matheus Born Cabús

Grupo de Elaboração Teórica

Prof. Dr. Francisco de Assis Mendonça
Profa. Dra. Maria Virginia Filomena Cremasco
Prof. Dr. Rogério Cid Bastos
Prof. MSc. Hilton Cesário Fernandes
MSc. Fernanda Sarkis
Marcus Nogueira
Domingos Leonelli

Equipe de Estatística

Juliano Armstrong Arnosti
Carlos Ramos
MSc. Isabela Arumi Lopes Motoki

Logística das Pesquisas Quantitativa e Qualitativa

Dra. Maria Emilia Martins Ferreira
Cláudio Luiz Pertile
Erika Ferreira dos Santos
Lycianne Lima

Moderadoras da Pesquisa Qualitativa

Profa. Dra. Maria Arlete Rosa
Profa. Dra. Emmanuella Guaraná
Dra. Simone Pereira
MSc. Luana Florentino
MSc. Maria do Socorro Corrêa da Cruz
Sáride Maíta

Equipe de Redatores da Pesquisa Qualitativa

MSc. Cíntia Cristina Lisboa da Silva

MSc. Pê Nascimento Barbosa

MSc. João Victor Rocha Leão

Wanessa Viviane Paixão Farias

Mikael Lovrin

Aurélio Barros Bagata Neto

Palestrantes das Oficinas Confirmativas

Juventudes

Aldrin Conceição Barros

Profa. Dra. Esther Solano

Mulheres chefes de família

Profa. Dra. Lorena Hakak

Profa. Dra. Beatriz Rodrigues Sanches

Evangélicos

Prof. Dr. Ronaldo R. M. de Almeida

MSc. Ana Carolina Pires Evangelista

Oficina de Fechamento

Profa. Dra. Francilene Soares de Medeiros Costa

Profa. Dra. Janaína Rodrigues Feijó

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por quaisquer meios,
sem autorização prévia por escrito.

Sumário

<i>Apresentação por Carlos Siqueira</i>	13
---	----

Capítulos

I

<i>A ópera política brasileira: as bases da nova direita</i>	21
--	----

Seção 1.1	As bases da Nova Direita	26
Seção 1.2	O punitivismo como repertório político	31
Seção 1.3	A tese: ascensão e queda da hegemonia progressista	40
Seção 1.4	A antítese: a ópera política brasileira — os quatro atos da reemergência conservadora	45
Seção 1.5	Síntese: é sempre mais escuro pouco antes do amanhecer	58
Seção 1.6	Os cinco blocos do eleitorado brasileiro	61
Seção 1.7	O conservadorismo como camada cultural — não como projeto de poder	64

Seção 1.8	A territorialidade do conservadorismo	65
Seção 1.9	A escolha do caminho no meio da encruzilhada política brasileira	67

II

Camada simbólica:	71
<i>um Brasil de fé, família e desconfiança</i>	

Seção 2.1	Os estamentos do poder: quem o eleitor responsabiliza	75
Seção 2.2	A moral do cidadão de bem: entre a hierarquia e a captura	76
Seção 2.3	O templo e a família: o conservadorismo dos que sobreviveram	78
Seção 2.4	A fé que não obedece ao pastor	81
Seção 2.5	O salvador da pátria e os limites da fé institucional	83
Seção 2.6	O Brasil do futuro: a fé como projeto e como perigo	84
Seção 2.7	A fé como equação política	85

III

Camada material: 87

o limite do possível e a economia do supermercado

Seção 3.1	O peso da desigualdade na percepção do Brasil	88
Seção 3.2	A presença do Estado no cotidiano	92
Seção 3.3	Meritocracia, esforço individual e o futuro nacional	96
Seção 3.4	Entre proteção e instabilidade: o mundo do trabalho	100
Seção 3.5	Quando o comum não unifica	105

IV

Camada midiática: 107

a sociedade excitada — formação da opinião

Seção 4.1	Da experiência ao sentido: a mediação simbólica	108
Seção 4.2	Redes e circulação da realidade	110
Seção 4.3	Ecossistemas de validação	113
Seção 4.4	A conversa política e seus silêncios	115
Seção 4.5	O desejo de simplificação	117
Seção 4.6	A repetição como efeito de verdade	123

V

Camada política: 127 *escolhas e racionalizações*

Seção 5.1	A democracia entre adesão abstrata e desconfiança concreta	128
Seção 5.2	O sistema partidário sob suspeita	132
Seção 5.3	A política sem mediação: personalismo, afetos e crise de representação	135
Seção 5.4	Polarização, lulismo, bolsonarismo e legitimidade política	140
Seção 5.5	Segurança pública, punição e autoritarismo moral	145
Seção 5.6	Costumes, direitos e moralidades em disputa	150
Seção 5.7	Religião, valores morais e visão de mundo	155
Seção 5.8	O eleitor entre rejeição, fadiga e permanência política	156

VI

Eleitores evangélicos: 158 *a discordância ética com o campo progressista*

Seção 6.1	Camada Simbólica - Afetos, valores e identidades	167
Seção 6.2	Camada Material - Condições de vida e sobrevivência	171

Seção 6.3	Camada Midiática - Formação da opinião	174
Seção 6.4	Camada Política - Escolhas e racionalizações	178
Seção 6.5	Dinâmicas Latentes - Tensões transversais	182
Seção 6.6	Conclusão: o reencantamento da política	186
Seção 6.7	Conclusão: o paradoxo da dignidade	186

VII

Mulheres chefes de família: <i>a teoria da escolha racional na gestão da escassez</i>	188
--	-----

Seção 7.1	Camada Simbólica - Afetos, valores e identidades	198
Seção 7.2	Camada Material - Condições de vida e sobrevivência	201
Seção 7.3	Camada Midiática - Formação da opinião	205
Seção 7.4	Camada Política - Escolhas e racionalizações	210
Seção 7.5	Dinâmicas Latentes - Tensões transversais	217

VIII

Juventudes:	223	
<i>a inversão da utopia de Thomas More</i>		
<i>e a subjetividade neoliberal</i>		
Seção 8.1	Camada Simbólica - Afetos, valores e identidades	228
Seção 8.2	Camada Material - Condições de vida e sobrevivência	230
Seção 8.3	Camada Midiática - Formação da opinião	231
Seção 8.4	Camada Política - Escolhas e racionalizações	233
Seção 8.5	Dinâmicas Latentes - Tensões transversais	235
Seção 8.6	Conclusão: o jovem como startup em um país falido	237
Conclusão		239
<i>A plateia ainda não deixou o teatro</i>		
Glossário		246
Metodologia da pesquisa		254
Referências		264

Apresentação

por Carlos Siqueira

Objeto e arquitetura da obra

Este livro nasce da tentativa de captar as profundas transformações vividas pela sociedade brasileira nas últimas décadas e como têm sido moldado um novo perfil eleitoral no país. Mais do que uma análise de eleições e investigação da intenção de votos no próximo pleito, as pesquisas realizadas neste estudo – qualitativa, quantitativa, metanálise e análise de sentimentos – propiciaram reflexões sobre valores, medos, expectativas e formas de pertencimento que atravessam a experiência cotidiana dos brasileiros

Na obra, observa-se o eleitor não como uma figura estática ou racional, em sentido estrito, mas alguém atravessado por contradições, afetos, inseguranças e disputas simbólicas. Em um país marcado simultaneamente pela esperança e a frustração, pela fé e a desconfiança, pela busca de proteção e o desejo de mudança, o voto torna-se menos uma escolha puramente ideológica e mais uma forma de interpretar o mundo e reagir às incertezas da vida contemporânea.

Ao longo do livro, o leitor encontrará uma análise que articula política, cultura, economia, religião, comunicação e comportamento social para apreender como diferentes grupos da sociedade brasileira percebem o Estado, a democracia, a autoridade, o trabalho, a família e o futuro.

Dialoga-se com importantes tradições dos pensamentos social e político brasileiros, mas, sobretudo, interpreta-se o presente: um tempo de clivagem intensa, desgaste das instituições e reorganização das identidades coletivas. O objetivo não é oferecer respostas definitivas, mas contribuir para uma leitura mais ampla e humana do Brasil contemporâneo, entendendo que o país vive um momento de transição em que diferentes projetos de sociedade coexistem, disputam sentidos e procuram escrever os próximos capítulos da história nacional.

As discussões apresentadas resultam de um estudo nacional sobre o novo perfil eleitoral do brasileiro, combinando cinco etapas – metanálise da literatura; oficinas confirmativas com especialistas; pesquisa qualitativa com 36 grupos focais (246 participantes em 12 regiões socioculturais); pesquisa quantitativa no modelo *survey* nacional com 2.242 entrevistas; e, na última etapa, a consolidação dos achados.

A análise está organizada em torno de uma matriz de cinco camadas –simbólica, material, midiática, política e dinâmicas latentes transversais –, e a cada uma das quatro primeiras camadas foi dedicado um capítulo deste livro. O estudo abrange três segmentos da sociedade brasileira e, a cada um deles, está destinado um capítulo próprio: eleitores evangélicos; mulheres chefes de família; e juventudes.

A arquitetura adotada é dialética: tese – hegemonia progressista de 1980 a 2013 –; antítese –reação conservadora dramatizada em quatro atos: 2013, 2016, 2018, 2022 –; e síntese – o tempo interregno gramsciano atual, em que nenhum projeto é hegemônico. A metáfora operística que inspirou o capítulo 1, introdutório, não é decoração: o livro lê Lula e Bolsonaro como encarnações de forças históricas de um libreto operístico que se reescreve ato a ato.

Tese central — Sujeito próprio e o punitivismo

O eleitor brasileiro é descrito, em alusão ao sociólogo Francisco de Oliveira, como uma entidade que funde elementos arcaicos e modernos, progressistas e conservadores, de modo desarmônico, mas estruturalmente consistente. Um sujeito próprio, uma espécie de animal com suas próprias

características peculiares. Vota em Lula em 2002 e Bolsonaro em 2018; defende o Sistema Único de Saúde (SUS) e a família tradicional; quer democracia (75,2%) e líder forte (59,8%); reconhece a desigualdade como problema (75,3%) e crê no mérito individual (55,8%). Não há contradição lógica, mas uma racionalidade situada que combina sobrevivência, religiosidade, medo, esperança e desconfiança.

A força motriz que une voto de direita e de esquerda, hoje, é o punitivismo. Com o colapso das utopias coletivas, a punição do "outro" – corrupto, criminoso ou adversário político – tornou-se o instrumento mais acessível de participação. O voto deixa de ser instrumento de construção e torna-se instrumento de negação. A leitura é weberiana: ao colapso da legitimidade legal-racional – 73,9% pensam que o Congresso representa mal o povo; 52% não confiam no Supremo Tribunal Federal (STF) –, responde-se com dominação carismática do líder que promete curto-circuito no estamento patrimonialista de Faoro.

As cinco camadas analíticas do eleitor

Para realizar as pesquisas associadas ao estudo, foi construída uma matriz analítica da pesquisa com cinco camadas e cada uma delas contemplando vários eixos.

Capítulo II — Camada simbólica: *um Brasil de fé, família e desconfiança*

A dimensão simbólica do eleitor brasileiro é marcada por forte presença da fé, do pertencimento nacional e da valorização da família como espaço de proteção e estabilidade. O conservadorismo brasileiro não se organiza apenas como ideologia política, mas respostas emocional e cultural diante da insegurança social. Ao mesmo tempo, convivem, nesse universo, valores tradicionais e demandas por autonomia individual, revelando um eleitor menos homogêneo do que frequentemente se imagina. O voto religioso, especialmente entre evangélicos, aparece mais complexo do que a ideia de simples obediência às lideranças religiosas.

Capítulo III — Camada material: *o limite do possível e a economia do supermercado*

A vida concreta continua sendo o principal ponto de partida do comportamento eleitoral. Questões como desigualdade, emprego, renda, saúde e segurança moldam a percepção dos brasileiros sobre o Estado e a política. O avanço das novas formas de trabalho precarizado transformou a ideia de estabilidade em uma lógica de sobrevivência individual, frequentemente apresentada como liberdade e autonomia. Ao mesmo tempo, cresce a sensação de distanciamento entre a população e as instituições públicas, vistas frequentemente como ausentes ou incapazes de responder às necessidades cotidianas.

A centralidade da segurança pública consolida-se não apenas como um temor difuso, mas o reflexo de uma transformação estrutural: os avanços territorial e institucional das facções criminosas e das milícias. Para a mulher chefe de família periférica, por exemplo, o crime organizado e a violência são parte do seu cotidiano, muitas vezes na sua própria porta, com o medo dos filhos ou entrarem no tráfico ou serem mortos por ele.

Esses grupos deixaram de operar estritamente na clandestinidade do mercado ilícito para se estabelecerem como reguladores da vida nos aspectos social, econômico e moral, em vastos territórios do país. Diante de um Estado oficial frequentemente ausente – ou que se faz presente quase exclusivamente por meio de intervenções violentas e episódicas –, o cidadão é forçado a estabelecer uma relação de pragmatismo e sobrevivência com esses poderes paralelos, trocando a submissão por alguma previsibilidade. Nesse cenário, o clamor por ordem e segurança deixa de ser simples bandeira ideológica e revela-se como angústia material profunda, reconfigurando a forma como o eleitor avalia a autoridade, a lei e a própria eficácia das instituições democráticas no seu cotidiano.

Capítulo IV — Camada midiática: a *sociedade excitada* – *formação da opinião*

A experiência política contemporânea é fortemente atravessada pelas redes digitais e pela circulação acelerada de informações, emoções e conflitos. Mesmo desconfiando das redes sociais, grande parte da população vive politicamente dentro desses ambientes, organizados mais pelo impacto emocional do que pelo debate racional. A política passa a operar em câmaras de eco, nas quais repetição, identificação afetiva e linguagem simples produzem sensação de verdade. Nesse cenário, cresce a busca por figuras percebidas como autênticas e capazes de romper com o sistema político tradicional.

Capítulo V — Camada política: escolhas e racionalizações

O eleitor brasileiro demonstra relação ambígua com a democracia e as instituições políticas. Convivem, simultaneamente, o desejo de participação democrática e a busca por lideranças fortes capazes de resolver problemas de forma rápida e direta. A polarização consolidou identidades políticas amplas, nas quais lulismo e bolsonarismo ultrapassam os limites partidários e se transformam em formas de pertencimento emocional e cultural. Em temas ligados à segurança, costumes e direitos sociais, prevalece uma lógica pragmática: a sociedade tende a aceitar avanços concretos, mas reage quando percebe imposições morais ou culturais vindas “de cima para baixo”.

Camada das dinâmicas latentes (transversais)

Cinco grandes tensões atravessam todas as camadas analisadas: a convivência entre demandas por mais Estado e menos intervenção estatal; a transformação da política em disputa moral entre “bem” e “mal”; o deslocamento da autoridade para figuras religiosas, digitais e midiáticas; a valorização da sinceridade como atributo político; e o predomínio do afeto sobre a racionalidade nas decisões eleitorais. O voto contemporâneo surge, assim, menos como adesão programática e mais como gesto emocional de proteção, identidade e pertencimento. Na presente obra, os itens da presente camada foram distribuídos entre as quatro primeiras camadas, cada uma compondo um capítulo do livro.

Os três públicos estratégicos

Capítulo VI — Eleitores evangélicos: *a discordância ética com o campo progressista*

Os eleitores evangélicos organizam sua percepção política a partir de valores morais ligados ao trabalho, à família, disciplina e ao reconhecimento social. A Igreja ocupa, frequentemente, o espaço deixado por instituições públicas fragilizadas, funcionando como rede de acolhimento, proteção e pertencimento comunitário. Nesse contexto, parte do campo progressista é percebida como ameaças cultural e moral, especialmente em temas relacionados à família e aos costumes. Mais do que um voto automático ou homogêneo, trata-se de um eleitorado que interpreta a política através de uma disputa ética sobre ordem, valores e reconhecimento.

Capítulo VII — Mulheres chefes de família: *a teoria da escolha racional na gestão da escassez*

Entre as mulheres chefes de família, a política é percebida a partir da experiência concreta da sobrevivência cotidiana. O voto está profundamente ligado à proteção da família, ao custo de vida, à segurança e às oportunidades para os filhos. Trata-se de um grupo marcado por forte pragmatismo, que valoriza lideranças vistas como sinceras e responsáveis, mas rejeita agressividade excessiva. A confiança desloca-se paulatinamente das instituições políticas tradicionais para redes comunitárias, religiosas e femininas de apoio mútuo.

Capítulo VIII — Juventudes: *a inversão de Thomas More e a subjetividade neoliberal*

As juventudes brasileiras tendem a enxergar o futuro mais como trajetória individual de superação do que como projeto coletivo. O jovem contemporâneo é atravessado pela lógica da autonomia, do empreendedorismo e da busca constante por relevância econômica e reconhecimento social. Sua formação política ocorre predominantemente nas redes digitais, em ambientes marcados pela velocidade, a estética da rebeldia e rejeição das instituições tradicionais. Ao mesmo tempo,

convivem, nesse segmento, valores liberais, nos costumes, a insegurança econômica e forte sentimento de ansiedade diante do futuro.

O paradoxo da dignidade e a tarefa do interregno

A síntese conclusiva organiza-se em torno do paradoxo da dignidade: o eleitor está cético em relação à política, mas demanda desesperadamente a presença do Estado. Cada público busca uma forma específica de dignidade – o jovem quer a dignidade da autonomia (Estado que lhe dê ferramentas e saia do caminho); a mulher chefe de família quer a dignidade do cuidado (suporte logístico em creche, saúde, segurança, não esmolas); o evangélico quer a dignidade do reconhecimento (Estado que pare de tratar sua fé como atraso). O que une os brasileiros é a exaustão e o pragmatismo de sobrevivência; o que os desune é a polarização afetiva que transformou o adversário em inimigo íntimo.

A tarefa imposta ao campo democrático não é vencer um debate teórico sobre conceitos, mas reconectar-se com a racionalidade de sobrevivência do eleitor – disputar a esperança na materialidade dura do cotidiano. O conservadorismo brasileiro é hoje camada cultural autônoma em relação a qualquer líder específico; não pode ser "combatido", precisa ser dialogado em sua linguagem própria. O Brasil que emerge é um Brasil em disputa e o próximo ato será escrito, queiramos ou não, pelas decisões tomadas agora nas urnas, ruas, igrejas, escolas, redes e mesas das famílias.

¹ O termo "as bases da nova direita" que compõe o título deste capítulo inspira-se no seminal artigo homônimo escrito por Antônio Flávio Pierucci em 1987. Vale destacar a atualidade do diagnóstico do autor que, há quase 40 anos, já mapeava a emergência de uma "nova direita" estruturada a partir da autodefesa moral, do ressentimento e do medo do "outro" (minorias, marginalizados e a liberalização dos costumes). A utilização do termo aqui reconhece que a onda conservadora contemporânea reativa tensões culturais profundas que Pierucci já observava no próprio berço da nossa Nova República.

I

A ópera política brasileira: *as bases da nova direita*¹

O que este capítulo apresenta

Apresenta a tese central do livro: o eleitor brasileiro é um ornitorrinco² político, que funde elementos arcaicos e modernos, e o que une voto de direita e de esquerda, hoje, é o punitivismo. A obra organiza-se em torno da arquitetura dialética da política recente – a hegemonia progressista entre 1980 e 2013 (tese), os quatro atos da reemergência conservadora dramatizada em 2013, 2016, 2018 e 2022 (antítese), e a síntese em disputa. Apresentam-se, ainda, os cinco blocos do eleitorado brasileiro, a territorialidade do novo conservadorismo cultural e a escolha do caminho diante da encruzilhada política atual.

O Brasil conserva os ritos institucionais, mas perde, de maneira acelerada, o seu sentido material para a base da pirâmide social. As eleições seguem ocorrendo, os tribunais funcionam e a imprensa opina. No entanto, na vida concreta, a política emerge como um teatro distante, ineficaz e incapaz de produzir segurança, dignidade ou previsibilidade. É precisamente nesse interstício – entre a manutenção da forma democrática e a experiência cotidiana de desamparo e abandono – que a direita, em suas variações, aprendeu a mover-se com notável eficácia, capturando o ressentimento popular e convertendo fraturas reais em capital político sólido.

Como sugere o filósofo Mark Lilla (2018b), as democracias tendem a se fragmentar por dentro à medida que deixam de oferecer às pessoas

² A metáfora do ornitorrinco é originalmente de Francisco de Oliveira (2003), que a utilizou para descrever a formação econômica brasileira como um ser que combina traços arcaicos e modernos de forma não-resolvida. Aqui a aplicamos, com liberdade analítica, à subjetividade política do eleitor contemporâneo.

um horizonte comum de pertencimento, substituindo um projeto coletivo de sociedade pelo que o autor chamou de arquipélagos identitários e ressentimentos cruzados. A resposta para essa fragmentação brasileira passa, portanto, pelo reconhecimento de que garantias sociais que se consolidaram durante décadas no imaginário da população, enquanto horizontes de vida, como os direitos trabalhistas, por exemplo, foram paulatinamente dissolvidas, rompendo, também, com os projetos de futuro.

Diante do colapso de expectativas, a população é forçada a reconstruir gramáticas próprias de sobrevivência e, como a política tradicional aparenta ter falhado em incluir essas massas, discursos oferecendo soluções diretas e sedutoras emergiram no vácuo das representações, fazendo com que pautas como ordem moral, reconhecimento, punitivismo e a exaltação do esforço individual ganhem grande destaque nas narrativas políticas mais recorrentes.

Em uma sociedade que vive sob o impacto do que o sociólogo francês Robert Castel denominou de "fim da sociedade salarial", a dissolução das garantias forçou os indivíduos a reconstruírem suas próprias linguagens de sobrevivência de forma solitária.

A interrogação que desafia analistas na atualidade é depreender como a sintaxe simbólica da direita passou a soar mais convincente do que as promessas históricas de igualdade. Relevante pontuar, portanto, que o crescimento da tendência ao voto conservador no Brasil, ao longo da última década, não decorre de uma conversão ideológica homogênea, ou de uma lavagem cerebral coletiva, mas se trata, pelo contrário, de uma resposta social e política pragmática a um ambiente prolongado de crise, insegurança e perda de referências.

Assim, interpretar como o eleitor brasileiro pensa, sente e decide seu voto tornou-se um desafio central para a análise política contemporânea. Em um contexto marcado pela intensificação do antagonismo afetivo; a crise de confiança nas instituições representativas; e a crescente centralidade de valores religiosos e morais, afetos e identidades na vida pública, o voto deixa de ser apenas a expressão racional de preferências programáticas e passa a refletir experiências de vida, pertencimentos simbólicos e formas concretas de inserção social. Nesse cenário que se insere a pesquisa “Como pensa e como vota o brasileiro”, cujo objetivo é investigar os mecanismos

– conscientes e latentes – que estruturam a decisão eleitoral no Brasil, considerando tanto eleições para cargos do Poder Executivo quanto do Legislativo, em níveis nacional e subnacional.

A pesquisa parte da premissa de que o voto é um processo socialmente construído, atravessado por condições materiais, trajetórias individuais, redes de sociabilidade, referências territoriais e sistemas simbólicos. Dessa forma, entender o eleitor exige ir além das dicotomias tradicionais – esquerda e direita, progressismo e conservadorismo, lulismo e bolsonarismo – para explorar como essas categorias são apropriadas, ressignificadas, ou mesmo rejeitadas, pelos próprios eleitores, em seu cotidiano.

Nesse sentido, no estudo adotou-se uma abordagem que reconhece a heterogeneidade do Brasil e a pluralidade de experiências que moldam o comportamento político. A pesquisa dialoga com o conceito de geografia humana, partindo do entendimento de que o território – considerado como espaço físico, ambiente social, econômico e cultural –, exerce influência decisiva sobre valores, percepções de mundo e formas de participação política. Assim, o eleitor não é analisado apenas como indivíduo isolado, mas como sujeito situado, pertencente a comunidades, tradições, redes religiosas, familiares e profissionais, que orientam sua leitura da política e do futuro do país.

Dentro desse esforço analítico mais amplo, na pesquisa, dedicou-se atenção especial a três segmentos considerados estratégicos para a leitura das dinâmicas eleitorais contemporâneas no Brasil: mulheres chefes de família, juventudes e eleitores evangélicos. A escolha desses públicos não é aleatória, mas responde tanto à sua relevância demográfica quanto ao papel central que esses grupos vêm desempenhando na reconfiguração das disputas políticas, agendas públicas e narrativas morais, que intervierem no debate eleitoral.

As mulheres chefes de família ocupam posição singular, na estrutura social brasileira. Responsáveis diretas pela provisão material, pelo cuidado e pela mediação cotidiana com políticas públicas – especialmente nas áreas de saúde, educação, assistência social e segurança —, essas mulheres articulam, de forma particularmente intensa, dimensões materiais e simbólicas da política. Suas escolhas eleitorais tendem a refletir experiências concretas com o Estado, percepções sobre proteção social, trabalho, renda

e segurança, bem como valores associados à família, moralidade e ao futuro dos filhos. Captar como essas mulheres constroem suas decisões políticas é fundamental para entender como políticas públicas são avaliadas “na ponta” e como as expectativas de cuidado, justiça e dignidade traduzem-se em voto.

As juventudes, por sua vez, representam um grupo atravessado por profundas ambivalências. Ao mesmo tempo em que enfrentam precarização do trabalho, incertezas quanto ao futuro e desconfiança em relação à política institucional, os jovens estão fortemente inseridos em ecossistemas digitais, novas linguagens e formas alternativas de engajamento. Suas percepções sobre democracia, autoridade, participação e mudança social não seguem necessariamente os padrões das gerações anteriores. Investigar como jovens de diferentes territórios, classes sociais e contextos culturais pensam a política e o voto é essencial para se compreender as tendências de médio e longo prazos do comportamento do eleitorado brasileiro.

Os eleitores evangélicos ocupam lugar central nas disputas políticas recentes, tanto pelo crescimento numérico, quanto pelo papel das igrejas e lideranças religiosas como instâncias de proteção social, socialização política, produção de sentido e mediação da informação. A diversidade interna desse grupo, que inclui tradições históricas, pentecostais e neopentecostais, desafia leituras homogêneas e exige uma análise cuidadosa de como valores religiosos, experiências comunitárias e discursos morais articulam-se com percepções sobre Estado, política, economia e costumes. Compreender o “mundo evangélico” é, portanto, decifrar uma das principais arenas contemporâneas de formação da opinião pública no país.

Ao concentrar-se nesses três públicos, a pesquisa lança luz sobre dinâmicas estruturantes do voto brasileiro, explorando como afetos, valores, condições de vida, mediações informacionais e expectativas de futuro combinam-se na decisão eleitoral. O texto que se segue apresenta os resultados desse esforço analítico, organizado a partir de um desenho metodológico integrado e rigoroso. Embora a Metodologia explicita as etapas, os instrumentos e as estratégias de pesquisa adotados, fornecendo as bases necessárias para a compreensão dos resultados e das análises desenvolvidos ao longo do documento, é oportuno anunciar que esse trabalho foi realizado em etapas articuladas.

A pesquisa teve início com a organização e sistematização do repertório já constituído sobre eleições e comportamento eleitoral no Brasil, por meio de uma metanálise orientada a identificar padrões interpretativos, lacunas analíticas e hipóteses relevantes para o estudo. Essa etapa cumpriu papel importante, ao oferecer fundamentos teóricos e empíricos para a definição dos recortes, das categorias analíticas e dos eixos centrais de investigação, garantindo coerência entre os objetivos da pesquisa e os caminhos metodológicos adotados.

A partir desse marco inicial, foi construída uma matriz analítica em camadas, elaborada de forma colaborativa por uma equipe multidisciplinar, que passou a funcionar como um mapa orientador de todo o processo investigativo. Com essa matriz, estabeleceram-se parâmetros comuns para as etapas subsequentes – oficinas temáticas, pesquisas qualitativas e quantitativas – e permitiu a realização tanto de análises específicas por público quanto de leituras transversais entre métodos e temas.

Seção 1.1

As bases da Nova Direita

Em seu clássico poema *O Caminho não Tomado*, o poeta norte-americano Robert Frost (1993) ilustra a hesitação de um viajante diante de uma encruzilhada. Ao deparar-se com duas rotas, opta pela trilha menos percorrida – uma escolha que, como revelam os versos, “fez toda a diferença”.

Nesse momento de inflexão, em que nos vemos diante de duas bifurcações em nosso próprio bosque verde e amarelo, é que temos, como sociedade, a difícil decisão de encontrar nosso caminho. E isso fará toda a diferença.

Nesse sentido, algumas perguntas – que parecem não encontrar respostas – reverberam: Como um país que investiu tanto, com tamanha energia coletiva e tanta esperança depositada, na construção de um projeto democrático e popular, se vê diante da encruzilhada do voto reacionário?

Como foi possível que o país, que ergueu, com enorme esforço de gerações, o mais ambicioso arcabouço de direitos sociais da sua história

– a Constituição de 1988 – tenha, três décadas depois, eleito para sua presidência uma figura que questionou abertamente esse legado, exaltou a ditadura militar e elevou ao ápice da vida política nacional a combinação de autoritarismo, punitivismo e guerra cultural? Como captar que esse movimento não foi um acidente de percurso, mas parece expressar algo que fermentava – silenciosamente, nos interstícios da vida cotidiana – muito antes de 2018?

Há leituras disponíveis para essas perguntas, e cada uma captura um ângulo do fenômeno. A mais recorrente, nos ambientes progressistas, aponta para a manipulação das redes sociais e a desinformação como causas determinantes. Mas essa explicação encontra um limite: o conservadorismo cultural que emerge nos dados tem raízes históricas muito anteriores à consolidação das plataformas digitais.

Outra leitura sugere que o eleitorado brasileiro não internalizou de fato os valores democráticos, dadas as constantes e diferentes crises político-institucionais que o Brasil viveu desde a redemocratização, o que não teria garantido a experiência de uma democracia plena para a população; porém, essa chave interpretativa tem dificuldade em explicar por que o eleitorado que elegeu Bolsonaro também elegeu Lula.

Há ainda quem veja, no fenômeno, uma espécie de regressão civilizatória, mas essa abordagem tende a tratar o eleitor conservador como um problema a ser corrigido, em vez de um sujeito a ser compreendido, repetindo o mesmo movimento de exclusão simbólica que alimentou sua alienação. Nenhuma dessas leituras é inteiramente falsa. Mas nenhuma delas, tomada isoladamente, chega ao âmago do problema.

A essas leituras é preciso somar uma quarta, hoje incontornável: a do contexto internacional. A reemergência conservadora brasileira não ocorreu no vácuo, mas em sincronia com uma onda global de ascensão da extrema-direita e do nacional-populismo. O segundo mandato de Donald Trump nos Estados Unidos da América (EUA); a Itália, de Giorgia Meloni; a Hungria, de Viktor Orbán; a Argentina, de Javier Milei; o avanço dos partidos de extrema-direita em quase toda a Europa ocidental; e a consolidação de Recep Tayyip Erdoğan, na Turquia, compõem um cenário em que o conservadorismo radical deixou de ser exceção para se tornar tendência estrutural das democracias contemporâneas.

Esse ambiente internacional é fundamental por permitir apreender os caldos simbólico, comunicacional e ideológico que retroalimentam a direita brasileira – das narrativas de combate ao “globalismo” e às elites cosmopolitas, até o vocabulário antiwoke, a retórica anti-imigração e o discurso de restauração de uma ordem perdida –, que circulam globalmente, adaptados ao léxico local e ganham eco em redes digitais transnacionais.

No entanto, e esse é um ponto que importa enfatizar, o contexto internacional ajuda a explicar a forma da onda conservadora, mas não o eleitor brasileiro. A crise de representatividade, a hiperconectividade e o ressentimento econômico criaram, sem dúvida, um terreno fértil, em escala planetária, para narrativas reacionárias.

Esse mesmo descompasso entre números e percepção, sobre o qual a nossa pesquisa se debruçou dos pontos de vista cultural e simbólico, vem sendo problematizado também por economistas. Carvalho e Klein (2026) sustentam que o terceiro governo Lula entrega resultados macroeconômicos sólidos – desemprego no menor patamar histórico, recuo da pobreza extrema, recuperação da renda do trabalho –, mas não consegue reproduzir a experiência subjetiva de mobilidade social que marcou os anos 2000.

Os autores apontam cinco vetores explicativos: a comparação implícita com os primeiros mandatos petistas; o nível ainda deprimido da renda após a chamada década perdida; uma inflação contida em taxa, porém em patamar de preços ainda elevado na memória do consumidor; a globalização da “janela de aspiração” via redes sociais e plataformas de compra; e as experiências frustradas de uma geração escolarizada para a qual o diploma deixou de garantir ascensão.

Esse diagnóstico converge fortemente com nossos próprios achados qualitativos: o eleitor que descrevemos como ornitorrinco político vive precisamente nessa fricção entre uma “janela de aspiração” globalizada e uma “janela de realização” travada, e é nessa fricção que floresce o ressentimento do qual a extrema-direita se alimenta.

Em réplica àquele ensaio, Weller (2026) acrescenta uma camada que dialoga diretamente com a arquitetura dialética desta obra: o “elefante na sala” da crise econômica de 2014–2016 sob o governo de Dilma Rousseff. Para o autor, o ciclo de políticas expansionistas inaugurado

em meados dos anos 2000, intensificado no segundo mandato petista e levado adiante na chamada Nova Matriz Econômica, teria gestado uma recessão de magnitude comparável apenas à de 1930–1931, com inflação descontrolada, recorde de desemprego à época e abertura de espaço para o surgimento do bolsonarismo.

Sem subscrever necessariamente a tese da culpa imputada ao "modo petista de governar" – e mantendo a hipótese aqui defendida de que a reemergência conservadora tem raízes culturais que antecedem qualquer ciclo econômico específico –, registramos o argumento como contraponto necessário: parte daquilo que nossos entrevistados descrevem como exaustão, desconfiança e demanda por "líder forte", não pode ser dissociada da memória viva dessa recessão. O debate entre Carvalho e Klein (2026) e Weller (2026) espelha, no plano da economia política, a mesma dialética que organiza este livro: nenhum projeto é hoje plenamente hegemônico, e a disputa pela linguagem com que se nomeia a frustração popular é parte central do tempo suspenso em que vivemos.

Porém, para depreender a fundo essa complexidade, é preciso recorrer à clássica imagem sociológica de Francisco de Oliveira: o eleitor contemporâneo brasileiro assemelha-se a um ornitorrinco. Trata-se de um mamífero que bota ovos e tem bico de pato; uma entidade política que funde elementos arcaicos e modernos, valores progressistas e conservadores, de forma desarmônica e amórfica, mas, ao mesmo tempo, incrivelmente consistente e estrutural.

Em sua inteireza, o eleitor brasileiro contemporâneo não é necessariamente nem um conservador convicto nem um progressista engajado, a despeito das raízes históricas profundas que marcam esses dois campos. Em essência, trata-se de um cidadão descrente, desmotivado, inserido em um vácuo crônico de representatividade, que frequentemente vota menos por uma adesão ideológica estrita e muito mais por inércia ou pragmatismo defensivo.

O eleitorado brasileiro não é uma versão tropical do eleitor norte-americano de Trump, nem do italiano, que elegeu Meloni, nem do argentino, que entregou a Casa Rosada a Milei, mas compartilha códigos com esses outros eleitorados, articulados com elementos próprios: uma religiosidade pentecostal de massa que não tem paralelo claro em outras

democracias; uma experiência cotidiana de violência urbana e de Estado ausente que conformou uma demanda específica por punitivismo; uma memória recente de inclusão social acelerada (2003–2014) seguida por sua interrupção; uma desconfiança institucional construída por sucessivos escândalos e rupturas democráticas em apenas três décadas de democracia; e diversidades territorial, racial e econômica que tornam qualquer modelo importado insuficiente.

Por isso, embora seja útil mapear como o Brasil se insere na onda conservadora global, é preciso reconhecer que essa moldura internacional não substitui a análise da peculiaridade nacional. Entender o eleitor brasileiro exige descrevê-lo em seus próprios termos – em sua própria gramática, em seus próprios afetos, em sua própria geografia – antes de qualquer comparação. É isso, fundamentalmente, que esta pesquisa se propôs a fazer. O eleitor brasileiro é um animal político à parte, peculiar, de forma que, tentar explicar a guinada à direita no Brasil valendo-se exclusivamente dessa lente importada, é um esforço analítico insuficiente.

O que neste capítulo se propõe é percorrer um caminho diferente – não necessariamente mais simples, mas potencialmente mais iluminador. Em vez de partir da pergunta: “Quem é o culpado?”, partimos da pergunta: “O que a emergência e a consolidação do voto conservador revelam sobre o Brasil?”. Essa inversão tem consequências, por nos obrigar a olhar o fenômeno de dentro, a levar a sério as razões de quem vota de maneiras que muitos de nós consideramos desconcertantes. E aqui é que os dados da pesquisa com 2.242 brasileiros ganham seu papel mais próprio – não como “provas” de teses já estabelecidas, mas janelas abertas para uma realidade que, em múltiplos pontos, resiste às interpretações preestabelecidas e surpreende quem se dispõe a ouvi-la sem filtros.

O método que escolhemos para organizar esse percurso é o dialético – não como homenagem formal a Hegel, mas ferramenta de pensamento que nos parece adequada à natureza do problema. O Brasil conservador de hoje não pode ser compreendido em isolamento, pois só adquire sentido pleno em relação àquilo que o antecedeu e ao que ele próprio foi gerando ao longo do caminho. Tese, antítese e síntese não são figuras de retórica, mas movimentos reais da história, que deixaram rastros mensuráveis no comportamento do eleitorado.

A estrutura deste capítulo segue esse movimento em três tempos: primeiro, a tese – a hegemonia progressista construída a partir da redemocratização, com seus êxitos inegáveis, seus limites nem sempre reconhecidos e as condições que ela própria gestou para a sua crise. Segundo a antítese – a reação conservadora que se cristalizou entre 2013 e 2022, com suas contradições internas, seus suportes sociais inesperados e excessos que tornaram o bolsonarismo insustentável como projeto hegemônico durável. Terceiro, a síntese – o hiato histórico atual, em que nenhum campo possui hegemonia completa, mas o conservadorismo difuso permanece como camada cultural viva num eleitorado que, em 2026, ainda busca, em proporção expressiva, a quem confiar seu voto.

A ópera que estrutura narrativamente este capítulo não é um recurso decorativo. Em uma ópera, o drama organiza-se em torno de forças que se opõem; de personagens que encarnam destinos coletivos; de momentos em que a emoção e a razão se fundem de modo inextricável. A política brasileira contemporânea tem essa qualidade operística – é, ao mesmo tempo, espetáculo e substância, *performance* e consequência real.

Lula e Bolsonaro, como veremos, funcionaram menos como indivíduos do que como encarnações de forças históricas que os precedem e, em certa medida, os ultrapassam: são o *primo uomo* e o *outsider* de um libreto que ninguém escreveu por completo, mas que todos – eleitores, partidos, igrejas, mercado – ajudaram a compor. Mas, diferentemente da grande ópera clássica, o libreto da política não está fixado de antemão, mas se reescreve, ato a ato, pelas decisões que tomamos – dentro e fora das urnas – e, exatamente essa abertura, é que faz com que valha a pena tentar compreendê-la.

Seção 1.2

O punitivismo como repertório político

A questão do punitivismo merece atenção especial. Quando cruzados os dados da pesquisa quantitativa com os resultados dos grupos focais, percebeu-se que o punitivismo é, talvez, a força motriz que une tanto o voto da direita como também o da esquerda, no Brasil de hoje. Se, por um lado,

essa demanda por punição ocorre em várias camadas, sejam elas simbólicas ou materiais, por causa da violência, dos inúmeros escândalos de corrupção que solapam o país, ou mesmo por uma ideia de vingança de um grupo político contra o outro (como, por exemplo, na disputa entre a prisão do presidente Lula da Silva e do ex-presidente Jair Bolsonaro); o punitivismo brasileiro mostra ser a face mais concreta da perda de horizontes.

Quando nada mais resta além do ódio dos “cidadãos de bem” contra aqueles que, em seu entendimento, desvirtuaram-se do seu caminho de retidão, a resposta contra o sentimento de humilhação da vida cotidiana gerada pela impunidade acaba por se transformar no instrumento mais próximo de justiça – não mais social, no sentido de construção de uma nova realidade de igualdade, fraternidade, solidariedade — mas, sim, na transformação do voto e discurso político em arma contra tudo e contra todos, vistos como “farinha do mesmo saco”.

O punitivismo, que caracteriza a política brasileira, há muitas décadas, mais visível entre os conservadores, também tem significado no campo progressista, como se pode observar no texto *A Esquerda Punitiva*, da jurista Maria Lucia Karam (1996). A autora aponta que, exatamente há 30 anos, o discurso do punitivismo já amalhava segmentos importantes da esquerda.

Diante do processo de individualização, da perda de solidariedade no tecido social, e do esvaecimento das utopias do socialismo real, a esquerda passou a ter o punitivismo também como forma de articulação política.

Quando parte da esquerda progressista defende punir os crimes de “colarinho-branco”, ou cancela a cultura do cancelamento, que desconsidera toda a lógica de presunção de inocência do Estado Democrático de Direito, somente mascara o esvaziamento de novas utopias que sonhem com um país mais justo e com mais dignidade. Apesar do punitivismo da esquerda ser diferente do concebido pela direita, a gramática se assemelha na lógica da punição como ferramenta política.

Conectado com esse fenômeno do punitivismo, observa-se a persistência da violência, a expansão territorial do crime organizado e a percepção de um Estado ausente ou fraco, reforçando a sensação de descontrole social. A violência diária gera drástica demanda por ordem. Quanto aos brasileiros, 43% concordam que “os direitos humanos só protegem bandidos”, e 38% endossam a máxima de que “bandido bom

é bandido morto". A maioria, 55,5%, exige que a polícia tenha mais liberdade para agir.

Contudo, esse desejo não é de anomia civil: 67% rejeitam a tese de que armar a população diminui a criminalidade. O ressentimento punitivista é a resposta de quem obedece às regras, paga impostos que considera opressivos, e é recompensado com o abandono. Punir o outro, o "mau brasileiro", ou o infrator, torna-se um alívio simbólico em uma sociedade carente de justiça material.

A pesquisa revela que a propensão ao conservadorismo moral e punitivismo, no Brasil, não é fruto de um delírio totalitário, mas de um mecanismo defensivo contra a falência estatal. Afinal, diante de um Estado que não provê segurança básica e de uma economia que nem sempre alcança os sonhos do trabalhador, parte dos cidadãos agarra-se às certezas que restaram para organizar o caos: Deus, a punição severa dos infratores, e a família.

Ainda que, muitas vezes, o reacionarismo, nos termos de Mark Lilla (2018a), distingue-se da ideia revolucionária, tantas outras vezes associada à esquerda, o punitivismo não se confunde: enquanto a esquerda olha para o passado, a direita mira um futuro incerto. Porém, o sentimento da "ameaça", do "medo", e, por mais paradoxal que seja, da "injustiça", seja política ou pessoal, acaba por tomar corações e mentes dos mais diferentes espectros políticos brasileiros. Esse sentimento sintetiza uma desilusão na habilidade cotidiana do "amar ao próximo como a ti mesmo". O sociólogo Flávio Pierucci (1987), quase 40 anos atrás, já identificava, no que chamou de "nova direita", os traços do punitivismo no campo conservador.

O autor afirma que o traço mais evidente desse grupo é a sensação constante de ameaça em relação aos outros. Segundo defende, percebe-se ameaçado por delinquentes e criminosos, por crianças abandonadas, por migrantes recentes – especialmente nordestinos e, em alguns bairros, também por imigrantes asiáticos, como os coreanos –; por mulheres consideradas "liberadas"; por homossexuais (sobretudo travestis); pelas drogas; pela indústria da pornografia; e por uma permissividade entendida como generalizada.

Essas pessoas sentem-se igualmente ameaçadas pelos jovens, cujos comportamentos lhes parecem pouco conformes às convenções e à hierarquia das idades, bem como pela presença de subproletários e

mendigos, nas grandes cidades, que evocariam, em seu imaginário, antigos fantasmas, como a revolução socialista.

Pierucci (1987) sustenta que, imersos em uma crise complexa e persistente – não apenas econômica e política, mas também cultural –, esses sujeitos sentem-se abandonados e desorientados, reagindo com medo e apego aos elementos remanescentes de uma identidade em declínio. Nesse contexto, tenderiam a investir todas as suas forças na autodefesa, termo que se torna central em seu vocabulário sob a forma de “legítima defesa”. Tal autodefesa envolveria tanto a proteção de suas vidas, seus bens e honra de seus familiares, quanto a preservação de seus valores, entendida como uma forma de defesa de si mesmos.

O que mudou, portanto, do fenômeno punitivista de 30 ou 40 anos atrás para agora? Alguns fatores certamente mudaram. Em primeiro lugar, a inovação da internet e das redes sociais, fenômeno novo que não existia décadas atrás. Isso, por si só, fez com que tudo aquilo que era dito e pensado em pequenos grupos, de repente ganhasse escala suficiente para se constituir em opiniões massificadas que impactam diretamente o voto do brasileiro. Em segundo lugar, a crise de confiança na política e nas instituições da Nova República. É possível afirmar que o esgotamento do sistema político, a percepção de promessas não cumpridas e a sensação difusa de que “nem a democracia nem a política resolvem”, produziram um afastamento agudo do eleitorado em relação às mediações institucionais tradicionais.

O dado mais alarmante sobre o pensamento do eleitor brasileiro atual é a profunda descrença nas instituições que sustentam a República. A pesquisa quantitativa revela que expressivos 74% dos brasileiros concordam que o Congresso Nacional representa mal o povo. O Supremo Tribunal Federal (STF) também sofre ampla rejeição, com 52% da população afirmando não confiar na corte. O paradoxo institucional atinge seu ápice, ao constatar-se que 60% dos eleitores concordam que “o Brasil precisa de um líder forte que não dependa do Congresso”.

Para além da conjuntura, esses números refletem um diagnóstico estrutural profundo: a herança do patrimonialismo, tese central de Raymundo Faoro (2012) na obra *Os Donos do Poder*, publicada originalmente em 1958, e ainda atual para pensar a sociedade brasileira contemporânea. Na pesquisa sobre como pensa o eleitor, nota-se que o brasileiro que vota repudia

o Congresso e as instituições porque parece não enxergar o Estado como um ente público e impessoal, mas enquanto um "estamento burocrático", conceito utilizado por Faoro (2012) para designar a camada de funcionários e dirigentes públicos que se apropria da soberania e dos recursos nacionais para gerir o Estado como se este fosse uma propriedade privada, beneficiando apenas aqueles que estão mais próximos do poder.

Sob essa lógica, a rejeição ao patrimonialismo "deles" convive, paradoxalmente, com frequência, com a esperança de que o seu próprio grupo político capture o Estado para ser beneficiado por essa mesma máquina.

Nesse cenário de falência da mediação institucional, a tipologia de Max Weber (2004b) sobre a dominação torna-se aplicável. Quando a "legitimidade legal-racional" (o império das leis, dos tribunais e do parlamento) entra em colapso devido à percepção generalizada de corrupção e ineficácia, as massas migram sua esperança para a "legitimação carismática". Abre-se, assim, uma brecha escancarada para a extrema-direita, que oferece líderes portadores de uma "verdade brutal". Ao confrontar abertamente a burocracia, a mídia tradicional e o "politicamente correto", o líder carismático promete um curto-circuito no sistema patrimonialista, respondendo ao anseio autoritário de parte da população por um salvador independente das amarras legislativas.

Em terceiro lugar, há o fim das utopias. Com o esgotamento das grandes utopias políticas, após a queda do Muro de Berlim, e diante de uma redemocratização brasileira que não se traduziu em democracia substantiva, a promessa de transformação estrutural perdeu densidade histórica. A Constituição de 1988 ampliou direitos formais, mas as crises institucionais recorrentes – *impeachments*, escândalos e a prisão de presidentes – aprofundaram a descrença no sistema representativo.

Nos termos de Norberto Bobbio (1986), consolidou-se uma democracia formal, mas não plenamente substantiva. Essa quebra e/ou falta de (novos) projetos coletivos fortalece o voto punitivista como solução imediata dos problemas estruturais do Brasil. Na cegueira de um caminho melhor, talvez mais idílico, democrático e socialmente justo, parte relevante do eleitorado brasileiro substitui o fim das utopias por algo mais concreto e tangível: a solução não está mais no coletivo, mas na punição do "outro" que é causa e consequência de todos os problemas do país.

Em quarto lugar, há uma precarização, onde a utopia do emprego formal perdeu sua hegemonia, cedendo espaço para outros projetos de vida entre a população brasileira. A sociedade mostrou-se rigorosamente dividida, nesse aspecto: 48% acreditam que o emprego com carteira assinada (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT) é o melhor tipo de trabalho, enquanto 47% discordam.

Essa rejeição à CLT é expressivamente mais aguda entre os mais jovens, chegando a 57%. É relevante notar, entretanto, como o capitalismo brasileiro, longe de conseguir absorver toda a população no setor formal dinâmico da economia, acaba por intensificar um universo ainda pouco regulado e marcado por jornadas flexíveis, que tendem a gerar precariedade. O que se observa com a "uberização", portanto, não é a superação desse cenário, mas a sua perversa sofisticação tecnológica. A instabilidade, que sempre foi um dado dramático da exclusão estrutural do país, aparece ressignificada em termos como "liberdade" e "autonomia".

A etapa qualitativa iluminou essa inversão de forma cristalina: para o jovem plataformizado, a segurança da CLT é decodificada como estagnação e submissão hierárquica, enquanto a precarização é rebatizada de "potência" e "empreendedorismo". Opera-se, aqui, uma espécie de tradução neoliberal da ideia de esperança: o fracasso deixa de ser uma questão estrutural, consequência de um sistema econômico propenso à desigualdade e de um Estado inoperante, para se tornar uma falha pessoal de *mindset* ou de *performance* individual.

Como argumenta o sociólogo Jessé Souza (2012), a ideologia da meritocracia atua como fumaça moral que naturaliza a desigualdade e culpabiliza a própria vítima. A direita demonstrou enorme capacidade de capturar essa subjetividade, ao validar esteticamente o "batalhador" periférico, oferecendo-lhe um senso de dignidade imediata ancorado no sucesso financeiro e no consumo, esvaziando a narrativa coletiva de proteção do Estado social histórico. Nesse sentido, o punitivismo surge em outra esfera, na contradição entre os "batalhadores" e aqueles que "vivem à custa do Estado" – e, logo, que deveriam ser, se não punidos, pelo menos não "recompensados".

Em quinto lugar, considera-se ter havido também um aumento expressivo da polarização do debate público. Os dados confirmam um

equilíbrio de forças de autoidentificação: 27% alinham-se à extrema esquerda/esquerda /centro-esquerda e 28% à extrema-direita/direita/centro-direita. Contudo, a divisão afetiva brasileira apresenta uma simetria punitivista que transcende a ideologia: 55% dos entrevistados consideram correta a prisão de Luiz Inácio Lula da Silva, e 57% consideram correta a prisão de Jair Bolsonaro. A rejeição ao bolsonarismo – 56% discordam que faz bem ao país – é superior à rejeição ao petismo – 44% discordam que faz bem –, mas chama a atenção que parcela significativa repudia ambas as forças.

Apesar disso, se, nas redes sociais, o discurso de ódio e punição se dá de maneira gritante, dentro da vida cotidiana, há um silenciamento: 74% dos brasileiros afirmam evitar falar sobre política para não criar atritos, e 55% raramente ou nunca conversam sobre o tema com amigos e familiares.

Esse silenciamento aparentemente voluntário parece estar mais ligado a um instinto de preservação do que à mera apatia. Assim, pode ser lido sob a ótica de Sérgio Buarque de Holanda (1995) e seu conceito de "homem cordial". Segundo essa noção, a vida pública no Brasil é historicamente pautada pelo primado dos afetos (*cordis*, coração) sobre a razão impessoal. No sentido proposto, observa-se que a polarização atual transformou aquele que seria um adversário político em uma espécie de inimigo íntimo e pessoal, elevando o custo social do debate ao limite da ruptura de laços.

Tendo em vista que o Estado, as leis impessoais e as instituições políticas passaram a ser percebidos por parcela significativa da população como um ambiente distante, hostil e pouco responsivo às suas demandas, muitos indivíduos deslocaram sua confiança e seu senso de orientação para esferas mais próximas e concretas da vida cotidiana, como a família, igreja e as redes comunitárias, onde predominam vínculos diretos, reconhecimento mútuo e relações baseadas na confiança pessoal.

A nova ecologia da informação aparenta ter acelerado esse processo. Apesar do dado quantitativo de que 84% não confiam nas notícias recebidas pelas redes sociais, a pesquisa qualitativa indica que os grupos estudados são influenciados pelas ferramentas, revelando que a autoridade informacional deixou de estar concentrada na imprensa tradicional e em instituições formais e passou a circular com mais força em circuitos interpessoais, como grupos de WhatsApp e lideranças religiosas, âmbitos

em que a validação da informação ocorre menos por verificação objetiva e mais pela confiança em quem transmite a mensagem.

Por fim, a pauta de costumes, que já existia décadas atrás, ganha força renovada ao estabelecer contradições vitais que desmentem um conservadorismo cego. Se, por um lado, 57% veem a "família tradicional" (homem, mulher, filhos) como o modelo ideal absoluto – número que salta para 71% entre os evangélicos –, por outro lado, a sociedade divide-se sobre a naturalidade da união homoafetiva.

A expressão "ideologia de gênero" atua como clássico apito de cachorro (*dog whistle*), e é rechaçada por grande parte da população por ser interpretada como uma intervenção estatal autoritária na educação íntima dos filhos. Contudo, o brasileiro rejeita o dogmatismo, quando se trata do pragmatismo material da vida: 65% concordam com a educação sexual nas escolas; 57% reconhecem a importância do feminismo na busca por justiça salarial e proteção à mulher; e, paradoxalmente, enquanto 60% se dizem contra a descriminalização irrestrita do aborto, 57% concordam, total ou parcialmente, que "a mulher deve decidir em qualquer circunstância". A moralidade brasileira é amplamente tolerante ao avanço que protege a vida concreta, mas é beligerante contra o que soa como "doutrinação de cima para baixo".

Assim, o que une o voto da direita e da esquerda hoje é uma nova (mas não tão nova) forma de lidar com o fim das utopias em um país dividido pela polarização de uma democracia plena que nunca se realizou; de um modelo de desenvolvimento econômico que precariza as massas trabalhadoras e favorece os bilionários; e um sentimento profundo de injustiça e humilhação. Nesse caldo de uma "tempestade perfeita", emerge um novo tipo de voto, que não é necessariamente nem só ideológico, nem só racional e pragmático, mas eminentemente um voto de protesto e revolta. Dessa maneira, a radiografia pormenorizada do eleitorado brasileiro, no limiar do próximo ciclo eleitoral, evidencia um país sob fortíssima tensão psicológica e material. Para compreender o comportamento nas urnas, é preciso identificar as forças que operam sobre as massas.

O que desune o brasileiro é o fato de a política ter se transformado em um teatro de ressentimentos cruzados e identidades exclusivistas.

Como se pode adaptar da análise de Sigmund Freud (2011), na psicologia das massas, a união profunda em torno de um "Ideal do Eu" (seja um líder carismático ou uma ideologia) exige, obrigatoriamente, a construção de um inimigo externo. O faccionalismo afetivo sequestrou o debate programático: os brasileiros identificam-se mutuamente pelo sentimento partilhado contra o "outro" (seja o "comunista" ou o "fascista"), rompendo a sociabilidade básica e dividindo a nação em trincheiras incomunicáveis. Essa ruptura é ativamente alimentada, inclusive com apropriação de narrativas da extrema-direita global, por projetos que lucram politicamente com a desagregação e com a "guerra espiritual" travada nas redes sociais.

Por outro lado, o que une o brasileiro, paradoxalmente, é a sua exaustão e o seu pragmatismo de sobrevivência. Por baixo da superfície ruidosa da guerra cultural algorítmica, há uma gigantesca maioria silenciosa que partilha de uma orfandade institucional. O que unifica o jovem plataformizado, a mãe sobrecarregada e o trabalhador evangélico é o cansaço estrutural diante de um Estado de herança patrimonialista, que recorrentemente é visto como um arrecadador de tributos sem oferecer retorno, que falha na entrega de serviços e não devolve o mínimo existencial.

No cotidiano, o eleitor resume esse diagnóstico em frases simples e duras: "a política não funciona", "o crime manda mais do que o Estado" e "alguém precisa impor ordem". Parte relevante do eleitorado exige ordens moral e física em um ambiente caótico. Clamam por previsibilidade e dignidade para prosperar com seus próprios esforços.

A grande tarefa imposta ao campo democrático e progressista para as disputas futuras não é vencer um debate teórico sobre conceitos, mas reconectar-se com essa racionalidade. A esperança precisará ser disputada não em nome de abstrações institucionais que o povo, por sobrevivência, aprendeu a rejeitar, mas na materialidade dura do cotidiano, onde o sentido da vida nacional se constrói e, em última instância, se decide o voto.

A tese: ascensão e queda da hegemonia progressista

Os mitos fundadores e a cultura política de longa duração

Para interpretar o conservadorismo de hoje, é preciso começar muito antes de 2013. A cultura política brasileira não começa com o Partido dos Trabalhadores (PT) nem com Bolsonaro; mas com os mitos fundadores que estruturaram o imaginário nacional ao longo de séculos. Da Carta de Pero Vaz de Caminha – “em se plantando, tudo dá” – à democracia racial e ao homem cordial de Sérgio Buarque de Holanda, passando pelos bandeirantes como símbolos de bravura pioneira e pela ideia de que o Brasil é “o país do futuro”, nossos mitos fundadores foram construídos no imaginário popular de forma fragmentada e, frequentemente, contraditória.

Cada um deles porta uma visão de mundo, uma hierarquia, uma forma de entender a autoridade, o trabalho, a diferença e a nação. A democracia racial, por exemplo, não apenas escondeu o racismo estrutural, apenas o naturalizou, tornando as desigualdades raciais invisíveis ao debate público e à formulação de políticas. O homem cordial não apenas descreveu o brasileiro como avesso ao conflito, mas legitimou um modo de fazer política baseado no favor, clientelismo e na dissolução das fronteiras entre público e privado. Esses padrões culturais de longa duração – que os cientistas políticos chamam de *path dependence* – são o substrato sobre o qual tanto o progressismo quanto o conservadorismo brasileiro precisaram construir suas narrativas.

Nesse substrato é que o conservadorismo encontra, ainda hoje, uma vantagem estrutural: não precisa inovar culturalmente. Apenas precisa reativar o que já está depositado no imaginário coletivo. Valores como autoridade, família, hierarquia, punição e providência divina têm raízes na cultura política brasileira muito mais antigas do que qualquer partido. A pesquisa confirma essa persistência: 53,8% dos entrevistados concordam totalmente que “é importante respeitar a autoridade acima de tudo” – com outros 29,2% concordando parcialmente, totalizando 83% de adesão ao princípio da autoridade. Esse não é um valor importado da extrema-direita internacional; é uma disposição cultural de longuíssima data.

A construção da hegemonia progressista³

A hegemonia progressista que se construiu a partir da segunda metade dos anos 1970 foi um dos projetos políticos mais bem-sucedidos da história democrática brasileira. Nasceu da resistência à ditadura militar; cresceu nos sindicatos e nos movimentos sociais; articulou-se nas greves do ABC paulista; organizou-se politicamente no PT fundado em 1980; ganhou as ruas nas Diretas Já, em 1984; consolidou-se na Constituição Cidadã de 1988; e chegou ao poder federal com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, assumindo em 2003.

Esse percurso não foi apenas eleitoral; foi, no sentido gramsciano, hegemônico. O campo progressista conseguiu fazer com que determinadas visões de mundo – o Estado como protetor dos mais pobres, a valorização da cidadania, o combate à desigualdade, a primazia da democracia sobre o autoritarismo – se tornassem, senão o senso comum de toda a sociedade, ao menos o horizonte legítimo da disputa política. Quem defendesse a ditadura não apenas perdia eleições; perdia moral. O campo democrático havia conquistado não apenas o governo, mas a autoridade moral do debate público.

Os governos do PT, entre 2003 e 2016 materializaram parcialmente esse projeto. O Brasil assistiu à maior redução de desigualdade de sua história recente: entre 2003 e 2014, o índice de Gini recuou de 0,58 para 0,52. Mais de 30 milhões de brasileiros saíram da pobreza. O Programa Bolsa Família transferiu renda para quase 14 milhões de famílias. O salário mínimo real aumentou mais de 70%, em seu poder de compra. A taxa de desemprego recuou de 12,3% para 4,8%. Universidades foram criadas em regiões historicamente excluídas do Ensino Superior. As cotas raciais foram instituídas, abrindo a universidade pública para jovens negros e de baixa renda, pela primeira vez na história.

³ Agradecimento ao historiador e professor da Universidade Estadual de Montes Claros, Prof. Dr. Laurindo Mékie Pereira, que contribuiu gentilmente com a discussão sobre a perspectiva histórica da hegemonia do campo progressista.

Esses dados são relevantes não apenas porque mostram êxitos de governo, mas porque estruturam uma memória afetiva de inclusão – a percepção, especialmente nas classes populares, de que as coisas melhoraram, de 2003 a 2014. Essa memória ainda é detectável nos dados: quando perguntados sobre 2026, o eleitor de baixa renda ainda tende mais ao campo progressista do que o de alta renda. A memória da inclusão é um ativo político real – mas é também o limite estratégico de um campo que passou a depender mais da memória do passado do que de uma visão de futuro.

Quando a hegemonia começou a rachar por dentro

À medida que o PT consolidava o poder federal, foram se acumulando, em silêncio, as tensões que iriam explodir em 2013. Quatro delas merecem atenção particular, por sua capacidade de alimentar a reação conservadora que se seguiu.

A primeira tensão foi a do presidencialismo de coalizão. Para governar um país com dezenas de partidos no Congresso, qualquer governo precisa construir coalizões amplas e ceder espaço a parceiros que não compartilham de seus valores. O PT não foi diferente: governou com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – atual MDB –, com partidos de direita e com o “Centrão”, incorporando práticas que, de diversas formas, eram exatamente o que o partido havia prometido combater. Essa contradição – o partido que nascia da moralização da política reproduzindo, no poder, algumas das práticas que criticava – foi o substrato moral sobre o qual a Lava Jato operaria anos depois.

A segunda tensão foi a mudança na base simbólica da esquerda. Ao longo dos anos 2000, e especialmente nas décadas seguintes, o campo progressista foi progressivamente deslocando sua ênfase da luta de classes e das políticas redistributivas para as pautas identitárias. Um exemplo pode ser visto no passado recente: Lula subiu a rampa, em 1º de janeiro de 2023, carregado simbolicamente pelo povo (Figura 1).

Com a semiótica plural de grupos sociais que subiram de mãos dadas a rampa do Planalto em sua posse, a esquerda já indicava a mudança de seu perfil, que não mais incluía como protagonistas os principais movimentos sociais sindicais, de trabalhadores e das bases sociais que, durante décadas, representaram uma visão de luta de classes, mas sim o identitarismo representado

por indígenas, LGBT+, Pessoas com Deficiência (PCDs), mulheres, negros, dentre outros tantos grupos minoritários historicamente marginalizados.

Essa transição não foi equivocada em si; as pautas identitárias têm legitimidade política e moral. Mas foi feita sem garantir a simultaneidade com as pautas materiais e, mais grave, sem a capacidade de comunicar didaticamente às classes populares por que as pautas identitárias importavam para as suas vidas concretas. O resultado foi um distanciamento crescente entre o campo progressista urbano e escolarizado e o eleitor popular, que havia sido a base do lulismo.

Na posse do presidente Lula, em 2023, na foto, nota-se a ausência semiótica dos movimentos sindicais, sociais de base, assim como bandeiras contra a fome e a pobreza. A esquerda, de muitas formas, migrou sua base social da luta de classes e do combate à pobreza para a bandeira identitária.



Figura 1. Posse do presidente Lula em 2023

Fonte: Palácio do Planalto / divulgação oficial.

A terceira tensão foi econômica. O modelo de crescimento da era PT dependia de um ciclo favorável de *commodities* que começou a se exaurir entre 2011–2012. A inflação cresceu; a conta fiscal deteriorou-se; e a tentativa de controle, por meio de desonerações e subsídios, criou distorções que se revelaram politicamente insustentáveis. O *boom* de consumo que havia alimentado a “nova classe média” começou a dar sinais de esgotamento e a percepção de perda de poder aquisitivo, especialmente após 2013, foi muito mais politicamente negativa do que a memória dos ganhos anteriores.

Para boa parte da população, a vida piorou, da porta para dentro, com o fim do crédito abundante e do poder de compra dos primeiros governos do PT, e não melhorou da porta para fora, com serviços públicos ainda com qualidade abaixo das demandas populares, o que deu vazão para o discurso neoliberal de Estado mínimo e para a ascensão do neopentecostalismo, que passou a atuar onde o Estado falha.

A quarta tensão foi comunicacional. O campo progressista governou bem a televisão, mas perdeu as redes sociais. A direita percebeu, antes do PT, que o Facebook, o YouTube e, depois, o WhatsApp, Instagram e TikTok, eram espaços de formação de opinião que a imprensa tradicional não controlava mais e ocupou esses espaços com uma narrativa simples, emocional e moral: os “honestos” contra os “corruptos”; o “cidadão de bem” contra o sistema; a “liberdade” contra o “comunismo”. Quando as redes sociais se tornaram o principal meio de informação política, o campo progressista havia perdido esse terreno.

São essas tensões, acumuladas, não resolvidas, sobrepostas, que confluem, de modo dramático, para o ponto de ruptura de junho de 2013.

A antítese: a ópera política brasileira – os quatro atos da reemergência conservadora

Para compreender a antítese – a reação conservadora que se afirmou a partir de 2013 – retoma-se o período das últimas eleições como uma ópera política em quatro atos. Em uma ópera, há um libreto que estrutura a narrativa, mas há também a *performance* dos atores, que pode subverter ou amplificar aquilo que o libreto prescreve. A política brasileira vem seguindo um libreto conservador claro – crise moral do Estado, busca do *outsider*, polarização afetiva, liderança messiânica – mas foi performada por atores reais cujas contradições e excessos deixaram marcas duradouras no eleitorado.

Antes de entrar nos atos, é necessário entender o “*leitmotiv*” desta ópera: o sentimento estrutural que atravessa todos os atos como um tema musical recorrente. Esse *leitmotiv* é a percepção de que o Estado falhou – moral, material e simbolicamente. Quando 70,2% dos brasileiros concordam que a política inspira mais raiva do que esperança; quando 73,9% percebem que o Congresso representa mal o povo; quando apenas 18,2% sentem que o governo federal está presente em seu bairro – esses dados não medem apenas uma avaliação de conjuntura; medem uma acumulação histórica de frustrações que os atos dessa ópera foram, um a um, aprofundando.

Overture: o levante de 2013 e o voto punitivo

A *overture* dessa ópera começa em junho de 2013, quando um levante de proporções históricas saiu às ruas do Brasil com demandas difusas. O estopim era o aumento de 20 centavos na passagem de ônibus em São Paulo – mas o combustível era uma acumulação de frustrações que não cabiam mais: a percepção de que os serviços públicos eram precários; de que os gastos com a Copa do Mundo eram absurdos; de que os políticos eram corruptos; e que “a política não funcionava”. O que começou como mobilização popular, rapidamente transformou-se em algo que o campo progressista não sabia nomear nem liderar.

Junho de 2013 foi o momento em que o *leitmotiv* da ópera ganhou sua primeira grande *performance* pública. Pela primeira vez, desde a redemocratização, uma mobilização de rua produziu um efeito de deslegitimação que atingia indistintamente os partidos em geral e as instituições. A imprensa, que durante décadas havia enquadrado a política como disputa entre projetos, passou, de muitas formas, a adotar um certo olhar de criminalização e deslegitimação da própria atividade política. Esse enquadramento moral que a Lava Jato aprofundaria, a partir de 2014, foi o nascimento da gramática política que dominaria os anos seguintes.

A eleição presidencial de 2014, realizada nesse contexto, foi a primeira expressão eleitoral desse novo ambiente. Dilma Rousseff (PT) venceu Aécio Neves (Partido da Social-Democracia Brasileira - PSDB) com a margem mais estreita desde a redemocratização: 51,6% a 48,4%, uma diferença de apenas 3,28 pontos percentuais. Essa margem não era apenas um resultado eleitoral, mas o mapa de um país dividido. E quando Aécio Neves questionou o resultado das urnas – inaugurando uma nova forma de oposição, personalista, antissistema e disposta a questionar a legitimidade das próprias regras democráticas – a ópera entrou em seu primeiro ato com tudo que precisava para chegar ao clímax.

A Operação Lava Jato, iniciada em março de 2014, foi a partitura que transformou a raiva difusa em narrativa coerente. Ao associar sistematicamente o PT – e, progressivamente, toda a classe política – à corrupção, imoralidade e traição ao povo, a Lava Jato não apenas investigou crimes, mas produziu o vocabulário moral que o conservadorismo precisava para se apresentar como alternativa legítima. “Honestos” contra “corruptos” substituiu “direita” contra “esquerda” como clivagem organizadora do debate público. Esse deslocamento foi fundamental: ao “moralizar” a política, a Lava Jato tornou o debate ideológico secundário e abriu o caminho para um *outsider* que pudesse se apresentar como moralmente superior a todos.

Nesse período, é importante notar a drástica mudança na política econômica do Governo Dilma II, que indicou Joaquim Levy para adotar medidas duras de ajuste fiscal, com transformação relevante em relação às bases da chamada Nova Matriz Econômica. Trata-se de um conjunto de políticas adotadas no primeiro governo Dilma Rousseff (2011–2014), baseado em um modelo desenvolvimentista voltado a estimular o

crescimento por meio da redução forçada dos juros, combinada ao aumento dos gastos públicos, desonerações fiscais e controle de preços administrados. Apesar das boas intenções, o arranjo acabou se mostrando ineficaz e gerou distorções econômicas e políticas.

Pode-se especular que as condições para a “tempestade perfeita”, que viria no Ato I da ópera política brasileira, se consumaram nesse intervalo: o esvaziamento do discurso do campo progressista – então representado pelo PT –, que passou a precisar justificar uma linha de atuação mais próxima do receituário liberal. De muitas formas, isso contribuiu para a perda de legitimidade em sua base histórica. Esse caldo de crises institucional, política e econômica foi fundamental para o declínio da hegemonia do campo progressista.

Ato I — A ruptura (2016) e a erosão do processo democrático

O primeiro ato dessa ópera não se inicia com uma eleição, mas com um *impeachment*. Em 2016, a presidente Dilma Rousseff foi afastada do cargo, pelo Congresso Nacional. O resultado prático foi a ascensão de Michel Temer (PMDB) à Presidência, com um programa econômico abertamente liberal e a mais baixa popularidade de qualquer governo, desde a redemocratização.

O Ato I parece ter representado a consolidação de uma nova gramática política, com pelo menos três consequências que se mostrariam duradouras.

A primeira significou algo como a criminalização simbólica da política: fazer política tornou-se suspeito, e a negociação – essência de qualquer democracia representativa – passou a ser frequentemente lida como concessão criminosa.

A segunda foi a validação do punitivismo, como forma de ação política: a ideia de que o sistema poderia e deveria ser punido, interrompido, derrubado, quando julgado moralmente corrompido.

A terceira foi a abertura do espaço para o *outsider*: Se a classe política era percebida como toda corrupta, o antídoto imaginado seria alguém que não pertencesse a ela – e que pudesse, por isso mesmo, prometer-lo sem custo de credibilidade.

Aqui é que a lógica de Paulo Freire (2018) começa a operar em chave invertida. O oprimido — que durante décadas havia aprendido a votar no PT como instrumento de sua própria emancipação — começava a perceber, na punição do sistema político, uma forma de exercer poder. O voto, antes instrumento de construção, tornava-se instrumento de negação. O eleitor, que havia sido excluído historicamente, encontrava, na linguagem do punitivismo, uma sensação de controle e agência que as políticas sociais, por melhores que fossem, não haviam conseguido produzir no plano simbólico.

A pesquisa documenta a permanência desse impulso punitivo. Quando se pergunta se a prisão de Lula, na época da Lava Jato, foi correta, 55,1% concordam. Quando se pergunta se a prisão de Bolsonaro por tentativa de golpe foi correta, 57,4% concordam. Mesmo considerando que são partes do eleitorado distintas que possuem essa opinião, dentro de um contexto de clivagem política, há de se refletir sobre o quadro mais amplo: de maneira geral, tanto o eleitor lulista, quanto o bolsonarista, punem quem percebem como tendo violado a moral pública. Essa é a marca do voto punitivo: independentemente do lado político do eleitor, a punição passou a ser vista como instrumento principal de participação política.

Esse impulso punitivo encontra sua expressão mais aguda e decisiva, eleitoralmente, no debate sobre segurança pública. Precisamente aqui é que o campo progressista perdeu, ao longo dos últimos 20 anos, uma das batalhas mais consequentes da disputa política contemporânea. A esquerda, imersa em debates acadêmicos, não conseguiu traduzir ou decifrar a dor da mulher periférica que convive diariamente com a violência, o domínio das facções e o tráfico de drogas operando literalmente na porta de sua casa. O discurso progressista soou distante, romantizado e demasiadamente teorizado, falhando em oferecer respostas imediatas ao terror vivido nessas comunidades.

Ao tratar a segurança pública, sobretudo, como problema técnico, criminológico, ou de direitos humanos – temas legítimos, mas insuficientes –, a esquerda deixou de elaborar uma gramática própria capaz de dialogar com a experiência concreta da violência vivida no cotidiano de quem mora nas periferias urbanas. Mais do que perder o debate técnico, perdeu o debate simbólico: deixou de nomear, em linguagem reconhecível, aquilo que a

vasta maioria do eleitorado de baixa renda sente como ameaça permanente à própria sobrevivência.

A direita, por sua vez, compreendeu antes e melhor essa gramática. Sintetizou-a em uma fórmula moralmente brutal, mas comunicacionalmente devastadora – “bandido bom é bandido morto” –, frase que encontra 38,3% de concordância imediata na pesquisa e que, no eleitorado bolsonarista fiel, salta para 73,6%. Mais relevante do que o número agregado, é o que essa frase opera simbolicamente: responde, em uma só sentença, ao medo cotidiano, à sensação de impotência diante do crime, à percepção de que o Estado falha em proteger e à demanda de quem precisa atravessar diariamente uma rua que pode ser uma cena de tiroteio.

A direita não convenceu o eleitor a apoiar a violência letal; mas ofereceu uma linguagem que dava nome a um afeto que já estava ali – a raiva, a exaustão e o medo das famílias que vivem o que a maioria dos analistas só conhece por estatísticas. O instinto básico de sobrevivência, a urgência por ordem e o desejo de proteção familiar pavimentaram a aceitação natural desse discurso punitivista, criando sua própria gramática nas camadas populares.

A pesquisa torna esse deslocamento ainda mais nítido quando se observa a mulher periférica, aquela que cria filhos em territórios disputados entre tráfico, milícias e polícia; que conhece pelo primeiro nome os adolescentes mortos do bairro; que sai antes do amanhecer e volta depois do anoitecer e sabe, na carne, que a tese abstrata dos direitos humanos não convive com facilidade com a experiência concreta do toque de recolher imposto pelas facções. Para essa mulher, a defesa institucional dos direitos do “outro” – sem que se nomeasse, na mesma intensidade, o direito dela à segurança, à integridade do filho, à ida em paz à escola – soou, não raro, como descaso.

O campo progressista, ao não conseguir oferecer uma agenda de segurança pública que dialogasse com essa sintaxe simbólica da sobrevivência, abriu espaço para que a direita ocupasse, com simplicidade e eficácia, um terreno simbólico que historicamente deveria ter sido seu – o terreno da proteção concreta de quem mais precisa do Estado.

Ato II — A prisão do primo *uomo* Lula e o canto do "outsider" Bolsonaro (2018)

O segundo ato dessa ópera é o mais dramático, o que mais precisa ser compreendido em suas múltiplas camadas. O cenário de 2018 era de ruína estrutural acumulada: recessão prolongada, que havia eliminado mais de 3 milhões de empregos formais; taxa de desemprego superior a 12%; crise aguda de segurança pública, com a intervenção federal no Rio de Janeiro; greve dos caminhoneiros, que paralisou o país por dez dias; e um governo Temer com menos de 5% de aprovação popular. O palco estava preparado para uma ruptura.

A Jornada do Herói, um conceito desenvolvido por Joseph Campbell, (2007), no qual um protagonista sai de seu mundo comum, enfrenta desafios, vence e retorna transformado, estava dada na figura de Jair Messias Bolsonaro, o “mito”, mas também na figura de Luiz Inácio Lula da Silva, o “pai dos pobres”. Não cabe aqui a classificação de quem seria o herói ou o anti-herói, mas é oportuno analisar que, com suas próprias peculiaridades e a partir da visão específica de cada grupo político, tanto Lula quanto Bolsonaro representavam a jornada do herói para seus apoiadores.

Assim, o primeiro ponto de inflexão desse primeiro ato veio em abril de 2018: a prisão do ex-presidente Lula da Silva, em cumprimento à condenação emanada pelo então juiz Sérgio Moro. Até aquele momento, Lula liderava todas as pesquisas de intenção de voto, com vantagem expressiva sobre outros adversários. Sua retirada abrupta do palco, após 580 dias de sua própria *via crucis*, produziu dois efeitos simultâneos e opostos.

Para o bloco conservador e partes do centrismo pragmático, foi a catarse definitiva: a prova de que o sistema era capaz de punir os poderosos, de que a Lava Jato havia cumprido sua promessa.

Para o campo progressista, foi um traumatismo que impediu a reconstrução de uma narrativa de futuro. Foi vivida como um silenciamento traumático, forçando uma substituição emergencial por Fernando Haddad em uma manobra que transferiu o ônus da rejeição, mas não o magnetismo do líder encarcerado. Mais do que um fato jurídico, a prisão do ex-presidente engoliu qualquer possibilidade de debate programático e transformou a eleição em um plebiscito apaixonado e polarizado.

À sua maneira, a prisão de Lula integralizou a primeira jornada do herói desse ato, uma narrativa da resistência e redenção, de ascensão, queda e superação. Pode-se especular que, nesse momento, começa, de fato, a polarização político-eleitoral que dará sentido aos atos seguintes dessa ópera.

Ato contínuo, no vácuo criado por essa polarização, Jair Bolsonaro, então deputado federal pelo Partido Social Liberal (PSL), integrante do chamado “baixo clero” parlamentar, com 27 anos de Congresso, sem grande relevância nacional, soube, com maestria improvisada, ocupar o espaço que os grandes partidos e candidatos tradicionais haviam deixado vazio. Sua estratégia era simples e, por isso, eficaz: apresentar-se como o avesso perfeito de tudo aquilo que o eleitorado rejeitava.

Enquanto os políticos tradicionais falavam em propostas, ele falava em valores. Enquanto os partidos discutiam programas, ele discutia inimigos. Enquanto os candidatos convencionais prometiam o possível, ele prometia o impossível e isso o tornava mais confiável, porque sinalizava que não fazia parte do sistema de promessas vazias que o eleitorado havia aprendido a desacreditar.

A “estética da sinceridade” – conceito que descreve a valorização política da autenticidade percebida sobre a coerência programática – encontrou, em Bolsonaro, seu intérprete mais eficaz. O palavrão, o exagero, a brutalidade retórica não eram falhas de comunicação; eram sinais de que “pelo menos esse diz o que pensa”. Num eleitorado em que 70,2% sente mais raiva do que esperança, em relação à política, e em que somente 44,6% entende a expressão “cidadão de bem” como “discurso hipócrita e mentiroso”, a autenticidade percebida tem valor de mercado eleitoral muito superior ao que qualquer consultor de comunicação convencional poderia imaginar.

James Carville, o principal estrategista da bem-sucedida campanha presidencial de Bill Clinton, em 1992, cunhou a frase “It's the economy, stupid” para enfatizar, na então corrida presidencial contra George H. W. Bush – que enfrentava uma recessão econômica na época –, que o voto era eminentemente econômico, isto é, o eleitor votava com o bolso. Isso se embasava no fato de que, após atingir quase 90% de aprovação, depois da Guerra do Golfo, em 1991, Bush viu sua popularidade despencar para cerca de 34%, em 1992, devido à percepção de que estava desconectado dos problemas econômicos internos.

Esse conceito de voto econômico, porém, não explica, pelo menos não sozinho, a eleição de Bolsonaro. O ex-capitão do exército ofereceu, ao eleitor que se sentia excluído e impotente, a possibilidade de pertencer a um campo moral superior, de ser parte dos “honestos” que punem os “corruptos”, de ser o “povo real” que se levanta contra uma elite percebida como corrupta e distante. Esse tipo de mecanismo identitário foi particularmente eficaz no contexto de desagregação institucional, porque ofereceu uma comunidade, um inimigo e um propósito num momento em que o Estado parecia incapaz de oferecer qualquer um dos três. Não é necessário aceitar inteiramente essa leitura, para reconhecer que ilumina algo que a análise puramente econômica do voto não consegue capturar.

E assim se deu o resultado eleitoral de 2018: 55,1% dos votos válidos no segundo turno para a chapa Bolsonaro e Mourão. Bolsonaro venceu não apenas com seu núcleo duro ideológico. Venceu com o bloco do voto punitivo anti-PT; com o bloco evangélico mobilizado pelas pautas de costumes; com o bloco da segurança pública, que queria “policiamento mais eficaz”; com o bloco dos jovens que o encontraram primeiro no YouTube e no Instagram; e com parcelas significativas da classe média que esperava uma gestão técnica liberal, na época simbolizada pela figura do economista liberal Paulo Guedes.

O atentado a faca, que sofreu em setembro, garantiu-lhe a aura do sacrifício e o tempo de exposição absoluto, consumando-se assim a segunda jornada do herói desse ato. Operando com maestria a comunicação de guerrilha via redes sociais, ele consolidou a migração da autoridade. A velha ordem estava morta, e o conservadorismo reacionário começava a disputar a hegemonia de décadas do campo democrático ao assumir o Estado e parte importante da sociedade.

Nesse momento, cristaliza-se a anatomia social que sustentará o conservadorismo brasileiro nos anos seguintes. Uma anatomia que a pesquisa permite agora descrever com maior precisão. O voto conservador não é um monólito, mas se organiza em segmentos sociais distintos que compartilham o mesmo ambiente de crise, e elaboram respostas diferentes.

Entre os jovens, o conservadorismo não se dá por adesão orgânica a uma tradição conservadora clássica, mas por fadiga institucional e frustração de expectativas. A precarização do trabalho, a dificuldade de

ascensão social e a percepção de que “o jogo está travado” produzem uma leitura meritocrática defensiva. O discurso da ordem, da punição e da responsabilização individual surge como resposta simples a um futuro percebido como incerto, em que a falta de utopias torna sonhos em realidades cotidianas. As redes sociais operam como principal ambiente de socialização política, reforçando narrativas polarizadas, linguagem agressiva e soluções rápidas. O conservadorismo jovem é, portanto, reativo, pragmático e pouco programático.

Entre as mulheres chefes de família, o voto conservador cresce a partir de uma experiência cotidiana de sobrecarga, insegurança e abandono institucional. A crise de confiança no Estado não é abstrata: manifesta-se na saúde que não funciona, na escola precária, na violência urbana e na instabilidade econômica. A responsabilidade direta pela sobrevivência da família torna o risco político concreto.

Discursos que prometem estabilidade, punição ao crime e valorização do esforço individual ressoam porque dialogam com a lógica da sobrevivência cotidiana. Família, religião e valores funcionam como âncoras simbólicas de segurança em um mundo percebido como hostil. O conservadorismo, nesse segmento, é instrumental e defensivo, orientado mais pela necessidade de controle do risco do que por alinhamento ideológico.

Se, em algum momento, durante as administrações do PT, havia um certo entendimento de que a vida havia melhorado da porta para dentro, especialmente diante do *boom* de crédito e aumento da formalização laboral desse período, hoje, a percepção é que a vida estagnou dentro da casa, com muitas famílias endividadadas e sem o poder de compra de outrora, somando-se ao sentimento de ausência e falha do Estado da porta para fora, essencialmente com críticas à qualidade dos serviços e políticas estatais como saúde, educação e segurança.

O índice do supermercado, ou seja, a percepção de que comprar o básico para o sustento familiar é cada vez mais difícil, reflexo também da inflação de alimentos nos últimos anos, pesa profundamente nesse cálculo das mulheres chefes de família. Em uma administração que tem como uma das bandeiras principais o fim da fome e da insegurança alimentar, 19,5% da população, quase 1/5 dos brasileiros, ainda se encontrava em algum

grau de desnutrição, ou segurança alimentar moderada e severa, em 2024, de acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). A percepção de que R\$ 100 não compra mais muita coisa no mercado é, assim, causa e consequência do problema crônico de segurança alimentar no Brasil.

Entre os evangélicos, o crescimento do voto conservador liga-se a uma disputa simbólica e moral, mais do que à leitura estritamente econômica ou institucional. A expansão evangélica produz uma vivência comunitária intensa, na qual valores são compartilhados no cotidiano, e o conservadorismo aparece como defesa identitária. As pautas progressistas são frequentemente percebidas como ameaça externa, impostas “de cima para baixo”, o que transforma o voto conservador em gesto de proteção do modo de vida. Trata-se de um conservadorismo moralizado, fortemente simbólico e orientado pela ideia de preservar limites, autoridade e ordem, fortemente ancorado em uma ética racional ascética protestante voltada a valores.

Essa mesma linguagem política é tropicalizada de formas distintas, segundo o território. No Sul litorâneo turístico (Porto Alegre, Curitiba), o conservadorismo é racionalizado, expresso como crítica à ineficiência do Estado, em linguagem técnica, jurídica ou econômica. Na Grande São Paulo, é funcional: voltado à eficiência, ao controle e à punição, mais do que a uma identidade moral ou religiosa homogênea.

No Sudeste urbano industrial (Rio de Janeiro, Belo Horizonte), o conservadorismo assume feição mais dura, com maior tolerância a soluções punitivistas e a discursos de força, fortemente securitário. No Nordeste oriental turístico-comercial (Salvador, Recife), é moderado e pragmático, convivendo com expectativas de proteção social e valorização de lideranças locais.

No Nordeste – Norte litorâneo (Fortaleza, São Luís), funciona como resposta ao medo e à sensação de abandono. No Norte interiorizado, é tradicional, localista e pouco discursivo, organizado por valores comunitários e autoridade local. No Centro-Oeste agroprodutivo, é econômico e territorial, com ênfase em autoridade, hierarquia e produtividade, articulado à defesa da propriedade e à reação contra pautas ambientais percebidas como externas. Na Amazônia urbana e de fronteira, é defensivo, pouco ideológico e fortemente pragmático, associado a lideranças fortes e a discursos de soberania.

O elemento comum a todas essas expressões – segmentais e territoriais – é a percepção de que o Estado falhou em garantir segurança, previsibilidade e sentido, abrindo espaço para respostas conservadoras que prometem restaurar algum tipo de ordem, ainda que apenas simbólica. É o código político de ordem, controle e reação à incerteza.

Ato III — O clímax (2022): o choque entre dois projetos buscando firmar sua hegemonia

O terceiro ato desta ópera começa com uma reviravolta de roteiro que qualquer compositor clássico rejeitaria por implausível: o regresso do primo *uomo*, o personagem principal. A anulação das condenações de Lula, pelo STF, em 2021, restaurou seus direitos políticos, e colocou de volta, no centro do palco, o único ator capaz de reorganizar o campo progressista, mas também aquele que, por sua própria centralidade, impedia o surgimento de novas lideranças e narrativas.

A eleição de 2022 foi o choque frontal entre duas hegemonias parciais. De um lado, o bolsonarismo utilizou a máquina do Estado, o orçamento secreto, as emendas parlamentares e a gramática da guerra cultural e espiritual para manter sua base coesa e ampliada. Do outro, Lula construiu uma frente ampla inédita, apresentando-se como a única alternativa democrática viável. O contexto era de urgência material: a inflação corroía o sustento das famílias; as cicatrizes da pandemia ainda estavam abertas; e o preço dos alimentos havia tornado a cesta básica literalmente inatingível para parcelas crescentes da população.

Com uma aliança potente com o ex-governador de São Paulo, Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho, agora filiado ao PSB, e que representou um contraponto aos medos e apreensões das camadas mais tradicionais da sociedade, através das suas bem-sucedidas gestões no governo estadual, a chapa Lula-Alckmin conseguiu a vitória. Alckmin representava não somente credibilidade para a candidatura majoritária, mas uma aliança simbólica com a tradição política da social-democracia que esteve historicamente em lados opostos ao PT.

O resultado foi o mais apertado da história brasileira: Lula venceu com 50,90% dos votos válidos (60.345.999 votos), contra 49,10% (58.206.354

votos) de Jair Bolsonaro, uma diferença de cerca de 2,14 milhões de votos, equivalente a apenas 1,8 ponto percentual. Os dados oficiais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) acrescentam outra camada relevante a essa leitura: no segundo turno, a abstenção foi de 20,40%, quase 31,8 milhões de eleitores que não compareceram às urnas, enquanto os votos brancos (1,40%) e nulos (3,20%) somaram outros 4,60% dos comparecimentos. Em outras palavras: num pleito em que mais de 32 milhões de brasileiros optaram por não votar, e outros quase 6 milhões anularam ou deixaram em branco, a diferença que decidiu o futuro do país coube em pouco mais de duas milhões de cédulas. Essa margem extremamente pequena não deve ser lida como derrota acidental do bolsonarismo, mas, antes de tudo, é a expressão mais precisa do interregno que será analisado na seção seguinte. Entretanto, antes de chegar à síntese, é preciso observar o que a pesquisa revela sobre a antítese em seu ápice.

A pesquisa mostra que 75,2% dos brasileiros concordam que "a democracia é sempre o melhor regime" – mas, simultaneamente, 59,8% concordam que "o Brasil precisa de um líder forte que não dependa do Congresso". Esse aparente paradoxo não é inconsistência: é ambivalência estrutural. O eleitor quer democracia, mas uma democracia que entregue resultados – e, quando não entrega, abre espaço para um "governante forte" que passe por cima dos obstáculos institucionais. Bolsonaro explorou esse espaço parte do caudilhismo latino-americano, mas exagerou na dose: ao se comportar como inimigo das instituições democráticas, perdeu a maioria pragmática que o havia colocado no poder.

Apesar de tudo, 56,4% dos brasileiros discordam que o bolsonarismo faz mais bem do que mal ao país – contra 28,5% que concordam. Mas, ao mesmo tempo, 44,2% também discordam que o PT faz mais bem do que mal ao país. Essa dupla rejeição – ao PT e ao bolsonarismo simultaneamente – é o dado estrutural que permite compreender o eleitorado brasileiro de 2022 em diante: que não necessariamente está plenamente feliz com nenhum dos dois campos, mas foi forçado a escolher entre eles pela lógica eleitoral.

A polarização não é doença da democracia: é o sintoma de que a democracia parou de cumprir suas promessas materiais.

Epílogo — o desfecho que está em disputa

O epílogo desta ópera começa com uma cena simbólica de alta intensidade: a posse de Lula, em 1º de janeiro de 2023. Tratava-se, para muitos, de reparar o rito interrompido, em 2016 e em 2018, de devolver ao povo o poder que havia sido usurpado.

Oito dias depois, porém, o ato seguinte da ópera respondeu com uma cena igualmente simbólica, mas, dessa vez, violenta e golpista. Em 8 de janeiro de 2023, multidões bolsonaristas invadiram e depredaram as sedes do Palácio do Planalto, do Congresso Nacional e do STF. O ataque às sedes dos Três Poderes não foi apenas um ato de vandalismo político, mas a expressão mais crua de que a derrota eleitoral não havia sido aceita por uma parcela do eleitorado, e de que a ópera não havia terminado com o resultado das urnas.

O terceiro mandato de Lula opera, desde então, sob a tensão permanente entre restauração e resistência. De um lado, a agenda de reconstrução institucional: retomada do Bolsa Família; nova política industrial; reinserção internacional do Brasil; presidência do Grupo dos Vinte (G20), e da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30) em Belém. Do outro, um Congresso Nacional com maioria conservadora, em que o chamado Centrão exerce função dupla: é o fiador da governabilidade e, simultaneamente, o limite estrutural à agenda progressista.

No plano da sociedade, o conservadorismo segue operando em três frentes simultâneas:

A primeira é eleitoral: nas eleições municipais de 2024, candidatos de direita e centro-direita consolidaram posições em capitais estratégicas, e as bancadas evangélica, do agronegócio e da segurança pública seguem crescendo no Congresso.

A segunda é cultural: a expansão evangélica, as milícias digitais e a consolidação de ecossistemas de mídia próprios, mantêm viva, no cotidiano, a repertório da guerra cultural.

A terceira é sucessória: com a inelegibilidade de Jair Bolsonaro, a disputa pela herança do bolsonarismo.

Mesmo com Lula no Palácio do Planalto, 53,8% dos brasileiros discordam que o governo acerta mais do que erra, em serviços como saúde e educação. Apenas 18,2% sentem o governo federal presente em seu bairro. E 70,2% seguem sentindo mais raiva do que esperança, em relação à política. A vitória eleitoral progressista não encerrou o intervalo gramsciano, apenas mudou quem governa durante o interregno.

Essa ópera ainda não tem um fim escrito. Ao contrário das grandes óperas do repertório clássico, em que o libreto determina antecipadamente se o herói triunfa ou cai, a política brasileira escreve-se em tempo real, com atores que improvisam; plateias que mudam de opinião; e cenários que a história não repetiu.

Seção 1.5

Síntese: é sempre mais escuro pouco antes do amanhecer

A síntese que emerge dessa dialética não é a vitória de um campo sobre o outro. É o interregno: um estado de suspensão política em que a hegemonia progressista está enfraquecida, mas o conservadorismo não conseguiu substituí-la por um projeto coerente e majoritário. Nesse momento de tempo suspenso, em que nenhuma das forças que lutam para serem hegemônicas – seja o progressismo, seja o conservadorismo –, consegue se firmar como majoritária, qualquer crise econômica,

escândalo político, ou evento disruptivo, pode reconfigurar rapidamente os alinhamentos.

É sempre provisória; carrega dentro de si as contradições que se tornarão a próxima tese. O interregno não é o destino final do Brasil: é o momento de indecisão que precede uma nova configuração hegemônica. A pergunta relevante é: Qual projeto de país o Brasil quer para seu futuro?

Aqui precisamos arriscar uma hipótese mais ousada – e talvez mais incômoda – sobre o eleitor brasileiro contemporâneo. Tomada em sua inteireza, a evidência da pesquisa sugere que esse eleitor não é, na maioria dos casos, nem propriamente conservador nem propriamente progressista, apesar das raízes históricas profundas e legítimas de ambos os campos. Antes, é um eleitor descrente e desmotivado, que se posiciona menos por ideologia consolidada do que por inércia, em um cenário de falta crônica de representatividade. Quando 70,2% sentem mais raiva do que esperança, em relação à política; quando 74,2% evitam falar de política para não criar conflito; quando 78,1% pedem reforma política que reduza partidos; e quando o terceiro maior segmento ideológico do país é o dos que não sabem ou não querem se posicionar, o que se está medindo não é convicção; é cansaço.

Para usar novamente a ilustração do ornitorrinco – na acepção que Francisco de Oliveira deu ao conceito – o eleitor brasileiro não se ajusta a nenhum tipo ideal puro. Esse eleitor ornitorrinco vota em Lula em 2002 e em Bolsonaro em 2018; defende o SUS e o Bolsa Família, mas acha que “bandido bom é bandido morto”; apoia cotas raciais e, ao mesmo tempo, a família tradicional; quer democracia (75,2%) e um líder forte que não dependa do Congresso (59,8%); reconhece a desigualdade como problema (75,3%) e crê no mérito individual (55,8%); discorda do bolsonarismo e do petismo em proporções equivalentes. Não há contradição lógica nesses arranjos; há uma estrutura própria, uma racionalidade situada, que combina sobrevivência material, religiosidade, medo, esperança e desconfiança numa equação que nenhuma das categorias clássicas captura inteiramente.

Esse eleitor não vota por ideologia, porque, em larga medida, não foi convidado a fazê-lo: as opções disponíveis raramente o representam de modo integral. Vota, então, por inércia, por afeto pontual, por raiva, por memória, por experiência cotidiana e, em proporção crescente, também

não vota, deixa em branco ou anula. Reconhecer essa natureza ornitorrinca do eleitorado brasileiro não é resignação; é condição analítica para qualquer projeto político que pretenda dialogar com ele sem reduzi-lo a uma versão moralmente conveniente de si mesmo. É admitir que o Brasil é, em política, como em tantas outras dimensões, peculiar, e precisa ser estudado em sua própria moldura, antes de ser comparado a qualquer outro fruto do pomar democrático mundial.

O que a pesquisa permitiu especular foi que o Brasil atual é um país com ambiguidades e dinâmicas latentes a serem endereçadas. E está envolto entre a memória dos anos de erosão democrática, de negacionismo, de guerra cultural e da possibilidade de um projeto que entregue segurança, dignidade e sentido a um eleitorado que está frustrado e procura motivos para acreditar de novo.

E a pesquisa ofereceu, nesse ponto, três pistas que merecem ser avaliadas. A primeira é que a demanda por democracia é real e majoritária: 75,2% dos brasileiros afirmam que a democracia é sempre o melhor regime, e apenas 12,7% discordam. Mas é uma democracia que entregue resultados – não uma democracia formal, que proteja direitos no papel enquanto o cotidiano se deteriora. Quando é percebida como instrumento de proteção concreta da vida, a democracia é apoiada. Quando é percebida como proteção das elites e descaso com o povo, perde legitimidade – e abre espaço para tentações autoritárias.

A segunda pista é que o Brasil, apesar de tudo, ainda acredita em si mesmo: 74,2% têm orgulho do povo brasileiro, e 50,2% creem que o Brasil é o país do futuro. Esse amor próprio nacional – que coexiste com a raiva política – é um ativo político real. Qualquer projeto que saiba mobilizá-lo genuinamente, sem apelar ao nacionalismo vulgar, terá expressiva vantagem comunicacional.

A terceira pista é a mais difícil: o oprimido que virou opressor nos últimos 10 anos não é um tipo psicológico, mas um lugar social produzido por décadas de desigualdade, décadas de promessa não cumprida, e quase uma década de guerra simbólica. Voltar a transformá-lo em sujeito da própria emancipação é a tarefa política que agora se abre.

Isso exige, antes de qualquer estratégia eleitoral, uma honestidade intelectual que o antagonismo afetivo tende a inibir: o eleitor conservador

popular não é irracional. Tem razões concretas, enraizadas em sua experiência de vida, para desconfiar do Estado; valorizar a autoridade; defender sua família como único amparo em um mundo percebido como hostil; querer punição em vez de apreensão, quando a insegurança bate à sua porta. Essas razões não precisam ser endossadas para serem respeitadas – e não podem ser ignoradas, se o projeto democrático quiser ter alcance majoritário.

Para captar esse hiato histórico em suas dimensões concretas, a pesquisa permitiu descrever o eleitorado brasileiro contemporâneo em cinco grandes blocos políticos, que não são categorias ideológicas puras, mas *clusters* de racionalidades, afetos e condições materiais. Esses blocos não são fixos: reorganizam-se a cada eleição, conforme o ambiente emocional, a situação econômica e a qualidade das candidaturas disponíveis.

Seção 1.6

Os cinco blocos do eleitorado brasileiro

Bloco 1: o progressista popular

Este bloco reúne o eleitor de sobrevivência; o eleitor do progresso social e parte do trabalhista tradicional. Sua adesão ao campo progressista não é ideológica, no sentido clássico – não passa pela leitura de Marx ou pela filiação ao PT. É experiencial: nasce do impacto real das políticas públicas no cotidiano. O Bolsa Família, o salário-mínimo valorizado, a formalização do emprego, o acesso ao crédito – essas são as âncoras que sustentam – ou sustentavam – o vínculo. É a base histórica do lulismo, com forte presença entre as classes C, D e E, nas periferias urbanas, e entre trabalhadores informais ou precarizados.

Na pesquisa, constam as tensões internas desse bloco. Entre os eleitores de renda até 1 salário-mínimo, 41% concordam que o governo acerta em saúde e educação – o maior percentual de aprovação entre todos os estratos de renda. Mas 59% desse mesmo grupo acredita que "quem trabalha duro consegue vencer na vida" – revelando que a adesão ao Estado não elimina a adesão à meritocracia como valor individual. Esse bloco é

vulnerável, também, às condições materiais de vida: quando a inflação corrói o poder de compra, ou quando a percepção de que "R\$ 100 não compra mais nada" se generaliza, ele pode migrar para o voto de protesto.

Bloco 2: o progressista identitário e cultural

Este bloco reúne o eleitor de identidade, o eleitor cultural e urbano e parte do populista emocional à esquerda. É o bloco dos valores democráticos, da diversidade, cultura, ciência e do ambientalismo. Tem forte presença entre jovens, mulheres, população negra, LGBTQIA+ e setores urbanos escolarizados. Sua adesão é predominantemente simbólica e afetiva: vota por valores, por representação, por identidade.

Na pesquisa, é documentada a posição desse bloco em vários indicadores. O apoio às cotas raciais, por exemplo, encontra concordância de 62,9% dos entrevistados – dado que revela uma base de apoio mais ampla do que o bloco identitário propriamente dito. O feminismo é considerado importante para a igualdade por 57,3% dos respondentes (63,4% entre mulheres). O uso medicinal do canabidiol é apoiado por 75% dos entrevistados. Esses dados sugerem que várias bandeiras associadas ao bloco identitário têm base de apoio majoritária – mas isso não significa que o campo progressista tenha traduzido esses apoios em vantagem eleitoral, porque a comunicação dessas pautas frequentemente cria mais resistência do que adesão, em outras parcelas do eleitorado, que, por vezes, têm maior capacidade de mobilização.

Bloco 3: o centrista pragmático

Este é o bloco que decide eleições. Reúne a classe média ansiosa, o empreendedor, parte do trabalhista tradicional e o eleitor da ordem. Não é ideológico: julga governos por resultados concretos – estabilidade econômica, inflação controlada, emprego, segurança pública, qualidade dos serviços. Não rejeita políticas sociais, mas teme desorganização econômica, inflação e radicalismo de qualquer lado.

A pesquisa captura este bloco precisamente nos 33,4% que não sabem ou não quiseram se posicionar politicamente. Esse não é necessariamente o eleitor desinformado: é frequentemente o eleitor que se

recusa a se identificar com qualquer campo – porque desconfia de todos. Sua ambivalência fica clara nos dados: 75,3% reconhecem a desigualdade como problema central; 55,8% acreditam no mérito; 59,8% querem um líder forte; 75,2% apoiam a democracia.

Bloco 4: o conservador popular

Este bloco organiza-se em torno de valores morais, religião, família e autoridade. É majoritariamente popular e periférico, mas sua lógica política é simbólica, não de classe. Foi o grande sustentáculo social do bolsonarismo e segue como um campo de forte mobilização emocional. A pesquisa mostra coesão em torno de três eixos: família (76,4% com a família tradicional), autoridade (83% com o respeito à autoridade) e punição (55,5% com mais liberdade para a polícia).

O segmento evangélico é o núcleo duro desse bloco. Os evangélicos (24,2% da amostra) apresentam sistematicamente posições mais conservadoras: 71,5% concordam totalmente com o modelo de família tradicional – chegando a quase 89% de adesão geral, quando somados os que concordam parcialmente –; 46,6% desconfiam totalmente do STF; 65% querem líder forte, e, entre eles, apenas 11% se declaram de esquerda, contra 32,8% que se declaram de direita. Esse é, possivelmente, o segmento mais refratário à persuasão progressista no Brasil atual.

A chave para apreender esse bloco é não o confundir com ideologia. O conservador popular não leu Edmund Burke nem Milton Friedman. Acredita na família porque é o único amparo que o Estado nunca entregou. Acredita na autoridade porque o caos de uma periferia sem ordem policial é uma ameaça cotidiana, não uma abstração. Acredita na punição porque sente que o sistema é injusto com os que trabalham e permissivo com os que transgridem. Esse conservadorismo é, em sua natureza mais profunda, um pedido de socorro – não um projeto de poder.

Bloco 5: o reacionário-antissistema

Esse é o bloco, potencialmente, mais perigoso para a ordem democrática. Reúne o eleitor reacionário, o antissistema, o de protesto estratégico. Desconfia das instituições, da ciência e do sistema político em geral; opera pela lógica da guerra cultural, da negação e do ressentimento. Sua característica mais

marcante é a crença em narrativas conspiracionistas: 25,9% dos brasileiros concordam que “o Brasil vive um regime comunista” – e, entre os eleitores de Bolsonaro, em 2022, esse percentual sobe para 46,3%. E 93% dos que se declaram de extrema-direita, querem um “salvador da pátria” na política.

Esse bloco não é conquistado com argumentos: sua identidade é construída sobre a rejeição a qualquer argumento que venha do “outro lado”. Isola-se politicamente, mas tem capacidade desproporcional de vocalização das suas pautas, como a radicalização e mobilização digital do 8 de janeiro de 2023 demonstrou. O desafio estratégico para o campo democrático é contê-lo sem amplificá-lo: confrontá-lo diretamente tende a fortalecer sua narrativa de perseguição.

Seção 1.7

O conservadorismo como camada cultural — não como projeto de poder

Uma das descobertas da pesquisa para a compreensão do interregno é que o conservadorismo brasileiro não necessariamente depende de Bolsonaro. É uma camada cultural que se deposita sobre o tecido social independentemente de quem governa o Executivo federal. Esse é o sentido do conceito gramsciano de hegemonia cultural: valores e disposições que circulam na sociedade civil, nas igrejas, famílias, redes sociais e na cultura popular, de modo autônomo em relação ao Estado.

O conservadorismo em valores morais – família tradicional, autoridade, punição, meritocracia – é majoritário em vários indicadores, mesmo entre eleitores que não votaram em Bolsonaro. Entre os eleitores de Lula, em 2022, por exemplo, percentuais expressivos concordam com a família tradicional como modelo ideal e a necessidade de maior liberdade policial, indicando que os limites do conservadorismo cultural não coincidem com as fronteiras do voto político.

Assim, uma consequência estratégica é fundamental: o campo progressista não pode simplesmente “combater” o conservadorismo como se fosse um erro a ser corrigido. Precisa dialogar com os valores conservadores, que têm raízes legítimas na experiência de vida de parcelas majoritárias da

população – família, segurança, mérito, autoridade no sentido republicano – e propor uma leitura progressista desses valores, em vez de confrontá-los frontalmente. A pesquisa demonstra, por exemplo, que 75,3% dos brasileiros reconhecem a desigualdade como principal problema. Esse é um ponto de convergência potencial entre o campo progressista e o eleitor conservador popular – mas ele precisa ser nomeado na linguagem que esse eleitor reconhece como sua.

O conservadorismo brasileiro também é menos coerente do que sua retórica sugere. Na pesquisa, são ilustradas múltiplas contradições internas que revelam um eleitorado estruturalmente ambivalente – não incoerente, mas tensionado por demandas simultâneas e conflitantes. O eleitor quer um líder forte, que não dependa do Congresso (59,8%), mas também apoia a democracia como melhor regime (75,2%). Acredita que “Direitos Humanos só protegem bandidos” (43,4%), mas não quer que se arme a população, o que ele vê como ineficaz para reduzir a criminalidade (67,4% discordam dessa afirmação). Crê no mérito individual (55,8%), mas reconhece a desigualdade como problema estrutural (75,3%).

Seção 1.8

A territorialidade do conservadorismo

O conservadorismo brasileiro não é homogêneo e se enraíza de formas distintas, segundo o território, a classe, geração e o gênero. Apreender essas variações é condição para qualquer estratégia política que pretenda dialogar com o eleitorado de modo não simplificado.

No Sul litorâneo urbano-turístico (Porto Alegre, Curitiba, Florianópolis), o conservadorismo expressa-se em linguagem técnica, jurídica e econômica. É um conservadorismo racionalizado, que critica a ineficiência do Estado em termos de custo-benefício e valoriza a meritocracia como princípio organizador. A rejeição ao PT é mais ideológica e menos afetiva do que em outras regiões.

Na Grande Metrópole de São Paulo – que, sozinha, representa 10,5% da amostra –, o conservadorismo é funcional: voltado à eficiência, ao controle e à punição. É o conservadorismo do empreendedor e do

profissional liberal, que sente que "o Estado atrapalha" e que "o crime não é combatido". A lógica do mercado como organizador social é mais aceita aqui do que em qualquer outra região.

No Sudeste urbano-industrial (Rio de Janeiro, Belo Horizonte e entorno), o conservadorismo é mais duro e securitário. A experiência direta com a violência urbana – especialmente no Rio de Janeiro, onde a disputa territorial entre tráfico, milícias e Estado é cotidiana – produz um punitivismo mais intenso e uma tolerância maior a soluções de força. Nessa região, os índices de apoio à liberdade policial são mais expressivos.

No Nordeste, o conservadorismo é pragmático e relacional. Convive, frequentemente, com expectativas de proteção social – o eleitor nordestino não é liberal, pois quer o Estado presente. Mas também valoriza a liderança carismática local, a religiosidade como linguagem de avaliação política, e a desconfiança em relação a elites distantes. A combinação de voto lulista histórico com valores conservadores em costumes é a marca mais característica do eleitorado nordestino.

No Norte e Centro-Oeste, o conservadorismo é mais diversificado: no Norte interiorizado, é localista e pouco discursivo, organizado por valores comunitários e autoridade local; no Centro-Oeste agroprodutivo, é econômico e territorial, com ênfase em defesa da propriedade e reação a pautas ambientais. Em todos os casos, a percepção de distância do Estado federal é mais aguda do que em qualquer outra região – o que alimenta tanto o clientelismo local quanto o antissistema nacional.

O elemento comum a todas essas expressões regionais é a percepção de que o Estado falhou em garantir segurança, previsibilidade e sentido. O conservadorismo, em cada região, é a resposta local a essa percepção universal – e por isso é que não pode ser compreendido como fenômeno uniforme, nem combatido com estratégia única.

A escolha do caminho no meio da encruzilhada política brasileira

O conservadorismo brasileiro não precisa do Executivo federal para se manter hegemônico na difusão de valores. Ocupa parcelas decisivas do Legislativo; governa estados estratégicos; domina ecossistemas de comunicação; mantém capilaridade religiosa; e opera com coesão narrativa transnacional, articulada com o segundo mandato de Donald Trump nos EUA, com a consolidação de governos de extrema-direita na Argentina, Itália e Hungria, e com a normalização desses discursos em democracias antes consideradas consolidadas.

A consequência é direta: o conservadorismo cultural continuará como uma camada estável da política brasileira. A disputa pela hegemonia não se resolve nas urnas, resolve-se na sociedade civil, nas igrejas, escolas, nos *podcasts*, nos grupos de WhatsApp e nas mesas de família. E o campo progressista precisará reaprender a disputar esses espaços, se quiser construir uma nova hegemonia.

Os dados revelam, nesse ponto, a persistência da desconfiança institucional independentemente do governo; uma acumulação histórica de frustrações que nenhum governo consegue reverter sozinho.

Para o campo conservador, o interregno parece oferecer uma oportunidade estrutural que, até agora, tem encontrado dificuldade de se consolidar, em parte pela herança do radicalismo bolsonarista. Abre-se um espaço potencial para uma direita que absorva os valores conservadores populares – família, autoridade, mérito, segurança – sem a bagagem do negacionismo científico, do golpismo e da guerra cultural permanente. Esse espaço é que parte do campo da direita busca ocupar, apresentando-se como conservadores competentes e gestores pragmáticos, o que, nos dados da pesquisa, sugere ser parte do perfil que os eleitores mais pragmáticos estão procurando.

Para o campo progressista, o intervalo parece impor ao menos três ordens de desafio que a pesquisa ajuda a tornar mais visíveis. A primeira é a entrega material: emprego, renda, custo de vida, saúde, educação, segurança pública. A segunda é a disputa de valores: solidariedade,

dignidade, cuidado, justiça e esperança existem como valores de muitos dos eleitores que a direita recrutou nos últimos anos, mas precisam ser nomeados numa linguagem que eles reconheçam como sua. A terceira é a presença territorial: 66% dos brasileiros não sentem o governo federal em seu bairro – e essa percepção de abandono não se resolve apenas com transferência de renda. Pede algo mais difícil: presença humana, serviço público funcionando e escuta ativa de problemas que os indicadores macroeconômicos não capturam.

E, no centro exato dessa disputa, está um pequeno, mas decisivo contingente que a pesquisa permite descrever com nitidez: os *swing voters* brasileiros – eleitores que mudaram efetivamente de campo, entre 2018 e 2022, em qualquer das duas direções. Ao todo, esse grupo de conversão direta representa cerca de 6,5% do eleitorado. À primeira vista, é um percentual modesto; em contexto, é o percentual que decide eleições. Considere-se que, no segundo turno de 2022, a diferença entre Lula e Bolsonaro foi de apenas 1,8 ponto percentual — 50,90% (60.345.999 votos) contra 49,10% (58.206.354 votos), uma diferença de pouco mais de 2,14 milhões de votos. Em uma disputa decidida por essa margem, qualquer movimento dentro desse universo de 6,5% tem capacidade de virar o resultado.

O retrato desses eleitores oscilantes ajuda a aterrar a análise. Eles são tanto mulheres como homens (51% contra 49%); concentram-se na meia-idade economicamente ativa, com 47,6% entre 36 e 59 anos e mais 35,3% entre 16 e 35 anos; têm escolaridade média baixa, com 44,2% chegando até o Ensino Médio e outros 26,5% sem ter completado nem o Ensino Fundamental; são majoritariamente católicos (52,3%), com participação relevante de pessoas sem religião declarada (27,9%) e dos evangélicos (17,7%); e, ideologicamente, localizam-se, predominantemente, no centro (27,9%) ou no campo dos que não sabem ou não respondem (27,9%) – somando, portanto, 55,8% de não alinhados ideologicamente, contra apenas 14,4% que se declaram de esquerda e 12,6% de direita. Em poucas palavras: o *swing voter* brasileiro típico é católico, ideologicamente de centro ou não posicionado, frequente nas classes populares e médias urbanas, com escolaridade média, principalmente até o Ensino Médio,

Os perfis qualitativos desses *swings voters* revelam comportamentos espelhados e altamente reveladores. O “lulista desiludido”, eleitor que

migrou de Lula para a direita é, na verdade, um perfil notavelmente mais conservador do que o lulista fiel, em quase todos os indicadores morais e securitários: 86,9% evita falar de política; 65,4% acredita que o Brasil precisa de um salvador da pátria; 66,4% defende um líder forte sem Congresso; 59,8% considera correta a prisão de Lula na Lava Jato; e 45,8% concorda que direitos humanos só protegem bandidos. Não é, portanto, um eleitor “do centro”, no sentido programático, mas um eleitor que rompeu com o lulismo porque suas próprias convicções morais e securitárias deixaram de ser representadas pelo campo progressista. Já o “bolsonarista pragmático” – eleitor que migrou de Bolsonaro para Lula – desenha exatamente o caminho inverso: mais distante do antissistema, do conspiracionismo e do punitivismo extremo, do que o bolsonarista fiel, é um eleitor que ainda reconhece acertos em saúde e educação do governo Lula (55,0%) e que confia ao menos minimamente no STF (45,0%), separando, com pragmatismo, sua identidade conservadora de adesão ao radicalismo bolsonarista.

A consequência analítica é direta. Em 2026, a eleição não será decidida pelos núcleos duros, esses já estão dados, com suas paixões e suas rejeições praticamente cristalizadas. Será decidida por esse contingente reduzido, ambivalente, majoritariamente católico, de centro e de meia-idade, que se move conforme o que cada projeto político é capaz de oferecer, em termos concretos de segurança, dignidade, custo de vida e sentido.

Disputar os *swing voters* não é, contudo, aderir oportunisticamente ao que eles parecem demandar no curto prazo, mas, antes, oferecer-lhes uma linguagem que reconheça suas razões sem renunciar a um projeto de país. O campo que conseguir fazê-lo terá vencido não apenas uma eleição, mas o direito de propor a próxima síntese política brasileira.

A vida, afinal, não imita a arte, mas a reescreve, ato após ato, até que alguém tenha a coragem de propor um final diferente. Em uma ópera, o libreto é fixo; na política, não. O próximo ato está por ser escrito e será escrito, queiramos ou não, por decisões tomadas agora: nas urnas, ruas, igrejas, escolas, redes sociais e mesas de famílias. O Brasil que emerge desta pesquisa é um Brasil em disputa, e é isso, no fundo, que, neste capítulo, se quis tornar visível.

Compreender a lógica do conservadorismo brasileiro contemporâneo, suas raízes históricas, seu suporte social, suas contradições internas, sua

capacidade de se emancipar de qualquer líder específico e se tornar camada cultural estável, não é capitular perante ele. É a condição para que possamos escolher nosso caminho no meio da encruzilhada em que nos encontramos. Qual será esse caminho, não sabemos, talvez seja o mais longo e menos viajado, da construção e reconstrução de um projeto civilizatório de país; talvez seja o mais curto, de soluções fáceis e de retrocesso de direitos. Qualquer que seja, fará toda a diferença.

Uma
última
nota
sobre
como ler
este livro

A progressão dos capítulos é deliberada, e a leitura em ordem produz um argumento que se adensa e ganha textura ao longo da obra. Mas cada capítulo também sustenta, em si mesmo, uma questão e uma análise que podem ser percorridas independentemente. Em qualquer caso, o Capítulo II, a seguir, é o ponto de entrada recomendado: o leitor encontrará o quadro analítico, os cinco blocos eleitorais e a chave dialética que tornam os atos seguintes desta ópera mais legíveis – e, esperamos, mais reveladores do Brasil que somos.

II

Camada
simbólica:
*um Brasil de fé,
família e
desconfiança*

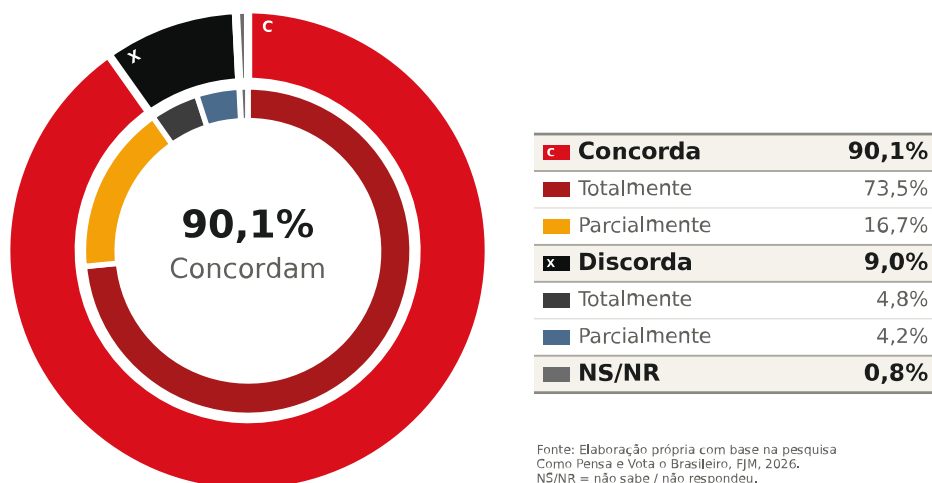
O que este capítulo apresenta

A camada simbólica organiza os afetos, valores e as identidades que estruturam a leitura política do eleitor. A pesquisa mostra um Brasil profundamente atravessado pela fé, pelo pertencimento nacional e pela centralidade da família como rede de proteção, ao mesmo tempo em que rejeita os estamentos do poder e desconfia da invocação política da moral. Neste capítulo, investiga-se como a expressão "cidadão de bem" foi capturada, por que a fé religiosa não obedece automaticamente aos pastores, e por que o anseio pelo "salvador da pátria" convive com a crença num futuro melhor.

Se há uma única palavra capaz de sintetizar como pensa e vota o eleitor brasileiro, no campo dos valores, das identidades e dos afetos, essa palavra é "fé". Na tradição hebraica, o termo para fé – *emunah* – compartilha a exata mesma raiz etimológica da palavra "amém". Seu sentido primário não remete à mera submissão ao invisível, mas, sim, à firmeza, estabilidade, constância e segurança. Sob essa mesma ótica de sustentação é que a Epístola aos Hebreus define a fé como o firme fundamento das coisas que são esperadas e a prova das coisas que não são vistas.

A mobilização desse vocabulário teológico, nesta análise, contudo, não carrega qualquer viés confessional, tampouco confere um caráter religioso a este texto. Recorremos a ele porque essa compreensão ampliada e relacional de fé compõe a própria tessitura psicossocial do brasileiro. Aqui, a fé é destrinchada como um mecanismo secular de enfrentamento e construção de sentido. Opera como as atitudes cognitiva e emocional que garantem estabilidade, resiliência e propósito prático diante da precariedade, a falta de controle e das adversidades sistêmicas do país. Antes de ser um sujeito definido apenas por dogmas, o brasileiro é um sujeito forjado na *emunah*: um povo de constância obstinada, crenças resilientes e esperanças teimosas.

Gráfico 1. Sinto que faço parte do povo brasileiro



Quando questionado sobre o seu pertencimento, verifica-se, no gráfico 1, que o eleitorado responde com uma adesão avassaladora: 90,1% sentem-se parte do "povo brasileiro" (73,5% concordam totalmente e 16,7% parcialmente). Indo além, quase 75% da população sente orgulho de ser brasileiro. Trata-se de um vínculo transversal, que atravessa ileso todas as clivagens de região, faixa etária, escolaridade, renda ou religião. Sociologicamente, esse "povo" não é apenas uma abstração demográfica, mas uma profunda construção político-afetiva.

Para depreender a resiliência desse sentimento, é preciso recorrer a Darcy Ribeiro (1995). Em sua obra *O Povo Brasileiro*, o antropólogo define essa coletividade como uma "etnia nacional nova". Nascido da violência colonial, escravidão e de uma marginalização estrutural, esse povo foi forjado no que o autor chama de "moinho de gastar gente". Contudo, foi exatamente a urgência de sobreviver a essa engrenagem que lhe conferiu extraordinária plasticidade.

Essa maleabilidade permitiu que o brasileiro se reinventasse para dominar as mais adversas condições geográficas e econômicas: o sertanejo adaptou-se à aridez da seca; o caipira fundou a agricultura de subsistência no isolamento do interior; o caboclo embrenhou-se e integrou-se à imensidão

da Amazônia; o sulino forjou o *ethos* gaúcho, lidando com o frio e o gado nas fronteiras; e o crioulo resistiu, no litoral, superando a desumanização absoluta da escravidão por meio de monumental resistência sócio-cultural.

A coesão desses 90% reside, portanto, na capacidade singular de um povo que aprendeu a moldar a própria vida nas margens de uma estrutura de poder implacável, encontrando formas de existir onde, teoricamente, só haveria espaço para a morte ou submissão. Dessa sobrevivência, brotou um profundo sincretismo linguístico, culinário e religioso; uma alegria que não é sintoma de uma vida fácil, mas, precisamente, o antídoto mais construído contra a aspereza de uma trajetória historicamente difícil.

Nesse registro é que a pesquisa revela como a fé molda a identidade, os valores e afetos nacionais. Uma fé que atua como a substância de uma promessa futura, a capacidade de transformar a esperança do amanhã em uma força material para a sobrevivência de hoje.

Esse sentimento, porém, não significa que o brasileiro seja um otimista inveterado, um arquétipo do ingênuo apedeuta. Pelo contrário: na arena pública e material, ele exige o "ver para crer".

Nesse sentido é que podemos entender que, apesar do sentimento de pertencimento a uma unidade nacional ser tão consolidado, o brasileiro possui a consciência crítica de quem entende plenamente o cenário hostil em que vive: 75,3% dos brasileiros têm o pleno entendimento de que a desigualdade é o principal problema do Brasil, e que o Estado falha em estar presente no seu cotidiano, com 66% afirmando que o "governo federal não tem presença no seu bairro".

Essa tensão estrutural – a esperança inabalável no futuro contrastando com a crítica severa do presente – fica evidente quando observamos que o eleitor brasileiro processa a vida política, em grande medida, por meio da negação.

Pertencer ao povo brasileiro
tornou-se a única identidade
nacional ainda intacta.

Seção 2.1

Os estamentos do poder: quem o eleitor responsabiliza

Em questão de múltipla escolha – na qual cada entrevistado podia indicar mais de um grupo –, o bolsonarismo foi mencionado por 44,1% dos respondentes e o lulismo, por 33,9%, como os grupos que "mais atrapalham o país". Trata-se dos dois campos político-ideológicos que dominaram o debate eleitoral recente, e ambos lideram, com ampla vantagem, qualquer outro ator nesse *ranking* de rejeição (gráfico 2).

Gráfico 2. Quais desses grupos mais atrapalham o país?



Mais sintomático, ainda, é o desgaste das cúpulas de poder: 24,1% mencionam o STF e 15,1% o Congresso Nacional como empecilhos nacionais – o que acende um alerta grave. Não se trata de uma recusa à democracia, mas de um sinal evidente de erosão da legitimidade institucional que precisa ser levado a sério. O brasileiro mantém a fé no país, mas esgotou a sua tolerância com a política visível.

Em contraste revelador, as menções a banqueiros (9,2%) e beneficiários de programas sociais (6,0%) figuram nos últimos lugares do *ranking* – muito abaixo dos atores político-institucionais. Esse dado merece atenção: mesmo em questão de múltipla escolha, na qual o respondente

podia acionar qualquer combinação de atores, a esmagadora maioria das menções concentra-se em campos políticos e instituições, não nas pontas da pirâmide econômica.

Essa assimetria nas menções impõe um desafio analítico e estratégico ao campo progressista. Ao direcionar sua frustração de forma tão concentrada aos atores políticos e institucionais e tão pouco aos agentes econômicos, o eleitorado revela uma leitura de mundo que não se enquadra nos diagnósticos da luta de classes tradicional. O obstáculo, para esse eleitor, não está nas relações de produção; está no estamento político-burocrático que concentra poder sem entregar resultados.

Aqui, a leitura weberiana impõe-se com naturalidade. Na ótica de Max Weber (2004b - obra originalmente publicada em 1922), o Estado detém o monopólio da coerção legítima, e as formas de dominação mais persistentes nas sociedades modernas não se dão apenas pelo mercado, mas pelos estamentos – grupos que controlam o acesso ao poder político e no burocrático. Para o eleitor brasileiro contemporâneo, o inimigo não é a classe econômica oposta: é o sistema institucional que concentra poder e se mostra incapaz de entregar soluções para o cotidiano do cidadão.

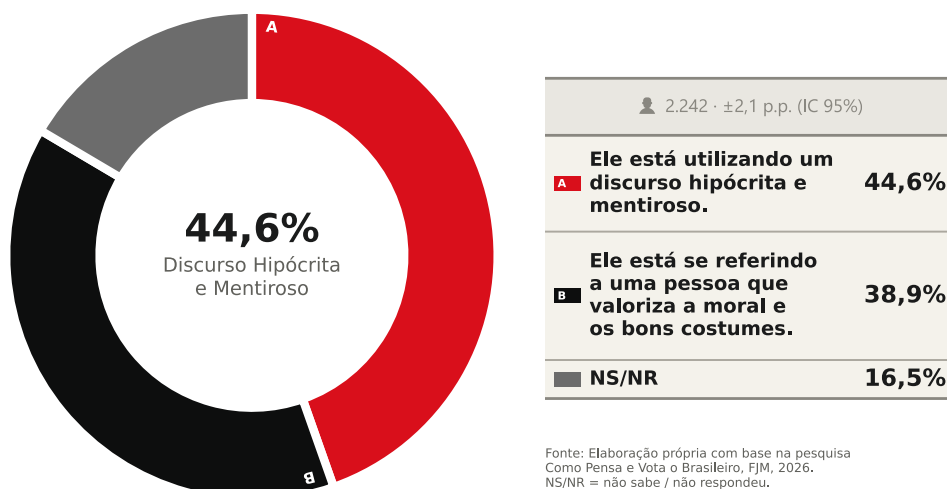
Quando 70,2% concordam que a política desperta mais raiva do que esperança, e mais de 60% discordam da capacidade de o próprio brasileiro escolher bem seus candidatos, temos um cenário de quebra de expectativas quase traumática entre a nação – o sentimento e o orgulho de ser brasileiro – e o Estado – representado pelos estamentos odiados.

Seção 2.2

A moral do cidadão de bem: entre a hierarquia e a captura

Essa ruptura entre nação e Estado possui, contudo, uma dimensão moral que transcende o campo estritamente político. O eleitor brasileiro não apenas rejeita os estamentos do poder, pois desenvolveu, ao longo de décadas de promessas não cumpridas, uma gramática própria de leitura do discurso público – sofisticada o suficiente para distinguir, com precisão quase cirúrgica, entre a invocação genuína de valores e a sua instrumentalização eleitoreira.

Gráfico 3. Quando um político fala em 'cidadão de bem', você entende que ele se refere a...



Quando perguntados sobre o que entendem quando um político usa a expressão "cidadão de bem", o eleitorado se divide de forma reveladora: 44,6% afirmam que o político está utilizando um discurso hipócrita e mentiroso, enquanto 38,9% acreditam que ele está se referindo a uma pessoa que valoriza a moral e os bons costumes (gráfico 3). A expressão foi colonizada por um discurso que a transformou em sinalização de pertencimento tribal. O eleitor que rejeita a fórmula não está rejeitando o valor moral que ela nominalmente carrega, mas a sua instrumentalização pelo campo político.

A frase "Cidadão de bem é o cara que tem medo de ser confundido com bandido" – captura, com a economia brutal que só os grupos focais conseguem produzir, a ansiedade real que sustenta esse imaginário. O "cidadão de bem" é, nessa leitura, antes de mais nada, alguém que sobreviveu ao Estado – e que precisa provar, cotidianamente, que sobreviveu de forma aceitável.

O mesmo eleitorado que desconfia do discurso moralista dos políticos mantém, paradoxalmente, um profundo apreço pelas hierarquias

e pelas autoridades constituídas – 83% da população inclina-se a valorizar o respeito às estruturas de poder legítimas. Trata-se de uma tensão estruturante no *ethos* brasileiro que Sérgio Buarque de Holanda identificou em *Raízes do Brasil* (1995) ao descrever o "homem cordial": aquele que resiste à autoridade fria e burocrática, mas venera a autoridade encarnada em figuras próximas e pessoalizadas. A legitimidade, para esse eleitor, não emana do cargo; emana da relação.

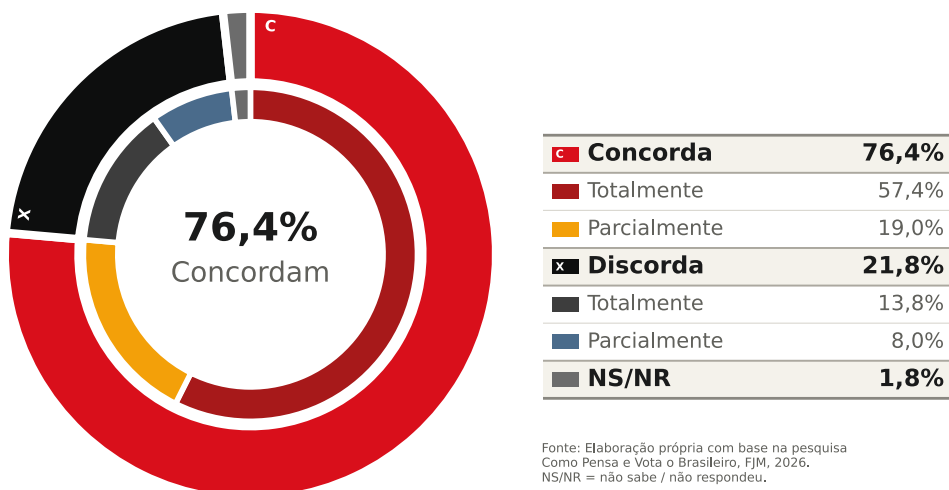
Seção 2.3

O templo e a família: o conservadorismo dos que sobreviveram

Para além dos valores morais que estruturam a relação com a política, a camada simbólica da identidade brasileira é moldada por duas instituições que antecedem e sobrevivem ao Estado: a família e a religião. Os números da pesquisa são inequívocos: trata-se de um eleitorado profundamente conservador nos seus arranjos mais íntimos – sem que isso implique, necessariamente, conservadorismo político no sentido ideológico-programático do termo.

O modelo de família tradicional – formado por homem, mulher e filhos – é considerado o ideal por 76,4% da população (57,4% concordam totalmente e 19,0% parcialmente). Essa é uma das mais robustas unanimidades de toda a pesquisa, e atravessa os diferentes estratos de renda, escolaridade e faixa etária, com variações surpreendentemente menores do que o debate político convencional sugeriria (gráfico 4).

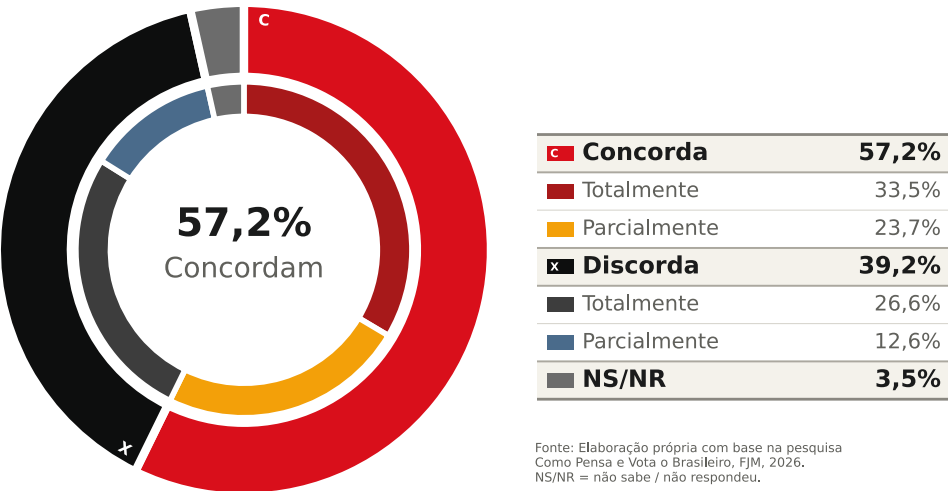
Gráfico 4. A família tradicional é o modelo ideal de família



Seria um erro analítico grave, contudo, interpretar esse dado como simples reacionarismo, ou como adesão a um projeto ideológico conservador organizado. Para as populações mais vulneráveis – que compõem o grosso do eleitorado num país onde 43,1% das pessoas vivem com até um salário mínimo –, a família é a instituição que sobreviveu quando todas as outras falharam. O valor da família tradicional, para essas populações, não é apenas normativo; é funcional e afetivo. É o mais antigo e confiável sistema de proteção social do Brasil.

Não é coincidência, portanto, que essa valorização seja mais intensa precisamente entre os segmentos historicamente mais expostos à precariedade. A lente de Darcy Ribeiro (1995) volta a ser necessária: o povo brasileiro aprendeu a construir suas redes de sobrevivência nas frestas deixadas pelas estruturas formais de poder. A família – extensa, solidária, frequentemente matriarcal na prática cotidiana, mesmo quando patriarcal no discurso – é a mais duradoura dessas redes. Defendê-la não é defender um projeto político de exclusão, mas o único muro que ficou de pé.

Gráfico 5. A mulher deve ter o direito de decidir sobre o aborto



Contudo, e aqui reside um dos paradoxos mais instigantes revelados pela pesquisa, a defesa firme do modelo familiar tradicional não implica uma posição fechada sobre os corpos e as decisões individuais. Quando perguntado se a mulher deve ter o direito de decidir sobre o aborto em qualquer circunstância, 57,2% concordam (33,5% totalmente e 23,7% parcialmente), enquanto 39,2% discordam. Apenas 31% se colocam explicitamente a favor da descriminalização do aborto em todos os casos (gráfico 5).

O brasileiro não pensa ser, o aborto, uma questão de direitos civis abstratos, tampouco um mandamento religioso a ser aplicado coercitivamente, mas o processa como um dilema da intimidade – assunto que pertence ao domínio do sofrimento pessoal e da decisão privada. "A mulher deve decidir" não significa que o aborto seja moralmente indiferente; significa que há questões nas quais o Estado não deve ter o poder de resolver. Trata-se de um liberalismo involuntário, nascido não de uma convicção filosófica libertária, mas daquela mesma desconfiança visceral do Estado. O mesmo eleitor que não confia no governo federal para resolver os problemas do bairro, não confia nele para arbitrar o que acontece dentro do corpo de uma mulher.

Seção 2.4

A fé que não obedece ao pastor

Nenhuma dimensão da camada simbólica brasileira é mais complexa, mais politicamente instrumentalizada e, ao mesmo tempo, mais mal compreendida do que a religiosa. O Brasil é, por qualquer métrica, um dos países mais religiosos do planeta – e, ao mesmo tempo, um dos mais resistentes a qualquer forma de teocracia.

O perfil religioso do eleitorado é, em si, uma história de transformação acelerada: 83,6% da população declara-se cristã, com 56,7% identificando-se como católicos e 26,9% como evangélicos (IBGE, Censo 2022). Desde a década de 1960, o percentual de católicos caiu de forma contínua e expressiva, enquanto o grupo evangélico cresceu praticamente no mesmo ritmo — uma das maiores mutações religiosas do século XX, em qualquer país do mundo. Mas o dado que verdadeiramente importa para a compreensão política não é a denominação; é a relação entre a fé e o voto.

Gráfico 6. Decisão pelo voto é influenciada mais pela orientação bíblica do que pela indicação das lideranças religiosas

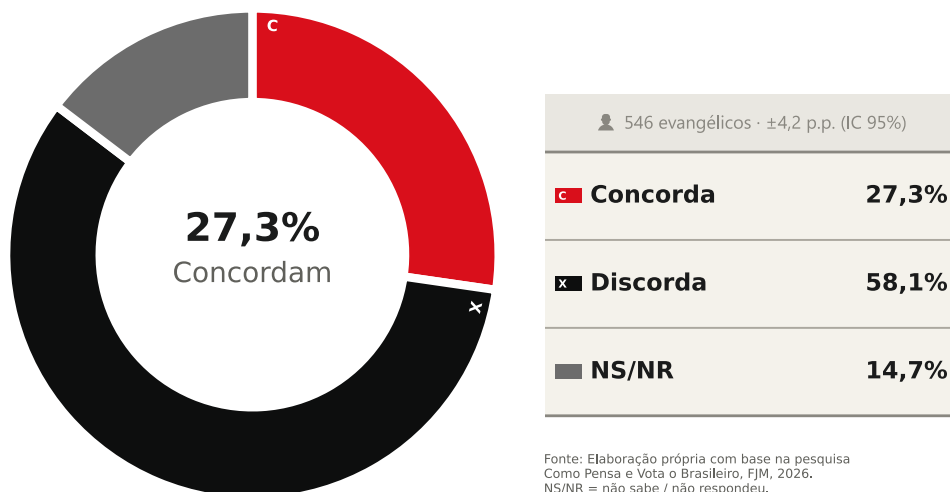
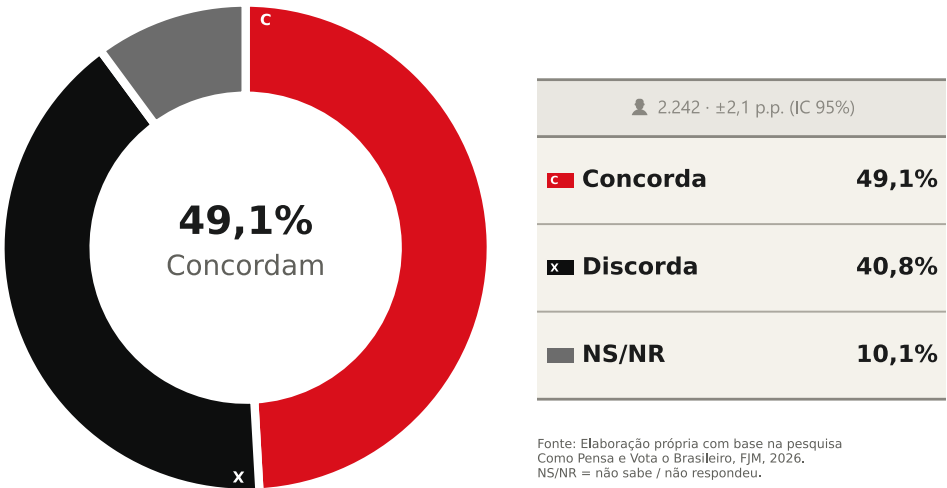


Gráfico 6.1 O Brasil está com influência religiosa excessiva na política



O que a pesquisa capta é que o eleitor evangélico, em sua maioria, reconhece a influência que as lideranças tentam exercer sobre o voto. Quando perguntados se a decisão pelo voto é influenciada mais pela orientação bíblica do que pela indicação das lideranças religiosas, 58,1% discordam – e apenas 27,3% concordam (gráfico 6).

Porém, o fato de os eleitores reconhecerem que há uma predominância da influência dos pastores em relação ao voto – mais do que a própria bíblia – não significa que haja concordância com essa realidade. Pelo contrário: praticamente metade da população entende que há excessiva interferência religiosa na política (gráfico 6.1), com as lideranças evangélicas aparecendo como o quarto grupo com mais menções no ranking do que "mais atrapalha o país", com 19,9% das citações (gráfico 2). A religião que transforma palanque em púlpito perde credibilidade nos dois ambientes, simultaneamente. A ideia de que o "pastor que entra em política não é mais pastor", que apareceu na pesquisa qualitativa, não é, dessa forma, uma voz isolada nos grupos focais; é um sentimento difuso. A fé é íntima, pessoal, vertical – conecta o fiel a Deus, não ao parlamentar. A frase "Sou crente. Mas pastor que entra em política não é mais pastor" – não é uma voz isolada nos grupos focais; é

um sentimento difuso. A fé é íntima, pessoal, vertical – conecta o fiel a Deus, não ao parlamentar.

A relação dos brasileiros com as religiões de matrizes africanas fornece um último dado revelador dessa complexidade: a maioria dos eleitores não concorda com afirmações hostis ao candomblé e à umbanda. O sincretismo que Darcy Ribeiro (1995) identificou como uma das forças constitutivas do povo brasileiro ainda pulsa na subjetividade do eleitor médio, por mais que o discurso de intolerância ganhe volume em certos circuitos políticos.

Seção 2.5

O salvador da pátria e os limites da fé institucional

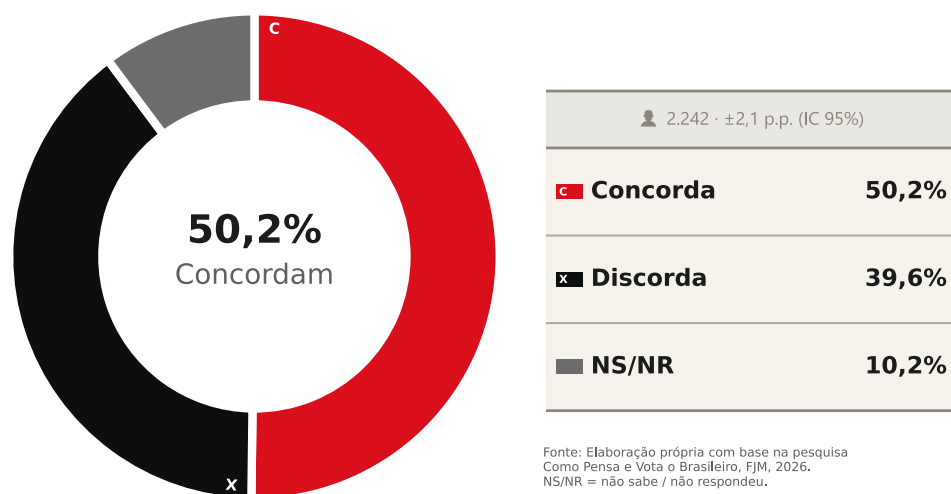
Há, na arquitetura emocional que a pesquisa revela, uma peça ainda não examinada e que talvez seja a mais politicamente explosiva de todas: o anseio pelo líder redentor.

Não se trata de uma preferência passageira por um estilo de liderança mais assertivo; trata-se de uma estrutura emocional que, historicamente, é o solo fértil onde germina o autoritarismo. O "Salvador da Pátria" não é uma novidade brasileira. Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Lula, Bolsonaro – cada qual à sua maneira e em contextos radicalmente distintos – ofereceram ao eleitorado a promessa de uma ruptura pessoalizada com um sistema percebido como esgotado.

O que a pesquisa revela é que essa disposição messiânica não é residual, mas se aprofunda na medida exata em que a desconfiança nas instituições se intensifica. Aqui é que a fé, tratada no início deste capítulo, revela sua face mais ambígua. A mesma fé que sustenta o orgulho nacional e a crença resiliente num futuro melhor alimenta, quando sistematicamente frustrada, a inclinação em depositar esse futuro em uma figura providencial. É a lógica do milagre: quando a vida cotidiana fecha todas as portas racionais, resta a intervenção extraordinária.

O Brasil do futuro: a fé como projeto e como perigo

Gráfico 7. O Brasil é o país do futuro



Metade da população concorda que o Brasil é o país do futuro. Conforme já observado, no começo deste capítulo, quase 75% dos respondentes sentem orgulho de ser brasileiros, e 70,2% afirmam que a política desperta neles mais raiva do que esperança. Esses três dados, lidos em conjunto, constroem o retrato emocional mais completo e inquietante que esta pesquisa produziu (gráfico 7).

O brasileiro não é um otimista ingênuo: ele sabe, com dados e cicatrizes, que vive num dos países mais desiguais do planeta. E, ainda assim, acredita no futuro do país e tem orgulho do que é. Isso não é ingenuidade. É a fé, conforme apresentada, no sentido mais preciso do termo hebraico *emunah*: a firmeza, a solidez, a confiança que não requer evidências imediatas porque se ancora em algo mais profundo do que a experiência presente.

O "Brasil do futuro" é uma promessa que o brasileiro carrega consigo desde, pelo menos, a geração de Stefan Zweig (2006), que, em 1941, assim

intituiu seu livro e nele via, às vésperas da Segunda Guerra Mundial, um país onde "raças e credos convivem em harmonia incomum". Passados 85 anos, metade dos brasileiros ainda sustenta essa crença, não porque a vida material a justifique, mas porque a identidade nacional foi construída sobre ela. Negar o futuro do Brasil seria, para esse eleitor, negar a si mesmo.

Essa fé tem, contudo, uma condição implícita e intransferível: exige a remoção do obstáculo presente. E o obstáculo, como a pesquisa demonstra, com consistência em cada uma de suas camadas, tem nome e endereço – é a política tal como se apresenta, com suas cúpulas corruptas, suas disputas estéreis, seus rituais de poder, que nada entregam à vida concreta das pessoas. O brasileiro ama o Brasil. Não suporta a política. E essa combinação, orgulho sem esperança institucional, fé sem mediação política é, talvez, o traço mais definidor e mais perigoso da subjetividade política nacional neste momento histórico.

Perigoso porque uma fé que opera fora das instituições, que confia no país, mas desconfia do Estado, que acredita no futuro, mas rejeita os mediadores do presente, é uma fé politicamente disponível. Disponível para ser canalizada por qualquer líder que se apresente como *outsider*, como redentor, como portador de uma promessa de ruptura com um sistema percebido como irremediavelmente corrompido. A estrutura emocional é que alimenta, historicamente, tanto o populismo de esquerda quanto o autoritarismo de direita.

Seção 2.7

A fé como equação política

O desafio que os dados desta pesquisa impõem a qualquer ator comprometido com a democracia e com a redução das desigualdades é, ao mesmo tempo, simples de enunciar e extraordinariamente difícil de executar: não basta ter boas políticas públicas; não basta ter diagnósticos tecnicamente corretos sobre a desigualdade. É preciso, antes de tudo, reconstruir o elo afetivo entre o eleitor e as instituições que o representam. É preciso, em linguagem política, reconquistar a fé.

E reconquistar a fé de um povo que aprendeu, ao longo de séculos, a sobreviver sem as instituições não é tarefa para discursos abstratos sobre cidadania, ou apelos técnicos à racionalidade. A tarefa exige presença física onde o Estado nunca esteve, concretude onde sempre houve retórica, resultado onde há décadas existe apenas promessa. Que o governo federal apareça no bairro onde 66% dizem que ele não existe. Que a escola que 77% elencam como prioridade máxima funcione de fato. Que a segurança que 55% demandam deixe de ser monopólio de quem pode pagar por ela.

Porque, se há uma única lição que os dados dessa camada simbólica ensinam com clareza, é que o brasileiro não precisa ser convencido a amar o seu país. Ele já ama com uma intensidade que atravessa ilesa a pobreza, a desigualdade, a decepção e a raiva acumulada. O que precisa é de razões para acreditar que aqueles que ocupam o poder estão à altura desse amor. Que a fé teimosa do povo possa encontrar, no Estado e nas suas instituições, não um espelho da sua decepção histórica, mas um interlocutor à altura da sua esperança.

III

Camada material: *o limite do possível e a economia do supermercado*

O que este capítulo apresenta

A vida concreta é o principal ponto de partida do comportamento eleitoral. Neste capítulo, examina-se o limite do possível em que opera o eleitor brasileiro: desigualdade, emprego, renda, saúde e segurança definem o horizonte cotidiano de escolhas e expectativas. Discute-se a percepção da presença do Estado nos bairros; a tensão entre a crença meritocrática e a experiência de precarização; e a transformação do mundo do trabalho – em que o emprego formal perde centralidade, os sindicatos enfraquecem e a aposentadoria pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) deixa de ser horizonte certo.

Seção 3.1

O peso da desigualdade na percepção do Brasil

Se, no movimento anterior, o comportamento do eleitor foi compreendido a partir da dimensão simbólica, que organiza afetos, valores e identidades, é preciso agora deslocar o olhar para o plano no qual essas disposições encontram seus limites e suas condições de possibilidade. Antes de se traduzirem em julgamentos morais, as experiências sociais são atravessadas, frequentemente, por constrangimentos concretos que estruturam o cotidiano.

Nesse nível decisivo é que se define o campo do possível: aquilo que pode ser desejado, o que precisa ser priorizado, e o que se impõe independentemente da vontade. Ao adentrar esse plano, o foco deixa de ser a forma como o eleitor se reconhece e passa a ser a forma como vive e é dessa experiência situada que emergem as racionalidades que sustentam suas interpretações e, posteriormente, suas escolhas.

Antes de qualquer elaboração simbólica, ou posicionamento político, há um dado anterior, nas análises convencionais, mais imediato: a vida concreta, que vai muito além da categoria abstrata, ganha presença como experiência situada, e marcada, muitas vezes, por restrições, urgências e limites que não se escolhem. Nesse plano, inscreve-se o cotidiano do eleitor como espaço de deliberação livre e, também, como campo de negociações permanentes entre o que se deseja, o que se pode e o que se impõe.

Figura 2. Nuvem de palavras da pesquisa qualitativa



Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa Como Pensa e Vota o Brasileiro, realizada pela Fundação João Mangabeira, 2026.

Os dados da pesquisa são inequívocos, ao revelarem esse ponto de partida. Quando 75,3% dos respondentes identificam a desigualdade como o principal problema do país, não se trata apenas de uma opinião sobre o Brasil, mas de uma percepção que emerge de experiências vividas, direta ou indiretamente, como privação, instabilidade ou insegurança

(gráfico 8). Da mesma forma, quando 86,1% apontam a saúde e 76,7%, a educação, como prioridades, não estamos diante de um programa político estruturado, muito longe disso, trata-se da expressão de necessidades que se apresentam como inadiáveis (gráfico 9).

Gráfico 8. A desigualdade é o principal problema do Brasil

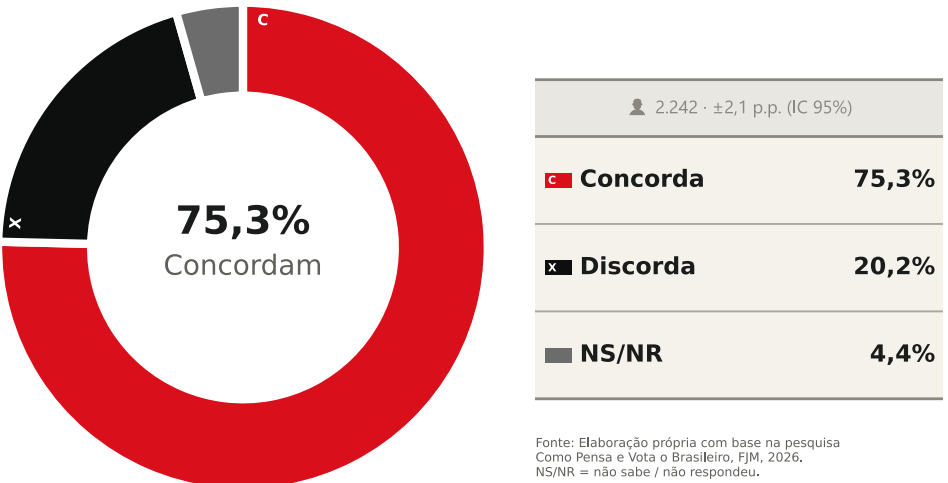


Gráfico 9. Selecione até 3 áreas que o governo deveria priorizar



Esses números indicam convergência e algo ainda mais profundo: uma base comum de experiência. Há, nesse nível, um tipo de consenso que não é ideológico, nem programático, mas existencial. O eleitor não precisa concordar com um projeto político para reconhecer que a vida, como se apresenta, impõe dificuldades semelhantes. Nesse sentido é que se pode afirmar que existe um consenso, mas não forte o suficiente para se organizar como unidade política.

A leitura de Formação Econômica do Brasil, de Celso Furtado (2007), ajuda a entender a profundidade histórica desse fenômeno. A desigualdade, no Brasil, não é um acidente recente, nem um desvio conjuntural; é estruturante. Resulta de um processo de formação econômica que consolidou padrões de concentração de renda, acesso desigual a serviços e distribuição assimétrica de oportunidades.

Isso implica reconhecer um ponto incômodo: a desigualdade, embora historicamente produzida, não se esgota em sua origem – atualiza-se e reconfigura-se, continuamente, nas formas de organização da vida social, encontrando, em diferentes contextos, mecanismos de reprodução e acomodação.

O que a pesquisa revelou, portanto, além da identificação de problemas, foi a persistência de uma estrutura. E essa persistência produz efeitos diretos sobre a forma como o eleitor organiza sua relação com o mundo. A vida cotidiana deixa de ser um espaço de projeção e passa a ser um espaço de contenção. O horizonte encurta-se. O planejamento cede lugar à adaptação. A escolha, quando existe, é frequentemente entre alternativas limitadas.

Nesse ponto, a contribuição de Anthony Atkinson (2015), economista dedicado às questões de justiça social, torna-se central. Ao tratar da desigualdade não apenas como distribuição de renda, mas essencialmente como distribuição de oportunidades e capacidades, Atkinson desloca o debate para aquilo que efetivamente estrutura a vida social: o acesso desigual às condições de existência. Deixa de ser somente sobre quanto se ganha, e passa a ser sobre quanto se pode fazer com o que se tem. E, sobretudo, de quanto se está protegido diante das contingências da vida.

Quando o eleitor aponta a saúde como prioridade quase unânime, revela-se uma demanda por serviço público e, mais do que isso, mostra uma

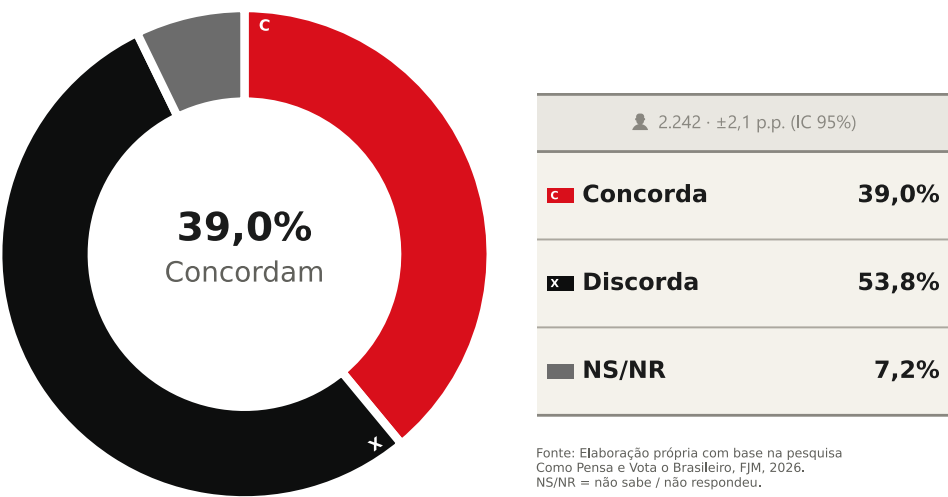
percepção de vulnerabilidade. A saúde aparece como prioridade porque a doença, no contexto de desigualdade, não é apenas um evento biológico, é um risco econômico-social e familiar. O mesmo se aplica à educação, como possibilidade de mobilidade, proteção e futuro mais estável.

No entanto, essa centralidade não se traduz em confiança institucional. Apesar de saúde e educação aparecerem como prioridades quase consensuais, 53,8% dos entrevistados discordam que, nessas áreas, o governo acerte mais do que erre (gráfico 10).

Seção 3.2

A presença do Estado no cotidiano

Gráfico 10. O governo acerta mais do que erra em serviços de saúde e educação



O que emerge, portanto, não é apenas uma demanda por políticas públicas, mas uma relação tensionada com o próprio Estado: que é necessário, mas não plenamente confiável. Essa dissociação entre necessidade e confiança ajuda a refletir por que consensos sociais robustos não se convertem automaticamente em alinhamentos políticos.

Nesse contexto, pode-se analisar uma das formas do voto punitivo já apresentado no capítulo I. No entanto, os dados sugerem que essa punição se organiza como avaliação racional do desempenho governamental e expressão de uma experiência mais ampla de frustração e instabilidade. O eleitor não reage apenas ao governo, reage às condições concretas de vida que não se estabilizam. A punição, nesse sentido, não é apenas política, é existencial – emerge da percepção de que naquilo que deveria garantir previsibilidade, como os serviços públicos, a proteção social, o Estado falha de forma recorrente. Essa recorrência é que significa, no momento de se estabelecer relações de confiança.

A demanda por segurança, com 54,5%, introduz uma dimensão distinta das demais prioridades. Se saúde e educação aparecem como respostas à vulnerabilidade, a segurança emerge como resposta ao medo. E, diferentemente dos outros temas, a pesquisa qualitativa revela que esse medo não é abstrato, mas é territorializado e, em muitos casos, naturalizado. Jovens relatam crescer sob a constante ocorrência da violência, do luto e da ausência do Estado, o que produz uma relação pragmática com o tema: a segurança deixa de ser um ideal normativo e passa a ser uma condição para que a vida simplesmente aconteça.

Em determinados territórios, especialmente entre mulheres chefes de família – conforme se verá em detalhes mais à frente –, a percepção é ainda mais aguda: a ordem não é garantida pelo Estado, mas, por vezes, por estruturas paralelas, como facções criminosas, que ocupam esse vazio institucional. Nesse contexto, a demanda por segurança não se reduz ao policiamento, mas expressa um desejo mais profundo por controle e restauração de uma ordem mínima que permita proteger a família e planejar o futuro.

Esse cenário ajuda a interpretar por que a segurança se associa, com frequência, a discursos de maior rigor punitivo. Longe de ser apenas uma adesão ideológica, trata-se de uma racionalidade defensiva, construída em contextos em que a violência não é uma estatística, mas um custo concreto imposto à vida. A pesquisa mostrou que, para os diferentes grupos evidenciados: jovens, mulheres chefes de família, e evangélicos, a ideia de “ordem” ganha centralidade justamente porque responde à percepção de que o Estado falha em garantir aquilo que é mais básico: a integridade física, a estabilidade do território e a proteção das trajetórias familiares. A

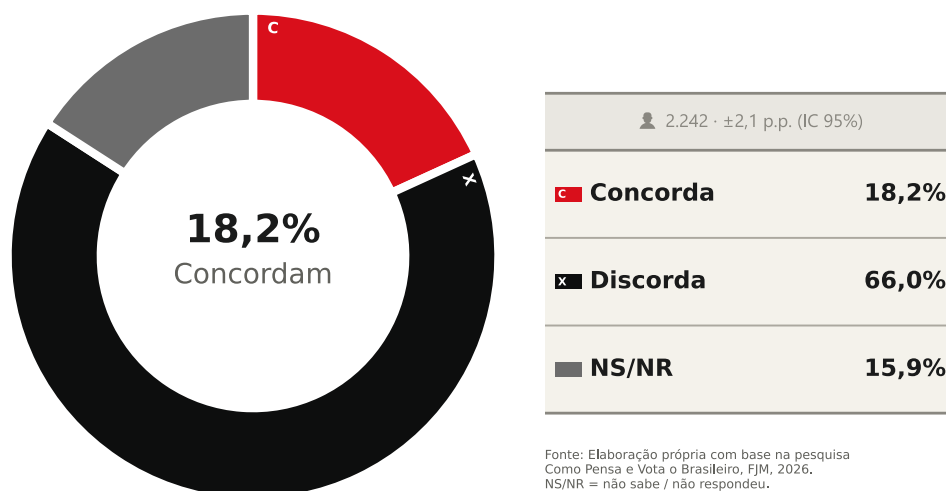
segurança, portanto, além de política pública, é condição de possibilidade da própria vida social.

O que está em jogo, para além da evidente violência, é o ambiente que a torna possível e recorrente. A pesquisa qualitativa indica que ela é vivida como parte de um movimento diário mais amplo de deterioração, no qual a insegurança se estende à perda de referências, à fragilidade das relações e à dificuldade de sustentar uma vida minimamente previsível.

Esse cenário não se organiza apenas em termos materiais, mas também emocionais. Nos grupos focais, observou-se que a revolta aparece como sentimento transversal, associada à percepção de desigualdade e falha do sistema, enquanto o medo se ancora na experiência concreta da insegurança e ausência de serviços. Essas emoções não são esporádicas, pois estruturam a forma como o cotidiano é percebido e vivido.

A percepção de distanciamento do Estado torna-se ainda mais evidente e mais complexa quando se observa que 66% dos entrevistados afirmam que o governo federal não está presente em seu bairro. No entanto, o dado não se esgota nessa maioria. Apenas 18,2% reconhecem essa presença, enquanto 15,9% declaram não saber ou não responder. Esse contingente expressivo de indeterminação não deve ser lido como simples ausência de opinião, mas como indicador da dificuldade de reconhecer o Estado na experiência diária (gráfico 11).

Gráfico 11. O Estado tem presença no meu bairro



Em outras palavras, não se trata apenas de um Estado ausente, mas de um Estado cuja presença, quando existe, nem sempre é identificada como tal. Programas, serviços e políticas públicas não se convertem automaticamente em percepção de presença institucional. Isso revela um desencaixe entre ação estatal e reconhecimento social, no qual o Estado pode operar sem ser percebido e, portanto, sem produzir vínculo, confiança ou legitimidade.

Uma consequência disso, como evidencia a pesquisa qualitativa, é que a família emerge como principal espaço de segurança, reforçando a centralidade de redes privadas na organização da sobrevivência.

Trata-se de uma racionalidade situada, que opera sob restrição, responde ao imediato e não pode se dar ao luxo de ignorar as urgências do presente. Essa racionalidade é adaptativa.

A vida social brasileira, marcada por desigualdades persistentes e experiências fragmentadas, produz sujeitos que se organizam segundo combinações possíveis em busca de sistemas coerentes. Cada contexto vivido – o trabalho, a família, religião, comunidade, mídia –, introduz disposições específicas. E essas disposições não se integram necessariamente em um todo harmonioso.

Nesse ambiente social, o consenso fragmentado encontra sua base mais sólida. Como já explicitado, há convergência em torno de problemas fundamentais, mas não se traduz em unidade porque os sujeitos que a sustentam não são homogêneos. Essa pluralidade impede que a experiência comum se transforme automaticamente em projeto comum, mesmo quando muitos desejam a mesma coisa.

Paul Ricoeur (2015), em *Ideologia e Utopia*, ao tratar da relação entre experiência e interpretação, ajuda a entender esse intervalo. Para Ricoeur, a experiência não se transforma diretamente em sentido, pois exige mediação, seja narrativa, simbólica ou interpretativa. No entanto, essa mediação não é uniforme, nem garantida. Diferentes sujeitos interpretam experiências semelhantes de formas distintas, a partir de repertórios também distintos.

Nesse processo, a escolaridade desempenha papel central, ao estruturar os repertórios cognitivo e linguístico disponíveis, definindo a capacidade de abstração, argumentação e nomeação da experiência; a formação familiar, por sua vez, conforma disposições morais e hábitos

duradouros, que orientam julgamentos sobre mérito, responsabilidade e justiça; e o acesso a diferentes universos sociais, culturais, profissionais ou informacionais, amplia ou restringe os esquemas interpretativos possíveis, delimitando o horizonte do que pode ser pensado e reconhecido como problema.

Seção 3.3

Meritocracia, esforço individual e o futuro nacional

Essas vozes manifestam-se em diferentes esferas da vida social. Partidos políticos oferecem narrativas ideológicas organizadas; a imprensa estrutura enquadramentos sobre o que deve ser percebido como problema ou solução; as redes sociais intensificam vozes fragmentadas, marcadas por afetos e reações imediatas. A essas, somam-se, ainda, discursos religiosos, experiências familiares e ambientes de trabalho, que conformam repertórios distintos de interpretação.

O que se observa não é apenas a pluralidade de opiniões, conforme a pesquisa nos conduzirá, mais detalhadamente, à frente, mas a coexistência de linguagens sociais que disputam a definição da realidade. O sujeito, ao interpretar sua experiência, mobiliza essas vozes de forma simultânea e contraditória. O que está em pauta não é a interpretação da realidade, mas, também, a disputa entre linguagens sociais que oferecem molduras distintas para compreendê-la.

A desigualdade, ponto destacado na análise da camada material, pode ser interpretada como injustiça estrutural, falha moral, resultado de escolhas individuais ou como destino inevitável. Todas essas variáveis levam a uma fragmentação que tem, como consequência, o recuo participativo da política enquanto espaço de elaboração coletiva, ou a posicionamentos mais punitivos.

Nesse momento, o cotidiano assume a centralidade. Nele decide-se o que é prioritário, é urgente, ou pode ser adiado. E essas decisões não são tomadas a partir de modelos ideais, mas a partir de condições concretas. A política, nesse contexto, deixa de ser um campo autônomo e passa a ser uma extensão da vida prática.

Isso não significa simplesmente que o eleitor seja alheio à política, isso já deixamos evidente, no capítulo I. De acordo com a pesquisa qualitativa, significa que sua relação com a política é mediada por uma lógica distinta, menos orientada por programas e mais por experiências. Menos por coerência e mais por viabilidade. Menos por projeto e mais por necessidade.

Aquilo que é comum na experiência não é comum na interpretação. E aquilo que é comum na interpretação não o é na decisão.

A vida, nesse sentido, é o ponto de partida e o limite. Define o campo do possível e, ao fazê-lo, condiciona a forma como o eleitor interpreta o mundo e, posteriormente, faz suas escolhas políticas. Até mesmo quando resolve não escolher participar, se abstendo.

Se há um consenso, ele está aqui – na experiência de viver sob pressão, de lidar com restrições, de administrar incertezas, mas esse consenso não organiza, apenas aproxima. O que vem depois depende de como cada sujeito, a partir de sua trajetória, seus vínculos e suas disposições, dá sentido a essa experiência.

Nas falas qualitativas, a economia, os serviços públicos, a segurança e convivência social são frequentemente descritos como áreas em crise permanente, compondo um ambiente em que a sensação de piora se torna estruturante da experiência do dia a dia, muito porque não se trata de um tema discursivo, mas uma condição que perpassa por renda, gênero, escolaridade e território, e se intensifica justamente entre aqueles que ocupam posições mais vulneráveis na estrutura social.

Nesse trânsito entre viver, interpretar e escolher, a unidade perde-se e a fragmentação instala-se.

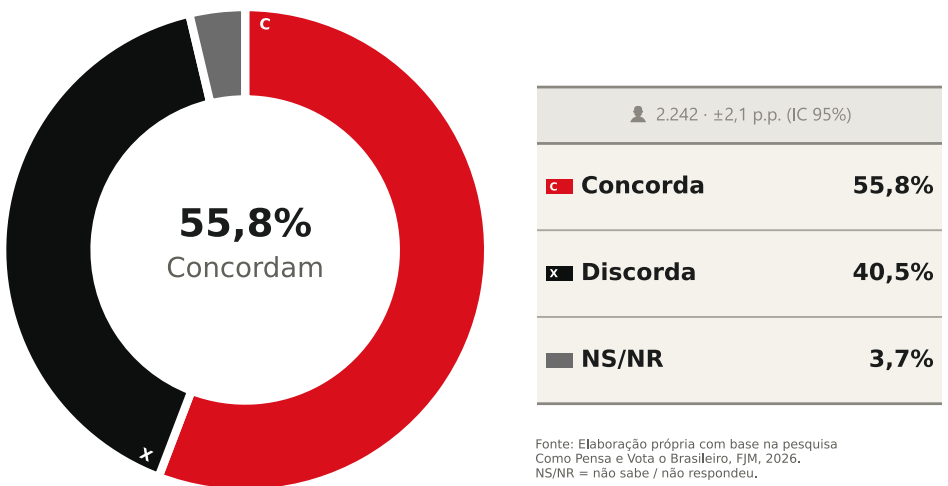
Quando, na pesquisa qualitativa, o eleitor parte do debate sobre desigualdade e deriva para o tema pobreza, também parece não haver um conceito abstrato ou ideologicamente estruturado, há, sim, um relato da experiência concreta de instabilidade permanente, que se manifesta na sociedade como dificuldade de manter o básico, a insegurança no trabalho e impossibilidade de planejar o futuro, compondo um cenário de precarização da vida que molda a percepção política do eleitor.

Mais do que uma condição estática, a pobreza é vivida como risco iminente; ameaça de queda social que pode atingir qualquer um. Nesse

contexto, o medo de empobrecer torna-se tão ou mais relevante do que a própria existência da pobreza, deslocando o tema do campo da justiça social para o da sobrevivência.

Ao mesmo tempo, o eleitor interpreta a pobreza por meio de uma ambivalência persistente entre estrutura e moralidade. De um lado, reconhece a desigualdade de oportunidades e a insuficiência do Estado; de outro, mobiliza critérios como esforço, responsabilidade e mérito para julgar quem é pobre, inserindo a questão em um registro moral antes que propriamente político (gráfico 12).

Gráfico 12. Quem trabalha duro consegue vencer na vida

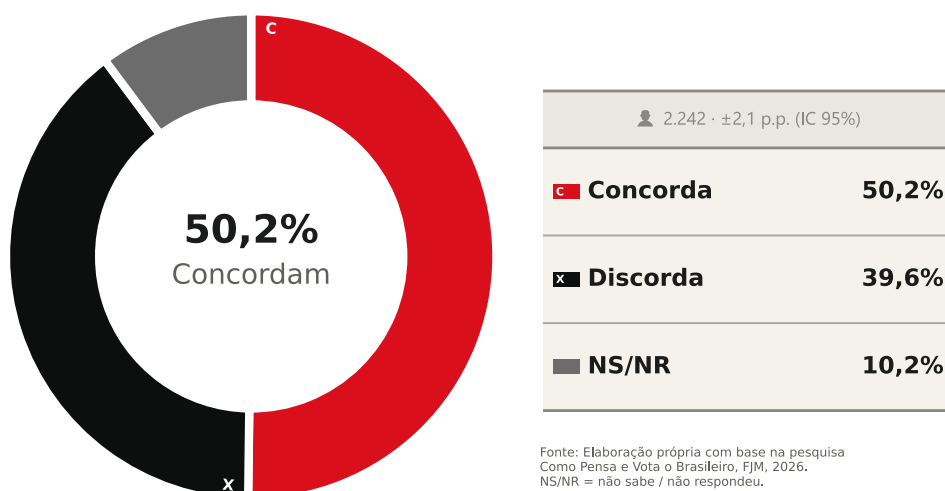


O dado revela uma tensão central entre crença meritocrática e experiência social concreta. Embora a maioria ainda concorde que “quem trabalha duro consegue vencer na vida” (55,8%), o declínio progressivo dessa crença, conforme aumenta a escolaridade, de 65% entre os que têm até o Ensino Fundamental para apenas 41% entre os pós-graduados, sugere que a ampliação do repertório cognitivo e informacional expõe, com maior nitidez, os limites estruturais da mobilidade social.

Em outras palavras, quanto mais o indivíduo compreende os mecanismos econômicos, as desigualdades históricas e as barreiras institucionais, menos atribui o sucesso exclusivamente ao esforço individual. Ainda assim, o fato de a crença permanecer majoritária, mesmo entre níveis mais altos de escolaridade, indica a força simbólica da meritocracia como narrativa organizadora da experiência social, seja como descrição da realidade, ou como horizonte normativo, que sustenta expectativas, legitima trajetórias e, em certa medida, ajuda a dar sentido às próprias dificuldades.

Observa-se que o pessimismo coletivo convive com narrativas de resiliência individual. Metade dos entrevistados expressa alguma expectativa positiva em relação ao futuro do Brasil.

Gráfico 13. O Brasil é o país do futuro



Avançando em relação ao que já foi apresentado, enquanto entre o público masculino e feminino, maiores e menores de 35 anos, e com variação de renda salarial, esses índices não se distanciam mais que cinco pontos, de acordo com a escolaridade, a diferença é maior. Entre os que tem até o Ensino Fundamental, a crença no futuro do Brasil reúne 59% dos eleitores. Já entre o público com Pós-graduação, 47% diz acreditar no que está por vir (gráfico 13).

Esse descompasso entre coletivo e individual não é um ruído, é um traço estruturante. Revela que, diante de um cenário percebido como adverso, o indivíduo desloca sua aposta para o plano mais imediato e controlável: a própria vida. A confiança no coletivo fragiliza-se, mas a esperança no esforço individual persiste. Nesse movimento, abre-se espaço para a valorização de trajetórias autônomas, ainda que marcadas por risco e instabilidade.

Seção 3.4

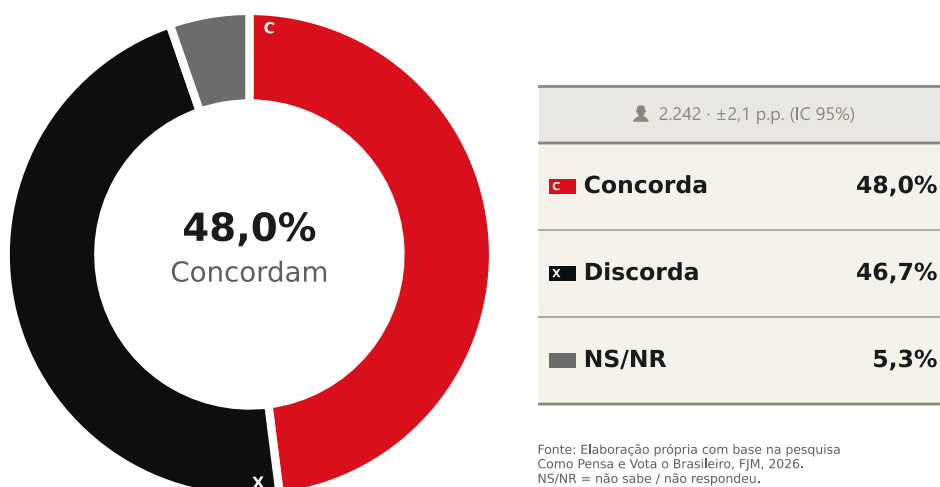
Entre proteção e instabilidade: o mundo do trabalho

Durante grande parte do século XX, o emprego com carteira assinada consolidou-se como horizonte de estabilidade e integração social. Como demonstra Robert Castel (2008), em seu livro *As Metamorfoses da Questão Social: uma Crônica do Salário*, o trabalho formal estruturava a renda e o acesso a direitos. No Brasil, esse imaginário foi reforçado institucionalmente a partir da Era Vargas, quando o trabalho formal passou a ser um dos pilares da cidadania.

No entanto, as transformações recentes do mundo do trabalho, marcadas pela informalidade, flexibilização e emergência de novas formas de ocupação, ressignificaram essas relações. O dado da pesquisa, dividido quase simetricamente entre concordância e discordância, revela precisamente essa transição: a carteira assinada já não é mais um ideal unânime, mas um símbolo disputado entre a memória de proteção, experiência contemporânea de instabilidade, e o desejo de emergir empreendendo (gráfico 14).

Esse resultado não indica ausência de posição, mas uma ambivalência estrutural. De um lado, a carteira assinada continua a ser percebida como sinônimo de proteção, estabilidade e segurança, especialmente entre indivíduos com menor escolaridade e renda. Entre aqueles que recebem até um salário mínimo, 55% consideram o emprego formal a melhor opção, e entre os que possuem Ensino Fundamental, esse percentual chega a 63%.

Gráfico 14. O emprego com carteira assinada é o melhor tipo de trabalho



De outro lado, cresce a valorização de formas mais flexíveis de trabalho, associadas à autonomia, liberdade e possibilidade de ascensão. Esse movimento é mais evidenciado entre indivíduos com maior escolaridade e renda, entre aqueles com Ensino Superior ou Pós-graduação, 57% e 59%, respectivamente, discordam da superioridade da carteira assinada e também entre os mais jovens, visto que 57% rejeitam a ideia de que o emprego formal seja a melhor alternativa.

O que está em disputa não é apenas uma escolha entre dois modelos de trabalho, mas uma reconfiguração mais ampla da relação entre indivíduo, Estado e mercado. Entre as muitas motivações para essa transição histórica está, de um lado, a desilusão com um Estado percebido como ineficiente para proteger o cidadão, que, por sua vez, passa a buscar um plano individual de segurança econômica; de outro, um sistema privado que mediatiza o sucesso do empreendedorismo, às vezes, ao extremo, enaltecendo as vitórias e ocultando as dificuldades.

Os grupos focais sugerem um desencaixe entre os modelos tradicionais de proteção e as condições concretas de vida. O trabalho formal, regulado pela CLT, aparece frequentemente como insuficiente ou desatualizado

perante as dinâmicas contemporâneas, revelando tensão entre a promessa de estabilidade institucional e a experiência efetiva de instabilidade.

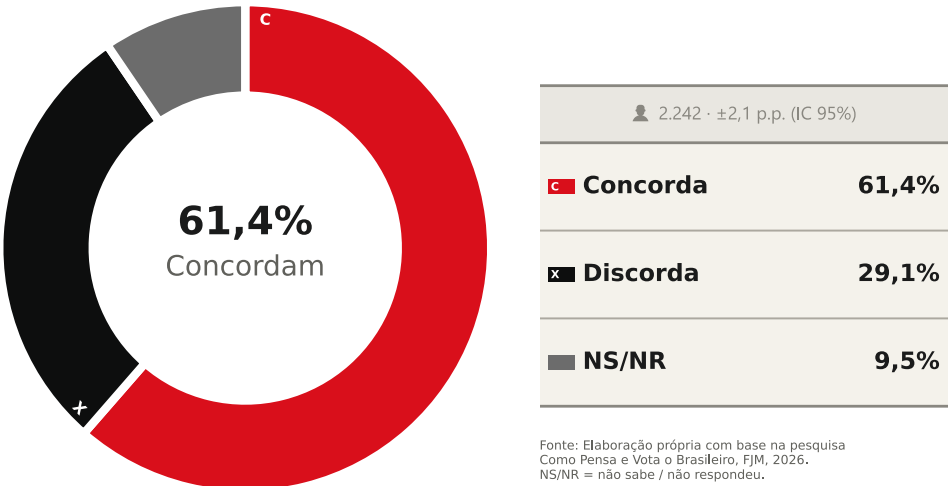
Essa transformação não é homogênea, pois se manifesta de formas distintas, conforme o contexto social. Entre os jovens, por exemplo, a pesquisa qualitativa revela uma inversão significativa de valores: a segurança associada à CLT passa a ser interpretada como estagnação e submissão, enquanto a precariedade do trabalho autônomo é ressignificada como liberdade e potência. A carteira assinada deixa de representar conquista e passa a ser vista, em alguns casos, como limitação.

Entre mulheres chefes de família, a lógica é outra. A escolha entre trabalho formal e informal não se estrutura como posição ideológica, mas como estratégia de sobrevivência. A necessidade de conciliar geração de renda com responsabilidades de cuidado com crianças, idosos, ou PcDs, faz com que a flexibilidade do trabalho autônomo se torne, com frequência, uma exigência prática. Nesse contexto, a informalidade não é escolha, mas ajuste.

Olhando somente para os evangélicos, a pesquisa aponta, ainda, outra dimensão. A linguagem da proteção estatal, frequentemente associada à esquerda, é, por vezes, percebida como dependência. Em contraste, discursos que enfatizam autonomia, responsabilidade individual e possibilidade de ascensão, frequentemente mobilizados por líderes religiosos, ou figuras associadas ao universo do empreendedorismo, encontram maior ressonância. A ideia de “virar Pessoa Jurídica (PJ)” passa a representar mais do que uma estratégia econômica; trata-se de um gesto de afirmação individual.

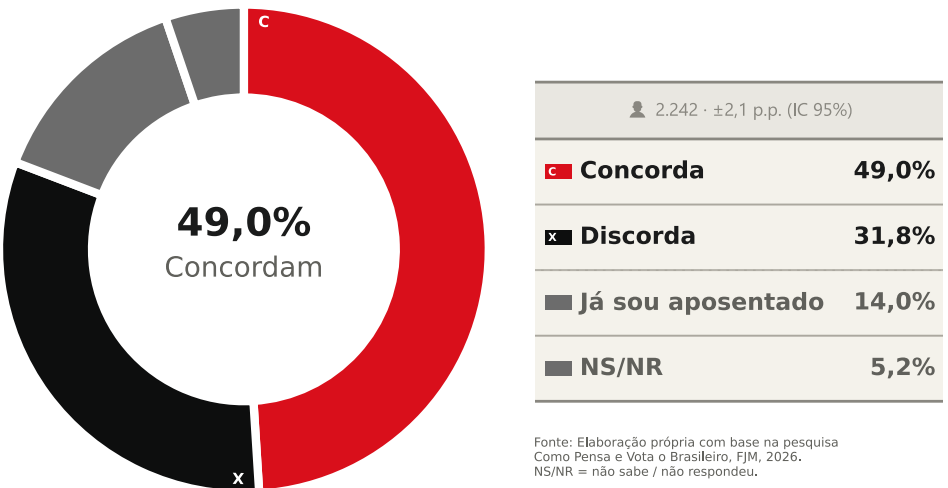
Essa reconfiguração do mundo do trabalho afeta as formas de inserção produtiva e, também, as instituições que, historicamente, mediam a relação entre trabalhador e Estado. Quando 61,4% dos entrevistados afirmam que os sindicatos de trabalhadores são importantes, observa-se que ainda persiste um reconhecimento da relevância da ação coletiva como instrumento de proteção. No entanto, o fato de 29,1% discordarem dessa importância revela que essa mediação já não é fortemente consensual (gráfico 15).

Gráfico 15. Acho os sindicatos de trabalhadores importantes



O que reluz é um enfraquecimento das estruturas intermediárias que, ao longo do século XX, organizaram a proteção social. Se, por um lado, o trabalho formal perde centralidade e o Estado é percebido como insuficiente, por outro, as instituições coletivas que poderiam mediar essa relação também passam a ser questionadas. O resultado é esse movimento progressivo da proteção do plano coletivo para o individual.

Gráfico 16. Tenho expectativa de me aposentar pelo INSS



Essa reconfiguração da relação com o trabalho se projeta diretamente sobre a percepção de futuro. Ao constatar que apenas 49% dos entrevistados afirmam acreditar que vão se aposentar pelo INSS e 31,8% já não nutrem essa expectativa, evidencia-se uma dúvida sobre a previdência e uma ruptura mais profunda na confiança em trajetórias protegidas, ao longo do tempo.

A expectativa em relação à aposentadoria pelo INSS revela uma clivagem geracional significativa. Enquanto 42% dos entrevistados com até 35 anos acreditam que vão se aposentar pelo sistema, esse percentual cai para apenas 25% entre aqueles com mais de 35 anos (gráfico 16).

Longe de indicar maior otimismo entre os mais jovens, o dado sugere que a experiência corrói a crença institucional. À medida que o indivíduo avança pelo mundo do trabalho e vivencia suas instabilidades, reformas e descontinuidades, a expectativa de proteção estatal fragiliza-se. Os mais jovens, por sua vez, ainda operam em um horizonte parcialmente herdado, no qual a trajetória contributiva aparece como possibilidade, ainda que cada vez mais distante. O resultado é a exposição de uma ruptura no pacto social: aquilo que antes organizava o futuro como promessa coletiva passa a ser percebido, progressivamente, como a incerteza de cada um.

A análise por renda aprofunda ainda mais essa percepção e revela uma inversão significativa na relação entre indivíduo e Estado. Entre aqueles que recebem até um salário mínimo, 24% afirmam não acreditar que vão se aposentar pelo INSS. Já entre os que ganham mais de cinco salários mínimos, esse percentual quase dobra, alcançando 45%.

O dado indica que, quanto maior a renda, menor a crença na capacidade do Estado em garantir proteção futura. Isso sugere que a relação com o Estado não é homogênea, mas mediada pela posição social e capacidade de leitura do próprio sistema. Para os segmentos de menor renda, o INSS permanece como uma das poucas referências possíveis de segurança, mesmo que frágil. Para os de maior renda, essa proteção é percebida como insuficiente, e progressivamente substituída por estratégias privadas.

Quando o comum não unifica

Todas as variações apresentadas até aqui não anulam o dado central: a vida material continua sendo o ponto de partida do comportamento político. E mostram que essa vida não se traduz de forma uniforme em posicionamentos. O indivíduo definido por esses dados não é coerente no sentido clássico, mas composto por disposições múltiplas, recorrentemente tensionadas. Pode valorizar a proteção da CLT e, ao mesmo tempo, admirar o empreendedorismo. Pode depender do Estado, e desconfiar dele. Pode reconhecer a desigualdade como problema central e rejeitar políticas que busquem enfrentá-la. Essa pluralidade tem deixado de ser exceção, como mostrou a pesquisa, para se tornar regra.

O resultado é um campo social no qual coexistem convergências e divergências. Convergências na experiência, como mostram os dados sobre desigualdade, saúde e educação. Divergências na interpretação, como evidenciam as diferentes leituras sobre trabalho, Estado e autonomia, e fragmentação na ação, como se observa na ausência de unificação política.

Nesse cenário, a tipologia do eleitor ganha novo significado. O eleitor de sobrevivência, por exemplo, orienta seu voto a partir da renda imediata e capacidade do governo de garantir condições mínimas de vida. Já o eleitor liberal de mercado organiza sua visão a partir da meritocracia e defesa de um Estado mínimo. O eleitor empreendedor decide pragmaticamente, segundo seus interesses produtivos, enquanto o eleitor do capital atua mais como agente de influência. A classe média ansiosa, por sua vez, reage ao medo de perda de *status* e renda, conforme já reconhecido.

Esses perfis não são apenas categorias analíticas, mas expressam formas distintas de viver e interpretar a mesma realidade.

Por fim, os dados indicam que variáveis estruturais, como educação, idade e renda continuam sendo preditores relevantes da participação eleitoral, mas passam a ser mediadas por fatores contextuais e pela imagem dos candidatos. Isso reforça a ideia de que a vida material, embora fundamental, não determina de forma direta o comportamento político. Condiciona, mas não define.

No entanto, a análise do conjunto dos dados permite avançar um passo além. Não se trata apenas de reconhecer que a experiência compartilhada não se converte automaticamente em unidade política, mas observar que as próprias estruturas, que historicamente sustentaram essa experiência, o trabalho formal, a proteção estatal e as mediações coletivas, se encontram tensionadas ou em processo de enfraquecimento. A ambivalência em relação à carteira assinada; a perda de confiança na capacidade do Estado de garantir proteção futura; e a adesão não consensual às instituições, como os sindicatos, indicam que não é apenas a interpretação que se fragmenta, mas também os próprios referenciais que organizam a vida social.

Cada trajetória; cada inserção no mundo do trabalho; cada vínculo comunitário, ou religioso; cada experiência de proteção ou abandono estatal, introduz mediações distintas na forma como o indivíduo lê aquilo que vive.

Interpretar essa condição comportamental é fundamental, porque, a partir dela, é que se rompe a expectativa, frequentemente implícita, de que problemas compartilhados geram soluções compartilhadas. A pesquisa mostra que não. Mostra que, entre viver e escolher, há uma etapa intermediária, decisiva e não raro negligenciada: a produção de sentido.

A análise qualitativa revela, ainda, um elemento recorrente, na forma como o Estado é percebido: não somente como instituição, mas um ente que “deve” algo à população. Essa linguagem não é neutra e expressa uma moralização da política, na qual a ação estatal é julgada por sua eficiência e capacidade de cumprir uma expectativa ética de proteção, cuidado e presença.

No entanto, essas condições não operam isoladamente, pois se articulam a processos de mediação simbólica, circulação de narrativas e dinâmicas propriamente políticas que, ao longo dos próximos capítulos, permitirão compreender como essa experiência vivida se transforma em interpretação e, posteriormente, em escolha.

IV

Camada midiática: *a sociedade excitada — formação da opinião*

O que este capítulo apresenta

A passagem da experiência à opinião não é direta: depende de mediações. Neste capítulo, é analisada a forma como, na sociedade excitada das redes digitais, a opinião política forma-se e valida-se em ecossistemas paralelos – família, igreja, vizinhança e algoritmos – em que o estímulo substitui a argumentação. Discute-se a desconfiança nas notícias que circulam pelas redes, a tolerância seletiva às *fake news*, o desejo de simplificação narrativa e a maneira como a repetição produz efeito de verdade, deslocando os critérios pelos quais a autoridade é legitimada.

Seção 4.1

Da experiência ao sentido: a mediação simbólica

Concluimos, até aqui, que a vida impõe condições, mas não produz automaticamente sentido. Entre aquilo que se vive e aquilo que se pensa, retomando, há um intervalo. Nesse intervalo, forma-se a opinião, trabalhada, nesta pesquisa, como uma das camadas de análise. Não se trata de um sistema coerente, nem uma elaboração racional contínua, mas uma composição situada, constantemente revisitada por experiências, afetos, linguagens disponíveis e ambientes de circulação de sentido. Movimento que permite a constante mudança de posicionamento.

A passagem da experiência à opinião não é direta, exige, como anteriormente apontado, mediação. A contribuição de Paul Ricoeur (2015), ao refletir a ideologia e a promessa, torna-se central: a experiência precisa ser narrada para se tornar compreensível. O mundo vivido não se apresenta como um conjunto organizado de significados, mas precisa ser interpretado. E essa interpretação não ocorre em um espaço neutro, mas

em disputas simbólicas, repertórios culturais, e fluxos comunicacionais que oferecem, disputam e estabilizam sentidos possíveis.

Nesse sentido, a partir de Bakhtin (2009), conclui-se que a experiência social nunca chega ao sujeito em estado bruto; já aparece permeada por linguagens sociais, valores e formas narrativas que antecedem o indivíduo. O vivido torna-se inteligível apenas quando ingressa no universo da palavra, e toda palavra, para o filósofo, é inevitavelmente dialógica: responde a discursos anteriores e antecipa respostas futuras. A opinião pública, assim, não pode ser dada como mera soma de percepções individuais, mas produto de uma arena discursiva na qual sentidos sociais competem pela capacidade de organizar a experiência coletiva.

No entanto, a forma contemporânea dessa mediação não pode ser materializada sem considerar a transformação radical do ambiente comunicacional. Essa análise ganha profundidade a partir do estudo da sociedade de Christoph Türcke (2010). O autor oferece uma chave decisiva para reconhecer os relacionamentos estabelecidos entre indivíduos e sociedade.

Para o estudioso alemão, a vida social contemporânea é perpassada por uma lógica de estímulo contínuo. A atenção torna-se o recurso mais disputado, e aquilo que não excita, não impacta, não mobiliza, não provoca, tende a desaparecer. Nesse contexto, a formação da opinião deixa de ser um processo de elaboração gradual e passa a ser um processo de exposição reiterada a estímulos que organizam a percepção da realidade.

Mas essa não é a única forma de relação com a experiência. Há também o eleitor que não organiza, não elabora e não projeta. Não porque esteja fora do mundo, mas justamente porque está imerso em sua intensidade. Como sugere Türcke (2010), em seu livro *Sociedade Excitada*, a saturação contínua de estímulos não amplia a capacidade de interpretação; ao contrário, pode produzir um estado de excitação permanente que bloqueia a elaboração. Nesse registro, a experiência deixa de ser interpretada e passa a ser somente atravessada.

O que se observa, assim, não é a ausência de racionalidade, mas sua suspensão. O tempo comprime-se no imediato; as prioridades tornam-se reativas; e o horizonte estreita-se até quase desaparecer. O mundo não é compreendido, é suportado. E, nesse estado, o posicionamento político não

emerge de uma interpretação estruturada, mas de impulsos fragmentados, adesões episódicas ou, frequentemente, da própria recusa em se posicionar.

Seção 4.2

Redes e circulação da realidade

Os dados da pesquisa evidenciaram com clareza essa transição entre fato – real ou inventado – e as possibilidades de interpretação. A chamada camada midiática revela que as redes sociais se tornaram a principal fonte de informação para grande parte dos eleitores, superando meios tradicionais, como televisão, rádio e imprensa escrita. Esse deslocamento não é apenas tecnológico, mas altera profundamente a forma como a realidade é percebida e interpretada.

A circulação de informações passa a ocorrer em um ambiente caracterizado por: fragmentação de conteúdos; intensificação emocional; aceleração do fluxo informacional; ausência de mediação editorial estável; geração de falsa notícias; e uso exacerbado da tecnologia para criar fatos e análises.

Nesse cenário, a informação não é organizada por critérios de relevância ou verificação, e sim por sua capacidade de gerar engajamento. Como aponta Türcke (2010), o estímulo passa a substituir a argumentação como forma dominante de organizar a atenção.

Os dados quantitativos corroboram entre si quando analisados conjuntamente. Enquanto 84% dos entrevistados afirmam não confiar nas notícias recebidas pelas redes sociais, cerca de 80% rejeitam as *fakes News* como instrumentos válidos na política (gráficos 17 e 18).

Na sociedade excitada,
a opinião não circula isolada:
circula vinculada a identidades,
medos e expectativas.

Gráfico 17. Confio nas notícias que recebo pelas redes sociais (WhatsApp, Facebook, Instagram)

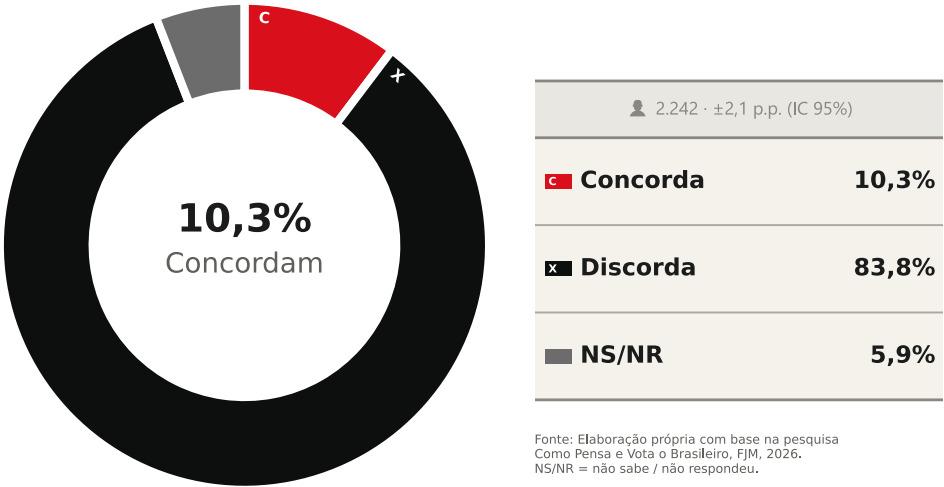
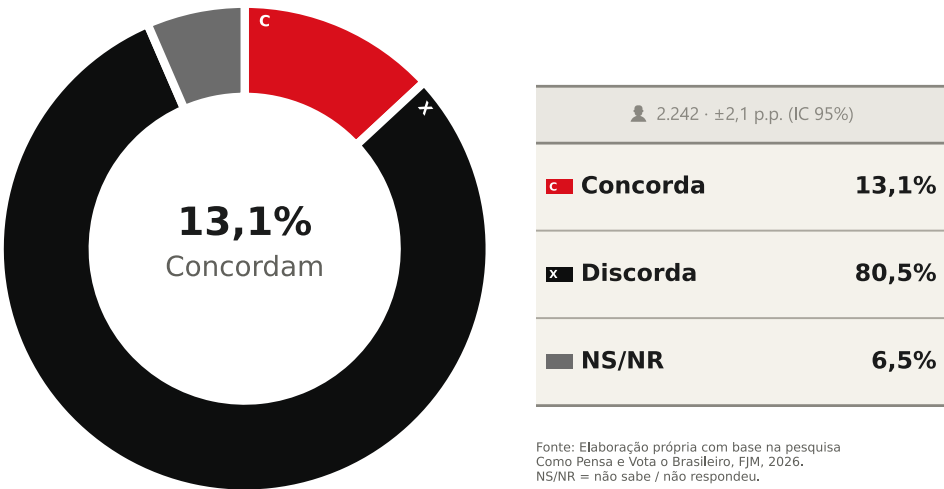


Gráfico 18. Fake News é um instrumento válido na prática política



Esse dado é fundamental, por desmontar uma interpretação simplista segundo a qual o eleitor seria passivo, diante da informação digital. Ao contrário, há uma percepção crítica significativa em relação ao ambiente informacional.

No entanto, essa desconfiança não implica afastamento. As redes continuam presentes e, mais do que isso, estruturantes no processo de formar opinião. Um ponto relevante é prospectar a eventual dificuldade do cidadão em distinguir entre falso e real. Com a ajuda de Inteligência Artificial (IA), as comunicações estão cada vez mais parecidas com a realidade. Os sujeitos da política são imitados, replicados, e tantas vezes validados por muitos receptores, que deixam pouca dúvida sobre a originalidade da informação.

Esses resultados, nas duas questões, permanecem aproximadamente iguais, em todas as variações de público: feminino, masculino; menor e maior de 35 anos; faixas de renda; e religião. O destaque está no posicionamento em concordar ou não se a disseminação de *fake News* é instrumento válido na prática política. Nesse caso, a variação, de acordo com a escolaridade, altera-se. Enquanto 74% do público com Ensino Fundamental discorda, entre os pós-graduados, esse índice é de 90%. Dado que se repete exatamente igual entre os que ganham um salário e os que ganham mais de cinco salários, respectivamente.

Nesse ponto, a análise qualitativa aprofunda o entendimento, ao mostrar que as redes não operam isoladamente, mas integradas a ecossistemas mais complexos, que validam e fazem circular o sentido (figura 3).

Ecossistemas de validação

Figura 3. Ecossistemas de validação da opinião política



Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa Como Pensa e Vota o Brasileiro, realizada pela Fundação João Mangabeira, 2026.

Entre os jovens, por exemplo, a formação da subjetividade política é profundamente mediada por plataformas digitais. A realidade não é somente acessada, mas produzida e validada por algoritmos, por meio de *feeds* que selecionam conteúdos com base em engajamento. Nesse ambiente, emerge a figura do político-influenciador, e a política passa por um processo de “tiktokização”, no qual forma e impacto frequentemente se sobrepõem ao conteúdo.

Essa dinâmica não é neutra, pois opera como câmara de eco, reforçando percepções, eliminando o contraditório e intensificando identidades. A opinião, nesse caso, não se forma a partir de confronto de ideias, mas da repetição de estímulos alinhados.

A própria pesquisa sobre redes sociais, desenvolvida no âmbito deste estudo, reforça essa percepção, ao indicar que a circulação contemporânea da opinião não ocorre de maneira dispersa, ou espontânea, mas por meio de ecossistemas comunicacionais relativamente coordenados. Plataformas digitais, influenciadores, grupos religiosos, páginas de apoio, algoritmos e microperfis passam a operar em cadeias sucessivas de produção, validação e redistribuição de sentidos. Nesse ambiente, a repetição atua como mecanismo de circulação e forma de estabilização narrativa da realidade.

Entre mulheres chefes de família, o padrão é distinto, mas igualmente revelador. A formação da opinião ocorre por meio de cruzamento de mídias, no qual conteúdos recebidos pelas redes são rapidamente verificados em mecanismos de busca ou discutidos com pessoas próximas. A autoridade da informação não está na origem do conteúdo, mas certamente na relação de confiança com quem o transmite.

A credibilidade desloca-se, assim, da instituição para a proximidade. Grupos familiares, religiosos e de vizinhança tornam-se espaços centrais de validação. A opinião não é formada apenas pelo conteúdo em si, mas pelo vínculo social que o sustenta.

Entre evangélicos, observa-se, ainda, outro deslocamento. A autoridade tradicional, antes concentrada em instituições, ou lideranças formais, cede lugar a um mecanismo de validação distribuída, no qual conteúdos circulam em redes fechadas e são reforçados por afinidade. A liderança religiosa mantém-se, mas passa a atuar como instância secundária de legitimação moral, enquanto a dinâmica algorítmica organiza o fluxo principal de informação.

Se o acesso à informação passa a ser mediado por essas redes de proximidade e filtrado por sistemas que operam segundo lógicas próprias, a questão já não é apenas o que se sabe, mas quem define o horizonte do saber. Se só sei o que querem que eu saiba, então, minha experiência do mundo já chega previamente editada. E, nesse ponto, a pergunta deixa de ser retórica para se tornar estrutural: quem organiza esse regime de visibilidade e a serviço de quais interesses ele opera?

O problema, nesse contexto, deixa de ser apenas a seleção da informação disponível e passa a ser a própria organização das interpretações possíveis. A pesquisa das redes sociais mostra que esses ecossistemas operam

pela repetição contínua de enquadramentos, personagens, antagonismos e provas narrativas capazes de produzir aquilo que o relatório define como um “mundo inteligível”: uma realidade relativamente coerente, emocionalmente estável e permanentemente reatualizada pela circulação digital.

Seção 4.4

A conversa política e seus silêncios

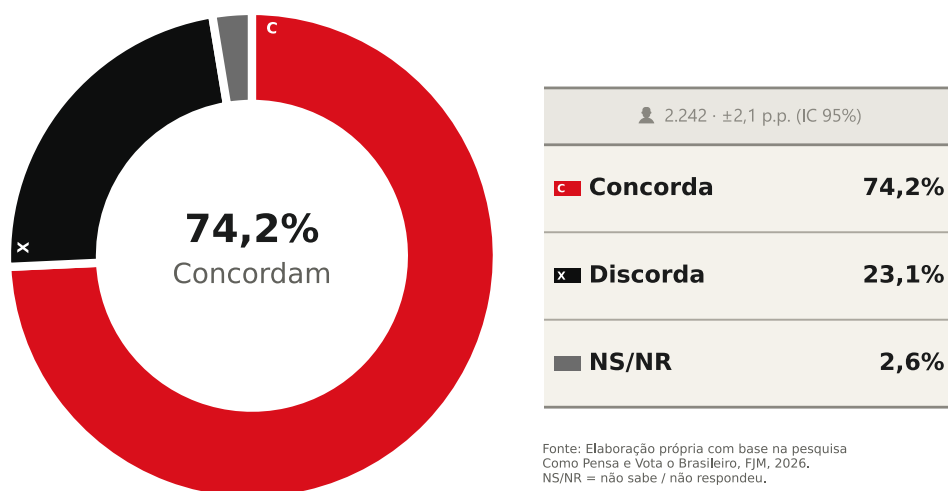
Quando perguntados se conversam sobre política com amigos e familiares, 43,7% dos entrevistados afirmaram fazê-lo ao menos eventualmente; 33% raramente colocam o tema na pauta; e 22,3% dizem nunca conversar. O dado enfraquece a ideia de apatia completa, mas não anima quanto à permanência do debate. A política continua atravessando as relações sociais e organizando percepções. No entanto, essa circulação da política ocorre em um ambiente marcado por crescente tensão interpessoal, e 74,2% afirmam evitar falar de política para não criar conflitos (gráfico 19).

Gráfico 19. Converso sobre política com amigos e familiares



A maior frequência da conversa acontece com o público da pós-graduação, em que 29% sempre abordam o tema. A menor está entre os que tem somente o Ensino Fundamental, visto que só 14% falam sempre de política (gráfico 20).

Gráfico 20. Evito falar de política para não criar conflito



O paradoxo é intrigante. A política está presente, mas a convivência tornou-se mais difícil. O debate não desaparece, mas passa a ser regulado pelo medo da ruptura, pelo receio do conflito e pela percepção de que determinadas diferenças já não conseguem mais ser administradas no plano da convivência cotidiana. A polarização deixa de operar como divergência ideológica e ganha relevância ao reorganizar vínculos afetivos, familiares e comunitários.

A análise qualitativa ajuda a refletir essa dinâmica, ao revelar que os espaços de sociabilidade se transformaram também em espaços de validação política. Família, grupos religiosos, círculos de amizade, e redes digitais, já não funcionam como ambientes de convivência e, sim, como ecossistemas de circulação de interpretações sobre o mundo. Nesse contexto, discordar politicamente deixa de significar pensar diferente. Pode traduzir rompimentos; desafiar identidades coletivas; ou ameaçar vínculos afetivos considerados fundamentais.

A consequência é uma mudança importante na própria natureza da opinião. Em vez de emergir prioritariamente do confronto aberto entre posições distintas, a opinião tende a consolidar-se em ambientes

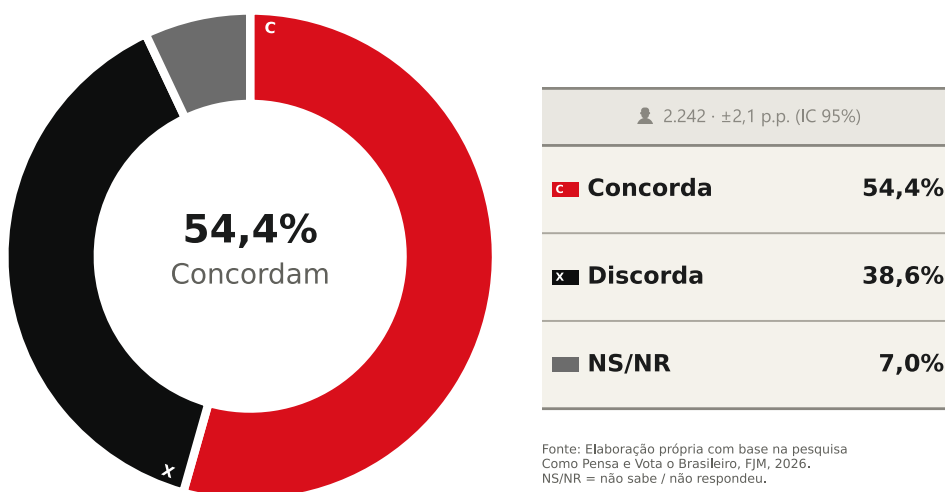
relativamente homogêneos, nos quais o contraditório aparece menos como possibilidade de elaboração e mais como risco de conflito. A política continua presente, mas sua circulação torna-se emocionalmente administrada.

Seção 4.5

O desejo de simplificação

Esse ambiente ajuda também a pensar sobre outro dado relevante da pesquisa: 54,4% dos entrevistados concordam que o Brasil precisa de um “salvador da pátria” na política. O dado não pode ser interpretado somente como adesão autoritária simples, pois parece expressar, sobretudo, uma percepção difusa de desorganização institucional, baixa confiança nos mecanismos tradicionais de representação, e desejo de simplificação diante de uma realidade percebida como excessivamente conflitiva e instável (gráfico 21).

Gráfico 21. O Brasil precisa de um “salvador da pátria” na política



A própria distribuição dos dados sugere isso. A crença no “salvador da pátria” como já abordada, diminui conforme aumentam escolaridade e renda. Entre os entrevistados com até o Ensino Fundamental, 67% concordam com a afirmação; entre os pós-graduados, esse índice cai para 37%. O mesmo movimento aparece nas faixas de renda mais altas. Isso indica que o fenômeno não se organiza apenas como posição ideológica, mas também como forma distinta de relação com a complexidade institucional e os repertórios disponíveis para interpretar a política.

A análise qualitativa aprofunda esse entendimento, ao mostrar que, em ambientes marcados por excesso de informação, fragmentação narrativa e sensação permanente de instabilidade, cresce a busca por figuras capazes de reduzir ambiguidades e organizar emocionalmente a experiência social. A procura não é só por um governante, mas por alguém capaz de oferecer direção, coerência e inteligibilidade em um ambiente percebido como caótico.

Esse processo ajuda a compreender também a deterioração da confiança institucional observada na pesquisa. Mais de 73% concordam, total ou parcialmente, que o Congresso representa mal o povo brasileiro. Em relação ao STF, a desconfiança também aparece de maneira significativa: 52% discordam total ou parcialmente da afirmação “confio no STF”. Ao mesmo tempo, embora minoritária, a ideia de que o Brasil viveria uma “ditadura do STF” reúne mais de 42% de concordância total ou parcial (gráficos 22 a 24).

Gráfico 22. O Congresso representa mal o povo

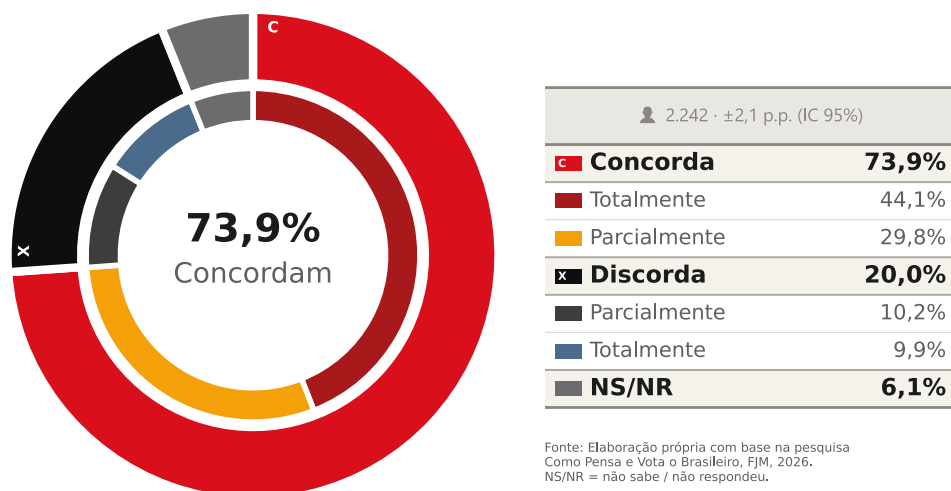


Gráfico 23. Confio no Supremo Tribunal Federal (STF)

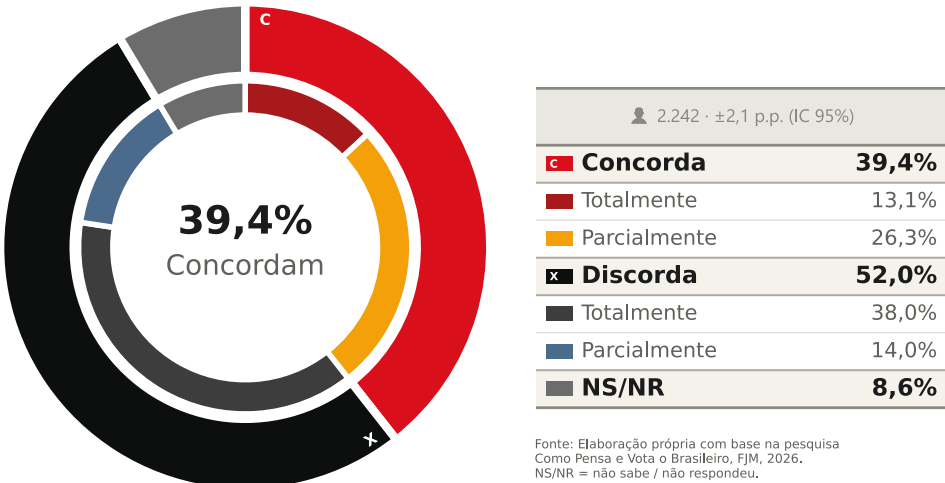
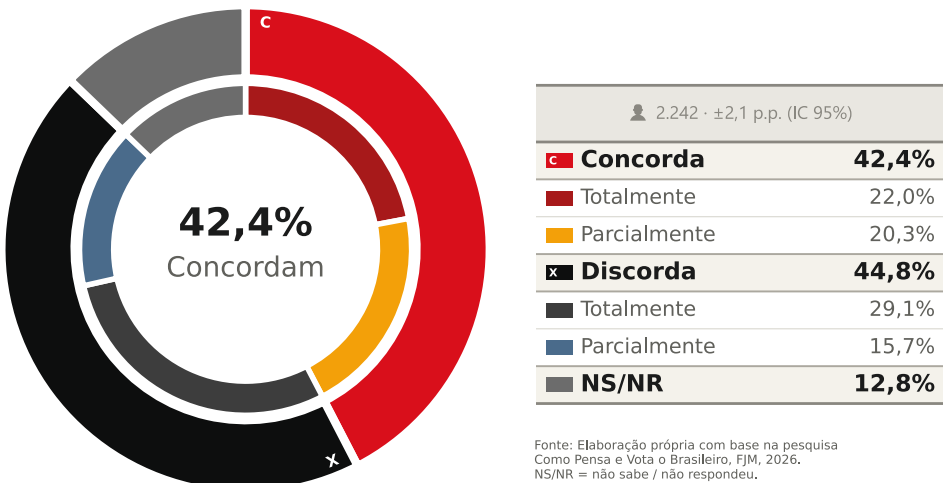


Gráfico 24. O Brasil vive uma “ditadura” do STF

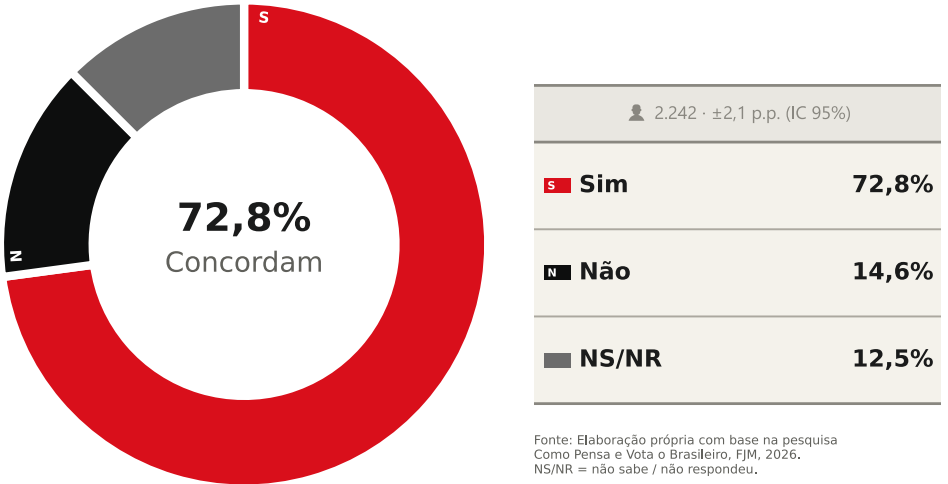


O ponto central, aqui, talvez não seja a adesão homogênea a uma narrativa específica, mas a existência de um ambiente generalizado de suspeição institucional. A crise que atinge os governos, ou lideranças particulares, alcança os próprios mecanismos de mediação democrática. Congresso, Judiciário, imprensa e partidos passam a ser percebidos, por parcelas significativas da população, como estruturas distantes, opacas ou incapazes de representar adequadamente a experiência concreta da vida social.

Nesse contexto, as narrativas políticas passam a funcionar cada vez mais por antagonismos morais simplificados. A análise qualitativa é explícita, nesse sentido, ao mostrar que o ambiente midiático favorece interpretações organizadas em torno de dicotomias como: povo *versus* elites; honestos *versus* corruptos; e cidadãos comuns *versus* sistema político. A política deixa cada vez mais de ser percebida apenas como disputa de projetos e passa a ser interpretada como conflito moral permanente. AS questões morais ganharam um peso maior nas questões.

Essa nova reorganização moral da política ajuda a compreender outro dado particularmente revelador da pesquisa. Embora 72,8% afirmem compreender bem a diferença entre esquerda e direita, a análise qualitativa mostra que esses conceitos frequentemente aparecem como marcadores identitários (gráfico 25).

Gráfico 25. Compreendo bem a diferença entre esquerda e direita



Esse número se acentua, como não poderia deixar de ser, de acordo com a escolaridade. Entre aqueles que tem somente o Ensino Fundamental, 56% anunciaram saber bem a diferença. No universo dos eleitores com pós-graduação, 91% sabem diferenciar esquerda de direita.

Isso aparece de maneira evidente nas questões associadas ao comunismo, patriotismo e democracia. Enquanto 25,9% concordam que o Brasil vive um regime comunista, apenas 21,1% concordam totalmente que o país vive uma democracia plena (gráficos 26 e 27). Mais do que coerência ideológica linear, o que se destaca é um ambiente de insegurança interpretativa, no qual diferentes narrativas disputam permanentemente a organização do sentido político.

Gráfico 26. O Brasil vive uma democracia plena

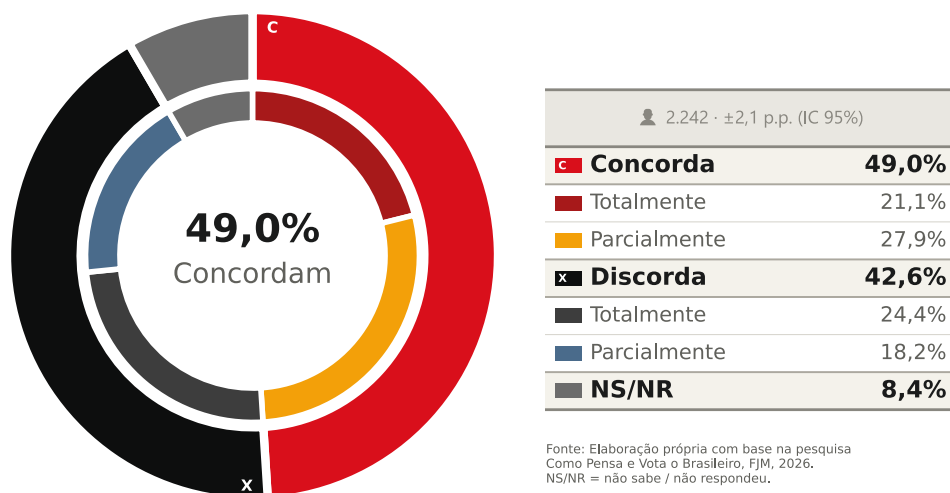
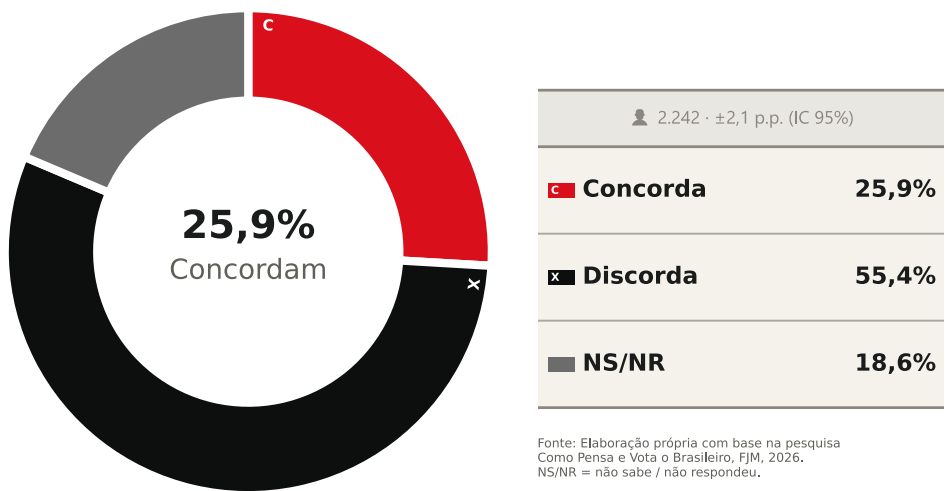


Gráfico 27. O Brasil vive um regime comunista



Nesse cenário, a opinião já não pode ser dada como resultado somente de acesso à informação objetiva, pois não circula isoladamente e, sim, vinculada a identidades, medos, vínculos sociais e expectativas morais.

Nesse ponto é que a camada midiática revela sua centralidade. Entre a experiência concreta da vida social e a escolha política, existe um ambiente complexo de mediações simbólicas, emocionais e comunicacionais que organiza aquilo que será percebido como realidade possível. A disputa contemporânea ocorre em torno dos próprios regimes de interpretação do mundo.

A pesquisa é explícita, nesse sentido, ao indicar que, em contextos de alta divisão afetiva e intensa circulação digital, a decisão de voto deve ser analisada também como efeito desses ecossistemas, que definem inimigos; moralizam a política; e organizam rotinas de engajamento.

A repetição como efeito de verdade

A linguísta brasileira Eni Orlandi (2009), ao refletir sobre os processos discursivos, ajuda a compreender esse mecanismo de repetição. Para a autora, o sujeito não fala a partir de um vazio, mas a partir de formações discursivas anteriores que organizam aquilo que pode ser dito, pensado e reconhecido como legítimo. Na dinâmica contemporânea das redes, marcada por compartilhamentos contínuos, *slogans*, cortes e frases de efeito, a opinião frequentemente assume a forma de reprodução discursiva. O indivíduo acredita formular uma interpretação própria, quando, com frequência, apenas reinscreve sentidos previamente estabilizados e reiterados pelos ambientes digitais. Nesse contexto, a repetição amplia a circulação de uma ideia e produz efeito de verdade.

Essa produção contemporânea da opinião ocorre ainda por funções distribuídas. Alguns atores definem enquadramentos iniciais; outros validam moralmente determinadas interpretações; outros traduzem linguagens para públicos específicos; enquanto milhares de microperfis replicam conteúdos, comentários e fragmentos narrativos em cadeia. O resultado é a circulação de informação, e a produção contínua de coerência e sensação de consenso.

O sujeito contemporâneo é permanentemente convocado a ter opinião. No entanto, nem sempre dispõe de tempo, repertório, ou condições, para elaborar uma interpretação própria da realidade. Nesse vazio de elaboração, a opinião do outro frequentemente é incorporada como se fosse sua. Não por manipulação simples, mas porque os ambientes digitais oferecem discursos prontos, emocionalmente organizados e socialmente compartilháveis.

A política, nesse contexto, deixa de ser percebida como arena de negociação pragmática e passa a ser interpretada como guerra moral e existencial contra um “Sistema” percebido como hostil.

Esse movimento é decisivo. As narrativas tornam-se simplificadoras, mas altamente eficazes, pois oferecem inteligibilidade rápida em um ambiente saturado de estímulos.

Nesse ponto, a noção de consenso fragmentado ganha nova dimensão. Se, no plano das condições de vida, havia convergência em torno de problemas – desigualdade, saúde, educação –, no plano da opinião, essa convergência é percebida. Os eleitores desconfiam das redes; rejeitam *fake news*; percebem manipulação; mas continuam formando suas opiniões dentro desses mesmos ecossistemas. O paradoxo contemporâneo não está em acreditar cegamente nas redes, mas em continuar vivendo politicamente dentro desses ecossistemas informacionais dos quais desconfiam.

A pesquisa indicou que o ponto de convergência possível não está nesse nível midiático, mas na camada simbólica, em que valores como família, esperança e sinceridade atravessam diferentes grupos.

Isso revela uma mudança importante: o eleitor responde a argumentos e, muito mais, a formas de reconhecimento simbólico. A opinião organiza-se por informação e identificação.

Por isso que, mesmo em um ambiente de desconfiança informacional, as redes continuam centrais, pois operam como canais de transmissão de conteúdo e espaços de produção de pertencimento.

A opinião, nesse sentido, não é simplesmente aquilo que o indivíduo pensa. É aquilo que ele consegue sustentar como sentido possível, dentro de um ambiente saturado de estímulos, mediado por vínculos de confiança, e organizado por narrativas que simplificam o mundo para torná-lo inteligível.

Mas esse campo comunicacional não é universalmente acessível. Há uma parcela significativa da população que não está plenamente integrada a essas dinâmicas, seja por exclusão digital, precariedade educacional, ou inserção periférica nas redes de circulação simbólica. Para esses sujeitos, a saturação apresenta-se como excesso e ruído fragmentado, descontínuo, recorrentemente incapaz de se converter em sentido estável.

A reflexão de Christoph Türcke (2010) sobre o excesso de estímulos colabora com a conclusão de que a desigualdade no acesso desnivela os níveis de entendimento. A excitação permanente não produz necessariamente esclarecimento; ao contrário, pode gerar dispersão, bloqueio e dependência de formas simplificadas de orientação. Assim, enquanto alguns disputam narrativas em ambientes hiperconectados, outros permanecem à margem

desse circuito, com sua opinião formada pela escassez de mediações que permitiriam transformá-las em entendimento.

Justamente por tudo isso, a opinião nem sempre é coerente. Frequentemente é só suficiente para orientar a percepção, justificar posições, e permitir a ação. Mas não o suficiente para produzir unidade.

Para aprofundar essa dinâmica, a contribuição de Manuel Castells (2015), especialmente em *O Poder da Comunicação*, é central. Castells demonstra que o poder, na sociedade em rede, desloca-se para a capacidade de construir e disputar significados por meio dos fluxos comunicacionais. Não se trata apenas de emitir mensagens, mas moldar os códigos, enquadramentos e narrativas que organizam a percepção social. Nesse contexto, a opinião pública passa a ser o resultado de disputas estruturadas no interior de redes midiáticas e digitais, nas quais atores com maior capacidade de programar e conectar redes possuem vantagem decisiva. Assim, aquilo que parece escolha individual já está, em grande medida, condicionado por arquiteturas invisíveis que definem o que circula, ganha relevância e é silenciado.

Essa leitura permite tensionar ainda mais o problema: se a opinião depende das redes nas quais o indivíduo está inserido, então, não há apenas desigualdade de acesso à informação, mas desigualdade de inserção no próprio poder de significação. Para aqueles plenamente integrados às redes digitais, a disputa dá-se no excesso entre múltiplas narrativas concorrentes. Para os excluídos ou periféricos, a disputa sequer se coloca nos mesmos termos, pois o acesso às redes é limitado ou mediado por filtros restritivos.

Nesse contexto, a disputa política desloca-se do campo programático para o campo da atenção. O candidato não é portador de propostas, mas operador de presença: precisa produzir impacto, ser reconhecido rapidamente e adaptar sua comunicação às dinâmicas de circulação que privilegiam o que é simples, emocional e reiterável.

Essa reconfiguração produz efeitos diretos na relação entre eleitor e política. Quando a pesquisa aponta níveis elevados de decisão eleitoral orientada por percepções gerais, como identificação, rejeição ou confiança difusa, mais do que por conhecimento detalhado de propostas.

O que chega ao eleitor, além do conjunto das alternativas possíveis, é aquilo que conseguiu superar as camadas de mediação e se tornar perceptível. Retomando o diálogo com Türcke (2010), a excitação contínua não apenas organiza o fluxo de informação, mas redefine os critérios de relevância. Assim, enquanto o candidato ajusta sua atuação para ser visto, o eleitor, sem as mediações necessárias para sustentar uma elaboração mais profunda, tende a responder ao que aparece com maior intensidade, produzindo uma dinâmica em que a visibilidade passa a competir diretamente com a própria substância da política.

Nesse ponto é que se completa o deslocamento iniciado no capítulo anterior. Se a vida não organiza o sentido, e o sentido não se organiza de forma comum, então, a escolha que se segue não pode ser compreendida como resultado de um processo linear, mas será, necessariamente, uma síntese imperfeita. É para esse momento, o da decisão, que voltamos a seguir.

No próximo capítulo, será preciso compreender como essas múltiplas camadas – vida, experiência, opinião –, condensam-se no ato de escolher, seja como resolução das tensões, ou como tentativa de estabilizá-las. Porque escolher, nesse contexto, não é eliminar ambiguidades, é torná-las operáveis.

V

Camada política: *escolhas e racionalizações*

O que este capítulo apresenta

O eleitor brasileiro mantém forte adesão à democracia como valor abstrato – mas desconfia profundamente das instituições democráticas concretas: Congresso, STF, partidos, e voto obrigatório, aparecem todos sob suspeita. Neste capítulo, examina-se o paradoxo central da política contemporânea brasileira: a convivência entre o anseio pelo líder forte e a defesa da democracia plena, entre a polarização lulismo-bolsonarismo e a fadiga afetiva crescente entre o personalismo dos vínculos e a crise estrutural da representação. Trata-se de uma democracia ambivalente, em que rejeição, lealdade e moralização da política operam simultaneamente.

Seção 5.1

A democracia entre adesão abstrata e desconfiança concreta

A política aparece, nesta pesquisa, menos como campo estável de convicções ideológicas e mais como espaço de tensão entre desejo de ordem, necessidade de pertencimento e crescente desgaste das formas tradicionais de representação. Não que, em algum tempo histórico no Brasil, essa primeira versão tenha predominado.

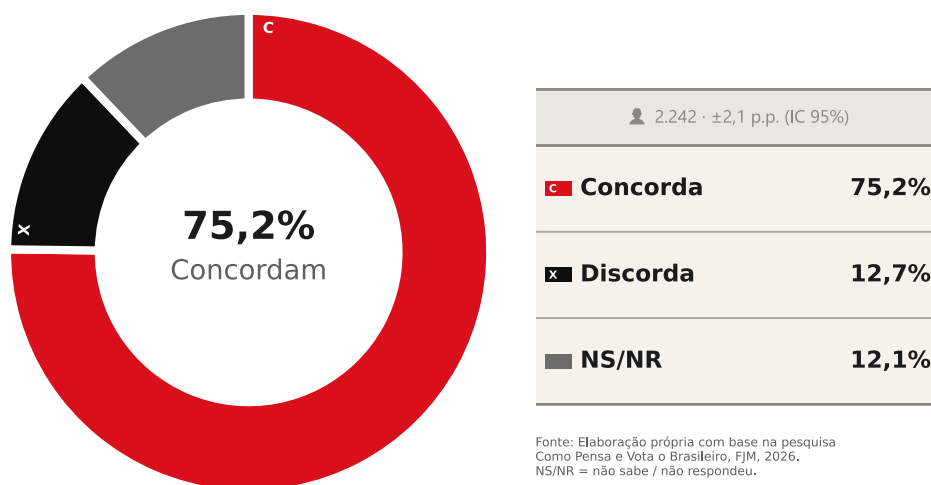
A camada política revela justamente o momento em que experiências sociais, percepções morais e interpretações produzidas nos ambientes midiáticos passam a se condensar em posições sobre autoridade, democracia, instituições e legitimidade.

Sobressai, desse conjunto de dados, a dificuldade crescente das instituições democráticas em produzir confiança, mediação e sensação de representação efetiva.

Convivem o desejo profundo de democracia e a desconfiança radical das instituições democráticas.

Os dados revelam um cenário aparentemente paradoxal. Há uma demonstração de forte adesão à democracia como valor abstrato. Diante da pergunta se “a democracia é sempre o melhor regime”, 75,2% concordam com a afirmação. O dado é expressivo e indica que a experiência democrática permanece amplamente legitimada no imaginário social brasileiro. A democracia continua sendo reconhecida como horizonte desejável de organização política (gráfico 28).

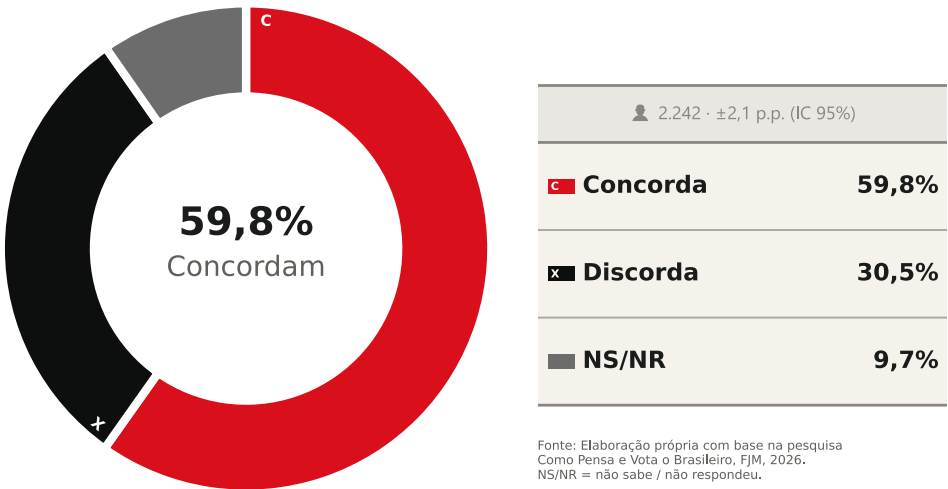
Gráfico 28. A democracia é sempre o melhor regime



No entanto, essa adesão não significa confiança equivalente nos mecanismos concretos por meio dos quais a democracia opera. É justamente nesse ponto que aparece uma ambivalência importante da pesquisa. Ao mesmo tempo em que a democracia é valorizada como princípio, as instituições encarregadas de materializá-la aparecem frequentemente interligadas a experiências de desconfiança, desgaste e sensação de ineficácia.

Esse deslocamento torna-se evidente quando 59,8% afirmam concordar que o Brasil precisa de “um líder forte que não dependa do Congresso”. A princípio, os dois dados poderiam parecer contraditórios (gráfico 29). Mas talvez expressem precisamente uma característica central da relação contemporânea entre sociedade e política: a separação crescente entre adesão ao ideal democrático e confiança nas formas institucionais da representação.

Gráfico 29. O Brasil precisa de um líder forte que não dependa do Congresso



A democracia permanece desejada, mas suas mediações tornam-se questionadas. Entre o público formado por pessoas com pós-graduação, essa realidade é alterada, com 51% que discordam da assertiva, contra 18%

dos brasileiros com até o Ensino Fundamental. Em relação à renda, entre aqueles que ganham mais de cinco salários, a discordância é de 47%, e, entre os que ganham até um salário, cai para 21%.

Essa diferença entre escolaridade e renda ajuda a entender como essa percepção se organiza socialmente. Entre os segmentos de maior escolaridade e renda, cresce a discordância quanto à afirmação, em que indicam maior valorização das mediações institucionais e maior familiaridade com os riscos históricos da concentração de poder. Já entre os setores mais vulneráveis, em que a experiência cotidiana é marcada por insegurança material, baixa confiança governamental e sensação de abandono, a ideia de um líder forte tende a aparecer menos como desejo autoritário consciente e mais como expectativa de eficácia, proteção e capacidade de decisão. Trata-se, portanto, de um dado que expressa não necessariamente o enfraquecimento do ideal democrático, mas o desgaste de sua legitimidade operacional.

O Congresso, os partidos e os mecanismos de negociação política aparecem frequentemente associados à lentidão, ao conflito permanente, à incapacidade de resolução e à distância em relação à vida concreta. Nesse contexto, como já apresentado, o desejo por um “líder forte” surge como tentativa de simplificação diante de um sistema percebido como excessivamente complexo, fragmentado ou improdutivo.

A pesquisa qualitativa intensifica esse desgaste institucional. Em um dos grupos, um participante resumiu sua percepção afirmando que “a palavra que define política é roubo, é uma prostituição”. A frase talvez seja menos importante por sua literalidade do que pelo vocabulário moral que revela: a política passa a aparecer como ambiente degradado, associado à corrupção, negociação opaca e perda de autoridade moral.

Os próprios dados sobre os partidos políticos ajudam a materializar essa tensão. Embora 66% afirmem que os partidos são necessários para a democracia, impressiona, simultaneamente, o fato de que 78,1% defendam uma reforma política voltada à redução do número de partidos existentes no país (gráficos 30 e 31).

O sistema partidário sob suspeita

Gráfico 30. Os partidos políticos são necessários para a democracia

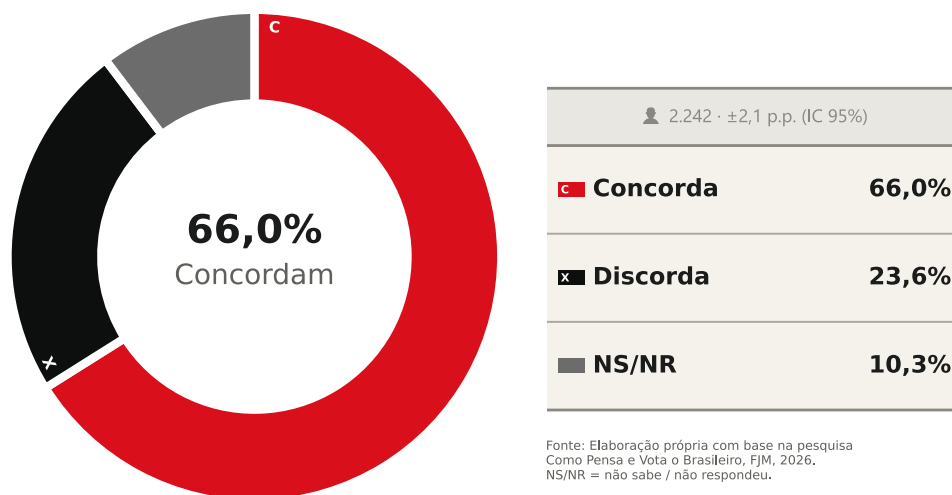
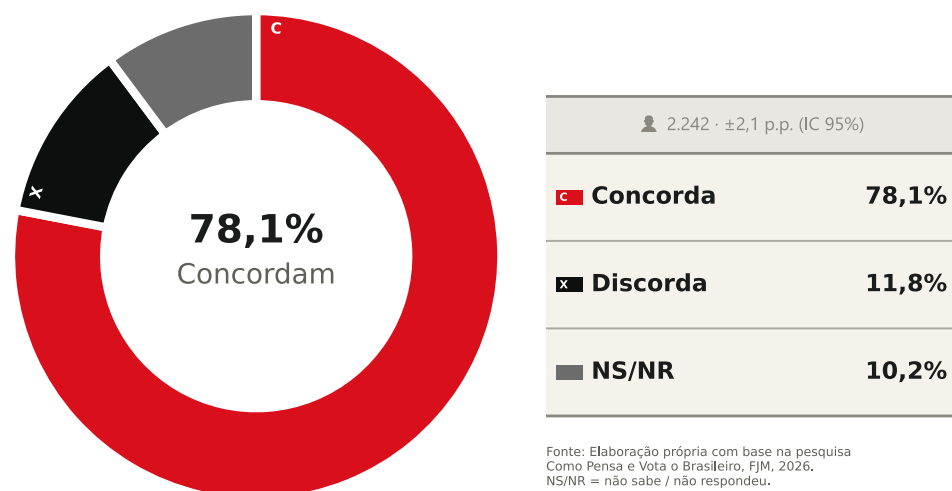


Gráfico 31. O Brasil precisa de uma reforma política que reduza o número de partidos



Mais uma vez, não se trata exatamente de negação da democracia representativa, mas um incômodo com sua forma concreta de funcionamento. A multiplicidade partidária aparece s como sinônimo de dispersão e instabilidade política permanente.

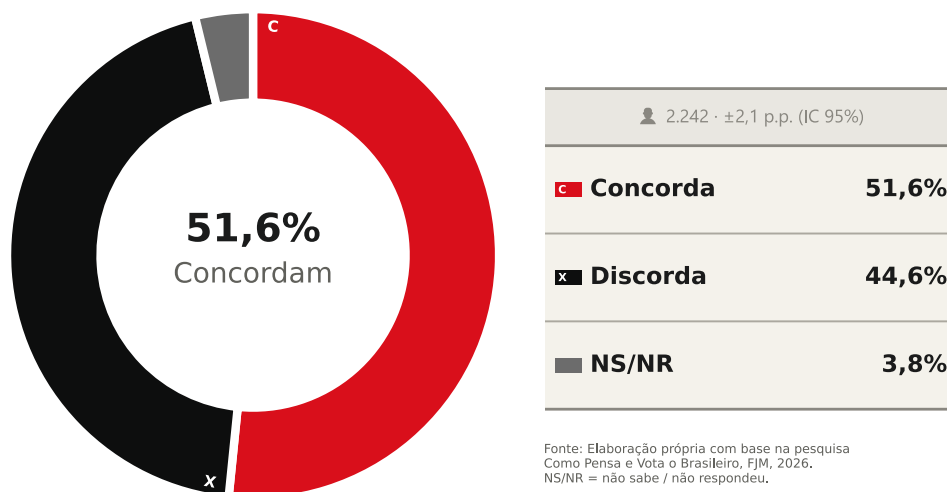
Há, portanto, uma diferença importante entre defender a existência das instituições democráticas e acreditar que estejam funcionando adequadamente.

Essa percepção dialoga diretamente com um ambiente mais amplo de fadiga institucional. Depois de anos marcados por polarização intensa, crises sucessivas, judicialização da política, conflitos entre poderes, e saturação informacional, parte significativa da população mostra desejar menos mediação, menos conflito, e mais capacidade imediata de decisão.

Na pesquisa, verificou-se que o problema central não é a rejeição da democracia em si, mas a erosão da confiança nos instrumentos tradicionais capazes de organizá-la.

Essa tensão reaparece também na discussão sobre a condição do voto. Quando perguntados se o voto deveria permanecer obrigatório, no Brasil, os entrevistados dividiram-se quase igualmente: 51,6% concordam e 44,6% discordam (gráfico 32). O dado é particularmente revelador porque toca justamente no núcleo da participação democrática.

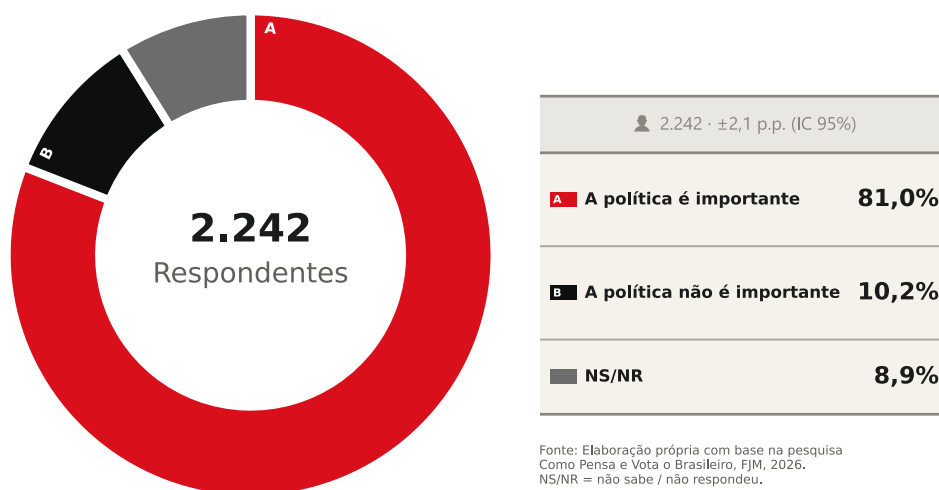
Gráfico 32. O voto no Brasil deverá permanecer obrigatório



A divisão sugere uma relação ambígua com a própria ideia de participação política. O voto continua reconhecido como elemento importante da democracia, mas parte expressiva da população demonstra desconforto com sua obrigatoriedade. Em alguma medida, aparece aqui uma percepção segundo a qual participar da política já não é vivido apenas como exercício de cidadania, mas também como imposição desgastante em um ambiente de conflito contínuo.

Esse desgaste ajuda a explicar outro dado: apesar de toda a crise institucional observada, 81% afirmam que “a política é importante”. O número é decisivo porque desmonta a hipótese simplista da apatia generalizada (gráfico 33).

Gráfico 33. Qual das frases mais se aproxima de você?



A política continua central porque mantém-se organizando a vida, afetando a economia, disputando valores morais e interferindo diretamente na experiência cotidiana. Mas a confiança na capacidade das instituições de processarem esses conflitos de maneira legítima se mostra progressivamente mais fragilizada.

Forma-se, assim, uma democracia na qual o ideal permanece valorizado, mas os mecanismos de mediação perdem capacidade de produzir estabilidade e confiança coletiva. O desafio, no entanto, é encontrar um caminho de reversão.

Seção 5.3

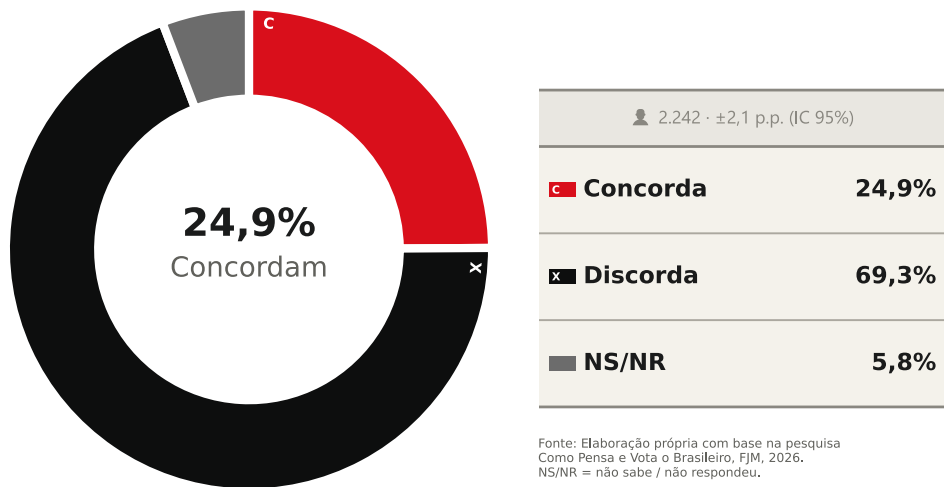
A política sem mediação: personalismo, afetos e crise de representação

A fragilização das mediações institucionais não produz somente desconfiança, em relação ao sistema político. Altera, também, a forma como os indivíduos constroem pertencimento, identificam autoridade e organizam suas referências de confiança. Em um ambiente marcado pela saturação informacional, como visto na análise da camada midiática, pela aceleração comunicacional e a sensação contínua de instabilidade, cresce a busca por formas mais imediatas e personalizadas de orientação política. É nesse contexto que o personalismo reaparece com força.

Os dados da pesquisa mostram que parte significativa da relação contemporânea com a política já não se organiza prioritariamente por identificação programática ou por vínculos institucionais duradouros, mas por conexões afetivas, morais e simbólicas mais diretas. A autoridade política tende a deslocar-se das instituições para figuras capazes de produzir sensação de autenticidade e simplificação narrativa da realidade.

A própria percepção sobre o voto ajuda a compreender esse movimento. Quando perguntados se “o voto é mais baseado no coração do que na razão”, 69,3% discordam da afirmação (gráfico 34). O dado, à primeira vista, parece indicar forte valorização da racionalidade política. No entanto, o restante do conjunto da pesquisa sugere uma realidade mais complexa.

Gráfico 34. Meu voto é mais baseado no coração do que na razão



A questão talvez não esteja na oposição simples entre emoção e razão, mas na forma contemporânea pela qual a própria racionalidade política passa a operar. O eleitor não deixa necessariamente de racionalizar suas escolhas. O que muda são os materiais a partir dos quais essa racionalização é construída. Para Paul Ricoeur (2015), o sujeito não acessa diretamente a totalidade do mundo político; mas percebe, por meio de narrativas disponíveis, que oferece coerência, inteligibilidade e direção moral à experiência vivida.

No ambiente contemporâneo, as narrativas circulam em condições profundamente alteradas e, nessa sociedade marcada pela excitação permanente, o impacto passa a competir diretamente com a mediação. A presença torna-se tão importante quanto o conteúdo. Em muitos casos, mais importante.

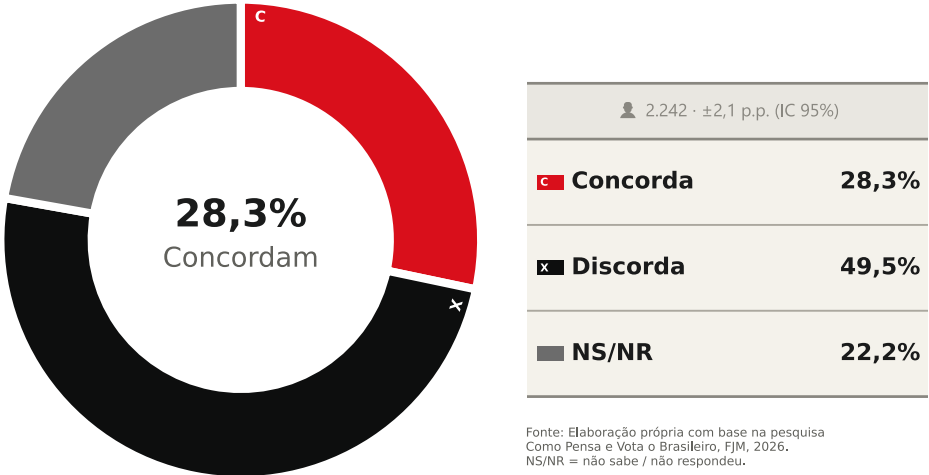
A política passa a funcionar como fluxo contínuo de presença, reação, reconhecimento e antagonismo e se distancia da necessidade de entendimento. O líder já não aparece apenas como mediador de interesses coletivos e sim como personagem capaz de condensar afetos difusos, oferecer interpretações rápidas da realidade e transformar complexidade em conflito inteligível.

Justamente nesse contexto de saturação narrativa, aceleração simbólica e disputa contínua pela atenção, é que a reflexão clássica de Leslie Lipson (1967) recupera atualidade. Em *Os Grandes Problemas da Ciência Política*, o autor afirma que “entender as coisas é o começo da liberdade porque esta consiste no domínio sobre o meio”. A formulação desloca o debate político para além da simples emissão de opiniões ou adesões imediatas. A liberdade, nessa perspectiva, não nasce do impulso, da reação instantânea ou identificação afetiva imediata, mas da capacidade de interpretar o mundo, compreender suas mediações e organizar racionalmente a experiência vivida.

Compreender é um ato político fundamental e na pesquisa acentuou-se que cada vez mais o eleitor compreende menos, mediado que é por interlocutores que segregam os conteúdos e os redefinem. Afinal, quando a experiência deixa de ser elaborada e passa apenas a ser consumida em fluxo contínuo, reduz-se também a possibilidade de domínio crítico sobre a realidade sócio-política.

Nessa reorganização, o conhecimento ajuda a explicar outro dado da pesquisa: 49,5% discordam da afirmação “confio mais em líderes religiosos do que em políticos”, mas os 28,3% que concordam formam um contingente social expressivo (gráfico 35). Entretanto, é mais revelador o índice elevado de brasileiros que não souberam ou não quiseram responder, que alcança 22,2%. Quem são, de fato, esses eleitores?

Gráfico 35. Confio mais em líderes religiosos do que em políticos



O dado sugere algo relevante: a crise contemporânea da representação não produz necessariamente afastamento completo da autoridade e, sim, uma mudança dos critérios pelos quais é legitimada. Entretanto, quando o tema é abordado entre aqueles que possuem pós-graduação, há uma inversão, visto que 66% discordam, mostrando maior confiança nos políticos do que nos líderes religiosos.

Em alguns grupos qualitativos, essa reorganização da autoridade aparece de forma radicalizada. Participantes chegaram a questionar o próprio princípio do Estado laico, enquanto um entrevistado afirmou que seu voto estaria no “reino de Deus”, deslocando simbolicamente a legitimidade da política institucional para uma ordem moral transcendente.

Em muitos contextos, valores religiosos operam como referências centrais de interpretação da realidade política e ajudam a definir percepções sobre justiça, corrupção, família, comportamento, autoridade, direitos e ameaça social. A política passa, então, a ser atravessada por linguagens morais que, frequentemente, antecedem as próprias posições ideológicas formais.

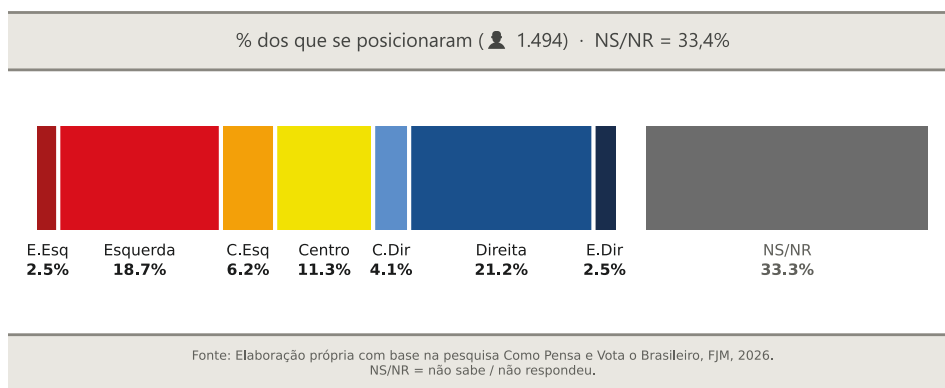
Essa dinâmica torna-se particularmente importante em contextos de forte insegurança social. Quando as instituições perdem capacidade de produzir estabilidade coletiva, estruturas comunitárias mais próximas tendem a ganhar relevância simbólica. Igrejas, grupos religiosos e lideranças locais passam então a exercer a função espiritual e o papel de acolhimento, reconhecimento e organização cotidiana da experiência social.

A religião ajuda a recompor vínculos em ambientes marcados pela fragmentação. Ao mesmo tempo, os dados da pesquisa sugerem que essa presença religiosa não produz automaticamente uniformidade política. O eleitor religioso não constitui bloco homogêneo. Há disputas internas, diferenças geracionais, distintas formas de vivência da fé e variados modos de relação entre moralidade religiosa e posicionamento político.

A confiança já não se organiza exclusivamente pela institucionalidade formal, mas passa a depender da percepção de proximidade. Lideranças religiosas, influenciadores, comunicadores digitais e figuras públicas ocupam espaços que anteriormente pertenciam mais diretamente às estruturas clássicas da política. Isso não aconteceu de uma hora para outra, mas, certamente, foi, conforme visto no capítulo I, intensificado nas últimas duas décadas.

Essa dinâmica torna-se ainda mais evidente quando observada a dificuldade de autoidentificação ideológica dos entrevistados. Embora a política permaneça central no cotidiano social, 33,4% não sabem ou não respondem quando perguntados sobre onde se colocam politicamente (gráfico 36).

Gráfico 36. Onde você se coloca politicamente?



O dado é decisivo, porque mostra que o enfraquecimento das mediações não significa ausência de posicionamento político. Muitos indivíduos possuem percepções claras sobre segurança, moralidade, corrupção, autoridade, direitos ou costumes, mas não necessariamente organizam essas posições dentro das categorias ideológicas tradicionais.

A própria noção de antipolítica precisa ser revisada com cuidado. A pesquisa não aponta exatamente para a rejeição integral da política, e sim para o desgaste das formas tradicionais pelas quais foi historicamente mediada. E se essa condição não for a base para uma reflexão sobre os caminhos da política, o país não conseguirá ampliar suas opções de escolhas no futuro.

Em uma sociedade estruturada por redes de comunicação permanentes, conforme coloca Manuel Castells, o poder desloca-se progressivamente para a capacidade de produzir significado. Não basta mais governar instituições. É preciso disputar atenção, organizar percepções e

construir presença contínua. O calendário de atividades políticas do sujeito o obriga, na atualidade, à dedicação significativa de tempo para gravações e presença digital. Há, inclusive, uma competição para definir os mais atuantes nas redes sociais, e faz, desse título, um desejo de todas as lideranças.

A autoridade política passa, então, a depender da capacidade de ocupar os ambientes de circulação simbólica. Isso explica por que lideranças fortemente personalizadas conseguem produzir identificação mesmo em contextos de baixa confiança institucional. Observa-se um movimento intencional em busca de menor complexidade e maior inteligibilidade imediata. Muitas vezes, isso significa recorrer ao reducionismo e isso altera profundamente a própria natureza da representação democrática.

Quando a política passa a operar prioritariamente pela lógica da identificação emocional contínua, as instituições tendem a perder centralidade para lideranças capazes de manter atenção permanente. O conflito político passa a assumir a forma de adesão, rejeição, ou fidelidade a personagens políticos específicos e deixa, então, de se organizar em torno de projetos coletivos. Não chega a produzir vazio político, por que há substituição de demanda. Entretanto, a mediação enfraquece, a personalização cresce, e a política oscila continuamente entre representação institucional e vínculo afetivo direto.

Seção 5.4

Polarização, lulismo, bolsonarismo e legitimidade política

O faccionalismo da política brasileira não pode ser reduzido à divergência eleitoral circunstancial. O que a pesquisa revelou é algo mais profundo: a consolidação de campos simbólicos relativamente estáveis, capazes de organizar percepções morais e interpretações da realidade e formas de pertencimento político para além das disputas imediatas de governo.

Nesse contexto, lulismo e bolsonarismo aparecem como estruturas amplas de identificação política e emocional e não como simples preferências partidárias, redimensionando significativamente o campo das análises que balizam as compreensões.

Os dados da pesquisa ajudam a perceber essa consolidação. Ao serem questionados se “o PT faz mais bem do que mal ao país”, 44,2% discordam e 39,9% concordam (gráfico 37). Já em relação ao bolsonarismo, 56,4% discordam da afirmação de que o movimento faz mais bem do que mal ao país, enquanto 28,5% concordam (gráfico 38).

Gráfico 37. O PT faz mais bem do que mal ao país

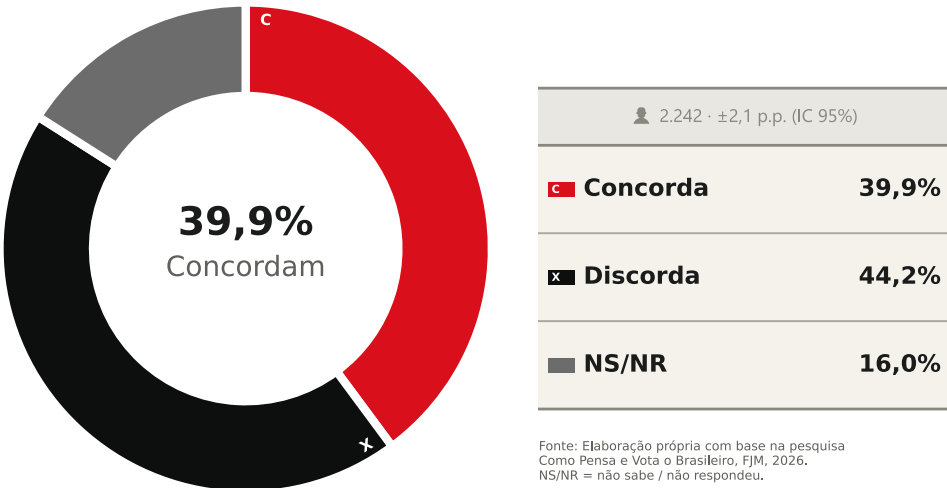
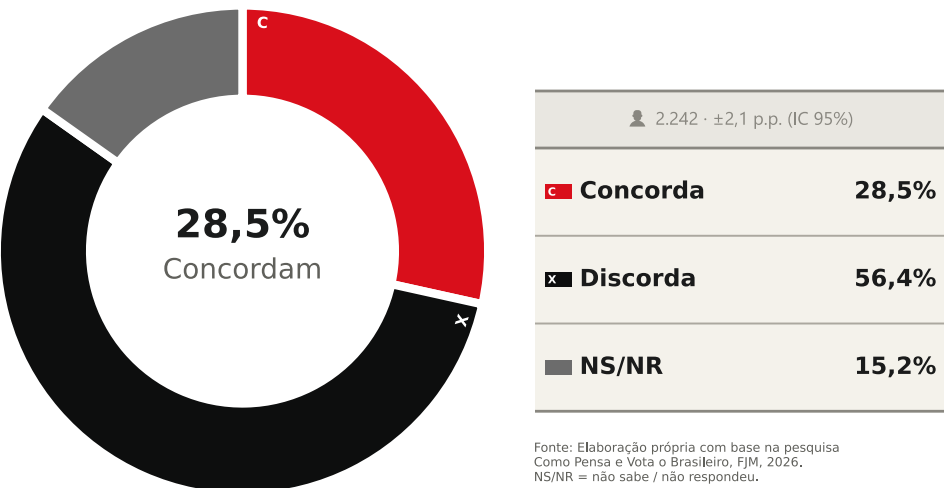


Gráfico 38. O bolsonarismo faz mais bem do que mal ao país



O mais importante, talvez, não esteja apenas na diferença entre os percentuais, mas na persistência dessas identidades políticas, mesmo após anos de intensa crise institucional, desgaste público e conflitos permanentes. Os dois campos continuam estruturando a percepção política nacional, pois, ainda que insatisfeita, segue o mesmo fluxo.

Isso aparece de forma intensa nas perguntas relacionadas à legitimidade das prisões de Lula e Bolsonaro. Sobre a prisão de Lula durante a Lava Jato, 55,1% afirmam considerá-la correta (gráfico 39). Já em relação à eventual prisão de Bolsonaro por tentativa de golpe de Estado, 57,4% concordam com a medida (gráfico 40). O paralelismo dos números chama atenção.

Gráfico 39. Eu achei correta a prisão do Lula na época da Lava Jato

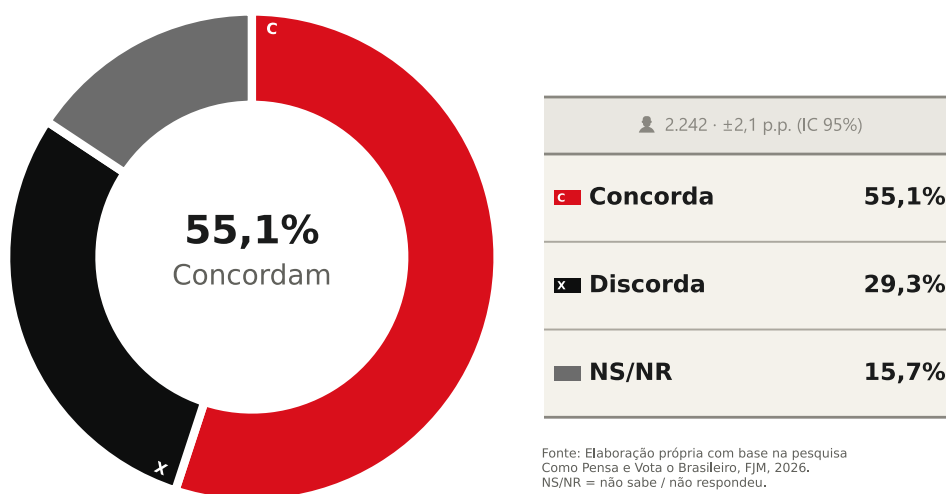
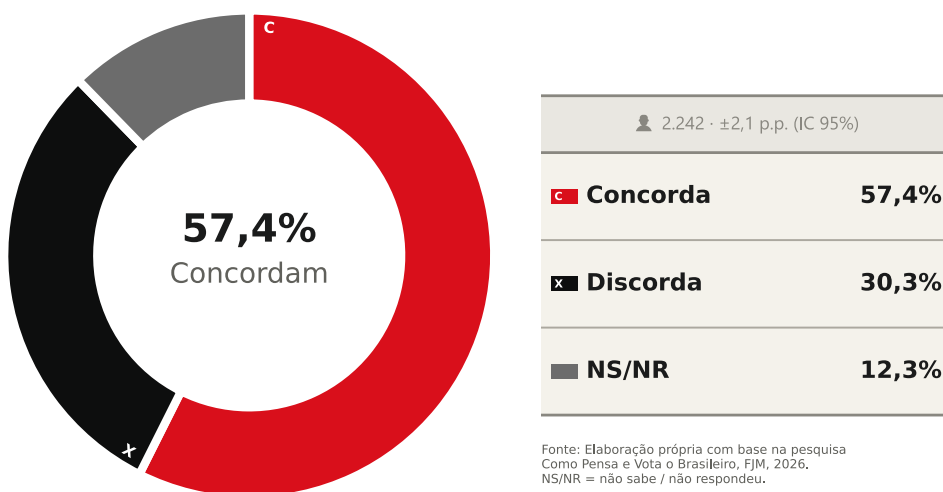


Gráfico 40. Eu achei correta a prisão do Bolsonaro por tentativa de golpe de Estado



O que parece emergir, mais do que coerência jurídica homogênea, é um ambiente político fortemente organizado por legitimidades seletivas, nas quais a interpretação dos acontecimentos frequentemente depende do campo simbólico ao qual o indivíduo já se encontra vinculado.

Em muitos casos, o próprio conceito de justiça passa a ser interpretado a partir das disputas de reconhecimento político e moral que estruturam a polarização contemporânea.

A percepção sobre corrupção, abuso de poder, autoritarismo, ou ameaça democrática, raramente aparece dissociada das identidades políticas prévias.

Nesse cenário, o adversário já não é percebido como alguém que pensa diferente, mas frequentemente como ameaça à ordem social desejada, ao futuro do país ou à legitimidade democrática.

Essa transformação ajuda a compreender por que a clivagem brasileira consegue sobreviver mesmo em contextos de forte desgaste institucional e elevada fadiga social. E não depende exclusivamente da avaliação racional

de governos específicos, pois se sustenta também em vínculos emocionais, experiências acumuladas e redes de pertencimento.

Ao mesmo tempo, os dados sugerem que essa polarização não é simétrica, em todos os níveis. Enquanto o antipetismo continua fortemente estruturado socialmente, o bolsonarismo parece carregar índices mais elevados de rejeição consolidada. Ainda assim, o movimento mantém capacidade relevante de organização identitária, demonstrando que sua força política não depende exclusivamente da aprovação majoritária, mas da intensidade do vínculo estabelecido com parcelas específicas do eleitorado.

Esse aspecto é decisivo para compreender a dinâmica política contemporânea. A estabilidade eleitoral já não depende de conquistar consensos amplos, mas, sim, da capacidade de manter núcleos fortemente fidelizados. Mobilização e engajamento tornam-se relevantes, a qualquer custo, sem os quais nenhuma proposta, ou nome, decola. Entretanto, sempre foi assim, pode afirmar um profissional do campo político. Mobilização e engajamento sempre foram elementos alicerçantes de qualquer campanha eleitoral. A atualidade dessa assertiva está na forma.

A polarização segue operando pela produção de convergência, mas com foco maior na consolidação contínua de antagonismos. Esse ambiente produz efeitos importantes sobre a própria legitimidade política. Em contextos altamente polarizados, decisões institucionais tendem a ser interpretadas pelo impacto que produzem sobre os diferentes campos em disputa e seus fundamentos objetivos perdem força propositiva.

A legitimidade desloca-se parcialmente das instituições para as comunidades interpretativas. Cada campo passa a construir seus próprios regimes de validações política, moral e informacional. A confiança, até então concentrada em estruturas comuns de arbitragem, passa a depender cada vez mais dos ecossistemas identitários nos quais os indivíduos circulam.

A política redefine percepções e produz fronteiras simbólicas relativamente rígidas entre “nós” e “eles”. O debate público perde parte de sua dimensão negociadora e assume progressivamente a forma de conflito permanente por reconhecimento, legitimidade e autoridade moral.

Ao mesmo tempo, a própria pesquisa sugere que esse antagonismo afetivo convive com um fenômeno igualmente importante: o crescimento de zonas de suspensão, ambiguidade e fadiga política.

Os índices elevados de Não Sabe (NS)/Não responde (NR) em diferentes perguntas, revelam que parcela significativa da população já não se posiciona com a mesma estabilidade, diante do ambiente político. Em alguns casos, isso pode expressar desinteresse. Em outros, saturação diante do conflito contínuo. Em outros, ainda, dificuldade crescente de reconhecimento nas narrativas disponíveis, mas não forte o suficiente para uma reversão de voto.

Nesse ambiente, lulismo e bolsonarismo permanecem relevantes como linguagens políticas capazes de oferecer interpretação, identidade e direção em um país socialmente fragmentado e institucionalmente tensionado.

Justamente nesse intervalo entre adesão democrática e crise da representação abre-se espaço para novas formas de liderança, mediações e formas de organização política da experiência social.

Esse comportamento polarizado organiza as preferências eleitorais e atravessa vínculos cotidianos; produz silêncios familiares; interrompe espaços de convivência; e transforma a política em presença permanente dentro da experiência social. Em muitos casos, o desgaste já não decorre apenas das divergências em si, mas da sensação de que o conflito político invadiu relações antes protegidas da disputa pública.

Seção 5.5

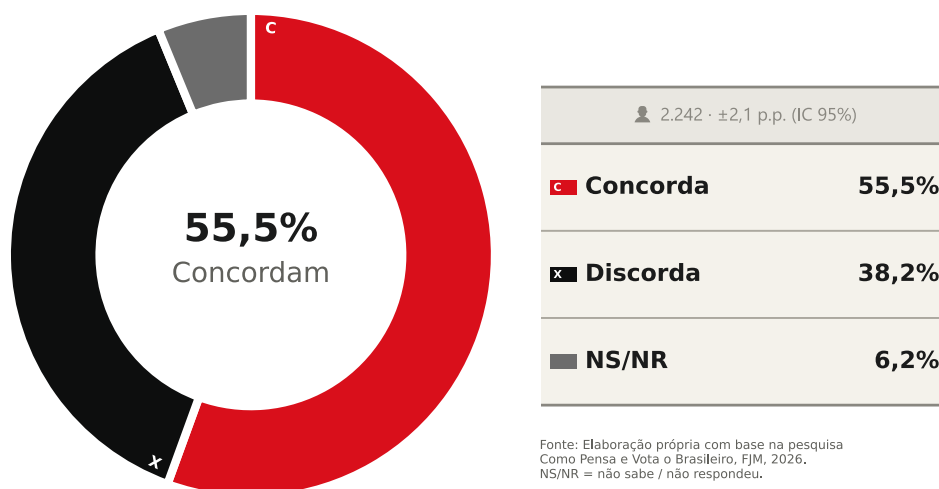
Segurança pública, punição e autoritarismo moral

Poucos temas revelam, de maneira tão intensa, as tensões contemporâneas entre medo, ordem e democracia, quanto a segurança pública. Na pesquisa, esse eixo apareceu mediado por ambiguidades importantes. Os dados não apontam para uma adesão homogênea ao autoritarismo – termo que, em casos extremos e segundo a literatura especializada (Eco; Stanley), corresponde a manifestações do fascismo contemporâneo – explícito, mas revelam a existência de um ambiente social profundamente marcado pela insegurança; a percepção de deterioração da convivência coletiva; e busca permanente por mecanismos capazes de restaurar o controle.

O medo aparece, nesse contexto, como experiência episódica e com relevância, como sensação difusa de instabilidade permanente.

Essa percepção colabora na análise dos resultados aparentemente contraditórios encontrados na pesquisa. Quando perguntados se “a polícia deve ter mais liberdade para agir”, 55,5% concordam com a afirmação (gráfico 41). Ao mesmo tempo, posições mais radicalizadas não alcançam maioria social. A frase “bandido bom é bandido morto”, por exemplo, recebe 49,7% de discordância e 38,3% de concordância.

Gráfico 41. A polícia deve ter mais liberdade para agir



O dado é importante porque desmonta parcialmente a ideia simplista de uma sociedade integralmente capturada por discursos abertamente violentos. O que emerge parece mais complexo. Há forte demanda por proteção, controle e eficácia estatal, mas não necessariamente consenso absoluto em torno de soluções extremas.

Essa nuance aparece também em outras perguntas do bloco. Quando questionados se “os direitos humanos só protegem bandidos”, 47,6% discordam, enquanto 43,4% concordam (gráfico 42). Já sobre o tratamento de usuários de drogas como caso de polícia, a sociedade praticamente se divide: 47,4% discordam e 43,8% concordam (gráfico 43).

Gráfico 42. Os “direitos humanos” só protegem bandidos

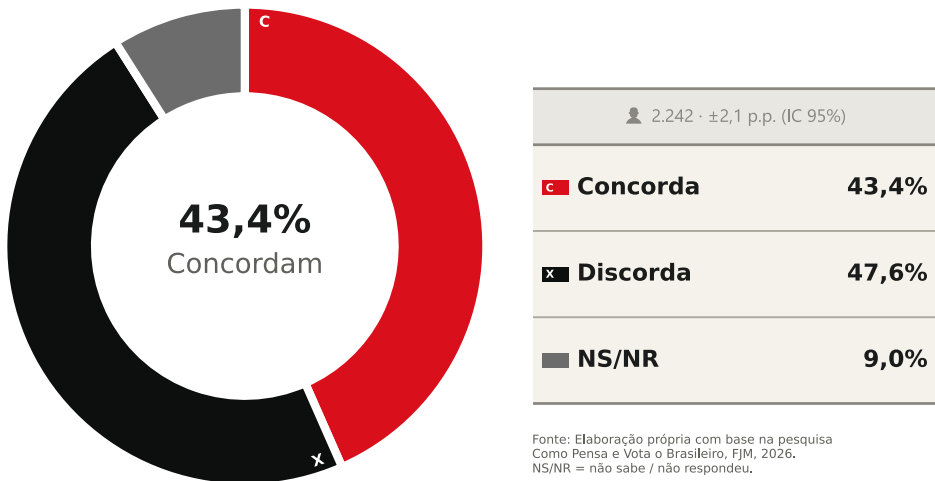
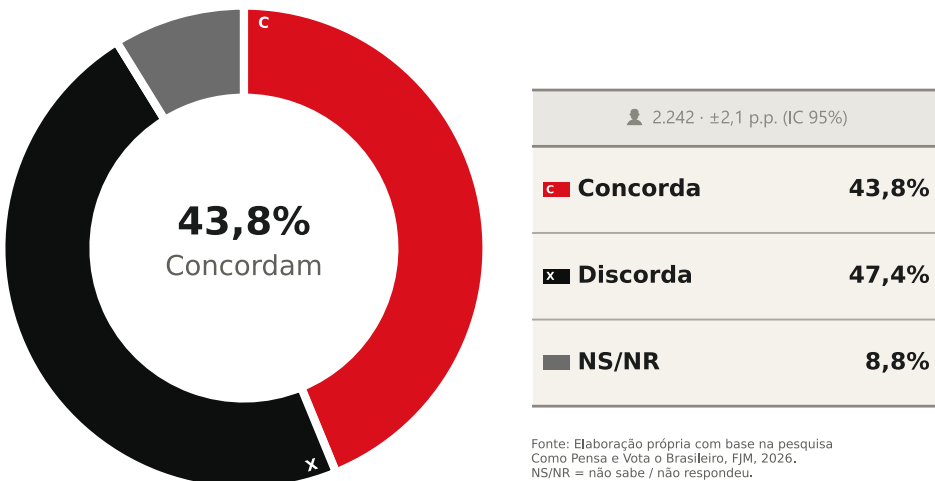


Gráfico 43. Usuários de drogas devem ser tratados como caso de polícia

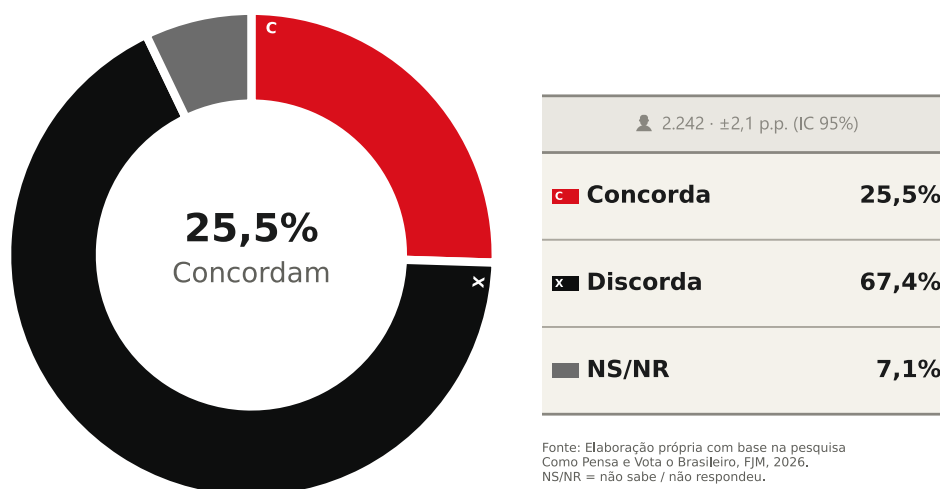


Para Zygmunt Bauman (2001), em sociedades marcadas pela insegurança permanente, a fragilização dos vínculos coletivos, e sensação de imprevisibilidade, cresce a busca por respostas rápidas capazes de restaurar uma sensação mínima de estabilidade. O medo deixa de ser apenas reação a ameaças concretas e passa a organizar a própria percepção da vida social. A insegurança transforma-se em linguagem política.

Nesse ambiente, temas ligados ao crime, à punição e autoridade tendem a adquirir enorme capacidade de mobilização, porque oferecem explicações relativamente simples para uma realidade percebida como caótica. A figura do criminoso concentra a sensação de medos mais amplos relacionados à deterioração urbana, perda de controle social, precarização da vida cotidiana e sensação de abandono institucional.

Isso ajuda a compreender outro dado da pesquisa: 67,4% discordam da afirmação de que “armar a população reduz a criminalidade” (gráfico 44). O índice revela que, apesar da forte circulação pública de discursos armamentistas nos últimos anos, não se consolidou majoritariamente a percepção de que a ampliação individual da violência seja solução eficaz para a insegurança social.

Gráfico 44. Armar a população reduz a criminalidade



Mais uma vez, o cenário é menos linear do que frequentemente sugerem as disputas políticas cotidianas.

A população parece oscilar entre demanda por autoridade e preservação de certos limites democráticos. Deseja maior capacidade de ação do Estado, mas não necessariamente ruptura completa das garantias institucionais. Busca proteção, mas convive simultaneamente com receios relacionados ao abuso, à violência e deterioração da própria convivência social.

O problema é que, em contextos de medo prolongado, soluções simplificadoras tendem a ganhar ainda mais força. A política opera por enquadramentos morais relativamente rígidos: cidadãos de bem *versus* criminosos; ordem *versus* desordem; proteção *versus* ameaça. A complexidade estrutural da violência social perde espaço para narrativas mais imediatas de controle e punição. E, talvez, é daí que venha a sensação de que “tudo está como antes”, ou, como reiterado na pesquisa qualitativa, “é tudo farinha do mesmo saco”.

Ao mesmo tempo, os dados mostram que a sociedade brasileira não se move de maneira homogênea, nessa direção. Em praticamente todas as perguntas do eixo, aparecem divisões significativas, zonas de dúvida e disputas abertas de interpretação.

Isso talvez revele que o país vive menos um consenso autoritário consolidado e mais uma disputa contínua sobre quais limites democráticos podem ou não ser flexibilizados em nome da segurança.

A segurança pública transforma-se, assim, em uma das arenas mais sensíveis da democracia contemporânea. Nela se cruzam medo, desigualdade, percepção de abandono estatal, deterioração da convivência urbana e demanda por reconhecimento social. O debate já não se organiza em torno do combate ao crime, mas em torno da própria capacidade do Estado de oferecer proteção e horizonte de confiança coletiva.

Justamente nesse ambiente, o discurso da ordem ganha potência política. Isso porque promete reduzir a violência, mas, também, porque oferece algo mais importante em tempos de instabilidade prolongada: a sensação de que alguém ainda é capaz de controlar o caos.

Costumes, direitos e moralidades em disputa

Os temas ligados aos costumes ocupam posição singular na dinâmica política contemporânea. Diferentemente das disputas econômicas tradicionais, frequentemente mediadas por indicadores concretos e impactos mais diretamente perceptíveis, os debates morais mobilizam dimensões mais profundas de reconhecimento e visão de mundo. Neles, a política passa a atravessar valores considerados fundamentais pelos indivíduos.

A pesquisa revelou que esse campo está longe de produzir consensos absolutos. O que emerge é uma sociedade marcada por tensões persistentes entre transformações culturais, valores tradicionais e diferentes percepções sobre justiça social.

Um dado curioso, talvez esteja justamente na diferença entre o apoio ao uso medicinal da maconha e a descriminalização de seu uso recreativo. Quando perguntados se “o uso da maconha medicinal deve continuar permitido”, 75,3% concordam com a afirmação (gráfico 46). Já em relação à descriminalização do uso recreativo, o cenário se inverte: 55,7% discordam e apenas 36,2% concordam (gráfico 47).

Gráfico 45. Qual das frases mais se aproxima de você?

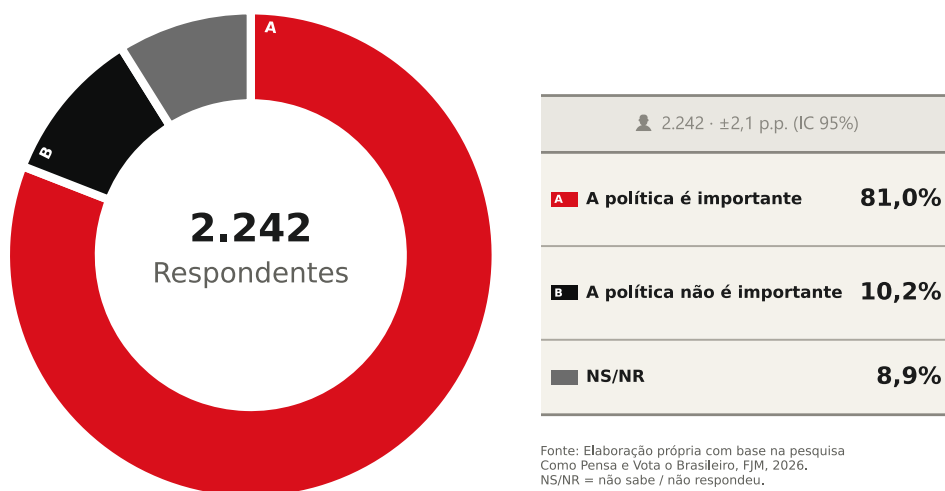


Gráfico 46. O uso da maconha medicinal deve continuar permitido

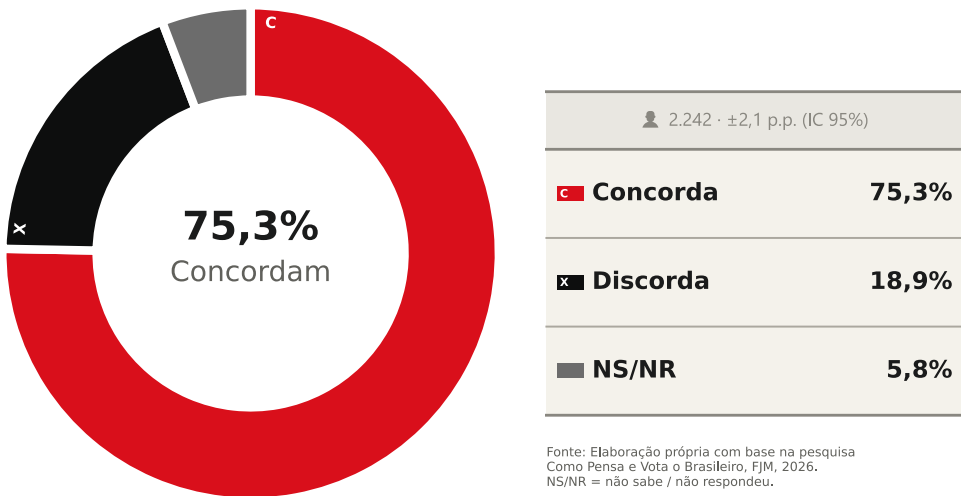
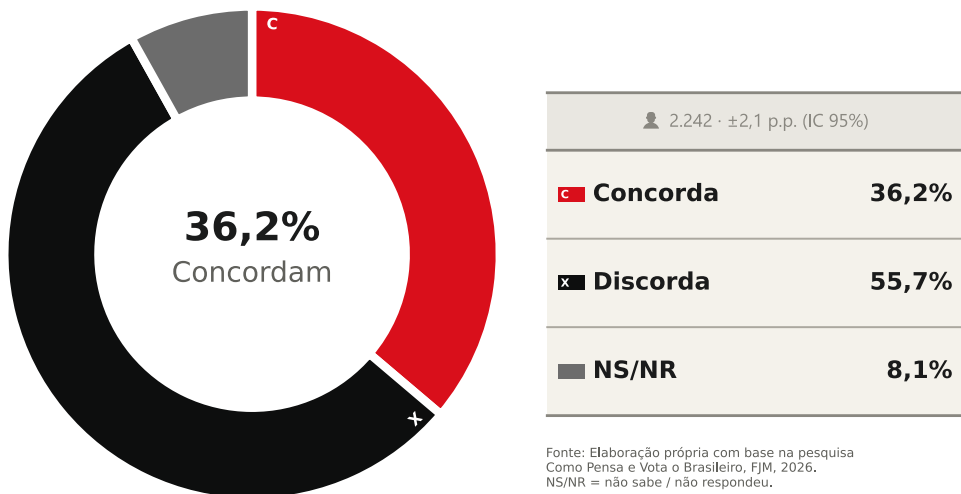


Gráfico 47. O uso da maconha para fins recreativos deve ser descriminalizado



A diferença entre os dois resultados sugere uma forma específica de elaboração moral da política contemporânea. O cuidado parece gerar maior consenso do que a liberdade individual.

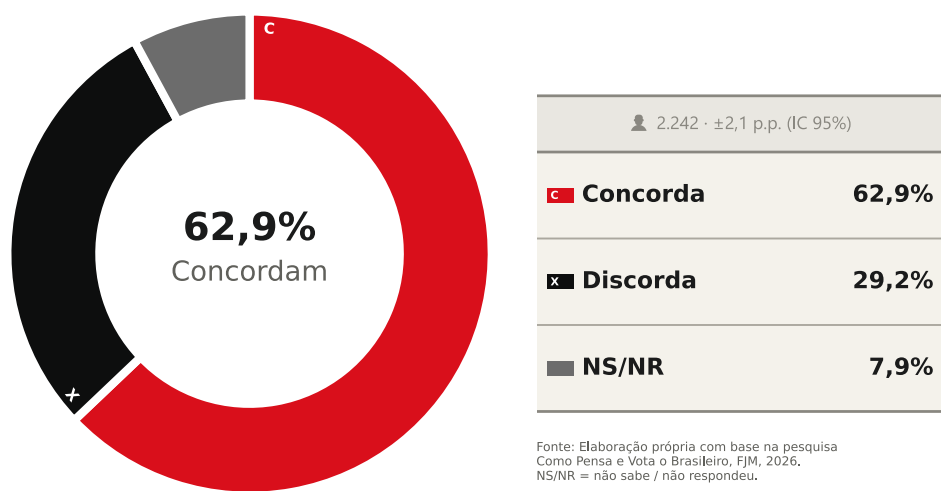
Quando associado ao tratamento médico, ao sofrimento, ou à saúde, o tema desloca-se do campo moral tradicional e passa a ser percebido dentro de uma lógica pragmática de proteção da vida. Já o uso recreativo permanece mais fortemente associado a disputas morais sobre comportamento, controle social e valores culturais.

O dado revela que a sociedade brasileira não responde necessariamente de forma homogênea às agendas contemporâneas de costumes. Há abertura para determinadas transformações, sobretudo quando vinculadas a experiências concretas de cuidado, vulnerabilidade e sofrimento humano. Mas essa abertura não significa adesão automática a agendas mais amplas de liberalização moral.

Esse movimento aparece também nas questões relacionadas às políticas de reconhecimento social.

Quando perguntados se “as cotas raciais nas universidades devem continuar”, 62,9% concordam com a política (gráfico 48). Já em relação à afirmação de que “o feminismo é importante para a igualdade entre homens e mulheres”, 57,3% concordam.

Gráfico 48. As cotas raciais nas universidades devem continuar



Os números indicam que pautas associadas à ampliação de direitos possuem presença social relevante e já alcançaram níveis importantes de legitimidade pública. Ao mesmo tempo, os índices de discordância permanecem elevados, revelando que essas agendas continuam organizando disputas morais intensas na sociedade brasileira.

O ponto mais importante talvez seja perceber que essas disputas não se estruturam apenas em torno de informação objetiva ou posicionamento ideológico tradicional. Frequentemente, mobilizam percepções mais profundas sobre mérito, justiça, família, autoridade, tradição e reconhecimento social.

A política dos costumes opera diretamente sobre sensibilidades morais. Nesse ambiente, determinadas pautas passam a funcionar como marcadores simbólicos capazes de organizar relacionamentos políticos relativamente amplos. Não são temas isolados, mas se tornam sinais de identificação cultural. Defender ou rejeitar certas agendas frequentemente significa também indicar visão de mundo, posição moral e percepção sobre as transformações da sociedade contemporânea.

Os debates ligados a costumes adquirem intensidade desproporcional, em relação ao seu impacto imediato sobre a vida concreta da maioria da população. Não dizem respeito apenas a políticas públicas específicas, mas disputam definições sobre o que é considerado legítimo, aceitável, justo, ou ameaçador, no interior da experiência social.

Ao mesmo tempo, os dados da pesquisa sugerem que essas disputas não produzem necessariamente uma sociedade rigidamente dividida em dois campos morais homogêneos. Há transições importantes em curso.

Esse aspecto é decisivo porque permite refletir uma característica importante da política contemporânea brasileira: os indivíduos frequentemente combinam posições progressistas em alguns temas e conservadoras em outros, sem perceber necessariamente contradição entre ambas. A fragmentação da experiência social produz também moral e ideológica. O próprio ambiente midiático intensifica esse processo.

A consequência é que os costumes deixam progressivamente de ocupar posição periférica na política e passam a atuar como eixo central de organização dos conflitos.

O dado quantitativo da rejeição precisa ser lido contra um pano de fundo material que a pesquisa qualitativa torna inescapável: o fracasso das políticas públicas brasileiras no combate ao crime organizado. Já não se trata de um problema localizado em metrópoles específicas, nem de um fenômeno restrito aos territórios historicamente vulneráveis.

As facções e organizações criminosas marcam presença, hoje, em praticamente todo o território nacional – do interior amazônico ao litoral nordestino, das fronteiras secas do Centro-Oeste às cidades médias do Sul e Sudeste. Esse avanço tem consequências graves e cumulativas: produz insegurança difusa que reorganiza a vida cotidiana, desloca rotinas de trabalho e lazer, asfixia o pequeno comércio nos bairros populares e converte-se, no plano econômico, em um freio direto sobre setores estratégicos.

O turismo é o caso mais visível: roteiros consagrados perdem fluxo, capitais litorâneas convivem com episódios recorrentes de violência e o país é, repetidamente, sinalizado como destino de risco em alertas internacionais. O punitivismo que se observa nas respostas do questionário – a defesa de mais liberdade para a polícia, a rejeição aos direitos humanos como "proteção a bandidos", o anseio pelo líder forte – não pode ser entendido sem essa moldura. E expressa, antes de tudo, a percepção de que o Estado falhou em sua função mais elementar: garantir um mínimo de previsibilidade e segurança para o exercício da vida econômica e da cidadania.

A disputa já não ocorre apenas em torno da administração do Estado, ou da economia, mas perpassa diretamente os modos de vida, os valores familiares, as identidades coletivas e as formas pelas quais os indivíduos percebem reconhecimento e ameaça social.

Justamente nesse ponto as pautas morais tornam-se politicamente tão poderosas. E não operam apenas no plano das ideias. Operam no plano da identidade.

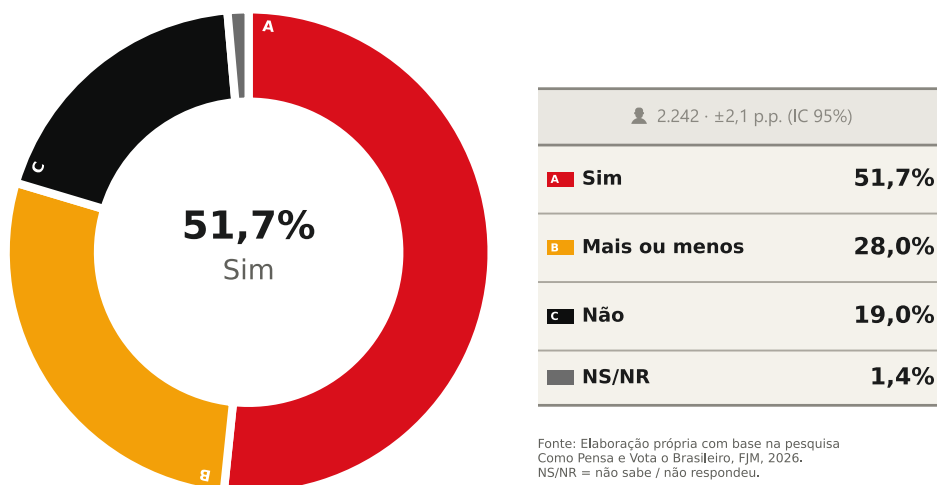
Religião, valores morais e visão de mundo

A religião ocupa, na experiência política brasileira contemporânea, um lugar que ultrapassa a dimensão estritamente espiritual. Aparece também como organização da realidade, proteção simbólica diante da instabilidade social e produção de sentido em um ambiente marcado por insegurança, fragmentação e baixa confiança institucional.

Além de identidade religiosa, o que a pesquisa revelou foi a permanência da religião como estrutura relevante de interpretação do mundo.

Os dados são expressivos, nesse sentido. Quando questionados se se consideram religiosos, 51,7% respondem afirmativamente, enquanto apenas 19% dizem não ser religiosos. Mesmo entre aqueles que não afirmam religiosidade plena, 28% respondem “mais ou menos”, indicando que a dimensão religiosa continua presente, ainda que de maneira menos institucionalizada ou mais fluida (gráfico 49).

Gráfico 49. Você se considera religioso?



A religião permanece, portanto, socialmente central. E leva à compreensão da maneira pela qual determinados valores morais continuam organizando parte importante da experiência política nacional. Questões relacionadas à família, autoridade, sexualidade, ao comportamento e à ordem social, frequentemente interferem no debate público como divergências políticas e disputas sobre visões legítimas dos vários cenários.

Em ambientes sociais marcados por aceleração das mudanças culturais, instabilidade econômica e deterioração da confiança institucional, estruturas religiosas passam a funcionar também como espaços de presença simbólica. Oferecem linguagem moral relativamente estável para interpretar um mundo percebido não raro como excessivamente instável, ambíguo, ou ameaçador.

Nesse ambiente, a disputa política deixa de ocorrer apenas em torno de programas administrativos, ou projetos econômicos, e passa também a disputar interpretações morais e filosóficas sobre o próprio significado da vida coletiva.

A política torna-se, em parte, disputa entre visões concorrentes de mundo. Justamente por isso é que temas ligados à religião possuem capacidade tão elevada de mobilização emocional no Brasil contemporâneo. E não operam apenas no campo da crença privada. Disputam identidades e formas profundas de interpretação da experiência social.

A religião permanece, assim, como uma das linguagens centrais através das quais parcelas importantes da sociedade brasileira continuam organizando moralmente a sua visão de realidade.

Seção 5.8

O eleitor entre rejeição, fadiga e permanência política

Atravessando todos os eixos anteriores, emerge um elemento talvez menos visível, mas igualmente decisivo para refletir a política contemporânea: o cansaço.

A pesquisa revelou uma sociedade intensamente atingida pela política e emocionalmente desgastada por ela. Esse fenômeno aparece de

maneira difusa em diferentes pontos da pesquisa. Os índices elevados de NS/NR em perguntas politicamente mais tensionadas revelam ausência de opinião consolidada, mas, frequentemente, suspensão, hesitação ou recusa em aderir integralmente às narrativas disponíveis.

Em alguns casos, o silêncio parece expressar desinteresse. Em outros, prudência diante da polarização. Em outros, ainda, esgotamento diante de um ambiente político percebido como excessivamente conflitivo, repetitivo e desgastante.

Parte significativa dos eleitores parece oscilar entre envolvimento episódico, identificação parcial e afastamento defensivo. O sujeito acompanha os acontecimentos; reage a temas específicos; mantém percepções morais relativamente estáveis; mas nem sempre consegue transformar isso em relação política duradoura.

O que se percebe é uma coexistência entre rejeição e permanência. O eleitor critica partidos; desconfia das instituições; demonstra desgaste com a polarização; e questiona lideranças políticas. Ainda assim, continua participando, acompanhando debates, formando opiniões e organizando suas interpretações sobre o país a partir da política.

A ruptura não é completa. O que parece emergir é uma relação mais ambígua, fragmentada e emocionalmente instável com a esfera pública. A política continua sendo percebida como importante demais para ser ignorada, mas conflitiva demais para ser vivida sem desgaste.

O cansaço político contemporâneo parece estar ligado ao excesso de conflito e à dificuldade crescente de projetar horizontes coletivos. Em um ambiente marcado por crises sucessivas, parte significativa da experiência política deixa de se organizar em torno de expectativas de transformação e passa a operar prioritariamente como gestão permanente da incerteza.

VI

Eleitores
evangélicos:
*a discordância
ética com
o campo
progressista*

O que este capítulo apresenta

O eleitor evangélico é frequentemente caricaturado como voto de rebanho ou conservadorismo cego. Neste capítulo, é recusada essa leitura e investigada a discordância ética com o campo progressista: a racionalidade do voto evangélico ancora-se em uma teologia da prosperidade que articula trabalho, disciplina, família e comunidade de fé como ética cotidiana de sobrevivência. A análise consolidada por camadas e o exame detalhado de 22 eixos analíticos revelam um eleitorado que não é homogêneo, mas que partilha uma cosmovisão moral própria – distinta da racionalidade secular da esquerda – e cuja política se faz como disputa entre o bem e o mal.

A relação entre o eleitorado evangélico e o campo progressista, no Brasil contemporâneo, não se explica apenas pela divisão afetiva partidária, pela pauta econômica ou por campanhas bem-sucedidas de desinformação. De um lado, o projeto progressista opera a partir de uma racionalidade secular, orientada à expansão de direitos, autonomia individual dos corpos e ampliação da cidadania universal. De outro, grande parte do eleitorado evangélico orienta seu voto como uma “ação social racional com relação a valores”, guiada por convicções morais tidas como absolutas – sacralidade da família, autoridade religiosa e uma ética de deveres cotidianos – ainda que isso contrarie cálculos de interesse material imediato.

A chave weberiana da ética protestante ajuda a iluminar essa dinâmica. Em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (publicado originalmente no início do século XX), Weber (2004a) mostra como certas correntes do protestantismo transformaram o mundo em um campo de disciplina moral: trabalho árduo, sobriedade, autocontrole e

responsabilidade individual tornam-se deveres religiosos e oferece uma base para entender o alinhamento político de evangélicos com a direita, ao estabelecer uma ligação entre esse ascetismo intramundano protestante – disciplina, trabalho árduo, poupança – e a formação do espírito capitalista – busca racional e metódica pelo lucro e acúmulo de capital. Embora Weber analisasse o surgimento do capitalismo moderno em contextos específicos (calvinismo/puritanismo), sociólogos contemporâneos aplicam e adaptam seus conceitos para explicar a situação brasileira atual (figura 4).

Figura 4. O voto evangélico — racionalidade ascética e moralização da política



Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa Como Pensa e Vota o Brasileiro, realizada pela Fundação João Mangabeira, 2026.

No Brasil evangélico, essa matriz é reatualizada, principalmente nas correntes pentecostais e neopentecostais, frequentemente articuladas à teologia da prosperidade. O resultado é um *ethos* no qual o “bom cidadão” é aquele que trabalha, empreende, evita excessos, não “vive às custas do Estado” e organiza sua vida segundo regras rígidas de conduta. O voto, nesse contexto, não é apenas escolha instrumental entre programas; é

um gesto de fidelidade a um modo de vida ascético, em que fé, mérito e disciplina se fundem.

Nesse ponto, aprofunda-se a discordância com o campo progressista. Enquanto a esquerda ancora-se na lógica do estado de bem-estar social e da proteção social universal, muitos evangélicos entendem políticas de assistência e expansão de direitos como incentivos à acomodação, ao vício e à quebra da disciplina necessária à prosperidade. Amparado em uma ética que enxerga o mundo como espaço de provação divina, o eleitor evangélico tende a interpretar programas, como o Bolsa Família, menos como reparação histórica e mais como ameaça à moral do trabalho diligente.

A figura do “cidadão de bem” condensa essa síntese: não se trata de um *status* jurídico, mas de uma identidade moral construída sobre trabalho, honestidade e cumprimento da lei. O “outro” – frequentemente associado ao campo progressista, a beneficiários de políticas sociais ou a minorias vistas como “privilegiadas” – aparece como alguém que rompe essa ética ascética, “vive às custas do Estado” ou relativiza normas religiosas.

A defesa de pautas como direitos reprodutivos, casamento igualitário, educação sexual nas escolas, ou políticas de gênero, é lida não como ampliação de direitos, mas inversão de valores: “o certo virou errado e o errado virou certo”. Quando um candidato é percebido como favorável ao aborto, por exemplo, o benefício econômico perde relevância. O que se vê é uma ação racional com relação a valores tradicionais: sacrifica-se ganho material em nome das integridades moral e religiosa.

Essa discordância ética estende-se ao conceito de cidadania. Enquanto o campo progressista insiste na cidadania como titularidade universal de direitos – na linha de T. H. Marshall (1967) –, o eleitor evangélico tende a valorizá-la como conquista moral individual: é cidadão pleno quem cumpre seus deveres, trabalha, não depende de “bolsa”, cuida da família e respeita a ordem. O enfoque no individualismo, que enaltece o narcisismo, tira o foco das responsabilidades do Estado com as desigualdades sociais, colocando os sucessos e fracassos como atos da individualidade, que deve ser julgada por seus esforços e suas conquistas.

O Estado, que se apresenta como garantidor universal de direitos, é, com frequência, percebido como conivente com a “desordem” – seja na forma de violência urbana, seja na forma de corrupção moral. Daí a

demanda por um Estado simultaneamente mínimo na economia e forte nas dimensões moral e punitiva: um Estado que não interfira na iniciativa individual, mas seja firme na repressão ao crime e eficaz em temas como saúde e educação.

Esse horizonte ético também reconfigura a relação entre verdade, mídia e política. A confiança desloca-se da imprensa tradicional para uma rede de validação afetiva: líderes religiosos, influenciadores cristãos e grupos de WhatsApp. A verdade factual cede lugar a uma “verdade afetiva”: uma informação é crível não porque foi checada, mas porque “faz sentido” à luz do medo da “venezuelização”, da destruição da família, ou da perseguição à igreja.

Assim, o que o olhar progressista, muitas vezes, lê como “irracionalidade”, “atraso” ou mera manipulação, é um sistema coerente com relação a valores, ancorado em uma ética que dá sentido ao sofrimento, à precariedade da vida cotidiana e às escolhas políticas, em que a igreja atua onde o Estado falha. Enquanto essa discordância ética de fundo não for reconhecida – e o campo progressista tratar o fenômeno apenas como desinformação ou ignorância –, a incomunicabilidade com os eleitores evangélicos tende a perseverar.

Essa teologia interpreta os sucessos material e financeiro como um sinal da bênção de Deus. Esse discurso legitima e sacraliza a acumulação de capital, criando uma “afinidade eletiva” (termo weberiano que sugere uma conexão mútua) com políticas econômicas liberais ou neoliberais, que incentivam o acúmulo de riqueza individual.

Análise Consolidada por Camadas

Camada Simbólica

A construção da identidade política do eleitor evangélico brasileiro contemporâneo opera por meio de um processo de ruptura fundamental com a cidadania universal de T. H. Marshall (1967), convertendo-se em uma cidadania moral segregacionista em que o “cidadão de bem” é erigido não sobre direitos, mas uma ética ascética de valores tradicionais – trabalho, honestidade e cumprimento da lei – que estigmatiza o “outro” não apenas

como adversário político, mas um campo progressista que promove a "libertinagem"; o Estado laico; a ideologia de gênero; e uma concepção "errada" de família.

Essa fronteira de exclusão é cimentada pela percepção aguda de inversão de valores ("o certo virou errado"), empurrando esse eleitor para uma ação racional orientada a valores na qual a defesa da família tradicional converte-se na última trincheira contra um Estado e uma escola vistos como corruptores de valores, o que justifica, sob uma cosmovisão providencialista, o apoio pragmático a líderes com perfil de "reis guerreiros" – ainda que falhos ou autoritários – capazes de instrumentalizar a raiva e o ressentimento de um grupo socialmente sitiado para travar uma guerra espiritual de restauração da ordem.

"Eu hoje não gosto mais de me descrever como alguém de direita, porque eu prefiro falar que eu sou cristão... mas eu tô mais alinhado, claro, com os valores e princípios que são pregados pela direita."

Camada Material

A análise evidencia uma reconfiguração profunda na subjetividade dos evangélicos, na qual a histórica promessa constitucional de um Estado de social universalista é suplantada por uma Teologia da Prosperidade que, em simbiose com a racionalidade neoliberal, ressignifica a precariedade laboral não sob a ótica marxista da exploração, mas um campo no qual o "sonho" do empreendedorismo e a autonomia da pessoa jurídica representam atos de insurgência contra um Estado percebido como ineficiente, que não favorece o mérito e a individualidade.

Nesse deslocamento do paradigma de *welfare state* – Estado assistencial que garante padrões mínimos de educação, saúde, habitação, renda e seguridade social a todos – para um modelo liberal, e a assistência social é estigmatizada como uma armadilha de dependência moral que corrompe a potência do indivíduo.

Enquanto a Igreja assume a função pragmática de "Estado que funciona", preenchendo com capilaridade e acolhimento o vácuo deixado

por serviços públicos distantes e burocráticos, cuja precariedade gera uma relação ambivalente de menos Estado e dependência vital em saúde e educação.

Consequentemente, a noção de justiça social afasta-se da reparação histórica ou da expansão de capacidades, para ser pensada na equação "fé mais mérito", rejeitando o paternalismo estatal em favor de uma lógica individualista que opera dentro de um território marcado pela dualidade estrutural: o bairro é vivenciado simultaneamente como comunidade orgânica de pertencimento e cenário de abandono classista e "política de fachada" – com foco somente nos bairros mais ricos –, onde a insegurança pública e o domínio de facções impõem o aprisionamento doméstico, consolidando a Igreja não apenas como refúgio espiritual, mas como infraestrutura de sobrevivência funcional na periferia.

"A responsabilidade do governo não é dar bolsas, é dar emprego."

Camada Midiática

A análise revela a consolidação da "Mídia Ungida", um ecossistema informativo em que a legitimidade da imprensa profissional colapsa em favor de uma "verdade de confiança" operada pelo mecanismo de "validação cruzada". Nesse processo, a autoridade vertical clássica ("voto de cajado") torna-se obsoleta, deslocando-se do púlpito para a autoridade algorítmica das redes sociais: o fiel consome conteúdos que retroalimentam seus vieses e recorre à liderança religiosa apenas como instância secundária de chancela moral, em que se sente liberto da manipulação televisiva e independente da imposição pastoral, embora esteja imerso em uma bolha algorítmica que elimina o contraditório.

Essa dinâmica sustenta narrativas influenciadas pela estética do *Make America Great Again* e pela rejeição à cultura *woke* – que interpreta a história recente não como progresso, mas uma inversão moral ("o certo virou errado") a ser corrigida por um retorno nostálgico a um passado idealizado de ordem.

Consequentemente, as instituições, especialmente o STF, sofrem uma deslegitimação radical, e são reinterpretadas como "Ditadura da

Toga" e agentes de um sistema globalista – por vezes associado a teorias conspiratórias –, que ameaça a liberdade de expressão e os valores cristãos, resultando em uma captura semântica, em que termos como "Liberdade" e "Democracia" são esvaziados de seu sentido cívico e preenchidos por significados de autodefesa, interditando estruturalmente o diálogo público.

“Os evangélicos sempre estão buscando pessoas que falam a mesma língua que eles e ficam sempre se retroalimentando sem abrir a cabeça para discussões.”

Camada Política

A análise mostra que, entre evangélicos, na camada política, há perda de confiança na democracia e em suas instituições, vistas menos como garantia de direitos e mais como espaço de corrupção, barganha e degradação moral. Nesse contexto, cresce o apelo por “ordem” e lideranças fortes, consideradas moralmente legitimadas, enquanto o voto passa a ser orientado mais por valores do que por critérios de eficiência administrativa. O debate sobre laicidade divide opiniões: parte defende que o país não seja laico, ou declara votar “no reino de Deus”, enquanto outros afirmam que a Constituição deve permanecer laica.

O Congresso é percebido como controlado por elites, o que ajuda a explicar a rejeição ao parlamentarismo. No eixo das rejeições e lealdades, a disputa política assume forma de batalha moral: a esquerda é recusada por representar ameaça espiritual – associada ao comunismo, “venezuelização” e corrupção dos valores cristãos – enquanto a direita é apoiada como “escudo” contra esse mal, ainda que erros sejam tolerados como “mal menor”.

A identidade religiosa funciona como filtro: políticos que dialogam com a linguagem das igrejas tendem a ser melhor recebidos, mas isso não garante voto automático. Nos temas comportamentais, a pauta moral opera como veto definitivo – sobretudo em relação ao aborto – e a defesa da família pesa mais do que promessas materiais; ao mesmo tempo, o usuário de drogas é visto como alguém que precisa de tratamento, embora o tema da legalização gere tensão. Em segurança, o desejo por punição convive

com o limite religioso da sacralidade da vida, resultando em críticas às execuções e à pena de morte, ao mesmo tempo em que se percebe o sistema de justiça como seletivo e favorável aos ricos.

Por fim, as expectativas de futuro combinam otimismo individual – via trabalho e educação – com pessimismo sobre a política, marcada pela polarização PT *versus* PL, vista como negativa e paralisante.

"A Bíblia para mim é um manual de sobrevivência mesmo..."

*"Se ele for a favor do aborto, pode ter certeza que
ele não tem o meu voto..."*

"Se eles virarem a casaca, a gente para de acompanhar."

Camada Latente

A análise diagnóstica a consolidação de uma racionalidade política evangélica que opera por meio de ambivalência em relação ao Estado – rejeitado por extrair a riqueza dos cidadãos (imposto como roubo), mas requisitado como garantidor da ordem e de serviços inegociáveis (como educação e saúde) – não é resolvida pela coerência ideológica liberal ou estatista, mas por sua funcionalidade ética na proteção do "cidadão de bem" e punição do mau cidadão.

Substituiu-se a política como negociação, pelo entendimento de divergências programáticas como questões morais, ao mesmo tempo em que as instituições de mediação racional-legal (imprensa, academia, STF) colapsam em favor de uma "mídia ungida" e de mecanismos de validação cruzada, em que a verdade é aferida pela fidelidade às fontes religiosa e algorítmica, ainda que tensionada pela primazia discursiva da Bíblia.

Esse cenário é performado por meio de uma "estética da sinceridade", na qual a grosseria e a quebra de decoro são transformados em atestados de autenticidade contra a "hipocrisia do sistema que fala bonito", e é cimentado, em última instância, pelo afeto como bússola, em que o medo,

a esperança e, crucialmente, o ressentimento derivado da humilhação simbólica (na leitura de Jessé Souza, 2009) atuam como validadores da realidade, mantendo o eleitor em uma tensão permanente entre o ideal civilizatório de um voto racional e a prática de uma política movida por pânticos morais e frustrações.

"Resumindo para mim, direita é liberdade e esquerda libertinagem. É sobre isso... Conheçam a Deus, temam a Deus..."

"Porque, a partir do momento em que eles fazem essas coisas, se corrompem... eles matam, eles assassinam e eles destrói sonhos."

Análise Detalhada por Eixos

Seção 6.1

Camada Simbólica – Afetos, valores e identidades

Identidade e Pertencimento

A análise indica que a construção da identidade política do eleitor evangélico brasileiro contemporâneo opera em um processo no qual a cidadania deixa de ser um estatuto jurídico universal, no conceito de T. H. Marshall em *Citizenship and Social Class* (1967), para se converter em uma cidadania moral segregacionista, expressa na ideia de um "cidadão de bem". Do ponto de vista psicológico, a "cidadania moral segregacionista" é um conceito que descreve a formação de identidades e valores morais que, paradoxalmente, justificam ou perpetuam a exclusão e discriminação de determinados grupos sociais.

A partir da pesquisa, verificou-se que esse “cidadão de bem” é erigido não sobre a titularidade de direitos, mas uma ética ascética de deveres definida pela tríade “trabalho, honestidade e cumprimento da lei”, por vezes acrescido também da ideia de defensor do bem-estar coletivo. Como emergiu nos grupos focais, o cidadão de bem opta pelo certo mesmo diante da oportunidade do erro — estabelecendo-se em oposição irreconciliável a um “Outro” estigmatizado como “parasita”, frequentemente associado a beneficiários de programas sociais que, supostamente, utilizariam o Estado para sustentar vícios, ou a acomodação, rejeitando a dignidade do esforço próprio. Em um contexto segregacionista, a moralidade social predominante pode normalizar pensamentos e tratamentos discriminatórios, levando os indivíduos a aceitarem normas de exclusão como “corretas” ou “naturais”, dentro da sua comunidade.

Um exemplo é a ideia de que as pessoas beneficiárias do Bolsa Família o utilizam para “beber cachaça”, sugerindo que o sistema quer manter o povo ignorante e dependente. Essa fronteira moral transborda para o campo político, no qual a esquerda e o campo progressista são vistos como encarnação da “libertinagem”. De acordo com os especialistas ouvidos na pesquisa, quando alguém diz “sou cristão”, está enviando um código: *“Eu sou anti-esquerda, anti-aborto e anti-desordem”*. É um crachá de pertencimento a um grupo que se sente sitiado. Ser “Cristão”, no Brasil de hoje, deixou de ser apenas uma fé. Virou identidade política. Para os membros do grupo dominante, a segregação pode ser justificada com ideologias que criam um mito de superioridade, o que lhes permite manter uma autoimagem moralmente intacta.

Valores Morais

Conectado ao eixo anterior, as pesquisas qualitativas indicam a ideia de um “cidadão de bem” calcado em uma identidade cristã, que saberia e defenderia o que é “certo”. No entanto, verificam que, o que consideram “certo”, é frequentemente visto como “errado”, pelo campo progressista. Por sua vez, o campo progressista apresenta como “certos”, seus valores, que os evangélicos consideram “errados”. A frase literal *“o certo virou errado e o errado virou certo”*, repetida em diferentes contextos da pesquisa, diagnostica um mundo que “virou de cabeça para baixo”, onde a verdade

– entendida teologicamente como única (*"não existem verdades, só existe a verdade"*) – está sob ataque.

O campo progressista, por meio da chamada "cultura *woke*" e a "ideologia de gênero", que não são percebidas como pautas de direitos, mas ameaças existenciais à reprodução social e como riscos para o futuro de crianças e adolescentes e uma suposta doutrinação escolar.

Em nossa análise, sob a ótica do ascetismo de Weber (2004a), da retidão e autodisciplina religiosa, tida como um dever moral cotidiano, o evangélico impõe regras rígidas de uma conduta cristã em contraposição a uma determinada falha moral e ética da esquerda.

Família e Gênero

Nossa análise indica que a família tradicional se consolida, na racionalidade política desse segmento, não apenas como núcleo afetivo, mas estabelecendo a defesa da autoridade parental como a fronteira final contra um mundo sem valores e no qual a criação da família estaria perdendo espaço para o governo. O conceito tradicional de família está a favor da estrutura nuclear (pai, mãe e filhos), união matrimonial, papéis definidos (pai provedor/mãe cuidadora) e transmissão de valores morais e religiosos, focando na estabilidade, identidade, fé e formação do caráter para a sociedade, recorrentemente sob uma ótica judaico-cristã, defendendo-a como a célula fundamental da sociedade contra o que consideram desconstrução.

A ideia de educação, para o campo progressista, está intimamente ligada ao conceito de cidadania, em que as diretrizes educacionais da educação pública e privada, em todos os níveis, emanam, vem do governo federal. Para o campo evangélico, isso significa uma expropriação estatal do direito de educar os filhos, sob os valores cristãos. Dessa forma, a família é colocada nas pesquisas qualitativas como proteção contra o Estado, notadamente por meio da educação e das escolas, e também como uma instituição sob ataque do campo progressista cristalizado na "ideologia de gênero", educação sexual, etc.

Finalmente, a igreja atua como "família estendida", oferecendo uma rede de proteção, muitas vezes não fornecida pelo Estado. Em nossa análise,

essa visão da família sob ataque, tem, em seu âmago, a visão restritiva que os evangélicos possuem da família, ou seja, uma perspectiva essencialmente heteronormativa e cisgênera, composta por homem, mulher e filhos. Isso aparece, por exemplo, na dificuldade indicada por um participante de usar o nome social para familiares LGBTQ+, indicando um conflito entre a lei secular e suas crenças tradicionais sobre o conceito de família.

Religião e Cosmovisão

A cosmovisão que estrutura o voto desse segmento está ligado ao providencialismo, no sentido de que Deus é quem determina a política, que não seria apenas terrena, mas manifestação da vontade divina. Além disso, a pesquisa qualitativa indicou uma rejeição à ideia de laicidade do Estado, o que pode ser resumido na citação feita por um participante dos grupos focais “Bem-aventurada é a nação cujo Deus é o Senhor, o povo que Ele escolheu para sua herança (cultura segregacionista)” (Salmo 33:12). Além disso, houve a defesa da participação dos cristãos na política como forma de proteger as crenças cristãs e suas famílias contra o Estado secular.

Finalmente, aparece uma visão de que o campo progressista seria, fundamentalmente, anticristão e que tentaria usar o Estado como forma de censurar a igreja e seus fiéis. A menção explícita a reis bíblicos guerreiros, como Saul e Davi, em um dos grupos, não é retórica vazia, mas a fundamentação teológica para apoiar líderes políticos falhos, agressivos ou pecadores, desde que sejam percebidos como “líderes natos” ou “ungidos” para travar as batalhas necessárias. Em termos analíticos, o voto em líderes religiosos operaria como um mecanismo de “blindagem” das famílias contra um Estado secular percebido como inimigo ativo da fé.

Afetos Dominantes

A análise da pesquisa qualitativa indica que o medo e a raiva operam não como desvios irracionais, mas mecanismos de defesa de um grupo que se sente sitiado e humilhado. A análise parte da opinião dos especialistas que indicam ter, o mundo evangélico, influência da lógica punitiva do velho testamento. Além disso, as pesquisas qualitativas indicam como um eleitorado que, teologicamente, almeja a “Ordem” e a “Paz” acaba

politicamente mobilizado pela linguagem do "Confronto" e da "Guerra", vendo, no voto, uma forma de vingar sua honra e estancar a sangria moral que acredita estar sofrendo. O medo não é uma abstração, mas o terror concreto de perder os filhos para o "mundo" – seja para o tráfico que "aprisiona os bairros" ou para a "sexualização" escolar. Contudo, a análise mostra que o ressentimento é que transforma esse medo paralisante em mobilização política explosiva.

Há uma raiva moralizada direcionada ao "Sistema", expressa em termos viscerais, como "nojo" e "prostituição" ou "vergonha", que denota uma ferida profunda na dignidade: o evangélico sente-se humilhado por uma elite intelectual e jurídica que, na sua visão, não respeita a visão de mundo evangélica e persegue opiniões conservadoras. Maria Rita Kehl (2020) define e explica a constelação afetiva que forma o ressentimento. “Ressentir-se significa atribuir ao outro a responsabilidade pelo que nos faz sofrer” – é desse modo que o ressentido se conduz a um beco sem saída: ao não assumir a responsabilidade sobre a própria situação, busca apenas uma vingança “imaginária e adiada”.

Faz-se notar, assim, o ressentimento, presente nos conflitos sociais daqueles que não se veem como agentes da vida social e política.

Seção 6.2

Camada Material — Condições de vida e sobrevivência

Trabalho e Renda

Os especialistas indicaram que, enquanto o campo progressista está falando de direitos trabalhistas e CLT, o evangélico periférico está sonhando com empreendedorismo e prosperidade. Desta forma, enquanto a esquerda fala a língua da proteção (que pode ser vista como dependência), o *coach* e o pastor evangélico estão falando a língua do sonho e da ascensão. Os dados indicam que os evangélicos tendem a valorizar a independência e autonomia trazidas por “virar PJ”, por colocar em suas mãos a responsabilidade em administrar seus próprios recursos e reservas, o que seria feito de maneira melhor do que pelo governo.

Além disso, existe a visão de que o apoio estatal leva à acomodação e coloca a potência individual das pessoas para servir aos fins político-eleitorais. No entanto, é relevante apontar uma ambiguidade: porque reconhecem uma precarização, ao mencionar que não possuem esperança de se aposentar.

Em nossa análise, a histórica demanda por proteção estatal e direitos trabalhistas é suplantada por uma Teologia da Prosperidade que se funde à racionalidade neoliberal para sacralizar o empreendedorismo e a "pejotização" como atos de insurgência e autonomia contra um Estado percebido não como garantidor, mas sócio predador que limita a potência individual. Nesse novo *ethos*, a precariedade laboral não é percebida pela lente da exploração da mais-valia pelo capitalista, como é na lógica marxista, mas um campo de "provas" no qual o sucesso profissional é a legitimação de uma escolha divina, e o trabalho duro é visto como a única via legítima de ascensão, em contraposição moral ao assistencialismo estatal, que é estigmatizado como mecanismo de "corrupção da alma", gerador de dependência, vício e acomodação; assim, um grande contingente do eleitor evangélico rejeita a condição de vítima tutelada para assumir a identidade de "empresário de si mesmo", preferindo a gestão solitária e arriscada de seus recursos à promessa de uma seguridade social que ele considera falida e moralmente comprometedora, mesmo que isso signifique perder suas redes de proteção.

Serviços Públicos e Estado

Conectado ao eixo anterior, os especialistas indicaram que a igreja atua onde o Estado falha, portanto, torna-se o "Estado que funciona". Dessa forma, mais do que uma instituição "espiritual", tem também um caráter funcional. Isso é corroborado pelos participantes das pesquisas qualitativas, que indicaram como as igrejas acolhem os necessitados e preenchem o "vácuo" deixado pelo Estado. Uma ambiguidade que emerge é entre os evangélicos que enxergam os impostos pagos ao governo como um "roubo" e aqueles que indicam serviços, como educação, saúde e segurança, como obrigações estatais, embora reconhecendo as limitações na qualidade de entrega de tais serviços. Dessa forma, a análise é que, ao mesmo tempo, o evangélico quer que o Estado "saia do seu bolso" e

não imponha valores às suas famílias, mas que esteja presente de maneira adequada em alguns setores.

O conceito de *welfare-state* social-democrata universalista, na lógica de Esping-Andersen (1990), é, de muitas formas, substituída por uma ideia liberal de proteção social, na qual predomina uma noção que o sistema privado funciona melhor do que o setor público, e a assistência social deve ser minimizada e sua necessidade é vista quase como uma falha moral para indivíduos que não se esforçam.

Essa ideia, porém, mostra suas contradições na relação do eleitor evangélico com a esfera pública, caracterizada por um pragmatismo, que oscila entre a revolta liberal e a aceitação inevitável do Estado, principalmente nas áreas de segurança, educação e saúde, cuja precariedade atual gera frustração e ódio; nesse vácuo de eficácia estatal é que se consolida a atuação das igrejas nas periferias, provendo acolhimento e rede de proteção com uma capilaridade e agilidade que o poder público, distante, burocrático e impessoal, falha em entregar.

Desigualdade e Oportunidades

A análise demonstra que o eleitor evangélico periférico opera uma crítica à estrutura estatal na qual a burocracia e o "apadrinhamento" bloqueiam a ascensão do indivíduo comum, fugindo de uma lógica coletiva de sociedade para uma lógica individual. Assim, a solução vislumbrada não é a revolução, mas a radicalização da meritocracia. A visão de justiça social dos evangélicos pode ser mais bem compreendida a partir do debate ocorrido sobre cotas raciais, nas pesquisas qualitativas. Se, por um lado, participantes indicaram as cotas como justiça social e reparação histórica, outros as colocaram como uma forma de racismo, defendendo o ingresso na faculdade por mérito e não por ideologia ou raça.

Trata-se, portanto, de duas visões distintas e antagônicas de justiça social. Na primeira, a justiça social é fruto de uma desigualdade histórica que exigiria uma reparação, na segunda, a justiça social está ligada ao mérito e é vista pela perspectiva individual. Nesse sentido, o ideal constitucional de 1988, do Estado como garantidor universal de direitos e promotor do bem-estar social, é rejeitado em favor de uma lógica na

qual a pobreza não é vista como privação de capacidades (na ótica de Amartya Sen, 1999), mas uma armadilha de dependência gerada pelo assistencialismo (como o Bolsa Família), que sequestra a autonomia moral do sujeito. Assim, a superação da pobreza é projetada na equação "esforço individual mais fé".

Território e Comunidade

A análise revela que a experiência urbana do eleitor evangélico periférico é marcada por uma dualidade estrutural, na qual o bairro é vivenciado simultaneamente pela lógica comunitária de vizinhança, fé e ajuda mútua, que confere pertencimento orgânico, tal qual o conceito de comunidade, para Ferdinand Tönnies (1987), ao mesmo tempo em que é, também, um cenário de abandono estatal, pela precariedade infraestrutural. O abandono estatal na segurança, para esses eleitores, abre espaço para o domínio de facções e grupos criminosos. Como consequência, sentem-se aprisionados em suas casas e temendo pela segurança e pelo futuro de seus filhos. Nesse contexto, a gestão pública é deslegitimada como uma "política de fachada", e classista, que embeleza áreas nobres enquanto submete a periferia ao abandono.

Seção 6.3

Camada Midiática — Formação da opinião

Fontes de Informação

Os especialistas diagnosticaram uma mutação epistemológica radical na qual a legitimidade da imprensa profissional colapsa para dar lugar à "Mídia Ungida", um ecossistema informativo em que a verdade factual cede espaço à "verdade de confiança", operada pelo mecanismo de "validação cruzada" entre o conteúdo entregue pelos algoritmos e a chancela moral das lideranças religiosas. Esse processo é confirmado pelos dados que emergem das pesquisas qualitativas. Nesse sentido, os participantes indicaram buscar fontes de informação alinhadas com o que acreditam, notadamente nas redes sociais.

Partem do princípio de que a mídia tradicional é enviesada, então, priorizaram fontes alinhadas com o que os próprios participantes já acreditam. Nossa análise indica que essa experiência é vivenciada como uma “libertação” e despertar, pois o eleitor acredita que as redes sociais “revelaram o que a televisão escondia”, gerando a contradição fundamental de um grupo que, ao se insurgir contra a suposta manipulação editorial, em nome de uma autonomia ilusória, se entrega, voluntariamente, a uma manipulação algorítmica invisível que apenas retroalimenta seus medos e blinda sua identidade contra qualquer dissonância cognitiva.

Redes de Sociabilidade

Os especialistas revelam a obsolescência do modelo tradicional de autoridade vertical (Voto de Cajado) e sua substituição pelo fenômeno da Validação Cruzada, no qual a formação da opinião política do evangélico migrou do púlpito para a tela do celular, transformando os pastores em uma instância secundária de confirmação de vieses previamente adquiridos no ecossistema digital. Nesse contexto, os participantes da pesquisa qualitativa indicaram, tal como indicado no eixo anterior, estar envolvidos em redes de sociabilidade alinhadas com o que acreditam, mesmo que alguns reconheçam a existência de algoritmos que reforçam a entrega de informações com as quais eles já têm concordância.

De maneira geral, rejeitam apenas a imposição pastoral e recorrem diretamente à “bíblia” como fonte suprema de verdade; contudo, essa independência é paradoxal, pois sua interpretação das escrituras e da realidade política já se encontra mediada e moldada por uma bolha algorítmica que, operando por retroalimentação constante: *“querendo ou não, as informações que vem para nós... ele [o telefone/algoritmo] tem uma inteligência que ele vai nos bombardear com aquilo que nós estamos procurando... Então, vem mais do que a gente acredita”* elimina o contraditório e subordina a autoridade do líder religioso à sua concordância com as narrativas consumidas nas redes sociais.

As redes sociais operam a Validação Cruzada. Hoje, o fiel consome o conteúdo no WhatsApp e o pastor apenas chancela o que o algoritmo já entregou. Um participante alegou autonomia, indicando votar de forma independente de seu círculo de confiança, se discordar das ideias. Nossa

análise indica uma tensão: o sujeito sente-se livre e crítico, mas está imerso em uma bolha hermética. De qualquer forma, chamou a atenção o fato de os participantes não darem tanta importância para o que os pastores dizem, reforçando uma autoimagem de independência.

Parte desse movimento pode estar associada a um viés de “desejabilidade social”: diante da situação de pesquisa, alguns podem ter evitado admitir dependência de lideranças religiosas – um caso análogo ao “Efeito Hawthorne”, no qual as pessoas ajustam seu comportamento (ou, neste caso, seus relatos) por saberem que estão sendo observadas.

De qualquer maneira, também foram mencionados *influencers* digitais que moldam suas opiniões, como Pablo Marçal (Pablo Henrique Costa Marçal é um empresário, influenciador digital e político brasileiro filiado ao Partido Renovador Trabalhista Brasileiro. Tornou-se mais conhecido por vender cursos de desenvolvimento pessoal nas redes sociais, quando se apresentava como “coach”, além de sua trajetória política recente) e Nikolas Ferreira (Nikolas Ferreira de Oliveira é um político brasileiro, filiado ao Partido Liberal e atualmente deputado federal pelo estado de Minas Gerais. Anteriormente, foi vereador de Belo Horizonte de 2021 a 2023. É formado em direito pela Pontifícia Universidade Católica - PUC-Minas e identificado com a direita conservadora).

Narrativas Dominantes

A análise evidencia que as narrativas do eleitor evangélico são estruturadas por uma lógica na qual a história recente do Brasil é interpretada não como progresso, mas desvios espiritual e moral provocados por ideologias de esquerda que, mais do que desviarem recursos públicos, promoveram uma corrupção e inversão de valores (“o certo virou errado”). Os especialistas indicam que a direita e as igrejas capturaram a linguagem do sonho, do empreendedorismo e da ascensão individual. Paradoxalmente, a análise mostra que solução política é buscada em um retorno nostálgico a um passado idealizado de ordem e progresso, muito próxima e, talvez, influenciada pela mesma perspectiva norte-americana do “Make America Great Again (Maga)” – ignorando as contradições e exclusões reais do passado –, onde a ressacralização do Estado e a rejeição da laicidade aparecem como condições *sine qua non* para a recuperação

da prosperidade nacional. Tudo isso legitimado pelo medo existencial do comunismo e da "venezuelização".

Em termos analíticos, essa ideia de volta ao passado é também uma rejeição à cultura *woke*, que designa, originalmente, a postura de vigilância consciente contra injustiças sociais e raciais, mas vista como parte da inversão de valores morais e excessivamente identitária.

Percepção das Instituições

A análise da percepção institucional revela que o STF sofreu radical deslegitimação perante o eleitorado evangélico, deixando de ser visto como guardião da Constituição para ser interpretado como o agente de uma "Ditadura da Toga", que exerce poder absoluto, arbitrário e político-partidário, em que *"não há democracia no país quando o STF age sem restrições, suplantando até mesmo a autoridade presidencial, em que o presidente Lula é apenas uma 'marionete' na mão do STF"*.

Essa hostilidade é alimentada por divergências jurídicas, e por um medo existencial de que o ativismo judicial seja a ferramenta final de um Estado Laico Hostil, para silenciar a fé cristã e criminalizar a liberdade de expressão sob o pretexto de combater a desinformação. Chama a atenção, no entanto, que não apareceram, nas pesquisas qualitativas, a defesa explícita de rupturas democráticas, ou golpes de estado.

No entanto, pelo menos um participante expressou uma visão conspiratória de que *"nós não escolhemos o presidente da República"*, mas que ele é *"colocado lá"* por uma elite mundial como os *Illuminati* – o termo refere-se principalmente a teorias da conspiração sobre um grupo secreto que controla o mundo.

Linguagem Política

A análise demonstra que o vocabulário público no Brasil sofreu uma captura semântica radical, por parte do eleitorado evangélico, ressignificando o léxico político com códigos de pertencimento e identidade. Nesse sentido, conceitos como "Liberdade" e "Democracia" foram esvaziados de seu conteúdo clássico e preenchidos por sentidos

teológicos de autodefesa – liberdade significaria autonomia de expressão e democracia a ausência de intervenção do judiciário sobre o seu grupo. Essa reconfiguração resultou na interdição estrutural do diálogo democrático, uma vez que, sem uma realidade semântica compartilhada, o debate é interditado. Esse fenômeno é ressaltado pelos especialistas que mostram que político que “decora” versículo na véspera da eleição vira “piada”, e que não adianta aprender o vocabulário religioso se a política não trata da insegurança, do medo e desejo de prosperar.

Seção 6.4

Camada Política — Escolhas e Racionalizações

Sistema Político

A análise diagnóstica uma erosão da legitimidade da autoridade racional-legal da democracia, que é suplantada pelo enquadramento teológico-político, em que os ritos deliberativos e a laicidade do Estado não são percebidos como conquistas civilizatórias, mas sintomas de “anarquia” e degradação moral (associados à “prostituição” e ao “balcão de negócios”), o que justifica o clamor por uma “ordem” disciplinar. Assim, o voto opera sob uma ação racional orientada a valores tradicionais, em que a eficiência democrática é irrelevante, diante de uma ideia de política que pode ser ilustrada pela declaração feita por um participante da pesquisa qualitativa em que *“a palavra que define política é roubo, é uma prostituição”*. Essa gramática política protege o sistema patriarcal ao focar no “moralismo sexual” em vez de focar estritamente na ética administrativa.

Também chama a atenção o conceito de separação entre Estado e religião sendo disputado pelos participantes evangélicos, com alguns afirmando que “o país não deveria ser laico”. Indo além, um participante indicou que seu voto seria no “reino de Deus”, dessa forma, em nossa concepção, deslegitimando o sistema político humano; em contraposição, outros participantes se colocaram-se contra a interferência da religião no Estado, afirmando que a Constituição deve ser laica, pelo fato de o Brasil ser uma democracia e um país livre. Por fim, o Congresso é visto com cinismo e controlado por elites que manobram nos bastidores, o que explica também a rejeição categórica ao parlamentarismo.

Rejeições e Lealdades

A análise mostra que no segmento evangélico há uma espécie de batalha existencial, na qual a rejeição à esquerda transcende a crítica à gestão ou aos escândalos de corrupção, para se fundamentar no medo de uma "corrupção da alma", na dissolução da família, no medo do comunismo e da "venezuelização" –, tornando o voto em candidatos do campo progressista uma impossibilidade teológica; em contrapartida, a lealdade à direita configura-se não necessariamente como adesão incondicional à liderança, mas a busca pragmática por um "escudo" de ordem e autoridade capaz de barrar esse mal moral, gerando uma ética na qual erros graves e falhas do aliado são conscientemente tolerados, sob a lógica do "mal menor", pois, nesse cenário de antipolítica, as lealdades acabam focadas na defesa dos valores cristãos.

Dessa forma, os especialistas indicaram que a identidade religiosa ajuda a definir quem é percebido como aliado moral e quem representa ameaça aos valores do grupo. Políticos que dialogam com a linguagem religiosa e reconhecem a legitimidade das igrejas tendem a ser mais bem recebidos. Por outro lado, figuras associadas a ideias consideradas “perigosas” ou “destruturantes” passam a ser rejeitadas. Ainda assim, os especialistas insistem que isso não significa voto automático. Trata-se de um filtro moral e simbólico que orienta, mas não determina completamente as escolhas.

Temas Comportamentais

A análise revela que a decisão política do eleitor evangélico pode ser explicada pelo conceito weberiano de ação social racional com relação a valores, na qual a pauta moral é inegociável e se sobrepõe a qualquer cálculo de utilidade econômica ou racionalidade instrumental. Essa dinâmica, empiricamente evidenciada pela rejeição absoluta ao aborto, nos grupos focais, atua como veto definitivo a qualquer candidato que viole os valores cristãos, e, independentemente de suas promessas de bem-estar material, defendem a manutenção ou o endurecimento das leis proibitivas, focando na proteção do "nascituro", em detrimento dos direitos reprodutivos e da autonomia corporal da mulher. Fundamentam-se na crença da sacralidade da vida desde a concepção.

Esse comportamento enfatiza a primazia do combate aos políticos que não respeitam seus valores, levando o eleitor a priorizar a defesa da "família" contra a intervenção de um Estado visto como intrusivo nos costumes e na educação sexual. Paradoxalmente, em relação ao tema das drogas, há uma visão do usuário como vítima que precisa de atendimento de saúde e não encarceramento, diferenciando traficante de usuário.

No entanto, a postura de políticos, em relação à liberação das drogas, é um ponto de tensão identificado. Finalmente, de acordo com os especialistas, as questões de sexualidade, corpo, família e educação deixam de ser temas técnicos e passam a ser percebidas como disputas sobre o sentido da vida social. Ao serem enquadradas como ameaças à ordem moral, essas pautas assumem peso desproporcional na definição de preferências políticas. Assim, decisões eleitorais são frequentemente orientadas por posições em torno desses temas, mais do que por debates econômicos ou administrativos.

Segurança e Violência

Origor punitivista do eleitor evangélico configura-se sociologicamente não como uma pulsão de barbárie, mas uma reivindicação de justiça retributiva ancorada na distinção moral entre o "cidadão de bem" e o "mau brasileiro" – uma categoria analítica sustentada empiricamente pelos grupos focais, que definiram o primeiro pela ética do trabalho e, o segundo, pela "escolha individual" consciente pela transgressão, afastando determinismos sociais.

Quanto à associação entre a esquerda e a defesa de “bandidos”, emergiram, das pesquisas qualitativas, diferentes visões. Por um lado, há uma visão de hipocrisia do campo progressista e uso político da violência e, por outro, contrário ao senso comum, uma perspectiva de que direitos humanos são para todos. Conectados a esse aspecto, a ideia de “bandido bom é bandido morto” não é aceita por todos, já que isso esbarra no princípio religioso da sacralidade da vida: só Deus pode dar ou tirar a vida. Apareceram declarações, no entanto, de defesa de prisão perpétua e uma perspectiva de que o sistema atual libera criminosos de forma precoce.

Assim, o conceito de segurança revela-se mais complexo do que o estereótipo do punitivismo cego, visto que, nos dados coletados, o usuário de drogas é classificado como "enfermo" ou "vítima", que demanda saúde pública em vez de cárcere, coexistindo essa visão humanitária com uma leitura cínica e estrutural – validada pelos relatos de que a "segurança é para ricos" e de que o crime persiste porque "gera lucro" político – de que o aparato policial é um instrumento seletivo de uma elite corrupta, e não um garantidor universal da ordem.

Nas falas dos especialistas, é possível perceber que o desejo de ordem não se reduz à segurança pública, no sentido restrito. Trata-se de uma ideia ampliada de controle: proteção da família; garantia de autoridade dentro da comunidade; disciplina moral; e punição para transgressões percebidas. Propostas associadas a firmeza, comando e vigilância ganham ressonância, especialmente quando existe sensação de risco, seja ele moral, social ou físico.

Expectativas de Futuro

O horizonte temporal do eleitorado evangélico é marcado por um otimismo focado na mobilidade intergeracional via educação e trabalho – ainda que ameaçado pela tecnologia, vista simultaneamente como ferramenta de progresso e agente de isolamento social e desinformação –, e um ceticismo paralisante diante de armadilha do bipartidarismo (PT vs. PL).

Esse faccionalismo não é comportamento interpretado como vitalidade democrática, mas uma guerra que invisibiliza demandas reais e bloqueia o desenvolvimento nacional; conseqüentemente, emerge uma demanda difusa por descompressão política e pragmatismo administrativo, na qual o eleitor, vivendo a ambivalência de reconhecer a onipresença do Estado em sua sobrevivência econômica enquanto nutre repulsa moral pela "politicagem", clama pela superação do conflito ideológico em favor de uma tolerância orientada a resultados concretos, buscando um futuro no qual a eficiência da gestão pública garanta a segurança necessária para que o projeto de ascensão familiar prospere à margem da radicalização partidária. Para alguns, predomina a percepção de que o Brasil caminha para um cenário negativo, ou de estagnação. Para os especialistas, a religião oferece uma narrativa de superação, na qual dificuldades podem ser transformadas em estabilidade e dignidade. Essa promessa não é abstrata, mas orienta

a forma como se avaliam governos e projetos políticos. Candidatos e propostas que parecem compatíveis com essa visão de futuro, associada à ordem, ao cuidado e reconhecimento, tendem a gerar confiança. Já aqueles que são percebidos como ameaçadores para esse horizonte produzem receio e rejeição.

Seção 6.5

Dinâmicas Latentes — Tensões transversais

Ambivalência

No imaginário político evangélico, a discussão sobre o papel e tamanho do Estado não pode ser medida pela coerência ideológica clássica – estado mínimo liberal *versus* estatismo social-democrata –, mas por sua funcionalidade ética, operando sob um "pragmatismo moralista". Os dados mostram que, na dimensão econômica, prevalece a retórica do Estado mínimo, e a intervenção estatal é percebida como predatória, assim como a tributação é classificada, explicitamente, pelos participantes, como "roubo" ou "abuso", que penalizaria o mérito individual e atrapalharia o empreendedorismo.

Por outro lado, nas dimensões social e punitiva, emerge a demanda por um Estado mais atuante, validada pela ideia de que a entrega de saúde e educação é reivindicada como "obrigação inegociável" e a segurança pública é requisitada como instrumento de disciplina moral, chegando-se a defender a necessidade de uma "mão forte" do Estado para amparar os humildes. De acordo com os especialistas, para os evangélicos, o Estado deve evitar atrapalhar a prosperidade do "cidadão de bem", mas ser onipresente para punir o "desviante". Outra ambivalência ocorre na defesa do rigor punitivo e, ao mesmo tempo, na defesa da liberdade religiosa e expressão e visão do STF como ameaça à liberdade. Finalmente, os participantes rejeitam a privatização, pelo medo da exclusão social, mas desconfiam da gestão pública pela corrupção.

Moralização da Política

Configura-se, no atual cenário político brasileiro, uma mutação estrutural da esfera pública, na qual a disputa democrática pluralista é envolvida por uma lógica que converte divergências prolinguagens em conflitos teológicos inegociáveis. Nesse paradigma, a política deixa de ser a "arte do possível" e da composição para se tornar o palco de uma ética da convicção, que deturpa o conceito kantiano de imperativo categórico, em que a ética universal sugere regras que valeriam para todos, para uma ética protestante ascética: controlar desejos, evitar excessos, trabalhar com rigor e sobriedade, e organizar a vida segundo regras morais rígidas.

Assim, os dados mostram que muitos evangélicos operam segundo uma lógica da teologia do Antigo Testamento (focada na punição, na ordem divina e na figura do rei guerreiro); e o resultado é um projeto de hegemonia moral religiosa sobre a totalidade do tecido social, colocando a moralidade na política dentro da esfera religiosa.

Deslocamento da Autoridade

Os especialistas indicam que a legitimidade das instituições tradicionais – imprensa profissional, academia, sistema judiciário – colapsou perante o eleitorado evangélico, cedendo lugar a uma estrutura de validação da verdade centrada na rede de informações dos evangélicos, que, posteriormente, é confirmada pelas lideranças carismáticas e religiosas.

Nesse novo paradigma, a veracidade de uma informação não é aferida por critérios técnicos de checagem, ou pela origem institucional, mas pela fidelidade à fonte: se a notícia circula dentro dos “ecossistemas evangélicos” e é avalizada pelo pastor, ou influenciador alinhado, adquire *status* de verdade absoluta. O líder político, ou religioso, portanto, não é visto apenas como gestor ou orientador, mas uma figura que confirma as informações recebidas via redes e cuja autoridade, mediada por valores cristãos, permite críticas ao mundo secular político.

Contudo, essa adesão não é isenta de tensões: existe uma salvaguarda teológica discursiva – a primazia da Bíblia sobre o homem (inclusive os pastores) – que opera como um “freio de emergência” moral, permitindo que o fiel critique o “voto de cabresto” quando a liderança ultrapassa

limites dogmáticos evidentes, embora, na prática cotidiana, a simbiose entre fé, política e algoritmos de redes sociais tenda a reforçar a bolha de confirmação.

Estética da Sinceridade

Há uma inversão semiótica fundamental, na comunicação política contemporânea, na qual a quebra do decoro, o uso de linguagem chula e a agressividade retórica deixam de ser penalizados como inaptidão política para serem celebrados como atestados de "*autenticidade moral*". Nessa nova gramática, a polidez institucional e a retórica técnica são decodificadas pelo eleitorado evangélico como "*máscaras da hipocrisia*" – ferramentas de uma elite corrupta ("*o sistema*") que fala bonito para enganar o povo. Em contrapartida, a impulsividade do líder que "*fala o que pensa*" (mesmo que ofenda) torna-se prova de que não foi cooptado pelo teatro político tradicional.

Estabelece-se, assim, uma credibilidade que não reside na coerência programática, ou na viabilidade das propostas, mas na *performance* de "coragem" de quem rompe os ritos da "velha política", segundo a qual, ser criticado pela sinceridade pela mídia ou pelos pares funciona, paradoxalmente, como validação de retidão e transparência perante a base.

Os dados mostram, ainda, que os participantes demonstram abertura para serem corrigidos, ao usarem expressões consideradas inadequadas ou ofensivas, desde que a correção seja feita de forma respeitosa e não percebida como imposição ideológica. Para alguns, a mudança linguística causa estranhamento, especialmente quando envolve expressões que fizeram parte do vocabulário cotidiano, ao longo da vida, mas há entendimento de que evitar termos pejorativos pode contribuir para uma convivência mais respeitosa. A postura predominante é de adaptação pragmática: não há resistência forte à mudança, mas sensibilidade para evitar o que interpretam como excessos de "*policimento ideológico*".

Afeto como Bússola

Para o eleitor evangélico, o afeto está em sintonia com os sentimentos preexistentes de medo, proteção, ou esperança, do indivíduo. O medo, especificamente, atua como o principal agente de coesão e validação: narrativas de pânico moral (como a "venezuelização", ou a destruição da família) são aceitas como verdades absolutas, porque confirmam uma ansiedade latente. Nesse contexto, o debate entre voto racional e voto emocional revela um movimento de autocorreção discursiva. A esse quadro, soma-se um componente mais profundo, que pode ser lido à luz de Jessé Souza (2009). Parte dos evangélicos sente que os indivíduos do campo da direita, que defendem valores cristãos, são malvistas na sociedade de hoje. Em termos analíticos, trata-se de uma experiência recorrente de humilhação simbólica, na qual esses indivíduos sentem que suas identidades religiosa e política são publicamente inferiorizadas.

Esse sentimento não desaparece, mas se acumula e converte em ressentimento, direcionado contra um *"outro"* que não valoriza os valores cristãos. As falas apresentam o processo eleitoral como um espaço no qual afeto, razão e frustração convivem de maneira tensa e contínua. As eleições são percebidas como acontecimento dotado de forte densidade simbólica: mobilizam emoções coletivas; produzem sentimento de pertencimento; e reafirmam a ideia de participação democrática. Esse caráter especial, contudo, não é vivido de forma ingênua, pois é atravessado pela recorrência de expectativas frustradas e a percepção de que o potencial transformador do voto nem sempre se realiza, sobretudo quando o exercício da escolha não é acompanhado de consciência política.

Nesse contexto, emerge um esforço deliberado para valorizar a razão como bússola da decisão eleitoral, associando maturidade democrática à pesquisa, análise de propostas e avaliação do histórico dos candidatos. O afeto não desaparece, mas passa a ser visto como dimensão que deve ser moderada, mediada ou subordinada a um juízo crítico. O voto movido primordialmente pela emoção aparece menos como virtude e mais como risco – especialmente à luz de experiências anteriores marcadas por decepção e desconfiança.

Seção 6.6

Conclusão: o reencantamento da política

Para o evangélico, a política sofreu um processo de "reencantamento", mas pelo viés do conflito, assim, não aceita mais a tese moderna de que a religião é um assunto privado. Ao votar, está performando um ato público de fé. A racionalidade do voto é perfeitamente coerente com seus valores finais: se o mundo jaz no maligno, o voto é a arma para conter o avanço das trevas. Qualquer tentativa de diálogo que ignore essa premissa metafísica está fadada ao fracasso, pois não se trata de convencer um eleitor sobre economia, mas de converter um soldado em meio a uma guerra santa.

Seção 6.7

Conclusão: o paradoxo da dignidade

A sociologia do voto brasileiro contemporâneo nos coloca diante de um aparente paradoxo. O eleitor está profundamente cínico em relação à política, mas demanda desesperadamente a presença do Estado. Rejeita a política como "teatro", mas anseia pela política como "ordem".

A chave para decifrar esse enigma está na Dignidade. O eleitor rejeita o Estado que o trata como vítima (estigma da pobreza), como número (burocracia), ou como fiel de uma religião que nem sempre é compreendida (guerra cultural alheia).

O Jovem quer a dignidade da autonomia: um Estado que lhe dê internet, educação rápida e saia do caminho para que possa empreender. Vota no Outsider porque o Insider lhe roubou o futuro.

A Mulher Chefe de Família quer a dignidade do cuidado: um Estado que reconheça sua exaustão e ofereça suporte logístico (creche, saúde, segurança), não apenas esmolas. Vota no Pragmático que resolve a dor de hoje.

O Evangélico quer a dignidade do reconhecimento: um Estado que pare de tratar sua fé como atraso e sua moral como preconceito. Vota naquele que promete defendê-lo do escárnio cultural.

No fim, a política precisa voltar a ser experiência, não apenas discurso. O cidadão só reencontra a democracia quando a materialidade da vida melhora: quando o gás cabe no orçamento, a rua está iluminada e o hospital acolhe. A confiança não retorna com grandes proclamações, mas com a entrega silenciosa do básico bem-feito.

Se esse pacto de respeito à realidade e à dignidade do esforço popular for restaurado, o ressentimento perde sua força motriz, a humilhação deixa de ser destino e a política recupera sua vocação original: o trabalho paciente de tornar a vida comum um pouco menos cruel e um pouco mais justa.

VII

Mulheres chefes
de família:

*a teoria da escolha
racional na gestão
da escassez*

O que este capítulo apresenta

Para as mulheres chefes de família, a política é percebida a partir da experiência concreta da sobrevivência cotidiana. Neste capítulo, é examinada a teoria da escolha racional aplicada à gestão da escassez: o voto está ligado ao que cabe no supermercado, no boleto, no remédio do filho, na vaga da creche e na segurança do bairro (figura 5). A análise por camadas e por eixos mostra um voto pragmático orientado pelo compromisso e pela compaixão, em que a moralização da política convive com a recusa do dogmatismo ideológico e em que a defesa da família tradicional opera como demanda concreta de proteção, não como projeto reacionário organizado.

A análise do comportamento eleitoral das mulheres chefes de família, no Brasil, exige, preliminarmente, a desconstrução da própria categoria analítica, que, longe de representar um bloco monolítico, constitui um mosaico complexo de realidades estratificadas por classe, raça, território e relações com a religiosidade. Tratar "mulheres chefes de família" como um sujeito político homogêneo significa desconsiderar que os vetores de vulnerabilidade incidem de maneira desigual sobre essas intersecções.

Feita essa ressalva interseccional, é possível argumentar que o voto desse segmento, embora ancorado na urgência da sobrevivência, transcende o utilitarismo estrito do voto racional descrito por Anthony Downs (1999). Se, para Downs, o voto racional resume-se à escolha da alternativa que maximiza o benefício próprio diante de opções excludentes, a anatomia do voto dessas mulheres revela uma racionalidade expandida, que dialoga com as categorias de Amartya Sen (2000): incorpora a "compaixão", em que o bem-estar da família é indissociável do bem-estar individual, e o

"compromisso", que orienta escolhas baseadas em deveres éticos e morais, mesmo quando esses impõem sacrifícios imediatos ao interesse pessoal.

Figura 5. O voto da mulher chefe de família – pragmatismo e administração do cotidiano



Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa Como Pensa e Vota o Brasileiro, realizada pela Fundação João Mangabeira, 2026.

A percepção econômica dessas eleitoras é regida pelo "Índice do Supermercado", uma métrica empírica, que qualifica a ideia de que o presente é melhor do que o passado. Essa dimensão autointeressada explica a revolta contra a carga tributária percebida como confisco sem retorno e a demanda por eficiência nos serviços públicos. Essas mulheres rejeitam soluções de mercado que poderiam, em tese, oferecer eficiência imediata, como a privatização total da saúde e educação. Aqui, a racionalidade alarga-se para o conceito de "compaixão" de Sen: da rejeição à "privatização da misericórdia" não é apenas um medo egoísta de exclusão, mas o reconhecimento de que a sua sobrevivência está entrelaçada à de uma comunidade vulnerável. O altruísmo estratégico intergeracional, no qual a mulher valoriza a ascensão dos filhos, é a expressão máxima

dessa racionalidade compassiva: o seu "próprio benefício" é redefinido e expandido para abarcar o sucesso da família.

Além da compaixão, a racionalidade dessas eleitoras é fortemente estruturada pelo "compromisso". A moralização da política, notadamente entre as participantes religiosas, frequentemente interpretada de forma reducionista, como conservadorismo, opera aqui como uma adesão a princípios de justiça e ordem que são vistos como "o certo a fazer", independentemente do ganho material imediato.

Quando rejeitam um político que "rouba, mas faz" ou um candidato agressivo que viola a estética da sinceridade responsável, essas mulheres estão exercendo uma escolha baseada em valores. Preferem a "ficha limpa" e a retidão moral porque consideram que a integridade é alicerce importante para a convivência social. Esse compromisso com a ordem e moralidade — seja na defesa da família ou na demanda por punição rigorosa ao crime — revela uma disposição para agir conforme normas que julgam corretas para a preservação do tecido social. Políticas que promovem a segurança e punição rigorosa de crimes podem ser percebidas como formas de garantir um ambiente previsível e seguro para a criação dos filhos e o bem-estar da comunidade em geral.

Nesse sentido, a racionalidade econômica dessas eleitoras opera por meio de uma estratificação temporal, em que a memória geracional desempenha um papel decisivo na calibração de expectativas. Os dados indicam que o "passado de longo prazo" é rejeitado racionalmente como um tempo de atraso e falta de direitos; contudo, ao analisarem o custo de vida e a alimentação, considerando que muitas chefes de família são mulheres entre 20 e 30 anos — não possui o trauma da hiperinflação como baliza comparativa. Sua memória econômica ancora-se, ao contrário, em um passado recente idealizado, remetendo aos anos de crescimento e expansão do poder de compra que podem ser associados aos governos de esquerda anteriores.

Isso engendra um paradoxo político: o governo atual enfrenta a dificuldade de competir não apenas com a oposição, mas com a memória idealizada das melhorias das condições de vida ocorridas durante suas próprias gestões pretéritas.

Configura-se, assim, um cenário no qual o passado remoto é reconhecido como inferior ao presente, mas o passado recente é vislumbrado como uma "era de ouro" de consumo perdida. Consequentemente, a narrativa de que a vida melhorou "da porta para dentro", focada no acesso a bens e alimentos, transfigura-se agora em um passivo eleitoral severo; para a chefe de família que olha a realidade pelo supermercado, a incapacidade de replicar o padrão de consumo daquele período recente não é lida como uma crise externa, mas um retrocesso tangível material. Assim, o desafio hoje é não somente melhorar a qualidade de vida da "porta para fora", com serviços e políticas públicas condizentes, mas também voltar a melhorar a percepção de melhoria da "porta para dentro".

Portanto, o voto das mulheres chefes de família resulta de uma equação complexa. Não se trata de uma oscilação errática entre razão e emoção, mas da integração coerente onde o afeto e a moral são dados de entrada no cálculo racional. Agem racionalmente para maximizar a sobrevivência e definem essa sobrevivência não como o triunfo do indivíduo isolado, mas a preservação digna do seu bem-estar e de seus familiares.

Nesse contexto, a família é vista como a base da sociedade, e sua proteção torna-se um valor central para as mulheres. A segurança do núcleo familiar e a preservação de um ambiente doméstico seguro são, portanto, prioridades decorrentes desses papéis.

Análise Consolidada por Camadas

Camada Simbólica

Os dados revelam que o voto das mulheres chefes de família brasileiras constitui um exercício de racionalidade e praticidade, que está, em termos gerais, voltado à gestão da escassez e atenção com a família. Quando uma parte expressiva desse eleitorado rejeita a polarização ideológica e se define como "neutra" ou de "centro", demonstra uma estratégia de maximização de seu bem-estar: a recusa à fidelidade partidária, que tende a oferecer retornos abstratos e difusos, ocorre em favor de uma flexibilidade que lhe permite apoiar aqueles atores políticos que se mostram capazes de entregar soluções concretas para demandas vitais, como creches, saúde e segurança.

A identidade de "*aguentar e resolver*" reflete a gestão de um cotidiano no qual a família não é apenas um laço afetivo, mas a instância que propicia alguma seguridade social; assim, o conservadorismo moral e a defesa de valores tradicionais, pelo menos no caso das participantes religiosas, operam como ferramentas de proteção contra uma percepção de certa "desordem" externa, seja a violência urbana ou a emergência de novas narrativas sobre relações de gênero.

Nessa lógica, para essas participantes, a fé e adesão a igrejas preenchem o vácuo deixado pela ineficiência estatal, oferecendo uma rede de proteção tangível e uma moldura simbólica que racionaliza o esforço e o sofrimento. A indignação contra a corrupção generalizada – ilustrada por uma participante como a ideia de querer levar vantagem em tudo – e a demanda por honestidade são exigências por previsibilidade e pela correta aplicação de recursos que impactarão a vida cotidiana das famílias.

Portanto, afetos como o medo da violência e a esperança no futuro dos filhos funcionam como vetores de investimento de longo prazo, configurando o voto como ferramenta de sobrevivência a partir de uma expectativa de eficiência estatal na oferta de serviços públicos que garanta dignidade e melhor qualidade de vida. O voto, nesse registro, torna-se uma ferramenta de sobrevivência, guiada por uma racionalidade pautada na eficiência da provisão de serviços públicos.

Precisamente aqui é que se articula o conceito de capacidades, de *Amartya Sen*: mais do que garantir apenas renda, ou acesso formal a políticas, importa, para essas mulheres, que o Estado amplie, de maneira efetiva, as liberdades reais das pessoas; isto é, suas possibilidades concretas de escolher vidas que valorizam e, em última instância, restauram a dignidade como parâmetro substantivo de cidadania.

"Eu desejo sinceramente para crianças... a valorização e estruturação da família... não será possível hoje uma criança se tornar um adulto no futuro se não tiver uma família bem estruturada."

Camada Material

A análise revela que a experiência das mulheres chefes de família é regida por uma racionalidade onde cálculos econômicos e de sobrevivência familiar estão constantemente vinculados. A identidade de "guerreira" é uma *performance* imposta pela necessidade de converter o esforço de múltiplas jornadas – produtivas e reprodutivas – em dignidade, rejeitando a ingenuidade meritocrática em favor de uma visão crítica sobre as injustiças estruturais, como a desigualdade salarial de gênero. Nota-se que a escolha entre CLT e trabalho autônomo (PJ) não é ideológica, mas estratégia necessária para equilibrar a estabilidade familiar com a flexibilidade exigida pelo cuidado, especialmente diante da grande amplitude de famílias monoparentais, conforme afirmaram as especialistas durante a oficina realizada.

Essa lógica estende-se à relação com serviços públicos, em que o voto opera como controle rigoroso: a indignação com impostos sem retorno e a crítica à "propaganda enganosa" do SUS revelam a demanda por maior valorização da mulher perante a sociedade, sobretudo a partir do atendimento de suas demandas práticas mais latentes, como aquelas que as aliviarão do trabalho invisibilizado e não remunerado de cuidado.

A defesa de um Estado presente advém de uma exigência de justiça redistributiva para que o governo garanta os custos de reprodução da vida que hoje recaem majoritariamente sobre os ombros das mulheres chefes de família, garantindo os serviços que o mercado nega. Em muitos casos, é possível observar um sentimento de humilhação advindo de um Estado disciplinar que obriga as mulheres chefes de família a comprovarem seu nível de renda que, por vezes, é visto como humilhante.

Demanda por justiça social inclui emancipação via educação ("investimento massivo"), diagnosticando o mercado como um "jogo viciado" entre herdeiras e guerreiras; o Estado deve atuar como alavanca de mobilidade para romper o ciclo de pobreza, e não apenas como "gestor" desse mesmo ciclo. Por fim, a segurança pública é variável crítica, uma vez que foi reportada que as facções criminosas assumem o papel da segurança em alguns bairros e dão, muitas vezes, condições básicas de sobrevivência aos jovens, algo que o Estado se mostra incapaz de fornecer.

É realizada, também, uma avaliação material imediata na qual a competência administrativa é medida pela capacidade de garantir a logística básica de sobreviver, essencial para a manutenção da vida familiar.

"Antes você ia com R\$ 100 no mercado, você comprava muita coisa, hoje você não compra praticamente nada... A saúde...é bem precário o atendimento... Esses dias mesmo meu filho tava precisando de um dermatologista... e ficou meses esperando."

Camada Midiática

Na camada midiática, a formação da opinião das mulheres chefes de família é estruturada pela escassez de tempo e uma racionalidade pragmática. O consumo informacional dá-se pelo “cruzamento de mídias”, com checagens rápidas no Google e com familiares próximos, a partir de conteúdos recebidos pela TV ou redes sociais. Dessa forma, a autoridade da informação desloca-se para redes íntimas de confiança, especialmente familiares próximos, que exercem papel de curadoria. A credibilidade está menos nas instituições e mais na proximidade com quem transmite a informação, o que explica a centralidade do WhatsApp e de grupos familiares, religiosos e de vizinhança. Algumas participantes assumem uma postura ativa de filtragem de conteúdo, evitando a circulação de *fake news* como forma de cuidado político e proteção da família.

Essa lógica estende-se às redes de sociabilidade, marcadas por uma gestão calculada de riscos. O debate político é evitado em espaços públicos e profissionais e restrito aos círculos íntimos, como estratégia de preservação do capital social e das redes de apoio indispensáveis à vida cotidiana. As opiniões são validadas, principalmente, por relatos pessoais e trocas de experiências, que funcionam como filtros interpretativos. A busca por “paz” e a postura polida indicam uma estratégia defensiva diante da polarização, voltada à manutenção de vínculos afetivos e materiais.

As narrativas dominantes ancoram-se na experiência concreta: rejeita-se a idealização de um passado distante, mas valoriza-se um período associado a maior poder de compra, em contraste com a percepção atual do alto custo de vida.

Há consenso sobre a necessidade de um líder forte, desde que orientado ao bem comum, e sobre a ideia de que a corrupção é um fenômeno estrutural que permeia a sociedade e de que a política, especialmente, tende a corromper as pessoas. Essa leitura articula-se a uma desconfiança das instituições, notadamente o Poder Legislativo, com visões distintas sobre o judiciário, especialmente o STF.

A visão é que as instituições operam de forma seletiva, protegendo os mais poderosos, enquanto o cidadão comum enfrenta um sistema de justiça lento, parcial e ineficaz. Assim, há ambivalência expressa no fato de que se deseja um Estado provedor, mas também se desacredita dos agentes políticos, percebendo-os como figuras distantes que priorizam interesses particulares.

Nesse contexto, uma linguagem política mais técnica é vista como abstrata e perde sua eficácia, sendo substituída por categorias práticas que envolvem as dinâmicas de cuidado, proteção e sobrevivência, reforçando uma racionalidade política orientada pelo cotidiano e uma linguagem, por parte dos representantes, que esteja mais próxima dos desafios encarados diariamente por essas mulheres e suas famílias, desde que sejam verdadeiros e mantenham a responsabilidade e educação ao se expressarem.

"Geralmente, quando eu vejo as notícias na Internet e mesmo para ter a certeza, eu questiono com minhas irmãs que entendem mais do assunto. Aí elas me tiram realmente as dúvidas se realmente isso é certo, se é errado, se essa informação é verídica."

Camada Política

A análise revela uma racionalidade pragmática e, muitas vezes, desencantada, na qual a legitimidade democrática não reside na adesão a siglas partidárias ou abstrações ideológicas, mas na capacidade do Estado de garantir a infraestrutura de reprodução da vida cotidiana, transformando o voto em uma ferramenta de escolha de gestores para "*fazer a vida funcionar*".

Essa demanda por ordem transcende a gestão e adentra a esfera moral, em que a defesa da família opera não como dogmatismo vazio, mas

como estratégia racional de proteção do capital humano (os filhos), contra a "desordem" externa; uma lógica que se estende à segurança pública, na qual o clamor por uma justiça rigorosa ("mão dura", fim da impunidade) é um grito de socorro para restaurar o monopólio estatal da violência, em termos weberianos (entendida como a ideia de que o Estado é a única instituição que pode usar a violência de forma legítima em um território), e garantir a previsibilidade necessária para a sobrevivência em territórios dominados pelo crime organizado.

Por fim, toda essa arquitetura de escolhas deságua em uma projeção de futuro marcada por um altruísmo estratégico e pelo realismo capitalista: descrentes da própria aposentadoria e resignadas à identidade de "guerreiras" que trabalham até a exaustão, essas mulheres convertem seus corpos em infraestrutura de resistência, apostando na educação e na segurança da próxima geração como uma via possível de ruptura do ciclo de pobreza e acesso à dignidade que a elas foi negada.

“Hoje nós sobrevivemos, hoje precisamos viver. Precisa ter qualidade de vida.”

Camada Dinâmicas Latentes

As mulheres chefes de família configuram uma racionalidade pragmática na qual tensões aparentes são resolvidas por uma lógica sofisticada de gestão de riscos e proteção da reprodução social. Há uma relação dialética com o Estado, na qual coexistem a exigência de eficiência – o retorno tangível do imposto sem a "humilhação" burocrática ou a "propaganda enganosa" do SUS – e a demanda por proteção universal, resultando na busca por um Estado que possua a competência gerencial da empresa privada e um acolhimento protetor.

Assim, a legitimidade migra das instituições abstratas para redes de proximidade e figuras tangíveis, e onde a retidão moral (o caráter, a família), especialmente para as participantes religiosas, atua para reduzir a incerteza sobre o futuro. Diferenciando-se de outros segmentos pesquisados, há um limite ético de autenticidade responsável: a transparência é valorizada como mecanismo de previsibilidade (*"saber com quem se lida"*), mas a

agressividade gratuita é vista como manifestação de insegurança ou ofensa à ética do cuidado, exigindo o equilíbrio entre verdade e polidez.

Por fim, a análise rechaça estereótipos de gênero ao demonstrar que sentimentos como medo, exaustão e esperança funcionam orientando um voto defensivo racional, que visa blindar a dignidade familiar e garantir a infraestrutura mínima de existência.

“[há] necessidade de falar o que pensa, mas de forma responsável, e não de qualquer jeito.”

Análise Detalhada por Eixos

Seção 7.1

Camada Simbólica — Afetos, valores e identidades

Identidade e Pertencimento

A ideia de desconfiança em relação à classe política, por parte de algumas participantes, – em que prevalece a expressão corrente “todos são iguais” – reflete uma frustração devida a promessas não cumpridas, o que reforça certa fuga de uma identidade baseada em ideologia ou calcada em espectros políticos muito claros. Nesse sentido, a busca por soluções concretas para problemas do cotidiano e de sobrevivência do núcleo familiar, como creches, saúde, segurança e alimentação, é refletida na opção por autodefinições políticas como “*neutra*” ou “*de centro*”, evitando o pertencimento mais categórico à “*esquerda*” ou “*direita*”, cujos contornos surgem de maneira imprecisa e difusa.

De acordo com as especialistas ouvidas, a identidade dessas mulheres chefes de família passa pela ideia de “*aguentar e resolver*” a vida cotidiana, o que pode ser compreendida, ao mesmo tempo, sob uma perspectiva de orgulho e autoreconhecimento, mas, por outro lado, uma sensação constante de solidão, cansaço e cobrança. O desempenho simultâneo de múltiplos papéis contribui para acentuados desgastes físico e psicológico.

Valores morais

É importante notar a pluralidade de valores dentro do voto das mulheres chefes de família. De todo modo, os valores que aqui predominam estão baseados em trajetórias de esforço contínuo e de pequenas conquistas do grupo familiar, atentando-se a uma ética calcada nas ações cotidianas. Nessa seara, as participantes da pesquisa qualitativa tendem a valorizar indivíduos que agem dentro da lei, pagam seus impostos e não tentam enganar ninguém. De forma semelhante, a corrupção sistêmica – citada por uma participante como a "Lei de Gerson", ou seja, a ideia de tentar tirar vantagem em todas as situações – é percebida como prática que drena os recursos públicos necessários para a saúde e educação – o salário indireto da família. A demanda por honestidade objetiva criar um ambiente de previsibilidade, no qual se possa trabalhar e conviver.

Família e Gênero

A defesa da família constitui a estratégia central que garante a sensação de segurança e previsibilidade, por parte desse público. Na ausência de um Estado eficiente, a estrutura familiar se torna a instância que permite organizar os custos e gerir as demandas de cuidado de todos os membros de uma mesma casa.

O conservadorismo nos costumes, representado por posições como a rejeição ao aborto e a cautela com pautas LGBTQIA+, opera como uma heurística de proteção: existe um temor racional de que a "*desordem*" moral desestabilize essa unidade fundamental. Proteger a família de "*ameaças externas*" é, nesse sentido, proteger o ativo mais valioso que possuem. As especialistas indicaram que a chefia feminina, longe de dissolver papéis tradicionais familiares, frequentemente os intensifica, ou seja, a mulher passa a responder pelo sustento, mas continua sendo a principal responsável pelo cuidado, pela educação moral dos filhos e a gestão do lar.

Religião e Cosmovisão

Em um cotidiano de incertezas econômicas e sociais, a fé surge como uma proteção que o Estado, frequentemente, falha em entregar. As igrejas operam como um locus provedor de cuidado e apoio comunitário,

oferecendo caminhos práticos que, ao menos no entendimento das participantes religiosas, são tidos como mais imediatos do que somente aqueles fornecidos pelas vias estatais. A racionalidade é clara: confia-se na instituição (Igreja) que oferece retorno tangível e acolhimento, em detrimento da instituição (Estado) vista como distante. As participantes religiosas, ao indicarem como a fé organiza suas vidas diante de incertezas, expressaram uma estranheza com o ateísmo, demonstrando percepção de que viver sem essa "cobertura" espiritual e comunitária é uma aposta arriscada demais diante das vulnerabilidades da vida.

Finalmente, de acordo com as especialistas, a fé, especialmente em contextos cristãos populares, funciona como moldura simbólica para interpretar sofrimento, esforço e esperança. Não se trata, segundo elas, de militância religiosa explícita, mas um repertório que oferece explicações e orientações: perseverar ganha valor moral; dificuldades são atravessadas com a expectativa de sentido; e a vida cotidiana é lida, muitas vezes, como prova ou missão.

Afetos Dominantes

Em termos de emoções que estruturam percepções políticas, verifica-se alguns pontos de convergência entre os diferentes perfis de mulheres chefes de família. Por exemplo, a concepção de violência sinaliza uma ameaça direta ao bem-estar familiar, predominando, assim, afetos ligados ao medo e à insegurança quanto à vida nas grandes cidades, ilustrada pelo medo de ser assaltada ao sair na rua, ou de que algo aconteça com os filhos. A noção de esperança é projetada para o futuro dos filhos, o que justifica um amplo investimento moral e material da família em suas decisões.

Isso explica, em partes, o sentimento de indignação e raiva quando essa esperança é "*frustrada*", como em atos de corrupção, refletindo uma percepção de que os recursos do país estão sendo desviados, diminuindo a oferta e a qualidade dos serviços públicos. Tais serviços, como educação e saúde, são compreendidos como fundamentais para a dignidade e o sucesso dos filhos. Nos grupos focais, o conceito de dignidade aparece como qualidade de vida e a oportunidade de trabalhar menos e conseguir "*viver*", no sentido de que a vida não pode se resumir a trabalhar e chegar em casa exausta; a população precisa parar de apenas "*sobreviver*". A polarização

política é rejeitada porque introduz conflitos em redes de solidariedade (família e amigos) que se mostram vitais para a sobrevivência diária.

A busca por "*paz*" e "*ordem*" significa a procura racional por um ambiente estável onde seja possível planejar a sobrevivência da família sem o sobressalto de crises institucionais. Os especialistas enfatizaram a coexistência de emoções, como o orgulho e a exaustão, enquanto o medo e a prudência são elementos que ajudam a calibrar as expectativas. Há satisfação por manter a família em pé, mas também a preocupação constante com o risco de perdas, materiais ou não.

Seção 7.2

Camada Material — Condições de vida e sobrevivência

Trabalho e Renda

Para a mulher chefe de família, a ideia de "*vencer na vida*" é um objetivo que sinaliza a busca por estabilidade: significa garantir que o esforço hercúleo de múltiplas jornadas de trabalho – remuneradas ou não, como nas atividades de cuidado – se converta em dignidade e segurança para a própria família. Elas valorizam profundamente a ideia do "*trabalho duro*" – identificando-se com orgulho como pessoas "*batalhadoras*" –, mas rejeitam a ingenuidade de que o esforço isolado garante o sucesso. A racionalidade, aqui, reside na identificação precisa das injustiças: a desigualdade salarial de gênero é apontada como injustiça, pois a mulher, muitas vezes mais qualificada, recebe menos pelo mesmo trabalho que o homem.

A escolha entre o regime CLT e o trabalho autônomo (PJ) é uma consideração prática: ainda que a CLT seja percebida como um "seguro" institucional (por fornecer alguma estabilidade e um conjunto de direitos sociais), diante da vulnerabilidade, o trabalho autônomo não é visto, necessariamente, pelo prisma da meritocracia e do empreendedorismo, mas, muitas vezes, como um imperativo de sobrevivência para quem precisa flexibilizar o tempo para o cuidado de filhos, o que é intensificado no caso de crianças atípicas, ou doentes, que demandam ainda muita dedicação dos pais.

As especialistas alertaram para o fato de que a inserção produtiva das mulheres chefes de família é marcada por instabilidade, jornadas extensas e baixa remuneração. Dessa forma, apresenta-se uma tensão permanente entre gerar renda e cuidar: cada oportunidade de trabalho precisa ser calculada à luz do tempo exigido para a educação dos filhos, deslocamento, alimentação e tarefas domésticas. Muitas vezes, a chefia surge precisamente porque o homem se retira e a mulher precisa assegurar a sobrevivência do lar, mesmo quando as condições do mercado a empurram para atividades precárias.

Serviços Públicos e Estado

A relação das mulheres chefes de família com os serviços públicos e o Estado configura-se a partir de uma lógica que espera resultados dos impostos pagos através de bons serviços públicos prestados. Nesse sentido, a indignação com os descontos no contracheque sem a contrapartida em saúde e educação revela uma consciência aguda: o imposto é compreendido não como contribuição abstrata, mas pagamento por um serviço essencial.

Nessa lógica, há críticas ao SUS e ao transporte público. Dessa forma, quando o tempo de espera por um especialista faz exames vencerem –obrigando o pagamento de um particular para garantir a sobrevivência –, o sistema público é classificado como "*propaganda enganosa*" e gerador de prejuízo direto ao orçamento doméstico.

Consequentemente, a rejeição à privatização, longe de denotar uma adesão ideológica ao estatismo, reflete o medo de não conseguir comprar no mercado privado os serviços necessários à sobrevivência. Diante de orçamentos enxutos, a privatização é decodificada como a precificação do acesso à vida. Nesse contexto, o Estado capaz de oferecer serviços públicos de qualidade aparece como barreira de proteção econômica, garantindo bens e serviços que essas pessoas não dispõem de renda suficiente para adquirir no mercado.

As especialistas indicaram que a presença estatal faz diferença decisiva na organização cotidiana. Quando faltam creches, transporte acessível, ou atendimento em saúde, o custo recai diretamente sobre a mulher, que reorganiza sua rotina para preencher lacunas. Essa leitura ajuda a perceber

como políticas públicas não são percebidas como “benefícios abstratos”, mas dispositivos que permitem ou impedem que a vida funcione. A ausência do Estado não aparece como conceito; aparece como fila, espera, improviso e sobrecarga.

Em termos de análise, essas mulheres compreendem, na prática, que o capitalismo transfere para os ombros femininos o custo de cuidar da vida. Quando falha em prover serviços públicos de qualidade, o Estado está expropriando o tempo e a força de trabalho não paga dessas mulheres (a "dupla jornada" exaustiva) que lutam diariamente contra desigualdades estruturais, demonstrando grande capacidade de gestão e cuidado, mas arcando com os custos psicossociais de um sistema que ainda não oferece suporte igualitário ou políticas públicas adequadas. Assim, o voto racional por serviços públicos não é estatismo, mas a exigência de que o Estado socialize os custos da reprodução social, permitindo que elas continuem a existir e trabalhar.

Desigualdade e Oportunidades

A noção de justiça social, articulada pelas mulheres chefes de família, pode ser entendida se, na resposta à indagação sobre "o que é ajudar os pobres", quando muitas participantes rejeitaram a “*caridade*” em favor da emancipação, para essas eleitoras, a verdadeira ajuda estatal não é a perenização do auxílio financeiro –visto como necessário na emergência, mas insuficiente como projeto de vida –, mas o "investimento massivo em educação".

De acordo com as especialistas, o acesso aos benefícios é deslegitimado pela exigência de que o cidadão comprove sua renda. As participantes descreveram como humilhante ter que expor sua condição de pobreza extrema ou até mentir sobre o *status* financeiro de sua família para se enquadrar nos critérios burocráticos.

Assim, a justiça social é compreendida como a obrigação do Estado de atuar para garantir que as famílias e os indivíduos tenham condições materiais de ascender socialmente; o governo "deve ajudar quem precisa", não para criar dependência – o que é racionalmente rejeitado, por não gerar autonomia –, mas para fornecer as oportunidades (creches, escolas,

saúde) que permitam à mulher pobre converter seu esforço exaustivo em mobilidade social real, rompendo o ciclo intergeracional da pobreza, conforme ideia trabalhada pela filósofa Nancy Fraser (1997).

Na fala de uma participante, *“Para você ter sucesso, você tem que ser herdeira ou guerreira, né? No caso, nós somos guerreiras”*. As especialistas mostraram como a chefia feminina é atravessada por desigualdades históricas. Desta forma, foi evidenciado como as mulheres negras e pobres acumulam maior vulnerabilidade, com menos rede de apoio e menores chances de mobilidade social. Um ponto reforçado é como a chefia não significa autonomia plena: significa, muitas vezes, lidar com múltiplas restrições, respondendo por despesas, decisões e cuidados, sem contar com suporte material adequado.

Território e Comunidade

Os dados da segurança pública emergem como a "variável crítica", que define a viabilidade da vida: quando participantes relatam que a governança do território foi transferida do Estado para as facções criminosas, ou que perdem alunos para o tráfico pela oferta de condições básicas de sobrevivência que, paradoxalmente, o governo é incapaz de oferecer, na visão dessas participantes. Diante desse vácuo estatal, a comunidade opera como uma "rede de cooperação" e resistência, onde a vizinhança compartilha a vigilância do bairro para preencher as lacunas de segurança e cuidado deixadas pelo poder público.

Consequentemente, a avaliação política é focada na infraestrutura imediata: a "política do buraco na rua" é uma auditoria rigorosa sobre o direito à cidade e mobilidade; o político que não conserta o asfalto ou que, mesmo morando no bairro, não entrega melhorias, ameaça diretamente a dignidade de quem precisa transitar para trabalhar e garantir que seus filhos retornem vivos para casa.

As duas especialistas destacaram que o lugar onde se vive determina acessos, riscos e possibilidades. Periferias urbanas, bairros distantes e áreas com serviços insuficientes impõem percursos mais longos, custos adicionais e maior exposição à violência e ao estresse. Ao mesmo tempo, comunidades, vizinhança e redes religiosas aparecem como apoio importante, embora

não resolvam os problemas estruturais. Desta forma, é nessa combinação entre escassez institucional e ajuda comunitária que a chefia feminina se estabiliza.

Seção 7.3

Camada Midiática — Formação da opinião

Fontes de Informação

A análise do consumo informacional da mulher chefe de família mostra importante influência da escassez de tempo imposta pelas múltiplas jornadas de trabalho. É bastante presente o que as participantes relataram como um comportamento de "cruzamento de mídias", no qual utilizam buscas rápidas no Google para verificar as informações recebidas, seja pela TV, ou pelas redes sociais. Acoplam a tecnologia digital à sua rotina exaustiva para realizar uma triagem de verdade rápida e eficiente, diminuindo os custos de verificação.

Simultaneamente, a dependência de redes de confiança íntima joga luz na importância das redes comunitárias e familiares como espaços seguros de validação do saber para mulheres, diante da falta de tempo, delegando a curadoria da informação aos entes familiares próximos, como irmãs e filhas. Por fim, aparece, nas falas dos participantes, a verificação das informações, para não repassar adiante *fake news*.

Dessa forma, há uma postura de "*gatekeeper*", assumida por algumas das participantes da pesquisa, que visa bloquear o que são considerados boatos, com o intuito de proteger suas famílias, demonstrando que a gestão da informação é também uma forma de cuidado político: evitar a desinformação é proteger o núcleo doméstico de decisões consideradas equivocadas e estratégia para garantir unidade, ao contrário de discussões políticas que levam a brigas dentro da família.

De acordo com as especialistas, há um consumo fortemente marcado por redes sociais, especialmente no WhatsApp, e por conteúdos que circulem em grupos familiares, religiosos e de vizinhança. Nesse sentido as fontes são valorizadas não pela "autoridade institucional", mas a confiança

no emissor. Ou seja, quando a informação vem de alguém com quem se convive, ganha credibilidade, porque se conecta ao cotidiano.

Redes de Sociabilidade

Os dados que emergiram da pesquisa qualitativa revelam que o comportamento comunicacional da mulher chefe de família é regido muito mais por uma estratégia de manutenção do seu capital social, no sentido de confiança, normas e redes sociais, que permitem a cooperação e sustentam o bom funcionamento da democracia e das instituições, no conceito de Robert Putnam (1996), do que uma fuga do debate político.

Nesse sentido, há uma gestão calculada de riscos para preservar as suas relações e evitar embates desnecessários, rompimento de relações com familiares, ou mesmo perda de emprego em um mundo altamente polarizado politicamente. A credibilidade nas redes sociais é atribuída com um rigor utilitário, assim, a figura do influenciador digital só é validada se demonstrar "serviço prestado", ou utilidade técnica. As especialistas corroboram essa perspectiva ao expressar que as opiniões são validadas conversando, trocando experiências, comparando situações.

O julgamento político passa, muitas vezes, por relatos pessoais – *“aconteceu com fulana”, “um parente viveu isso”*. Essas redes funcionam como filtros, selecionando o que faz sentido dentro do seu microcosmo e descartando aquilo que parece distante. Essa triagem protege a família de ruídos informacionais improdutivos.

Simultaneamente, a restrição do debate político aos círculos de confiança íntima (família nuclear, ou seja, a unidade familiar formada por um casal e filhos) e a evitação sistemática do confronto em ambientes públicos, ou profissionais, é explicada pela tentativa de manutenção de uma teia frágil de apoios mútuos – vizinhos que vigiam a casa, colegas que cobrem turnos, parentes e amigos que cuidam dos filhos de cada um.

Essas mulheres entendem que o "preço" de uma discussão política – a ruptura de um laço afetivo, ou a perda de um emprego – é infinitamente superior ao, quase inexistente, "benefício" marginal de expressar uma opinião. Assim, o desejo por "paz" e a postura "polida" são táticas de defesa da infraestrutura de cuidado e reprodução social; ao blindar suas

relações interpessoais da polarização corrosiva, elas protegem o ativo mais valioso de quem vive na escassez: a rede de solidariedade que mantém a vida funcional.

Narrativas Dominantes

Para a mulher chefe de família, a disputa pelas narrativas políticas não ocorre no terreno da abstração ideológica, mas na materialidade do cotidiano.

Em termos de análise, verificam-se quatro narrativas. A primeira é que o Brasil de hoje é melhor do que o passado; a segunda é a ideia de uma inflação "real" que não condiz com o discurso oficial; a terceira é que é necessário um líder forte; a quarta é que a política corrompe. A segunda narrativa emergiu naturalmente, enquanto as outras três foram testadas a partir da pesquisa.

A ideia de que o Brasil do passado era melhor foi majoritariamente rejeitada como uma verdade absoluta. O grupo adota uma visão pragmática da história. O Brasil de hoje é percebido como melhor, em termos de oportunidades de trabalho e acesso a mais direitos. As oportunidades para mulheres são citadas como claro avanço. Entretanto, o progresso é relativizado pela constatação de retrocessos em aspectos sociais e econômicos. Os pontos de regressão citados incluem o custo de vida mais alto e difícil, o que nos conecta com a narrativa da inflação real.

Dessa forma, uma das principais narrativas que emergiram dos grupos focais é a questão da análise da percepção inflacionária, que revela que a mulher chefe de família opera uma espécie de "auditoria da realidade" baseada não em índices oficiais, mas no que poderíamos denominar como um "Índice do Supermercado", com a perda do poder de compra sentida empiricamente na incapacidade de quantias como R\$ 100 de prover o básico.

Neste sentido, podemos analisar os dados da seguinte forma: o passado de longo prazo é rechaçado como um passado idealizado, mas, de alguma forma, quando se fala do custo de vida e da alimentação, não há uma memória do passado hiperinflacionário, mas, sim, uma memória recente, principalmente geracional –considerando que muitas mulheres chefes de família, hoje, estão na casa dos 20 a 30 e poucos anos –, de um momento de crescimento econômico com maior poder de compra do que

se poderia inferir quando se retoma os anos dourados dos governos de esquerda no Brasil.

Essa lógica casa com a percepção da dificuldade do atual governo de evitar a comparação com suas próprias administrações passadas. Assim, há um cenário em que o passado de longo prazo é reconhecido pelas mulheres chefes de família como pior do que o atual, mas de um passado recente, esse sim idealizado, como uma economia com maior poder de compra do que a atual. O que era uma narrativa dos governos de esquerda, de que a vida tinha melhorado da “porta para dentro”, apesar de necessitar de avanços da “porta para fora”, acaba se tornando um passivo quando as mulheres chefes de família têm a percepção que não mais conseguem ir ao supermercado e ter acesso a um padrão de vida outrora melhor.

Também foi observado um consenso na necessidade de um líder forte, mas com uma qualificação essencial: a força da liderança deve ser limitada ou orientada pela opinião pública. O líder ideal precisa ser centrado e atuar em prol do bem de todos.

A percepção de que a política corrompe é uma narrativa hegemônica e de consenso total no grupo. A corrupção é vista como um fenômeno estrutural, embora não seja exclusiva da política, existindo em “tudo quanto é lugar” onde há poder e dinheiro. No poder público, é amplificada pela busca de vantagem pessoal e a necessidade de se manter no cargo.

Finalmente, as convidadas identificaram a força da ideia de resiliência e sacrifício. A figura da “mulher que dá conta” reaparece como narrativa que organiza a forma de interpretar o mundo, inclusive a política. Se a vida exige resistência, líderes e políticos também são julgados por sua capacidade de “aguentar” e “resolver”, mais do que por discursos sofisticados.

Percepção das Instituições

Houve profunda desconfiança institucional fundamentada na distância entre o discurso político e as necessidades concretas do cotidiano. As entrevistadas apontaram, ainda, que as mulheres chefes de família possuem uma postura pragmática, avaliando as instituições pela capacidade de entrega de serviços essenciais, como creches, saúde e segurança, mas frequentemente encontram um Estado marcado por

burocracia, descontinuidade de programas e desigualdade no atendimento. Esse cenário gera uma ambivalência significativa: ao mesmo tempo em que desejam um Estado provedor, há também forte descrédito em relação aos agentes políticos, percebendo-os como figuras distantes que priorizam interesses particulares em detrimento do bem-estar coletivo.

A desconfiança é direcionada de forma contundente ao Poder Legislativo com o Congresso Nacional frequentemente classificado como ineficiente e desconectado das demandas das classes populares, priorizando interesses pessoais e troca de favores. No âmbito judiciário, observa-se uma divisão de opiniões: enquanto algumas participantes percebem excesso de poder e falta de instâncias de recurso, outras temem que o enfraquecimento de órgãos como o STF coloque a democracia em risco, embora haja consenso sobre a necessidade de reformas que garantam a imparcialidade das decisões, exemplificado por uma mudança no método de escolha dos ministros. Assim, para esse grupo, de acordo com as especialistas, as instituições são distantes, lentas e difíceis de acessar.

Além disso, indo ao encontro da análise feita pelas conferencistas, a percepção de uma corrupção sistêmica e da impunidade estrutural alimenta sentimento de rejeição e indignação, levando muitas participantes a associarem a política a termos como "nojo", "sujeira" ou "caos". Impera a crença de que as instituições atuam de forma seletiva, protegendo os detentores de poder e dinheiro enquanto o cidadão comum enfrenta um sistema de justiça lento, parcial e ineficaz. Esse sentimento de abandono institucional faz com que as mulheres desloquem sua confiança da esfera pública para redes próximas, como a família, vizinhança e instituições religiosas, que passam a ser vistas como as instâncias mais capazes de oferecer suportes moral e material diante das falhas do Estado.

Linguagem Política

As especialistas que conduziram as oficinas confirmativas observam que a linguagem política tradicional, composta por termos abstratos como "governança", "participação" e "cidadania", muitas vezes, não encontra eco no vocabulário cotidiano das mulheres chefes de família. Segundo as conferencistas, essas eleitoras traduzem a política para categorias práticas da vida real, como cuidado, proteção, justiça e sobrevivência. Elas avaliam

as instituições e os discursos políticos não por princípios ideológicos formais, mas pela capacidade percebida de entrega de resultados concretos, como ações e políticas em creches, saúde e estabilidade financeira. Para as especialistas, um discurso excessivamente técnico ou abstrato produz afastamento, enquanto uma linguagem simples e centrada em exemplos do dia a dia é o que realmente mobiliza e constrói credibilidade com esse grupo.

Na percepção das participantes, o entendimento de conceitos como esquerda e direita, apesar de manifestado de forma um pouco difusa, é mediado por filtros morais e materiais: a esquerda é frequentemente vista como o campo que "pensa no povo" e na igualdade, mas também pode ser associada à "libertinagem", ou ao comunismo; a direita é lida como o espaço da "ordem", da família e do conservadorismo, embora também seja criticada por focar nos interesses das elites.

Um ponto de convergência identificado, tanto na análise das especialistas quanto nas falas das participantes é que a confiança desse grupo migra para figuras que "falam simples", admitem dificuldades e demonstram proximidade com a realidade. Nos encontros, as eleitoras manifestam preferência por pessoas que sejam 100% verdadeiras, mas que mantenham a responsabilidade e a educação na fala, rejeitando discursos que percebem como falsos ou meramente eleitoreiros. Para elas, a proximidade "com o povo", a clareza e a capacidade de traduzir a política em resultados concretos para o cotidiano funcionam como os principais critérios de credibilidade.

Seção 7.4

Camada Política — Escolhas e racionalizações

Sistema Político

As conferencistas que participaram das oficinas observam que as mulheres chefes de família possuem uma visão do sistema político profundamente pragmática, na qual a legitimidade da democracia e representação é medida pela capacidade do Estado em entregar resultados concretos no cotidiano. Esses conceitos são compreendidos pelas eleitoras

como dispositivos que devem "fazer a vida funcionar". Notam que a demanda por ações do poder público é acompanhada de uma rejeição quase total à política institucional, percebida como ambiente distante, burocrático e povoado por agentes que priorizam interesses particulares em vez do bem comum.

Já na percepção das participantes dos encontros, a democracia é valorizada como o direito de escolha, mas sua prática atual é vista com alguma descrença. O voto é descrito por algumas como uma "obrigação cansativa" ou um instrumento esvaziado de sentido, ainda que sua obrigatoriedade seja defendida por outras participantes. Foi destacado também que os próprios eleitores precisam se qualificar para decidir melhor seus votos e cobrarem os políticos que elegem.

Conforme pontuado em eixos anteriores, existe desconfiança acentuada nas instituições representativas; enquanto o Congresso Nacional é classificado por muitas como ineficiente e desconectado da classe trabalhadora, o Judiciário é alvo de divisões, com críticas ao excesso de poder de instâncias superiores que, na visão de algumas, ameaçam o equilíbrio democrático.

Quanto à representação, o sentimento predominante entre as eleitoras é de abandono e falta de voz, pois percebem os políticos como figuras que só aparecem em épocas eleitorais e que não "trabalham de verdade", como o cidadão comum. Essa lacuna, para as conferencistas, faz com que a confiança dessas mulheres se desloque das esferas oficiais para figuras que pareçam mais acessíveis e comprometidas com a realidade local.

As especialistas confirmam que, para esse grupo, a lealdade política é frágil e situacional, assim, não se sentem representadas por legendas partidárias ou ideologias fixas, mas depositam crédito temporário naqueles que demonstram resolver problemas materiais imediatos de suas famílias.

Rejeições e Lealdades

As conferencistas das oficinas destacam que, para as mulheres chefes de família, as rejeições políticas são mais estáveis e duradouras do que as lealdades, e marcadas por forte intolerância a estilos agressivos, moralizantes ou imprevisíveis. Essa percepção é corroborada pelas participantes dos

encontros, que manifestam repúdio contundente a figuras políticas associadas ao autoritarismo, à arrogância ou falta de empatia em momentos de crise.

Para esse grupo de eleitoras, a polarização é percebida como um ambiente de "caos", "briga" e divisão social, o que leva muitas a buscarem o "centro" ou a neutralidade como estratégia de defesa contra o radicalismo e desgaste emocional. Segundo a análise das especialistas, as lealdades desse segmento são baseadas na memória de resultados e na capacidade percebida de o político resolver problemas específicos do dia a dia.

As participantes confirmam essa visão, ao relatarem que pesam na decisão do voto as propostas para os menos favorecidos e a entrega efetiva de serviços, como construção de creches, melhoria na qualidade da saúde, e medidas para garantir mais segurança, em detrimento de bandeiras ideológicas fixas. Esse cenário alimenta uma postura antipolítica, na qual os políticos são frequentemente descritos como figuras desonestas que buscam apenas o benefício próprio, resultando em um profundo sentimento de "descrédito".

Nesse sentido, embora algumas vezes sejam expressadas admiração em relação a políticos específicos contemporâneos, isso não se dá de maneira plena ou incondicional. Nos relatos das conferencistas, a política é constantemente moralizada, e filtrada por critérios de "bem contra o mal" e pela valorização de condutas éticas e princípios religiosos. As participantes afirmam que a lealdade a um candidato cessa diante de evidências de corrupção ou de comportamentos que firam seus valores morais, demonstrando que a fidelidade política é mediada por uma vigilância ética constante.

Temas Comportamentais

As conferencistas das oficinas observam que os temas comportamentais, como as discussões sobre família, sexualidade e educação, emergem na avaliação política a partir de uma ótica fundamentada no cuidado com os filhos e na ordem familiar. Dessa forma, para elas, os valores associados à proteção da família, responsabilidade e ordem tendem a orientar a avaliação de candidatos e políticas, frequentemente com mais peso do que debates técnicos.

As conferencistas destacam, ainda, que as políticas públicas são consideradas valiosas, por esse grupo, quando dialogam com um senso de justiça, caráter e esforço individual.

Dentre as participantes para as quais a questão religiosa parece ter maior relevância, em seu universo de valores, parece haver uma tendência de avaliarem as autoridades mais por sua retidão moral percebida do que por propostas programáticas abstratas. Nesses casos, as participantes dos encontros demonstram que sua percepção política é atravessada por convicções morais e religiosas, que funcionam como filtros para a escolha de candidatos.

Questões como o aborto e a união homoafetiva ocupam um papel central: para muitas, o posicionamento de um político sobre esses temas é um fator decisivo de voto, e que a rejeição a certas ideologias ocorre por serem percebidas como ameaças aos valores cristãos e à família tradicional.

Além disso, temas como o uso de banheiros femininos por mulheres trans geram reações de insegurança e constrangimento, reforçando uma visão política que prioriza a proteção de ambientes considerados vulneráveis, especialmente para crianças.

Essa interseção entre moral e política, que parece ser mais forte dentre as mulheres participantes mais religiosas, reflete uma cultura de desconfiança institucional, na qual as participantes buscam, nos líderes políticos, um espelho de seus próprios valores de honestidade e disciplina.

Finalmente, como alertam as conferencistas, embora a narrativa da "mulher forte" possa naturalizar a sobrecarga feminina, para as eleitoras, a política só adquire valor de uso quando traduzida em categorias de dignidade e ordem que protegem suas crianças e validam seu esforço hercúleo de manutenção da vida.

Segurança e Violência

As conferencistas das oficinas analisam que, para as mulheres chefes de família, a segurança transcende o conceito de policiamento ostensivo, e passa a ser entendida também como a busca por estabilidade e previsibilidade na organização da vida cotidiana.

Observam que as preocupações com a violência urbana, o tráfico de drogas e os riscos para adolescentes influenciam diretamente as percepções desse grupo sobre a necessidade de autoridade e controle social. As participantes relatam o convívio com a criminalidade em bairros nos quais a ausência da polícia faz com que a segurança seja ditada por facções criminosas, gerando um receio constante pela integridade física dos filhos.

Para essas mulheres, a questão da violência é indissociável da percepção de uma seletividade institucional, na qual sentem que a lei é aplicada de forma desigual, punindo rigorosamente os desassistidos enquanto garante a impunidade de políticos e indivíduos com alto poder aquisitivo. A sensação de impunidade vai além da relação com indivíduos de alta renda: *“vai ali, a mulher mata os pais e sai [da cadeia] com não sei quantos milhões de seguidores”*.

O desejo de ordem e punição entre as participantes manifesta-se na defesa de medidas rigorosas para conter o crime, incluindo o apoio a penas como a prisão perpétua, o princípio de "olho por olho, dente por dente" e até a pena de morte para crimes hediondos comprovados. As fontes indicam que o clamor pelo fim das "brechas na lei" reflete a exaustão diante da ineficácia estatal.

Algumas participantes expressaram ceticismo quanto à capacidade do Estado de recuperar os espaços dominados por grupos criminosos. Indicaram, inclusive, que, em seus bairros, a segurança era, na verdade, feita pelas facções. O Estado é percebido não apenas como incompetente, mas como cooptado ou envolvido com o crime organizado, o que inviabiliza a reversão da situação.

Além disso, emergiu uma crença na irrecuperabilidade de certos indivíduos, dentre as participantes. A questão sobre a legitimidade da polícia em executar criminosos que “merecem morrer” expôs um dilema ético no grupo, mas com uma inclinação ao endosso da violência extrajudicial em situações extremas.

A análise revela que a visão de segurança das mulheres chefes de família – sintetizado no clamor por "ordem", "mão dura" e até em soluções extremas, como a pena de morte – não constitui um impulso de barbárie, mas estratégia racional de defesa do capital humano e material diante de um Estado que opera sob a lógica da necropolítica – isto é, segundo Achille

Mbembe (2018), que cunhou o termo inicialmente, um Estado que, por meio de suas políticas públicas, decide quem pode viver e quem pode morrer, restringindo o acesso de certas populações às condições mínimas de sobrevivência. Para essas eleitoras, a violência urbana não é estatística, mas uma externalidade negativa que impõe custos para a dignidade delas e de suas famílias.

A "crise do cuidado" diagnosticada pelas conferencistas, exacerbada pela omissão estatal, transfere para a mulher a responsabilidade integral pela segurança do lar, levando-a a exigir a restauração do monopólio da violência pelo Estado, em contraposição ao crime organizado em garantir a segurança do bairro, como condição para a previsibilidade da vida cotidiana. Onde a governança territorial foi cedida a facções criminosas e a lei é percebida como instrumento de seletividade institucional – que pune o pobre e garante a impunidade da elite política –, a demanda pelo fim das "brechas na lei" e pela prisão perpétua configura-se como um grito por isonomia e justiça retributiva concreta.

Expectativas de Futuro

As conferencistas das oficinas analisam que o horizonte de futuro desse grupo é marcado por uma esperança realista e moderada, voltada para pequenas estabilizações no cotidiano, como a redução de filas em serviços públicos e maior previsibilidade. Para essas especialistas, a política é vista pelas mulheres como um meio potencial, embora sua confiança seja frequentemente frágil e intermitente, de tentar assegurar um amanhã menos incerto. Esse cenário é influenciado pelo medo constante da instabilidade ou do risco de perder o que foi conquistado com sacrifício.

Por outro lado, as participantes dos encontros expressam uma percepção atravessada pela ambivalência entre uma esperança por um futuro melhor e, ao mesmo tempo, o reconhecimento de que o futuro depende das escolhas atuais; o desejo de mudança e o descrédito institucional, associando o futuro tanto à esperança de dias melhores quanto ao medo visceral gerado pela violência e a corrupção.

Por outro lado, foi reconhecido um cenário atual com muitos desafios, levando à hesitação ou medo de ter filhos diante de um cenário

sócio-ambiental percebido como caótico. O horizonte simbólico dessas mulheres é centrado na proteção, dignidade e nas oportunidades para a próxima geração, o que pode ser resultado da pergunta feita em relação à expectativa em relação ao futuro dos filhos.

A análise revela que a projeção temporal das mulheres chefes de família é um planejamento estratégico de longo prazo focado na gestão de riscos intergeracionais. O que se observa é um "otimismo condicional": o pessimismo racional com o presente – marcado pela percepção de ruína institucional, corrupção e caos ambiental, que leva muitas a hesitarem sobre a própria maternidade –, é contrabalanceado por uma aposta na educação da prole.

Nessa equação, o voto operaria como uma ferramenta de seguro futuro: buscam-se gestores que garantam a infraestrutura de reprodução social (creches, escolas de tempo integral e segurança) necessária para que o investimento afetivo e financeiro feito nos filhos não seja liquidado pela violência urbana ou a falta de qualificação. Como apontam as conferencistas e os relatos de campo, o horizonte não é de grandes revoluções, mas de "pequenas estabilizações": a previsibilidade de que o filho voltará vivo da escola e terá um emprego digno.

Um achado importante da pesquisa está relacionado ao projeto de futuro pessoal das participantes. Foi identificada a internalização de um realismo capitalista brutal, onde a própria existência é compreendida a partir da prole e não como um fim em si mesma. A descrença generalizada na aposentadoria – sintetizada no fatalismo de que *"quem não aposentou, não aposenta mais"* – revela o colapso da confiança no contrato de seguridade social; cientes de que não são "herdeiras", mas "guerreiras", essas mulheres resignam-se racionalmente à perspectiva do trabalho exaustivo, o que poderia ser lido como a expropriação da força vital feminina pelo capital.

O anseio profundo por "viver" em vez de apenas "sobreviver", verbalizado pelas participantes não é uma demanda por luxo, mas uma reivindicação pelo direito ao tempo, e romper com um cotidiano de exaustão que reduz a vida a um "modo de emergência" contínuo.

Dinâmicas Latentes — Tensões transversais

Ambivalência

As conferencistas das oficinas observam que as mulheres chefes de família vivem uma tensão constante entre a necessidade de um Estado provedor e o profundo descrédito nas instituições políticas. Analisam que esse grupo deseja a presença do Estado para garantir proteção e serviços básicos que organizem o cotidiano, mas desconfiam da continuidade e eficácia dessas políticas no tempo. Segundo as especialistas, o problema não reside no Estado como conceito, mas na forma como ele se apresenta – distante, burocrático e desigual – o que gera uma "convivência tensa" entre a expectativa de apoio material e a rejeição à mediação dos agentes políticos.

Por sua vez, as participantes dos encontros expressam essa ambivalência através de uma forte reação emocional negativa, associando a política a termos como "nojo", "sujeira", "caos" e "corrupção". Simultaneamente, demonstram uma postura pragmática, ao defenderem que o governo deve ser o principal responsável por garantir direitos fundamentais e reduzir desigualdades. Em mais um exemplo de pragmatismo, rejeitam majoritariamente a privatização, pelo menos dos serviços essenciais – considerando que em algumas situações a privatização poderia ser uma boa solução –, por considerarem que o Estado tem o dever de cuidar da população e que pode “melhorar”.

Há um diagnóstico de que a lógica de mercado aplicada ao cuidado resulta na exclusão das pessoas pobres e na precarização do trabalho – associada à *"escravidão"* por uma participante. Contudo, essa rejeição convive com uma racionalidade seletiva que admite a privatização em setores instrumentais, mostrando que a demanda é pela gestão eficiente e não pelo desmonte da rede de proteção social.

Essa contradição revela que, embora as eleitoras desejem um Estado forte que ofereça dignidade e justiça, se sentem exaustas por um sistema que percebem como voltado apenas para os interesses dos próprios políticos, resultando no desejo de uma política melhor e mais humana e com mais efetividade prática na vida real. A análise revela que a aparente

contradição entre o desejo de um "Estado forte" e a retórica de crítica aos impostos não é incoerência ideológica, mas uma tensão dialética resolvida pelo pragmatismo.

As mulheres chefes de família operam simultaneamente com uma lógica de eficiência –, exigindo que o imposto retorne como produto de qualidade, rejeitando o Estado ineficiente na garantia da reprodução da vida, cotidiana reconhecendo que, sem a gratuidade da saúde e da educação, a reprodução da vida seria inviável.

Essa ambivalência é exacerbada pelos altos custos impostos pela burocracia: a "humilhação" relatada nos grupos focais de ter que provar a miséria extrema para acessar direitos, ou a "propaganda enganosa" do SUS, com a demora burocrática que faz o exame vencer, configura uma falha no reconhecimento – o Estado oferece redistribuição (auxílios e bolsas), mas retira a dignidade.

Assim, o pragmatismo emerge como mecanismo de defesa e sobrevivência funcional: as entrevistadas não querem depender de um Estado que as humilha e rouba seu tempo, mas sabem que não podem sobreviver sem a rede de proteção que ele deveria fornecer; o resultado é a demanda por um Estado que possua eficiência gerencial e um acolhimento universal protetor, eliminando a intermediação burocrática que transforma cidadania em favor e obriga a mulher a "se virar" quando o serviço público falha.

Moralização da Política

As conferencistas das oficinas analisam que é possível verificar momentos em que conflitos sociais e debates sobre políticas públicas são traduzidos em julgamentos morais binários. Segundo essa visão, questões sobre políticas públicas passam a ser avaliadas por categorias como "boa mãe", "família correta" ou "comportamento adequado", fazendo com que o par bem/mal sirva como critério de avaliação, substituindo, muitas vezes, critérios técnicos. Observam uma tendência de avaliação das pessoas públicas sob a chave de percepções de correção, caráter e responsabilidade. Então, para parte das mulheres chefes de família, a política tende a ser filtrada por critérios morais, simplificando julgamentos.

Em sentido semelhante, as participantes dos encontros, especialmente as religiosas, indicam a escolha de candidatos a partir da percepção de "caráter" e "honestidade", muitas vezes utilizando princípios religiosos como guias definitivos para separar o que consideram certo ou errado no campo público. Essa substituição da racionalidade política por critérios morais manifesta-se em rejeições a figuras percebidas como representantes do "mal", ou desprovidas de empatia, resultando em uma lealdade eleitoral frágil, que se rompe caso o político cometa erros que firam a ética pessoal ou familiar da eleitora.

Quando observam a tradução de conflitos sociais complexos em binarismos morais (bem/mal) e a valorização de categorias como "boa mãe" ou "família correta", as conferencistas descrevem o uso de heurísticas de defesa da reprodução social: em um cenário onde a política institucional é percebida disfuncional – uma estrutura que drena recursos –, a eleitora busca, no caráter pessoal e na retidão do candidato, a única garantia tangível de que ele não desviará o orçamento vital para a sobrevivência familiar.

Ao exigirem que os políticos dialoguem com seu senso de justiça, disciplina e esforço individual, essas mulheres tentam selecionar agentes que espelhem sua própria conduta, tornando-a uma forma de proteção. Essa ética do cuidado pode ser lida como uma relação concreta entre quem cuida (o Estado) e quem é cuidado (o cidadão), enfatizando a necessidade de maior escuta e a atuação do poder público, muitas vezes ausente ou ineficiente em encaminhar as expectativas cotidianas das chefes de família.

Deslocamento da Autoridade

As conferencistas das oficinas observam que o “deslocamento da autoridade” se dá quando a confiança das mulheres migra das instâncias tradicionais, como partidos e governos, para redes de proximidade e figuras que aparentam ser mais disponíveis e compreensíveis. Segundo as especialistas, o Estado e os partidos são percebidos como entes distantes e burocráticos, o que abre espaço para que igrejas e redes femininas ganhem espaço no processo de tomada de decisões e julgamentos.

Por outro lado, as participantes dos encontros confirmam essa percepção ao demonstrarem descrédito na política formal. As participantes religiosas destacam confiança em políticos alinhados com princípios cristãos.

Para essas participantes, a confiança também é depositada em influenciadores e políticos específicos que são percebidos como corajosos defensores de princípios familiares, ou cristãos, agindo como representantes de seus próprios valores. No âmbito da segurança, a autoridade institucional da polícia é questionada, seja do ponto de vista dos episódios de corrupção e crimes, dentro da corporação, seja devido à violência policial.

A análise mostra que há uma migração racional da autoridade das instituições abstratas e vistas como falidas (partidos, Estado burocrático, sindicatos), para redes de proximidade. Diante de um sistema político percebido como distante e hermético, a confiança é transferida para mediadores tangíveis.

Esse movimento reconfigura a legitimidade democrática institucional, ancorando-se na conduta pessoal, validação moral, e proximidade comunitária, em que há uma migração do discurso de autoridade de instituições tradicionais para uma valorização da confiança advinda dos vínculos afetivo e moral de proteção mútua comunitária, que pode ser observada em influenciadores, líderes religiosos e outras figuras que conseguem conversar com as demandas pragmáticas da vida das mulheres chefes de família.

Estética da Sinceridade

As conferencistas das oficinas indicam que a "estética da sinceridade" ocorre quando a credibilidade política migra da autoridade institucional e do currículo para a autenticidade percebida. Segundo essa perspectiva, figuras públicas que "falam diretamente", relatam experiências pessoais e admitem dificuldades, ganham a confiança desse eleitorado, mesmo que suas propostas de governo sejam pouco detalhadas. Para as especialistas, a valorização do "falar o que pensa" está conectada a um desejo de proximidade com a realidade, visto que a linguagem simples e a sensação de verdade são mais eficazes para mobilizar o apoio dessas mulheres do que discursos técnicos ou abstratos.

Por outro lado, as participantes dos encontros expressam uma preferência majoritária por pessoas "100% verdadeiras", justificando que a transparência permite saber exatamente com quem se está lidando e evita o acúmulo de mentiras.

No entanto, elas estabelecem um limite ético importante: a sinceridade não deve ser confundida com grosseria ou agressividade. Na visão das eleitoras, o ideal é o equilíbrio entre a verdade e o cuidado para não ofender, resultando em uma "autenticidade responsável". Muitas participantes rejeitam políticos que utilizam palavrões ou posturas agressivas para parecerem sinceros, interpretando esse comportamento como uma tática de intimidação ou falta de segurança, preferindo líderes que unam a franqueza a um discurso polido e educado.

A análise indica a existência de uma autenticidade responsável: as mulheres buscam a transparência total ("100% verdadeira") como um mecanismo racional de previsibilidade – para saber exatamente com quem estão lidando e evitar o "acúmulo de mentiras" –, mas rejeitam a agressividade gratuita, interpretando-a não como coragem, mas insegurança, destempero ou tática de intimidação.

Nesse sentido, a sinceridade valorizada por esse grupo não é a do "bruto" que atropela ritos, mas a do líder que consegue conectar a franqueza da vida real (a linguagem simples e direta, que gera proximidade), com a polidez e a educação exigidas na convivência doméstica e na social, demonstrando que, para a mulher que gere conflitos diários, a forma também é conteúdo: um político incapaz de filtrar sua própria violência verbal pode ser percebido como ofensivo para o exercício do cuidado público. Dessa forma, assim como outros segmentos estudados na pesquisa (notadamente os evangélicos homens), há valorização em relação aos políticos "que falam a verdade". Porém, no caso das mulheres chefes de família, há uma diferença fundamental: na busca pela autenticidade, o limite é a temperança e a polidez.

Afeto como Bússola

As conferencistas das oficinas analisam que as escolhas políticas desse grupo são profundamente atravessadas por um campo emocional composto por afetos, como medo, exaustão, gratidão e esperança. Segundo essa perspectiva analítica, o afeto funciona como bússola constitutiva que orienta as decisões a partir da interpretação de quem as respeita, quem as escuta e quem lhes oferece segurança e dignidade. Assim, para

as conferencistas, esses afetos, assim como argumentos tidos como mais racionais, orientam as escolhas das mulheres chefes de família.

Por outro lado, as diferentes participantes dos encontros expressam uma ambivalência. Enquanto algumas indicam o voto como racional ("com a cabeça"), outras reconhecem o peso inevitável dos sentimentos ("com o coração"). Embora muitas afirmem priorizarem a análise de propostas e do histórico dos candidatos, o voto pode assumir também um caráter de gesto emocional defensivo, manifestando-se na escolha do "menos pior" para evitar a vitória de alguém que desperte rejeição.

A análise desafia radicalmente o estereótipo que desqualifica o voto feminino como produto de uma "emocionalidade" volátil ou incapaz de abstração, revelando, ao contrário, que, para a mulher chefe de família, o afeto opera como uma racionalidade voltada à defesa de seus interesses materiais, simbólicos e políticos.

Nesse contexto, sentimentos como medo, exaustão e confiança não são ruídos que atrapalham o julgamento: o "medo" é uma análise de conjuntura sobre a ameaça à integridade física da prole; a "exaustão" é um reconhecimento da sobrecarga de trabalho imposta pela ausência estatal e pelo sistema capitalista brutal; e a "sensação de verdade" funciona como uma forma de reduzir a assimetria de informações em um ambiente político de mentiras massificadas.

Portanto, quando essas eleitoras afirmam votar com o "coração" ou escolher o "menos pior" para garantir proteção, não estão agindo por impulso, mas pragmaticamente escolhendo uma liderança que ofereça a maior probabilidade de sobrevivência e a menor taxa de risco para a unidade familiar. A defesa da unidade familiar, pelas mulheres, na política, é um fenômeno complexo, moldado por expectativas culturais de gênero, apropriações ideológicas e a realidade prática das necessidades de cuidado e proteção social.

VIII

Juventudes: *a inversão da utopia de Thomas More e a subjetividade neoliberal*

O que este capítulo apresenta

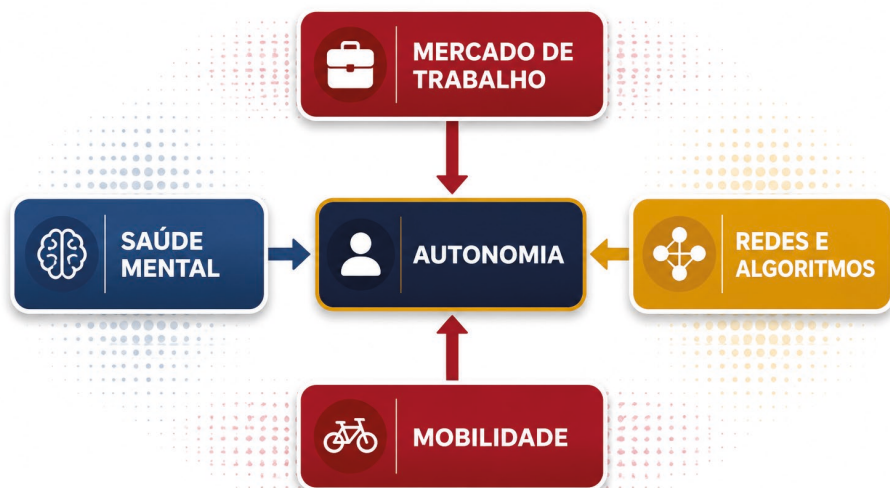
As juventudes brasileiras enxergam o futuro mais como trajetória individual de superação do que como projeto coletivo de nação. Neste capítulo, investiga-se a inversão da Utopia de Thomas More: na ausência de horizontes coletivos, a salvação individual, via mercado, tecnologia e autonomia, torna-se a alternativa que parece racional. A análise detalhada por subgrupos e por 24 eixos revela uma juventude plural – atravessada por classe, raça e território – que partilha uma subjetividade neoliberal; valoriza a estética da sinceridade; opera por afeto como bússola; e percebe a política como teatro distante de sua vida real.

Antes de tudo, é mister reconhecer que a juventude não é homogênea. É plural e fragmentada. Dessa forma, é atravessada por classe, raça, gênero, orientação sexual e território. Faz sentido, portanto, falar em juventudes.

Para compreender a juventude brasileira contemporânea, é necessário operar a inversão da lógica encontrada na Utopia (More, 2009), de Thomas More. Na obra clássica, a redenção social era projetada como uma construção coletiva, racional e estatal, voltada ao bem comum numa "ilha" organizada. Como nesta pesquisa constatou-se, e discorreremos sobre à frente, para o jovem atual, essa mesma "ilha" parece ser o próprio indivíduo.

Vivemos o colapso da promessa de que o Estado e o emprego formal garantiriam o futuro – o fim da sociedade salarial. A utopia deixa de ser um projeto de nação para se tornar um projeto de *performance* individual. O jovem internaliza uma subjetividade neoliberal: não se vê como cidadão portador de direitos coletivos, mas uma “empresa de si mesmo” (figura 6).

Figura 6. O voto jovem — trajetória individual e descrença coletiva



Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa Como Pensa e Vota o Brasileiro, realizada pela Fundação João Mangabeira, 2026.

Nesse cenário, a promessa de um projeto coletivo de nação se enfraquece, e a alternativa que parece se apresentar como racional é a salvação individual via mercado, tecnologia e autonomia. Com isso, a utopia não desaparece, mas se retrai ao horizonte do possível e pragmático.

Análise Consolidada por Camadas

Camada Simbólica (A Atomização Defensiva)

A construção identitária desse grupo opera por tribos de afinidade digital efêmera. Simbolicamente, não esperam proteção, apenas que não sejam atrapalhados. A recusa a rótulos ideológicos rígidos não é despolitização, mas uma estratégia de sobrevivência para manter a agilidade necessária em um mundo líquido, na lógica de Zygmunt Bauman (2001).

Camada Material (A Estética da Precarização)

Ocorre uma ressignificação semântica profunda das relações de trabalho. A segurança da CLT, outrora horizonte máximo de desejo da classe média, é agora decodificada como estagnação e submissão hierárquica. Em contrapartida, a precariedade do empreendedorismo é rebatizada como "autonomia" e "potência". Há uma aposta material na liquidez: preferem o risco do ganho rápido e sem limite, proporcionado pelo digital, à estabilidade "mediocre" e previsível do assalariado. O corpo do jovem é o seu capital, e o esgotamento é o preço aceito a pagar pela promessa de mobilidade.

"Eu prefiro trabalho informal... me passa muito mais segurança atualmente do que entrar em um trabalho CLT... Se tu tem aquele talento, aquela aptidão para empreender, com certeza tu tem a oportunidade de decolar."

Camada Midiática (O Algoritmo como Criador da Realidade)

A formação da subjetividade política deste grupo é realizada a partir da mediação algorítmica realizada pelas redes sociais que o grupo acessa. Não se trata apenas de consumir conteúdo, mas habitar uma epistemologia na qual a verdade é validada pelo engajamento obtido pelas postagens nas redes e não por uma autoridade editorial. A "realidade" é impulsionada por *feeds* que privilegiam a narrativa do *self-made man* e a crítica antissistema. A imprensa tradicional é rejeitada, não apenas por viés, mas por anacronismo: sua linguagem lenta e institucional não consegue penetrar a cognição de uma geração moldada por vídeos de alguns segundos. Nesse ecossistema, surge a figura do político que se faz de influenciador digital. A informação política chega ao jovem em um processo de "tiktokização" da política, e os políticos que não operam desta forma, têm grande dificuldade de se aproximar desse público.

Além disso, há a lógica do algoritmo, que não é neutro e opera como câmara de eco, criando bolhas. Em outras palavras, são criados ambientes nos quais há pouca exposição a opiniões diferentes, reforçando crenças preexistentes. Na era digital, o jovem constrói sua subjetividade em múltiplas

plataformas – um “eu” fragmentado entre o real e o virtual. Assim, o voto também é uma forma de expressão identitária, parte de sua “autoimagem pública”. O jovem tende a votar em quem encarna valores com os quais se identifica emocionalmente – representatividade, autenticidade, liberdade – mais do que programas de governo detalhados.

"Eu prefiro ver a notícia pelos canais e pessoas as quais estão mais alinhadas com aquilo que eu acredito, porque, não importa, vai ser sempre enviesado."

Camada Política (O Hacker do Sistema)

A relação com a política é apática e reativa. O voto, portanto, não busca o reformista ou o gestor competente, mas o "hacker" – o *outsider* disposto a introduzir um vírus no sistema para reiniciá-lo ou implodi-lo. A volatilidade eleitoral é alta porque a fidelidade não é a partidos, mas à promessa de ruptura. O jovem vota com o dedo no gatilho, pronto para abandonar o escolhido ao primeiro sinal de que ele se tornou "apenas mais um político".

Existe ambiguidade entre um pessimismo macroestrutural de que o Brasil é difícil, com uma ideia de otimismo microestrutural de que é possível “dar um jeito”. Além disso, muitas vezes, o jovem não consegue identificar traços autoritários, porque a extrema-direita não se apresenta ostensivamente como autoritária, escondendo-se sob uma lógica “memética” –isto é, baseada em “memes”, que são imagens que viralizam na internet geralmente conectadas ao humor–, revolucionária e rebelde, em uma “rebeldia autoritária”.

"Eu acho que o maior problema não é o sistema usado e sim as pessoas que estão por trás dele, principalmente as pessoas corruptas por trás dele."

Camada Latente (Da Esperança à Ansiedade)

O afeto primordial que permeia esse grupo não é mais a esperança revolucionária, mas uma ansiedade. O medo do Estado autoritário (ditadura) foi substituído pelo pavor da irrelevância econômica e do fracasso pessoal. No inconsciente político desse grupo, a estética da sinceridade – a "sinceridade" crua, mesmo que agressiva – tem mais valor de verdade do que a coerência programática. Perdoam o erro moral, mas não a hipocrisia ou a incompetência em entregar resultados. A ideia de um Estado mínimo opera em conflito com as demandas por um Estado presente que funcione.

"Eu prefiro um político que seja sincero, que fale a verdade, mesmo que às vezes ele deixe escapar algum palavrão... do que um sábio corrupto. Mas, e o seu coração?"

Análise Detalhada por Eixos

Seção 8.1

Camada Simbólica — Afetos, valores e identidades

Identidade e Pertencimento

O jovem define-se como um "batalhador solitário" ou "livre pensador". O pertencimento migra do território físico para tribos digitais de interesse (games, investimentos). A estrutura geracional e burocrática que "trava" o dinamismo da vida, como a CLT e as burocracias do Estado, são vistas como antítese da lógica neoliberal de empreendedorismo e menos Estado.

Valores morais

Moralidade utilitarista. O "certo" é aquilo que funciona e gera resultados tangíveis ("hackear o sistema"). O "mérito" agora é visto em quem tem a esperteza de fazer dinheiro rápido, muitas vezes via empreendedorismo ou internet. A ostentação é vista como sucesso em contraposição à pobreza, que é vista como fracasso individual.

Família e Gênero

A aceitação da diversidade não decorre de militância, mas da rejeição a qualquer interferência externa na liberdade individual (*"cada um faz o que quer"*).

Religião e Cosmovisão

As igrejas evangélicas falam de modo efetivo sobre o cotidiano, acolhem e prometem transformação pessoal com esperança e dignidade. Usam a tecnologia do empoderamento individual, combinada à moralidade e meritocracia. Criam o senso de pertencimento que a esquerda, muitas vezes, não promove. Trazem a espiritualidade e a família para atrair essa juventude. As juventudes evangélicas estão bem mais organizadas, pois têm um sentido de comunidade e se unem e criam um senso de pertencimento.

Afetos Dominantes

O cinismo manifesta-se como mecanismo de defesa: se o sistema é corrupto e ineficiente, a solução é focar em si mesmo, na família, ou em pequenos círculos de confiança, abandonando a esperança em grandes projetos nacionais. Essa juventude não é necessariamente apática, mas sim desiludida. O jovem eleitor oscila entre desencanto e mobilização intensa. Valorizam a democracia e o voto, mas o fazem de forma defensiva, sem a esperança de que o Estado ou o coletivo resolvam suas ansiedades econômicas. A solução é vista no esforço individual e na proteção dos seus.

Camada Material — Condições de vida e sobrevivência

Trabalho e Renda

Ressignificação simbólica da precarização. A CLT é lida como "prisão"; o modelo PJ é lido como liberdade. A busca é pela liquidez imediata, em oposição à estabilidade de longo prazo. Na lógica da direita, vira-se a chave da vitimização para a do "empoderamento", que é muito mais sedutora e potente para o jovem.

O empreendedorismo juvenil, muitas vezes, é escolha mais por necessidade do que por vocação. Esses jovens valorizam a liberdade e criatividade, mas enfrentam a insegurança financeira e o medo do fracasso. Por sua vez, o campo progressista interpretou os jovens (sobretudo os de camadas mais populares) sob a perspectiva de que precisam de ajuda, de um Estado presente, o que, às vezes, pode soar como paternalismo ou assistencialismo.

Serviços Públicos e Estado

Relação de cliente insatisfeito: o Estado é um "sócio majoritário" ineficiente. O horizonte de desejo é o enriquecimento suficiente para acessar o serviço privado (saúde, educação).

Desigualdade e Oportunidades

Consciência da desigualdade estrutural, mas resposta individualista. Rejeitam o vitimismo, pois retira a agência do sujeito. A justiça social é vista como a remoção de barreiras estatais para a competição. Quer ser ouvido, visto, reconhecido – o voto torna-se um gesto de afirmação subjetiva ("eu existo, minha voz conta").

Território e Comunidade

Desterritorialização da experiência. A verdadeira ágora de trocas simbólicas é o ambiente virtual. Os espaços *on-line* substituíram, ou até

superaram, os encontros físicos como o principal local para a interação social e a construção de significado na sociedade contemporânea.

Seção 8.3

Camada Midiática — Formação da opinião

Fontes de informação

Primazia absoluta da mediação algorítmica (TikTok, Instagram, etc.). A imprensa tradicional é deslegitimada por anacronismo estético: é considerada lenta e formal demais. A direita e a extrema-direita entenderam que há um nicho de conexão com o jovem por meio de influenciadores de modo de vida. Os mais próximos da juventude aproveitam essas “gramáticas da proximidade”, ou seja, a aparente falta de mediação, a horizontalidade, a confiança, a autenticidade e o genuíno.

A partir daí, a extrema-direita digital organiza-se em nichos de questões temáticas. A informação chega ao jovem em formato de TikTok, não tanto como um compartilhamento horizontal entre pares, mas um transbordamento vertical do influenciador para a sua comunidade de fanáticos. Há uma verticalização disfarçada de horizontalidade e uma falta de intermediação. A "realidade" dessas trocas reside menos na veracidade factual e mais nos impactos emocional e social que geram.

Redes de Sociabilidade

Formação de opinião em bolhas. O medo do "cancelamento" gera uma espiral de silêncio em espaços públicos, empurrando o debate real para grupos fechados. A extrema-direita digital conecta-se com base em sentimentos, proximidade, confiança e autenticidade.

São valores que partem da lógica da afetividade e são oferecidos pela lógica do digital. Destaque para a "memificação" da política, em que há enorme circulação de ideias de ódio apresentadas a partir da lógica do humor, do trivial e "legal". Em um ambiente virtual saturado de informação, a atenção é a moeda de troca simbólica mais valiosa. Para a juventude,

o mundo virtual e a realidade tornaram-se um ambiente integrado. A internet oferece a oportunidade de moldar e apresentar a identidade de forma seletiva. O **on-line** faz parte da vida cotidiana, afetiva e política e a juventude busca narrativas e experiências compartilhadas nesse espaço.

Narrativas Dominantes

A subjetividade política da juventude contemporânea é atravessada por uma tensão entre visões antagônicas, por diferentes grupos de jovens. Por um lado, existem aqueles que se identificam com uma ética do *self-made man* digital. Por outro lado, há outros que enxergam fatalismo estrutural.

Os primeiros são alimentados por uma "teologia do empreendedorismo" e figuras digitais, muitos jovens ressignificam a precarização do trabalho como potência e autonomia, rejeitando a tutela da CLT e do Estado em favor de um "*mindset*" individualista de "*hackear*" a prosperidade.

Para os segundos, coexiste a percepção de que o capitalismo opera como uma "prisão" intransponível e que a meritocracia é uma exceção estatística em um jogo viciado por privilégios de berço.

O encontro dessas narrativas antagônicas, contudo, deságua em um mesmo cinismo institucional: seja porque o Estado é visto como entrave burocrático ao sucesso individual, seja porque é lido como instrumento de dominação das elites, a política tradicional é esvaziada de sua capacidade transformadora, restando ao jovem a aposta solitária na sobrevivência por meio de trabalhos realizados por longas horas, que não requerem formação específica e sem a proteção de direitos.

Percepção das Instituições

Para a juventude conectada, o Congresso e o STF são percebidos não apenas como ineficientes, mas castas analógicas e privilegiadas, que operam em uma bolha de autopreservação, promovendo um "teatro" político lento e desconectado das urgências reais da população.

Enquanto o Legislativo é visto como uma encenação que ignora a velocidade do mundo digital, o Judiciário (especialmente o STF) é

frequentemente encarado com hostilidade por atuar como um agente censor que ameaça a liberdade de expressão nas redes, consolidando a imagem de instituições arcaicas que funcionam através de códigos de exclusão, em total descompasso com a transparência e agilidade exigidas pela nova geração.

Linguagem Política

Rejeição ao "politiquês". Comunicação visual, direta e "memética". Conceitos como "fascismo" ou "comunismo" são esvaziados de sentido histórico e usados como insultos tribais. Há erosão do debate democrático tradicional, que é substituído por uma comunicação mais superficial, emocional e suscetível à desinformação.

Seção 8.4

Camada Política — Escolhas e racionalizações

Sistema Político

Democracia valorizada como conceito abstrato, mas desprezada como método de entrega. Voto volátil, tratado como aposta em *outsiders* disruptivos. O jovem não consegue identificar traços autoritários porque a extrema-direita aprendeu a não se apresentar ostensivamente como autoritária, escondendo-se sob uma lógica "memética", "revolucionária" e rebelde, em uma "rebeldia autoritária".

Rejeições e Lealdades

Para a juventude contemporânea, a fidelidade partidária dissolveu-se em uma lealdade líquida e pragmática, em que o voto opera como um contrato de *performance* revogável e o político é encarado não como um líder ideológico, mas um prestador de serviços sob constante avaliação.

Essa postura alimenta uma rejeição à "velha política" e os políticos tradicionais – percebidos como teatrais, corruptos e ineficientes – e impulsiona a atração por figuras disruptivas e "anti-sistema" (seja o gestor

empresarial ou o "vingador" corajoso) que dominem a linguagem digital e prometam implodir o *status quo* para entregar resultados tangíveis e imediatos.

Temas Comportamentais

Para a juventude contemporânea, a dicotomia tradicional entre conservadorismo e progressismo dissolve-se em um pragmatismo individualista: são liberais na vida privada, defendendo a autonomia absoluta sobre corpos e afetos, mas punitivistas na esfera pública. Essa postura é unificada pela lógica econômica de sobrevivência; desejam um Estado que seja moralmente neutro e não interfira na identidade ou escolhas pessoais.

Segurança e Violência

Visão pragmática: a violência atrapalha o "correr"; refere-se à busca por oportunidades; realização de projetos de vida; e enfrentamento de desafios, especialmente no mercado de trabalho e na vida social, com projetos sociais usando o termo para capacitação, inclusão e desenvolvimento de jovens em situação de vulnerabilidade, ou em busca de autonomia.

Apoio a medidas duras não por moralismo, mas por necessidade de pacificação para o mercado. Dessa forma, exigem um Estado penalmente severo e policialesco, que seja implacável na segurança (baixe a maioridade penal, legitime a força policial), garantindo, assim, as ordens física e patrimonial necessárias para que o indivíduo possa empreender e prosperar sem o risco da violência ou a trava da burocracia. A juventude cresce com a naturalidade do medo, luto, da falta de Estado. Adesão a discursos autoritários que prometem ordem, já que as gestões progressistas não apresentam soluções de segurança pública.

Expectativas de Futuro

Pessimismo macroestrutural – "o Brasil é difícil" – convivendo com otimismo microestrutural resiliente – "eu vou dar um jeito". A grande disputa da contemporaneidade e o motivo da angústia juvenil são a

incerteza e o desamparo em relação ao futuro, inclusive de curto prazo. A questão climática é vista como um “sequestro de futuro”, pois os jovens são a geração que menos contribuiu para a crise, mas a que mais vai sofrer.

Grandes sonhos coletivos foram corroídos pela desigualdade e a precariedade.

Seção 8.5

Dinâmicas Latentes — Tensões transversais

Ambivalência

A análise dos grupos focais revela uma ambivalência estrutural marcada por um pragmatismo desencantado: embora adotem um discurso estético e econômico liberal – valorizando o empreendedorismo, rejeitando a CLT como “trava” e vendo impostos como “roubo” devido ao mau retorno –, essa postura não se traduz em um “libertarianismo” real. Por um lado, aparecem menções à atuação decidida e punitivista do Estado na segurança pública. Por outro, também é citada sua atuação em outras searas, como educação e saúde.

Quando confrontados com a precariedade da vida –saúde, educação e, sobretudo, segurança –, o discurso de “menos Estado” colapsa e dá lugar a uma demanda por um Estado forte e interventor. Esse jovem não quer o Estado como sócio de seus lucros, mas exige o Estado como garantidor de sua sobrevivência tanto física quanto social, comportando-se como um “cliente insatisfeito” que quer a liberdade de mercado para ganhar dinheiro, mas a proteção de um estado de bem-estar democrata, em contraposição à ideia de um “*welfare state*” liberal, nos termos que utiliza Esping-Andersen (1990) para descrever um modelo baseado em assistência focalizada, baixa desmercantilização e forte centralidade do mercado.

Moralização da Política

Para a juventude contemporânea, a política é diagnosticada como um sistema tóxico que obriga o indivíduo a se corromper para sobreviver,

mas a gravidade desse diagnóstico reside em uma redefinição radical do próprio conceito de corrupção. Para alguns, o ato corrupto transcende o mero desvio financeiro e passa a ser entendido como a escolha política deliberada de não garantir direitos básicos – como saúde e moradia – mesmo quando o Estado detém poder, recursos e logística, porém permite a exclusão, quase em uma lógica “foucaultiana” de “viver ou deixar morrer”.

Deslocamento da Autoridade

A análise dos grupos focais evidencia um deslocamento da legitimidade: a autoridade institucional (do diploma, do cargo ou da academia) colapsou em favor de uma autoridade performática e relacional, alicerçada na “prova social” do sucesso tangível e na fluência digital.

Para essa geração, o especialista teórico cede lugar ao *influencer*, ou ao “guru” do empreendedorismo, que valida seu conhecimento não pela titulação, mas pela exibição de resultados financeiros e trajetórias de superação (o mito do *self-made man*). Nesse ecossistema, o conhecimento técnico passa a ser mediado por “tutores digitais” que traduzem a complexidade em linguagem acessível. O engajamento é dado por afetos compartilhados – raiva, empatia, ironia, humor – mais do que por coerência doutrinária.

Estética da Sinceridade

Para parte da juventude contemporânea, com perfil “antissistema”, a “estética da sinceridade” não é de agressividade. A ruptura com o decoro e a rudeza é validada como coragem necessária para enfrentar a hipocrisia institucional; já para o perfil menos conservador, a estética da sinceridade é, sim, de agressividade, enquanto a competência técnica e a educação formal podem ser reivindicadas como sinais de respeito e dignidade na representação.

Afeto como Bússola

O voto é uma projeção de aspiração –voto no espelho do sucesso desejado. No tema da comunicação, a direita obtém mais sucesso entre a juventude. E esse sucesso é devido ao fato de que eles conseguem transmitir um discurso emocional, de identidade e pertencimento.

A direita oferece narrativas de liberdade, trabalho duro e valores de família que transmitem essa sensação de propósito, criando vínculos afetivos, mesmo que baseados em desinformação. A esquerda apresenta uma comunicação muito institucional, burocrática, acadêmica e tecnicista.

Seção 8.6

Conclusão: o jovem como startup em um país falido

Em síntese, as juventudes brasileiras habitam um tempo em que a utopia coletiva foi recuada ao limite do possível individual: depois do colapso das grandes promessas – do socialismo realmente existente à democracia “plena” que nunca se realizou –, sobra um realismo defensivo em que cada um administra, sozinho, seu próprio futuro.

A inversão de Thomas More é completa: se, antes, a ilha era o projeto comum, hoje, a ilha é o eu neoliberalizado, precarizado e permanentemente exausto. A subjetividade dos jovens organiza-se nessa tensão: rejeitam o coletivismo burocrático, mas demandam, na prática, proteção contra o caos urbano, a violência e o sequestro de futuro (inclusive climático).

A mediação algorítmica reforça esse quadro: de um lado, a apologia digital do *self-made man* e do empreendedorismo de si; de outro, um fatalismo estrutural que vê o sistema como injusto e intransponível – em ambos os casos, a política institucional aparece como cenário quase irrelevante ou cúmplice.

Nesse ambiente, a extrema-direita infiltra-se como “rebeldia autoritária”: fala a língua da proximidade, da “memética”, da autenticidade “sem filtro” e do empoderamento individual, ao mesmo tempo em que canaliza frustrações legítimas para saídas punitivistas e anti-institucionais. O jovem oscila entre a recusa do vitimismo e a adesão à narrativa de

que “cada um por si” é a única saída racional em um cenário de falta de expectativas.

A grande questão colocada por esse quadro não é se a juventude está “alienada”, mas quem conseguirá dialogar com este grupo: se a direita seguirá oferecendo um futuro reduzido à *performance* individual, em um mercado brutal, ou se o campo progressista será capaz de rearticular direitos, pertencimento e projeto coletivo, em uma linguagem que converse com a ansiedade, a velocidade e as feridas concretas dessa geração, criando condições para que esses jovens sonhem com novos ideais.

Conclusão:
*a plateia ainda
não deixou
o teatro*

A plateia ainda não deixou o teatro. Essa talvez seja a principal conclusão a que chegamos ao final desta longa travessia pelas camadas profundas do comportamento político brasileiro contemporâneo. O público está cansado, desconfiado, emocionalmente exausto e muitas vezes tomado pela raiva; mas permanece sentado diante do palco, observando atentamente os atores, esperando que em algum momento a política volte a fazer sentido para sua vida concreta. A ópera política brasileira não terminou. O que existe hoje não é o silêncio depois do espetáculo, mas um interregno: um momento suspenso em que o velho enredo perdeu sua capacidade de produzir consenso e o novo ainda não conseguiu nascer plenamente.

Esse interregno é que atravessou todas as páginas deste livro. Um Brasil em que a democracia continua sendo defendida pela maioria da população, ao mesmo tempo em que cresce o desejo por lideranças fortes capazes de atravessar as mediações institucionais; um país que exige serviços públicos universais, mas desconfia profundamente do Estado; uma sociedade que preserva valores tradicionais e religiosos enquanto amplia, em diversos aspectos, sua tolerância concreta diante das diversidades social e cultural. O eleitor brasileiro contemporâneo – o nosso “ornitorrinco político” – não é um erro estatístico, uma incoerência irracional, ou uma anomalia sociológica. Na verdade, é a expressão humana e também política de um país cuja modernização foi incompleta, desigual e profundamente traumática.

Durante décadas, parte importante das elites políticas e intelectuais brasileiras insistiu em interpretar o comportamento popular a partir de categorias excessivamente rígidas. Esperava-se encontrar um eleitor coerentemente progressista ou coerentemente conservador, ideologicamente organizado segundo modelos clássicos da política do século XX. Mas o Brasil real nunca coube inteiramente nessas categorias. O povo brasileiro aprendeu historicamente a sobreviver dentro de uma estrutura marcada pela desigualdade extrema, a precariedade institucional e a presença fragmentada do Estado. Sua racionalidade política não nasce da coerência teórica, mas da necessidade prática. O voto, para milhões de brasileiros, não é um gesto puramente ideológico, mas uma ferramenta de proteção, defesa, pertencimento e reconhecimento.

Ao longo deste estudo, ficou evidente que o crescimento do conservadorismo popular não pode ser explicado apenas pela ação das redes sociais, a manipulação religiosa, ou a ascensão de lideranças de

extrema-direita. Esses fatores importam, evidentemente, mas operam sobre um terreno social previamente preparado por décadas de desorganização institucional, insegurança material e esgotamento simbólico da política tradicional. O conservadorismo contemporâneo brasileiro é menos um projeto doutrinário estruturado do que uma linguagem defensiva de sobrevivência social.

O jovem precarizado, que transforma a si próprio em “empresa de si mesmo”, a mãe, chefe de família, que calcula politicamente o preço do arroz e feijão no supermercado e o evangélico, que encontra na igreja o acolhimento que o Estado nunca conseguiu oferecer, não são personagens desconectados entre si. São rostos diferentes de uma mesma experiência histórica: a experiência do abandono. Cada um deles desenvolveu formas próprias de proteção diante da insegurança crônica. Cada um construiu seus próprios escudos afetivos, morais e comunitários diante de um país que prometeu cidadania plena, mas entregou instabilidade, medo e frustração.

Talvez o maior erro das leituras simplificadoras sobre o Brasil contemporâneo tenha sido tratar esses sujeitos sociais como caricaturas morais. O jovem influenciado pela estética neoliberal não é necessariamente um individualista sem consciência social; frequentemente, apenas não acredita mais que existam instituições coletivas capazes de protegê-lo.

A mulher, chefe de família, que apoia pautas conservadoras na segurança pública, não é movida por sadismo ou autoritarismo abstrato; ela deseja garantir que seu filho volte vivo para casa. O evangélico, que rejeita determinadas agendas progressistas, não está automaticamente capturado por manipulação clerical; muitas vezes, está defendendo o único espaço comunitário que lhe ofereceu dignidade, pertencimento e reconhecimento social.

Ao contrário do que sustentam análises apressadas, o eleitor brasileiro não abandonou a democracia porque se tornou irracional. O que se desgastou profundamente foi a confiança na capacidade de as instituições democráticas produzirem ordem, previsibilidade e proteção concreta. O Congresso aparece distante; os partidos parecem incapazes de representar a vida real; o Judiciário é frequentemente percebido como politizado; o Estado surge como uma presença burocrática, lenta e impessoal, que não alcança o cotidiano das periferias, dos pequenos municípios e dos trabalhadores precarizados.

Precisamente nesse vazio é que cresce o fenômeno do personalismo contemporâneo. Quando as instituições deixam de produzir legitimidade emocional, a autoridade migra para figuras capazes de oferecer identificação afetiva imediata. O líder “sincero”, “autêntico”, “sem filtros”, ainda que agressivo ou despreparado, passa a parecer mais legítimo do que estruturas institucionais percebidas como hipócritas e distantes. A estética da sinceridade torna-se mais poderosa do que a coerência programática. Não porque o eleitor seja incapaz de compreender propostas complexas, mas porque a experiência acumulada ensinou que discursos sofisticados frequentemente serviram apenas para mascarar privilégios e distâncias sociais.

O ambiente digital aprofundou esse processo. As redes sociais não criaram sozinhas a polarização brasileira, mas reorganizaram profundamente a maneira pela qual os indivíduos produzem pertencimento político. A autoridade da informação deslocou-se das instituições tradicionais para os ecossistemas de confiança afetiva. A verdade passou a circular muito menos pela verificação racional e muito mais pela validação comunitária. Não importa apenas se a informação é factual; importa quem a compartilha, quem a legitima e a qual grupo ela permite pertencer.

Vivemos, assim, uma política cada vez mais organizada pela emoção da proteção e a lógica da ameaça. O adversário deixa de ser alguém com quem se disputa um projeto de sociedade e transforma-se em risco moral, cultural, ou existencial. A política converte-se em guerra simbólica permanente. Nesse contexto, o punitivismo emerge como uma espécie de linguagem comum da frustração social. Punir corruptos, criminosos, inimigos políticos ou grupos percebidos como ameaçadores produz a sensação imediata de restauração de controle em um mundo atravessado pela insegurança e a impotência cotidiana.

O punitivismo contemporâneo não deve ser interpretado apenas como brutalidade ou atraso civilizatório. Antes de tudo, é um sintoma do colapso das utopias coletivas. Quando desaparece a confiança em projetos amplos de transformação social, resta a punição do outro como forma elementar de participação política. O voto deixa de ser um instrumento de construção de futuro e torna-se mecanismo de negação, rejeição e contenção do medo.

Justamente por isso é que a extrema-direita contemporânea consegue dialogar com setores populares muito além de suas elites ideológicas tradicionais, mas não oferece necessariamente soluções estruturais consistentes; oferece, sobretudo, reconhecimento emocional, linguagem simples, pertencimento moral e identificação afetiva. Em muitos casos, o campo progressista continuou falando prioritariamente a linguagem da formulação abstrata, enquanto amplos setores populares passaram a organizar sua experiência política na gramática concreta da sobrevivência cotidiana.

A questão colocada para o campo democrático brasileiro não é apenas eleitoral. Trata-se de um desafio histórico mais profundo: reconstruir legitimidade institucional em uma sociedade marcada pelo esgotamento afetivo da política. Isso exige compreender que o problema central não é a existência de valores conservadores na população. O conservadorismo popular brasileiro não desaparecerá por constrangimento moral, pedagogia ilustrada ou disputa puramente acadêmica, pois expressa medos reais, inseguranças concretas e necessidades legítimas de ordem, proteção e pertencimento.

O desafio democrático contemporâneo consiste justamente em impedir que essas demandas sejam monopolizadas por projetos autoritários. Para isso, será necessário reconstruir a capacidade da política de produzir vínculos emocionais concretos com a vida popular. Não basta defender abstratamente a democracia; é preciso fazer com que seja percebida como experiência material de dignidade.

O jovem precisa enxergar no Estado não um obstáculo burocrático à sua autonomia, mas uma ferramenta concreta de expansão de possibilidades. A mulher chefe de família precisa sentir que a política reduz efetivamente o peso esmagador da sobrevivência cotidiana. O evangélico precisa perceber que sua fé pode coexistir com a democracia plural sem ser tratado como caricatura obscurantista. O eleitor das periferias precisa voltar a associar instituições públicas com a proteção real, previsibilidade e o cuidado.

Isso exige abandonar tanto o elitismo tecnocrático quanto o moralismo simplificador. O Brasil não será reconstruído apenas por bons indicadores macroeconômicos, ou discursos sofisticados sobre institucionalidade. A política precisará reaprender a falar a língua do cotidiano: a linguagem do transporte público, da fila do posto de saúde, do preço dos alimentos,

da creche, segurança, do emprego e reconhecimento social. A democracia somente recuperará densidade afetiva quando voltar a produzir experiências concretas de pertencimento.

Ao longo desta obra, insistimos que a fé talvez seja o ativo político mais profundo e subestimado do Brasil contemporâneo. Não apenas a fé religiosa, mas aquilo que a tradição hebraica chama de *emunah*: firmeza, permanência, resistência diante da adversidade. Apesar de décadas de desigualdade, violência, frustrações institucionais e promessas não cumpridas, a maioria dos brasileiros ainda acredita no futuro do país. Ainda sente orgulho de ser brasileira. Ainda deseja democracia. Ainda espera algum tipo de reconstrução coletiva.

Essa talvez seja a principal janela histórica aberta diante do Brasil contemporâneo. O país não vive um colapso absoluto da esperança. Vive uma crise profunda de representação e pertencimento institucional. Existe diferença entre desesperança total e exaustão democrática. O povo brasileiro não abandonou completamente a política; está aguardando que a política volte a demonstrar merecimento diante da confiança que ainda recebe.

O risco histórico reside justamente na possibilidade de que essa fé obstinada seja novamente capturada por formas regressivas de messianismo autoritário. Quando as instituições democráticas fracassam sistematicamente em produzir sentido coletivo, surgem lideranças que prometem atalhos emocionais, simplificações radicais e soluções personalistas. O salvador da pátria aparece como substituto simbólico das instituições desacreditadas. O problema é que toda experiência histórica demonstra que o personalismo autoritário pode até produzir catarse momentânea, mas aprofunda estruturalmente a fragilidade democrática.

Por isso, o próximo ciclo político brasileiro dependerá menos da capacidade de destruir adversários e mais da capacidade de reconstruir confiança social. Nenhum campo político conseguirá estabilizar o país sustentando-se apenas na mobilização permanente do medo e ressentimento. A sociedade brasileira encontra-se cansada demais para suportar indefinidamente a lógica da guerra moral total.

O Brasil continuará sendo um país contraditório, híbrido, ambivalente – um verdadeiro ornotorrinco civilizacional. Mas talvez resida exatamente aí sua possibilidade histórica. A síntese futura não nascerá

da eliminação dessas ambiguidades, mas da capacidade democrática de organizá-las dentro de um horizonte comum de dignidade, pertencimento e proteção social.

A ópera política brasileira ainda não terminou. O libreto permanece em aberto. O próximo ato não será escrito apenas pelos partidos, os líderes ou as instituições, mas também pelas escolhas cotidianas feitas nas periferias, em templos, escolas, aplicativos, famílias e redes sociais. O futuro democrático brasileiro dependerá da capacidade de reconectar política e vida concreta, Estado e pertencimento, liberdade e proteção.

O povo brasileiro já demonstrou inúmeras vezes, ao longo de sua história, extraordinária capacidade de resistência diante da adversidade. O que permanece em disputa agora é se essa resistência continuará sendo canalizada para a sobrevivência individual fragmentada ou se conseguirá, novamente, transformar-se em projeto coletivo de reconstrução democrática.

A plateia ainda está no teatro. E talvez essa seja, apesar de tudo, a notícia mais importante de nosso tempo.

Glossário

Termos-chave do estudo

A **Antissistema:** Posição política caracterizada pela rejeição às instituições democráticas tradicionais (partidos, Congresso, STF, imprensa). No Brasil contemporâneo, o sentimento antissistema é forte tanto à direita quanto à esquerda.

Ária: Melodia expressiva cantada por um solista, representando o momento em que o personagem expõe seus sentimentos mais profundos e capta a atenção total da plateia. A "ária do *outsider*" refere-se ao momento em que Jair Bolsonaro ocupou o centro do palco político com seu discurso, em 2018.

Ato: Divisões principais de uma peça ou ópera, marcando mudanças de cenário ou fases da história. O autor divide a crise política brasileira recente em quatro atos cronológicos: I (Ruptura, em 2016), II (Ascensão do *outsider*, em 2018), III (Clímax, em 2022) e Epílogo (em curso).

B **Bolsonarismo:** Identidade política, afetiva e cultural mais ampla do que a figura de Jair Bolsonaro. Articula antipetismo, conservadorismo moral, evangelismo, antissistema, militarismo simbólico e desconfiança das instituições democráticas – operando para além do quadro partidário.

Camada material: Dimensão analítica que organiza as condições objetivas de vida do eleitor – trabalho, renda, serviços públicos, desigualdade, território e relação com o Estado no cotidiano.

Camada midiática: Dimensão analítica das mediações pelas quais a opinião política é formada e validada – redes sociais, igrejas, vizinhança, mídia tradicional, ecossistemas de validação e linguagem política.

Camada política: Dimensão analítica das escolhas, expectativas e rejeições explicitamente políticas do eleitor – adesão democrática, percepção das instituições, lulismo, bolsonarismo, lealdades e antipatias partidárias.

Camada simbólica: Dimensão analítica que organiza afetos, valores e identidades do eleitor – fé, família, pertencimento nacional, moralidade do "cidadão de bem" e visões de mundo religiosas.

Cidadão de bem: Categoria moral apropriada pelo discurso conservador para nomear o sujeito ordeiro, trabalhador e religioso, em oposição ao "bandido". A pesquisa mostra que a maioria do eleitorado a interpreta, hoje, como discurso hipócrita.

Cinco blocos do eleitorado: Tipologia analítica proposta no livro para organizar o eleitorado contemporâneo: progressista popular, progressista identitário e cultural, centrista pragmático, conservador popular e reacionário-antissistema.

Clímax: Ponto de maior tensão e intensidade dramática da história. No texto, é a eleição presidencial de 2022, caracterizada por extrema polarização.

Conservadorismo defensivo: Conservadorismo de fundos material e existencial, mobilizado para a proteção da família, do bairro e modo de vida diante da insegurança difusa – distinto, e mais durável, do conservadorismo programático organizado em projeto político.

Crise de representação: Distância progressiva entre o eleitorado e as instituições representativas (Congresso, partidos, lideranças). No estudo, 74% da população afirma que o Congresso representa mal o povo, e cresce o anseio por líderes "fora" do sistema.

Dialética (tese, antítese, síntese): Método de análise (associado a pensadores como Hegel) que entende o avanço da história pelo confronto de forças opostas. No livro: a hegemonia progressista (tese), os quatro atos da reemergência conservadora (antítese) e a síntese em disputa.

Dinâmicas latentes (camada transversal): Cinco grandes tensões que atravessam todas as camadas: ambivalência entre mais e menos Estado; moralização da política; deslocamento da autoridade institucional; estética da sinceridade; e afeto como bússola da decisão eleitoral.

Epílogo: Desfecho, ou cena final, que encerra a obra e aponta para o futuro. No texto, trata-se da "parte que falta ser escrita" – o momento em curso e em disputa.

Ethos protestante (Weber, 2004): Conceito de Max Weber, em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, que conecta certas correntes do protestantismo a uma ética de trabalho árduo, sobriedade, autocontrole e responsabilidade individual. No Brasil, ajuda a iluminar a afinidade entre parte do eleitorado evangélico e a direita.

Etnia nacional (Darcy Ribeiro, 1995): Conceito do antropólogo Darcy Ribeiro: o povo brasileiro como uma etnia nova, forjada na violência colonial, escravidão e marginalização estrutural – o "moinho de gastar gente" – e dotada de extraordinária plasticidade cultural.

Estética da sinceridade: Critério moral pelo qual o eleitor avalia lideranças contemporâneas: prefere quem "fala o que pensa" a quem é tecnicamente preparado. Aplica-se de forma transversal aos campos político e religioso.

Hegemonia (gramsciana): Conceito do filósofo Antonio Gramsci (2000). Não significa governar pela força bruta, mas, sim, a capacidade de uma classe ou coalizão de tornar sua visão de mundo, seus valores e interesses, a norma cultural e moral aceita por toda a sociedade.

Interregno: Outro conceito gramsciano ("o velho está morrendo e o novo não pode nascer"). Refere-se a um período de suspensão histórica em que a antiga ordem perdeu capacidade de organizar consenso e a nova ordem ainda não conseguiu se afirmar.

Inversão de Thomas More: Referência ao autor de Utopia (1516). No texto, a "inversão" descreve a mudança de comportamento das juventudes brasileiras, que abandonam a utopia coletiva em favor de trajetórias individuais de superação via mercado, tecnologia e autonomia.

Jornada do Herói: Estrutura narrativa descrita pelo mitologista Joseph Campbell, em que o protagonista sai de seu mundo comum, atravessa provações e retorna transformado. Aplica-se à trajetória pública de líderes percebidos como "salvadores".

L **Libreto:** Roteiro ou texto escrito de uma ópera. Na analogia, é a narrativa política (ex.: "crise moral", "busca por um salvador") que estrutura a ação dos personagens e do eleitorado, e é reescrita constantemente nas ruas e urnas.

Leitmotiv (Motivo Condutor): Tema musical recorrente associado a um personagem, ideia ou emoção específica. No texto, o *leitmotiv* é a percepção enraizada na população de que "o Estado falhou", uma frustração contínua que impulsiona o voto conservador.

Lulismo: Identidade política, afetiva e cultural construída em torno da figura de Lula. Articula memória do ciclo de inclusão social, identificação popular, lealdade emocional e leitura da política como espaço de reparação histórica para os de baixo.

M **Mitos fundadores (democracia racial e homem cordial):** Narrativas históricas que explicam a identidade brasileira. A "democracia racial" (Gilberto Freyre) e o "homem cordial" (Sérgio Buarque de Holanda) ainda atuam, frequentemente, como obstáculos cognitivos para a percepção dos conflitos sociais reais do país.

O **Ópera:** Gênero teatral em que a história é contada integralmente, ou quase integralmente, por meio da música e do canto. No texto, simboliza o espetáculo político brasileiro, que funde emoção profunda, *performance*, drama e impacto real na sociedade.

Ornitorrinco político: Conceito proposto por Francisco de Oliveira para descrever o Brasil como uma sociedade híbrida que combina, simultaneamente, traços arcaicos e modernos, formais e informais, integrados e excluídos. No livro, designa o eleitor brasileiro: alguém que funde, em si mesmo, impulsos progressistas e conservadores, lealdades antagônicas e racionalidades aparentemente incompatíveis.

Outsider: Figura que se apresenta politicamente como sendo "de fora" do sistema, dos partidos tradicionais ou das elites. Carrega o capital simbólico do antissistema.

Overture (Abertura): Peça musical instrumental que inicia a ópera, apresentando os temas musicais (*leitmotivs*) que serão desenvolvidos. No capítulo, equivale aos protestos de junho de 2013, que deram o tom da raiva e do antissistema que ditariam as eleições seguintes.

P

Paradoxo da dignidade: Síntese conclusiva da obra: o eleitor brasileiro está cético em relação à política, mas demanda desesperadamente a presença do Estado. Cada público busca uma forma específica de dignidade – autonomia (juventudes), cuidado (mulheres chefes de família), reconhecimento (evangélicos).

Path Dependence (dependência de trajetória): O conceito indica que as escolhas e eventos do passado de uma sociedade estruturam fortemente o conjunto de opções disponíveis no presente. Aplicado ao Brasil, mostra como o patrimonialismo e a desigualdade moldam a política contemporânea.

Personalismo: Forma de organização política em que a confiança e a lealdade se concentram na figura do líder, e não em programas, partidos ou instituições. O personalismo brasileiro cresce na medida em que as mediações institucionais perdem legitimidade emocional.

Polarização afetiva: Forma de polarização em que o adversário deixa de ser entendido como alguém com quem se discorda em pautas programáticas e passa a ser percebido como ameaça moral e existencial. É a marca da política brasileira pós-2013.

Presidencialismo de coalizão: Sistema de governabilidade brasileiro no qual o presidente, para aprovar suas pautas num Congresso fragmentado, depende de coalizões pragmáticas com múltiplos partidos – modelo cada vez mais desgastado e percebido como cínico pela população.

Primo Uomo (Primeiro Homem): Cantor masculino principal da ópera clássica (frequentemente o tenor), em torno de quem grande parte do drama gravita. No texto, o termo é usado para descrever Luiz Inácio Lula da Silva e seu protagonismo no cenário político.

Punitivismo: Disposição política e cultural de buscar, na punição do "outro" (corrupto, criminoso, adversário), o cimento simbólico que une eleitores de campos opostos. Conceito-chave do livro: com o colapso das utopias coletivas, a punição substitui o projeto.

R

Reencantamento da política: Ressignificação do voto, especialmente entre evangélicos, como ato de fé e expressão pública de uma cosmovisão moral, em oposição à ideia moderna de política como esfera secular, racional e privada de convicções religiosas.

Sociedade excitada (Türcke): Conceito de Christoph Türcke. Designa o tipo de sociedade contemporânea atravessada por estímulos contínuos, em que a atenção se tornou o principal recurso disputado e a argumentação cede lugar à intensidade emocional como forma de organização da experiência política.

Sociedade salarial (Castel): Conceito do sociólogo Robert Castel: arranjo histórico em que o emprego formal, a carteira assinada e a proteção social via trabalho organizavam a vida e a identidade dos cidadãos. Sua dissolução, no Brasil contemporâneo, é uma das chaves da insegurança difusa.

Teologia da prosperidade: Vertente teológica, especialmente forte entre evangélicos neopentecostais, que interpreta os sucessos material e financeiro como sinais da bênção de Deus. Tem implicações políticas: legitima a acumulação individual, valoriza o esforço pessoal e tende a se afinar com agendas econômicas liberais.

Voto racional / voto afetivo: Distinção entre o voto orientado por análise programática e custo-benefício (racional) e o voto orientado por identificação, medo, esperança ou pertencimento (afetivo). No livro, mostra-se que essas dimensões convivem e se interpenetram em todos os blocos do eleitorado.

Metodologia da pesquisa:

escopo, etapas e matriz analítica

Seção M.1

Introdução e compreensão do escopo

A pesquisa para avaliação de “como pensa e vota o brasileiro” teve como objetivo principal compreender a forma pela qual o eleitor brasileiro constrói, em sua própria percepção, as escolhas que orientam o seu voto. O estudo considerou, como horizonte, principalmente, as eleições para o Poder Executivo, nos âmbitos estadual e nacional, abrangendo os cargos de governador e presidente da República. Além disso, a pesquisa buscou subsidiar os debates internos do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e da Fundação João Mangabeira, enquanto centro estratégico de formulação de políticas e conteúdos voltados à formação política de militantes socialistas e de gestores de políticas públicas que assumem cargos de liderança em nome do PSB.

Foi de especial interesse compreender as características do voto de três grupos em particular: eleitores evangélicos (tradicionais, pentecostais e neopentecostais); mulheres chefes de família; e juventudes (estudantes, de regiões centrais e periféricas).

A pesquisa confrontou diferentes eixos antagônicos, que atravessam a formação do voto, como esquerda vs. direita; conservador vs. progressista;

reacionário vs. transformador; voto influenciado ou de opinião própria; decisão individual ou construída no âmbito coletivo – família, comunidade religiosa e ciclo de amizades. Também foram consideradas as identidades regionais e culturais que moldam pertencimentos e visões de mundo. Por fim, no estudo, analisou-se o grau de independência do eleitor em relação à influência direta de lideranças políticas, bem como a polarização expressa na dicotomia Lula vs. Bolsonaro.

Para atingir tal objetivo, a pesquisa foi realizada em cinco etapas, a saber:

- Etapa I – Metanálise;
- Etapa II – Oficinas Confirmativas;
- Etapa III – Pesquisa Qualitativa;
- Etapa IV – Pesquisa Quantitativa;
- Etapa V – Consolidação dos Achados.

Para alcançar o objetivo principal, que foi entender como pensa e como vota o brasileiro, o país foi dividido, segundo critérios de geografia humana, em 12 regiões socioeconômico-culturais, dentro das quais supõe-se que seus habitantes compartilhem certa similaridade cultural, inserida em um ambiente socioeconômico com algum grau de homogeneidade. Essa divisão foi apresentada em capítulo próprio do Relatório Final da Pesquisa, mas, a título de exemplo, podem ser citados grupos como os sertanejos – habitantes do polígono das secas – ou os sulistas da fronteira e da colonização europeia, como catarinenses, paranaenses do oeste do estado e gaúchos do interior do Rio Grande do Sul.

Seção M.2

Descrição das etapas

Etapa I — Metanálise

A metanálise é um método estatístico que combina os resultados de múltiplos estudos independentes sobre a mesma questão de pesquisa para fornecer uma estimativa combinada do efeito. É uma ferramenta poderosa para aumentar o poder estatístico e sintetizar evidências em diversas áreas.

A metanálise é um componente essencial da revisão sistemática, que busca identificar, avaliar e sintetizar evidências relevantes sobre uma questão específica.

Essa primeira etapa da pesquisa teve por objetivo realizar um esforço metodológico para realizar uma revisão do que mais importante se publicou sobre o tema “como vota o brasileiro e por quê?”. Uma equipe multidisciplinar formada por cientista de dados, cientista político, psicólogo, geógrafo, estatístico e administrador de cenários, com o auxílio de ferramentas da Inteligência Artificial (IA), extraíram hipóteses a serem testadas nas etapas subsequentes: oficinas confirmativas (etapa 2), pesquisa qualitativa (etapa 3), pesquisa quantitativa (etapa 4) e consolidação dos achados (etapa 5).

Esta etapa 1 da metanálise constitui-se na chamada formulação do “estado da arte”, ou seja, o que se tem de mais significativo estudado sobre o tema em questão.

Etapas II — Oficinas Confirmatórias

A metanálise trouxe, ao grupo de pesquisadores, uma série de dados orientadores sobre o pensamento do brasileiro em relação ao voto, mantendo como referência os três grupos de interesse: eleitores evangélicos, mulheres chefes de família e juventudes.

O objetivo das oficinas foi consolidar as percepções que o grupo adquiriu como resultado da metanálise e, naturalmente, do acúmulo de informações que cada pesquisador já tinha das condições político-eleitorais do brasileiro. Para consolidar essa percepção e levantar novas hipóteses, que foram submetidas às pesquisas qualitativa e quantitativa, propôs-se a realização de três oficinas confirmatórias, uma para a discussão de cada um dos grupos de interesse (evangélicos, mulheres chefes de família e juventudes) e uma quarta para consolidar as discussões realizadas nas três oficinas temáticas.

Para a consecução das oficinas, foram convidados, para cada uma delas, dois especialistas no tema abordado. A edição de fechamento contou com as presenças de duas professoras universitárias que retomaram o debate sobre as características do eleitorado brasileiro promovendo um aprofundamento e fazendo o encadeamento analítico.

Como resultado das oficinas, os pesquisadores convidados contribuíram para orientar os trabalhos da pesquisa qualitativa, potencializando a extração de informações dos grupos focais, bem como para subsidiar a pesquisa quantitativa e a metanálise.

Etapa III — Pesquisa Qualitativa

A pesquisa qualitativa foi estruturada a partir de grupos focais, realizados com o objetivo de testar as hipóteses formuladas na etapa de metanálise e aprofundadas nas oficinas confirmatórias. Considerando as 12 grandes regiões socioculturais definidas no estudo e os três grupos de interesse – evangélicos, mulheres chefes de família e juventudes, foram constituídos 36 grupos focais, correspondentes a três grupos por região sociocultural. Em termos metodológicos, essa configuração resulta da combinação entre 12 regiões e três grupos de interesse.

Cada grupo focal reuniu entre seis e oito participantes. Com exceção dos grupos de mulheres chefes de família, os demais contaram com pessoas de ambos os sexos; e, com exceção dos grupos de jovens, participaram pessoas de diferentes faixas etárias. Os grupos formados por eleitores evangélicos incluíram participantes vinculados a distintas igrejas. Ao todo, 246 pessoas compuseram os grupos focais, constituindo um universo expressivo de pesquisados, ainda que se deva ter em conta que a pesquisa qualitativa não possui pretensões estatísticas.

Além de constituir-se como terceiro estágio de confirmação de hipóteses – o primeiro é a metanálise e, o segundo, são as oficinas confirmatórias –, a pesquisa qualitativa contribuiu, em articulação com as duas etapas anteriores, para a orientação e elaboração do questionário da pesquisa quantitativa.

As 36 reuniões dos grupos focais foram realizadas de forma virtual, por meio da plataforma Google Meet, no horário das 20h às 22h, conforme agendas previamente definidas. As técnicas de condução adotadas foram as tradicionais, baseadas em estímulos orientados por roteiros predefinidos, elaborados a partir da Matriz Analítica da Pesquisa, apresentada no Relatório Final da Pesquisa em seção específica. Cada reunião contou com uma estrutura básica composta por quatro funções: um arregimentador de

entrevistados; um moderador; um pesquisador de retaguarda atuando em sala de espelho; e um redator.

Ao final do processo, foram realizadas 36 reuniões com grupos focais em todo o Brasil, distribuídos em três grupos, em cada uma das 12 grandes regiões socioeconômico-culturais. Essa configuração resultou em 12 grupos para cada um dos segmentos analisados: evangélicos, mulheres chefes de família e juventudes.

Etapas IV — Pesquisa Quantitativa

As três primeiras etapas da pesquisa forneceram um quadro teórico sobre as formas pelas quais o eleitor brasileiro constrói o seu voto. Na etapa quantitativa, foi verificado, em campo, como as pessoas votam, no Brasil. Os resultados subnacionais – como as características do voto nas regiões definidas no estudo e nas cinco regiões oficiais do país – devem ser interpretados apenas como indicações gerais, por não ser passível a análise com o mesmo nível de confiança e margem de erro estabelecidos para o conjunto da amostra nacional. Da mesma forma, os dados não permitiram análises em nível estadual, em razão das limitações relacionadas ao tamanho da amostra.

Para um nível de confiança de 95% e margem de erro de 2,2%, seria necessária uma amostra de 2 mil pessoas a serem sorteadas. Optou-se por acrescentar mais 240 entrevistas, o que equivale a uma margem de segurança de 12%, totalizando 2.240 entrevistas no país. As 150 cidades sorteadas e o número de pessoas entrevistadas em cada cidade foi determinado através de uma amostra probabilística do tipo estratificado proporcional, ou seja, em cada região brasileira, foi entrevistado um número de eleitores equivalente à proporção de habitantes naquela região. Repetiu-se o processo para o nível estadual. Alguns ajustes foram feitos, levando em consideração a nova divisão do país em regiões socioculturais. Cada pesquisador de campo conduziu em torno de 12 entrevistas por dia.

Etapas V — Consolidação dos achados

A consolidação dos achados, última etapa do processo, consistiu na análise integrada das etapas anteriores. Nesse momento, foi possível

confirmar diversas hipóteses formuladas, desde a metanálise, realizada com o apoio de ferramentas de IA, bem como checar as impressões iniciais destacadas nas quatro oficinas com especialistas e com o grupo responsável pela elaboração teórica. Assim, foi possível, com os resultados das pesquisas qualitativa e quantitativa, proceder, em complemento, a uma análise de sentimentos, que resultou na construção do capítulo *Leitura Crítica*, do Relatório Final da Pesquisa, cujo objetivo foi identificar e dimensionar as características que orientam a definição de voto do eleitor brasileiro.

Seção M.3

Estrutura analítica da pesquisa

Com o objetivo de orientar as cinco fases da pesquisa, foi elaborada uma Matriz Analítica da Pesquisa, organizada em cinco camadas, cada uma composta por cinco eixos analíticos. Excepcionalmente, na Camada 2 (Material), o número de eixos foi reduzido para quatro. A seguir, apresenta-se a estrutura em camadas e os respectivos eixos que compõem essa matriz.

Camada 1 — Simbólica: afetos, valores e identidades

Essa é a camada mais profunda, em que se formam as representações morais e emocionais que organizam o modo de pensar do eleitor. Aqui não há “opiniões” prontas, mas sentidos simbólicos que orientam escolhas e percepções.

Eixos de análise:

- **Identidade e pertencimento.** Quem o eleitor acredita ser: povo, trabalhador, cristão, brasileiro “de bem”; Quem percebe como diferente, rival, inimigo; Relação com território (bairro, cidade, região, “Nordeste”, “interior”, “favela”.
- **Valores morais.** O que é “certo” ou “errado”; Ideais de justiça, autoridade e obediência; A figura do “bom cidadão”.
- **Família e gênero.** A centralidade da família como eixo moral e político; Papéis tradicionais (homem provedor, mulher

cuidadora); Percepções sobre temas como aborto, união homoafetiva, e educação sexual.

- **Religião e cosmovisão.** Crenças sobre o papel de Deus no destino do país; Linguagens religiosas que estruturam o senso comum (“só Deus na causa”, “Deus acima de tudo”); A relação entre fé, política e autoridade moral.
- **Afetos dominantes.** Medo (violência, corrupção, caos social); Ressentimento (contra elites, contra “beneficiados”); Orgulho e esperança (trabalho, honestidade, progresso).

Camada 2 — Material: condições de vida, experiência e sobrevivência

Camada da vida concreta, das condições objetivas que influenciam percepções políticas. Não explica o voto sozinha, mas oferece o terreno sobre o qual o simbólico se constrói.

Eixos de análise:

- **Trabalho e renda.** Tipo de ocupação – formal, informal, autônomo, empreendedor, servidor. Percepções sobre meritocracia, esforço e desigualdade. Desejo de ascensão e medo de retrocesso.
- **Serviços públicos e Estado.** Experiências com saúde, educação, transporte e segurança; Percepções de eficiência, corrupção e abandono. Quem “deveria” garantir o que: governo, indivíduo ou Deus.
- **Desigualdades e oportunidades.** Sentimento de injustiça social; Ideias de merecimento (“tem que ajudar, mas só quem precisa mesmo”). Representações sobre pobreza, riqueza e privilégios.
- **Território e comunidade.** Identificação com o local de moradia (“bairro esquecido”, “cidade abandonada”). Redes de solidariedade ou isolamento; Relação com o poder local e suas lideranças.

Camada 3 — Midiática: fontes de informação e formação da opinião

O eleitor pensa o mundo através das mediações – redes, igrejas, televisão, conversas. Essa camada mostra como a opinião se forma e se reforça.

Eixos de análise:

- **Fontes de informação.** Onde se informa (TV, rádio, WhatsApp, TikTok, pastor, família, amigos); Grau de confiança em diferentes meios; Influência de figuras públicas e *influencers* religiosos/políticos.
- **Redes de sociabilidade.** Com quem discute política (igreja, família, colegas, vizinhos). O peso da opinião do grupo.
- **Narrativas dominantes.** Discursos morais (bem vs mal, cidadão vs bandido, Deus vs corrupção). *Fake news* e teorias conspiratórias como “explicações do mundo”.
- **Percepção das instituições.** Quem “mandá” no país de verdade (Deus, políticos, ricos, estrangeiros). Desconfiança em partidos, Congresso, STF, imprensa.
- **Linguagem política.** Como o eleitor nomeia o que sente: “direita”, “esquerda”, “povo”, “Brasil”, “comunismo”, “globalismo”, etc.; A tradução simbólica dos conceitos políticos.

Camada 4 — Política: escolhas, expectativas e rejeições

Camada expressiva, em que o eleitor racionaliza e verbaliza suas posições. Aqui apareceram as narrativas justificadoras do voto e as marcas da polarização.

Eixos de análise:

- **Percepção do sistema político.** “Todos são iguais” x “precisamos de alguém diferente”; Crise de representação e personalismo; O papel do voto: dever, esperança ou desconfiança.
- **Rejeições e lealdades.** Antipetismo, antibolsonarismo, antipolítica, Identificação com “gente simples” ou “homem forte”.

- **Temas sociais e comportamentais.** Aborto, drogas, armas, diversidade sexual; O eleitor como juiz moral da sociedade.
- **Segurança e violência.** Desejo de proteção vs direitos humanos. Ideia de punição, justiça e autoridade.
- **Expectativa de futuro.** O que o eleitor espera do Brasil (Desejo de ordem, progresso, estabilidade ou transformação); Percepção sobre juventude, tecnologia, meio ambiente e o “futuro dos filhos”.

Camada 5 — Dinâmicas latentes (transversais)

São linhas de tensão que atravessam todas as camadas:

- **Ambivalência.** O eleitor quer “Estado forte” e “menos governo” ao mesmo tempo.
- **Moralização da política.** O bem e o mal substituem o debate programático.
- **Deslocamento da autoridade** de partidos para pastores, policiais e *influencers*.
- **Estética da sinceridade.** Prefere quem “fala o que pensa” ao “político preparado”.
- **Afeto e medo como bússolas.** O voto como gesto emocional de proteção e reconhecimento.

Seção M.4

Estrutura do relatório final

O relatório final foi organizado conforme a seguinte estrutura:

- Introdução;
- Introdução e compreensão do escopo;
- Descrição das etapas;
- Estrutura analítica da pesquisa;
- Plano de trabalho quinzenal (4 meses/8 quinzenas);

- Estrutura do relatório final;
- Equipe;
- Organização dos processos;
- Ponto de partida;
- Contexto político;
- Aspectos geográficos e regiões socioeconômico-culturais do Brasil;
- Balanço das últimas eleições nacionais (2014, 2018, 2022);
- Tipologia do eleitor brasileiro contemporâneo;
- Metanálise sobre comportamento e intenção de voto do eleitor;
- Oficinas confirmativas;
- Contribuições da coordenação de pesquisas da FJM;
- Pesquisa das redes sociais (Método Formiga);
- Análise de dados;
- Resultados da pesquisa quantitativa;
- Resultados da pesquisa qualitativa;
- Análise qualitativa do comportamento eleitoral brasileiro;
- Leitura crítica;
- A crise de legitimidade e a sombra do patrimonialismo;
- A polarização afetiva e o refúgio da cordialidade;
- A modernização do subdesenvolvimento e a ideologia do mérito;
- Conservadorismo defensivo e punitivismo: o Estado como ameaça;
- As juventudes, as mulheres chefes de família e os eleitores evangélicos;
- As raízes da expansão conservadora;
- A territorialidade do voto: o mapeamento das regiões socioculturais;
- Conclusão: o que une e o que desune o eleitor brasileiro;
- Aprofundando a análise: juventudes, mulheres chefes de família e eleitores evangélicos;
- Achados e recomendações.

Referências

Bibliografias citadas

ATKINSON, Anthony B. Desigualdade: o que pode ser feito? São Paulo: LeYa, 2015.

BAKHTIN, Mikhail. Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CAMPBELL, Joseph. O herói de mil faces. São Paulo: Pensamento, 2007.

CARVALHO, Laura; KLEIN, Guilherme. Por que o desempenho econômico de Lula 3 não se converte em popularidade. Folha de S. Paulo, São Paulo, 9 maio 2026. Ilustríssima. Opinião.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salariado. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CASTELLS, Manuel. O poder da comunicação. Tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

DOWNS, Anthony. Uma teoria econômica da democracia. Tradução de Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos. São Paulo: Edusp, 1999. (Clássicos, 15).

ESPING-ANDERSEN, Gøsta. The three worlds of welfare capitalism. Princeton: Princeton University Press, 1990.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 5. ed. São Paulo: Globo, 2012.

FRASER, Nancy. Justice interruptus: critical reflections on the "postsocialist" condition. New York: Routledge, 1997.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 65. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

FREUD, Sigmund. Psicologia das massas e análise do eu e outros textos: 1920-1923. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. v. 15.

FROST, Robert. The road not taken and other poems. New York: Dover Publications, 1993.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GRAMSCI, Antônio. Cadernos do cárcere: Maquiavel; notas sobre o Estado e a política. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KARAM, Maria Lúcia. A esquerda punitiva. Revista Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade, Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia / Revan, v. 1, p. 79-92, 1996.

KEHL, Maria Rita. Ressentimento. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2020. 208 p.

LILLA, Mark. A mente naufragada: sobre o espírito reacionário. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2018a.

LILLA, Mark. O progressista de ontem e do amanhã: desafios da democracia liberal no mundo pós-políticas identitárias. São Paulo: Companhia das Letras, 2018b.

LIPSON, Leslie. Os grandes problemas da ciência política: uma introdução à ciência política. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARSHALL, T. H. Cidadania, classe social e status. Tradução de Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. 220 p.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. 3. ed. São Paulo: N-1 edições, 2018. 80 p.

MORE, Thomas. Utopia. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de discurso: princípios e procedimentos. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

PIERUCCI, Antônio Flávio. As bases da nova direita. Novos Estudos Cebap, São Paulo, n. 19, p. 26-45, dez. 1987.

PUTNAM, Robert D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RICOEUR, Paul. A ideologia e a utopia. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, Jessé. A ralé brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

SOUZA, Jessé. Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: UFMG, 2012.

TÖNNIES, Ferdinand. Comunidade e sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

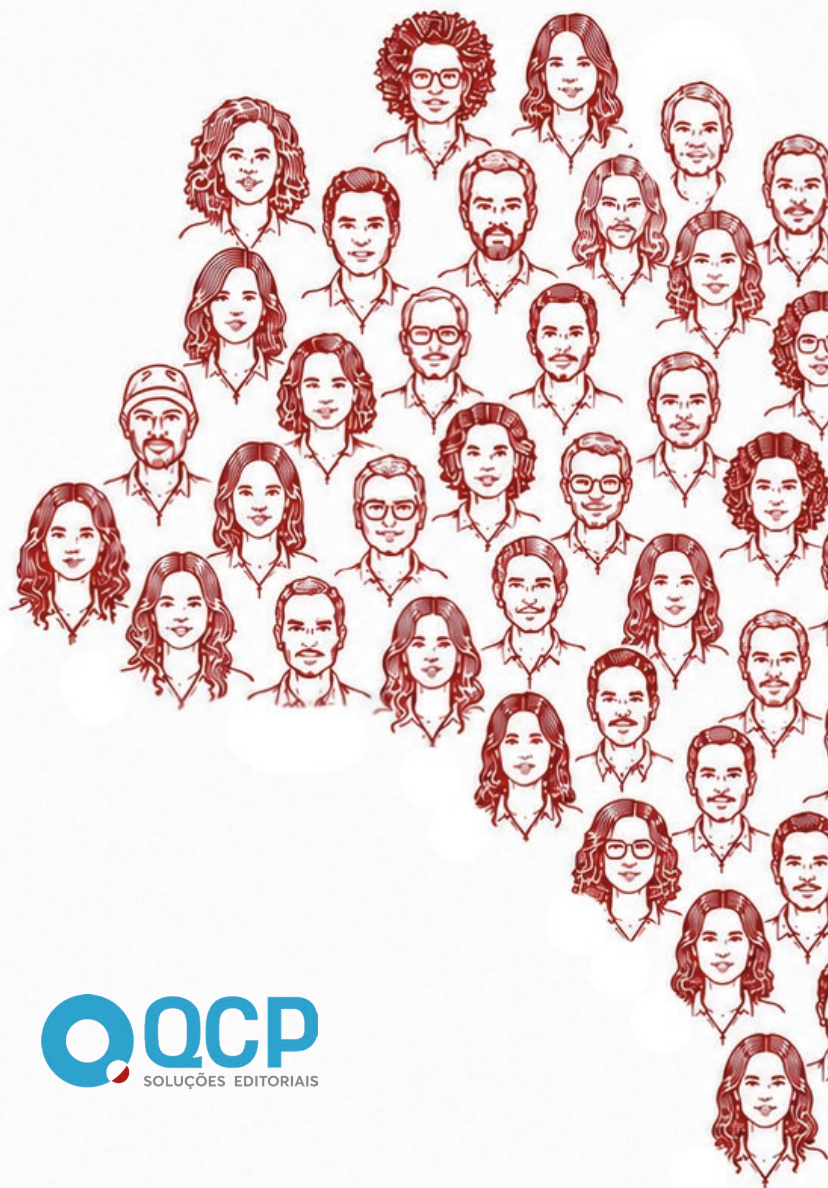
TÜRCKE, Christoph. Sociedade excitada: filosofia da sensação. Tradução de Antonio A. S. Zuin et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo; revisão técnica de Antônio Flávio Pierucci. São Paulo: Companhia das Letras, 2004a.

WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2004b.

WELLER, Leonardo. Réplica: crise econômica no governo Dilma é o elefante na sala de Lula 3. Folha de S. Paulo, São Paulo, 16 maio 2026. Ilustríssima. Opinião.

ZWEIG, Stefan. Brasil, um país do futuro. Porto Alegre: L&PM, 2006.



Este livro nasce da tentativa de captar as profundas transformações vividas pela sociedade brasileira nas últimas décadas e como têm sido moldado um novo perfil eleitoral no país. Mais do que uma análise de eleições e investigação da intenção de votos no próximo pleito, as pesquisas realizadas neste estudo – qualitativa, quantitativa, metanálise e análise de sentimentos – propiciaram reflexões sobre valores, medos, expectativas e formas de pertencimento que atravessam a experiência cotidiana dos brasileiros

Na obra, observa-se o eleitor não como uma figura estática ou racional, em sentido estrito, mas alguém atravessado por contradições, afetos, inseguranças e disputas simbólicas. Em um país marcado simultaneamente pela esperança e a frustração, pela fé e a desconfiança, pela busca de proteção e o desejo de mudança, o voto torna-se menos uma escolha puramente ideológica e mais uma forma de interpretar o mundo e reagir às incertezas da vida contemporânea.

Ao longo do livro, o leitor encontrará uma análise que articula política, cultura, economia, religião, comunicação e comportamento social para apreender como diferentes grupos da sociedade brasileira percebem o Estado, a democracia, a autoridade, o trabalho, a família e o futuro. Dialoga-se com importantes tradições dos pensamentos social e político brasileiros, mas, sobretudo, interpreta-se o presente: um tempo de clivagem intensa, desgaste das instituições e reorganização das identidades coletivas. O objetivo não é oferecer respostas definitivas, mas contribuir para uma leitura mais ampla e humana do Brasil contemporâneo, entendendo que o país vive um momento de transição em que diferentes projetos de sociedade coexistem, disputam sentidos e procuram escrever os próximos capítulos da história nacional.

